

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Vicente Gil da Silva

**A ALIANÇA PARA O PROGRESSO NO BRASIL: DE
PROPAGANDA ANTICOMUNISTA A INSTRUMENTO DE
INTERVENÇÃO POLÍTICA (1961-1964)**

Porto Alegre

2008

Vicente Gil da Silva

A Aliança para o Progresso no Brasil: de Propaganda Anticomunista à
Instrumento de Intervenção Política (1961-1964)

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, como requisito
parcial para obtenção do título de
Mestre em História

Orientadora:
Prof. Dra. Claudia Wasserman

Porto Alegre
2008

Vicente Gil da Silva

A Aliança para o Progresso no Brasil: de Propaganda Anticomunista à
Instrumento de Intervenção Política (1961-1964)

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, como requisito
parcial para obtenção do título de
Mestre em História

Aprovada pelos membros da Banca Examinadora, em 22/08/2008, com
os seguintes conceitos:

Prof. Dr. Carlos Fico (UFRJ) – Conceito A
Prof^a Dra. Carla Simone Rodeghero (UFRGS) – Conceito A
Prof. Dr. Enrique Serra Padrós (UFRGS) – Conceito A

Porto Alegre

2008

O esforço de realização deste trabalho é dedicado ao professor Luis Dario Teixeira Ribeiro, pela importância que teve em minha formação como professor e pelo exemplo que é de dedicação aos alunos.

Agradecimentos

Minhas pesquisas na JFK Library foram mais tranquilas e animadoras pelo carinho que recebi de meus tios Maura Lange e Eduardo Badaró em Lowell. Agradeço por terem gentilmente compartilhado comigo seu espaço.

A Leandro Benmergui e Paula Halperin, por terem me recebido em Washington DC, em uma casa de localização perfeita. Pelas orientações e discussões que tivemos ao longo do mês de julho de 2007 eu agradeço a este casal de amigos *porteños*. Agradeço também a minha orientadora, Cláudia Wasserman, que em vários momentos apoiou minhas “viradas temáticas” e indicou importantes caminhos a seguir. À minha amiga Daniela Conte, por ter tido a paciência de ler todo o meu trabalho e ter feito importantes críticas e sugestões teóricas. Ao meu irmão Guilherme Gil da Silva, que também ocupou-se em ler uma versão do meu trabalho e, a seu modo parcimonioso no uso das palavras, contribuiu com importantes dicas de escrita e, principalmente, com uma dica teórica. Ao outro irmão Cléo de Oliveira Neto, por ter cedido um espaço no seu apartamento e no seu bolso para bancar minha estadia no Rio de Janeiro durante minhas pesquisas em arquivos da cidade. À Laura Schwarz, que foi minha grande incentivadora para buscar financiamento para visitar arquivos estadunidenses e que leu todas as versões preliminares deste trabalho. Sua dedicação em discutir e acompanhar, desde os mínimos detalhes, o processo de elaboração desse trabalho foram sem dúvida fundamentais, especialmente quando corrigia os rascunhos e também por nossas frutíferas discussões teóricas.

Por fim, gostaria de agradecer também ao professor Luis Dario Teixeira Ribeiro, que foi o responsável por me dar a idéia de fazer um trabalho sobre este tema e também por fazer importantes considerações para a versão final dessa dissertação.

Resumo

O objetivo central desta dissertação é definir o que o projeto da Aliança para o Progresso representou para o governo norte-americano, por que razões ele foi proposto e que papel que os Estados Unidos esperavam que o programa viesse a desempenhar ao ser implementado no Brasil, entre os anos de 1961 e 1964. Pretende-se estudar a Aliança para o Progresso levando-se em consideração a política externa norte-americana como um todo. A partir disso, é possível concluir que a Aliança para o Progresso desempenhou uma clara função ideológica enquanto um instrumento de luta contra o comunismo na América Latina.

Para cumprir este objetivo, o presente estudo está dividido em quatro capítulos. No primeiro deles, serão consideradas as ações de propaganda de combate ao comunismo em geral. No segundo capítulo, a implementação de ações de propaganda ligadas especificamente à Aliança para o Progresso. Logo após, será analisado o processo de aparelhamento e de apoio à expansão das forças policiais brasileiras e sua relação com a Aliança para o Progresso. No último capítulo, serão examinadas as abordagens do governo norte-americano em relação ao Brasil a partir da Aliança para o Progresso.

PALAVRAS-CHAVE: Aliança para o Progresso; propaganda; polícia; ideologia; política.

Abstract

The goal of this dissertation is to define what the Alliance for Progress project represented to the North American government, for which reasons it has been proposed and what was the expected role that the program would play in Brazil, between 1961 and 1964. It is intended to study the Alliance for Progress taking in account the foreign policy of United States as a whole. Hence, it is possible to conclude that the Alliance for Progress played a clear ideological function as an instrument of struggle for combating communism in Latin America.

In order to fulfill this objective, this study is divided into four chapters. The first of them consider the actions of propaganda to combat communism in general. The second chapter, the implementation of actions of propaganda linked specifically to the Alliance for Progress. The third chapter will examine the US programs of supporting police forces in Brazil and its relations with the Alliance for Progress. The last chapter will examine the political approach of the U.S. government to the Brazilian government from Alliance for Progress prospective.

KEYWORDS: Alliance for Progress; propaganda; police, ideology, politics.

Lista de Siglas

AFP: Alliance for Progress

AID: Agency for International Development

AID/OPS: Agency for International Development/ Office of Public Safety

AMFORP: American Force and Power Company

ARA: American Republics Administration – U.S. Department of State

ARA/BR: American Republics Administration/Brazil

BCLA: Business Committee for Latin America

BIRD: Banco Interamericano de Desenvolvimento

CI: Counter Insurgency

CI/PG: Counter Insurgency/ Police Group

CIA: Central Intelligence Agency

CLACE: Centro Latino-Americano de Coordenação Estudantil

COMAP: Comissão Coordenadora da Aliança para o Progresso –
Ministério de Planejamento do Brasil

COMAP: Commerce Committee of the Alliance for Progress

CPDOC/FGV: Centro de Pesquisa e Documentação em História
Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas

CU: Columbia University

DC: District of Columbia

ExComm: Executive Committee of the National Security Council – White
House

FBI: Federal Bureau of Investigations

FDR: Franklin Delano Roosevelt

FOIA: Freedom of Information Act

FRUS: Foreign Relations of United States

GOB: Brazilian Government

IAPA: Inter-American Police Academy

IBAD: Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBM: International Business Machine

IMP: Information Materials Press – United States Information Agency

INI: Instituto Nacional de Identificação
INR: Bureau of Intelligence and Research – U.S. Department of State
IOD: International Operations Division – Central Intelligence Agency
IPA: International Police Academy
IPES: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPS: Information Press Service – United States Information Agency
ITT: International Telephone and Telegraph
JFK: John Fitzgerald Kennedy
LAPC: Latin American Policy Committee – U.S. Department of State
MAP: Military Assistance Program
MIT: Massachusetts Institute of Technology
MSD: Movimento Sindical Democrático
NARA: National Archives and Records Administration
NARA II: National Archives and Records Administration – College Park,
MD, USA
NSAM: National Security Action Memorandum
NSF: National Security Files
NSC: National Security Council – White House
OAS: Organization of American States
OSS: Office of Strategic Service – U.S. Department of Defense
PAU: Pan American Union
RG: Record Group
RPA: Office of Inter-American Regional Political Affairs – American
Republics Administration
SEI: Sociedade de Estudos Interamericanos
SUDENE: Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste –
Ministério de Planejamento do Brasil
TOAID: Training and Operations Agency for International
Development
USIA: United States Information Agency

Sumário

1 INTRODUÇÃO	14
2 A PROPAGANDA DE COMBATE AO COMUNISMO NA AMÉRICA LATINA	34
2.1 INTRODUÇÃO.....	35
2.2 SOBRE AS FONTES.....	36
2.3 A VISÃO ESTADUNIDENSE SOBRE A AMÉRICA LATINA E SEUS PROBLEMAS.....	43
2.4 O “PERIGO” CUBANO.....	45
2.5 A PROPAGANDA DE COMBATE AO COMUNISMO.....	47
2.6 EXEMPLOS DE MATERIAIS DE PROPAGANDA ANTICOMUNISTA.....	63
3 A PROPAGANDA DA ALIANÇA PARA O PROGRESSO	69
3.1 INTRODUÇÃO.....	70
3.2 SOBRE AS FONTES.....	71
3.3 A NECESSIDADE DE CONTRAPOSIÇÃO ÀS CRÍTICAS DIRIGIDAS À ALIANÇA PARA O PROGRESSO.....	78
3.4 A PROPAGANDA DA ALIANÇA PARA O PROGRESSO PELA OEA.....	84
3.5 A INICIATIVA DE PROPAGANDA DA ALIANÇA PARA O PROGRESSO PELO COMAP.....	87
3.6 A PROPAGANDA DA ALIANÇA PARA O PROGRESSO PELO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS.....	100
3.7 EXEMPLOS DE MATERIAIS DE PROPAGANDA DA ALIANÇA PARA O PROGRESSO.....	105
4 ALIANÇA PARA O PROGRESSO: UM CASO DE POLÍCIA	122
4.1 INTRODUÇÃO.....	123
4.2 SOBRE AS FONTES.....	124
4.3 OS ESTADOS UNIDOS E A DOCTRINA DE CONTRA-INSURGÊNCIA E DE SEGURANÇA INTERNA.....	132
4.4 TREINAMENTO E APARELHAMENTO DAS FORÇAS POLICIAIS NO BRASIL.....	138
5 BRASIL E ALIANÇA PARA O PROGRESSO	163

5.1 INTRODUÇÃO.....	164
5.2 SOBRE AS FONTES.....	165
5.3 A “AJUDA FINANCEIRA EXTERNA” PARA O BRASIL DE JÂNIO QUADROS E A QUESTÃO CUBANA.....	184
5.4 A IMPLEMENTAÇÃO DA ALIANÇA PARA O PROGRESSO NO BRASIL DE JOÃO GOULART.....	189
5.5 O ULTIMATO DO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS AO BRASIL.....	199
5.6 O ABANDONO DA POLÍTICA DE “RÉDEA CURTA” DOS ESTADOS UNIDOS EM RELAÇÃO AO BRASIL.....	212
5.7 O APOIO À DITADURA CIVIL-MILITAR DO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS ATRAVÉS DA ALIANÇA PARA O PROGRESSO.....	219
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	223
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	229
8 LISTA DE DOCUMENTOS UTILIZADOS EM ORDEM DE CITAÇÃO.....	234

1 Introdução

No final do mês de dezembro de 1960, o relatório final da Força Tarefa sobre Problemas Imediatos Latino-Americanos¹ do então candidato a presidente dos Estados Unidos John F. Kennedy assegurava que seria possível dar início a uma “década de desenvolvimento” na América Latina. Para tanto, bastaria que os Estados Unidos injetassem massivos recursos financeiros públicos e privados na região, recursos que seriam liberados mediante análise de “projetos de desenvolvimento” elaborados pelos países latino-americanos. Caso os projetos apresentados fossem “responsáveis, maduros, viáveis e identificados com os princípios democráticos”, de acordo com as concepções dos estrategistas estadunidenses, a liberação de auxílio financeiro para o desenvolvimento poderia proporcionar as reformas que, dizia-se, há muito tempo os povos latino-americanos exigiam.

Através deste “esforço conjunto e de cooperação mútua”, previa-se que até o fim do ano de 1970 seria possível reduzir as taxas de analfabetismo da população adulta latino-americana e o déficit habitacional pela metade – garantindo-se a infra-estrutura básica destas moradias – realizar as reformas agrária, fiscal e tributária, aumentar o comércio entre os países do continente, através da diminuição das barreiras tarifárias, estimular o desenvolvimento da indústria e da iniciativa privada e aumentar o intercâmbio cultural entre os Estados Unidos e os países latino-americanos.

Seria por meio dessa via “democrática”, “pacífica” e de “crescimento auto-sustentado” que os países latino-americanos poderiam livrar-se das condições de pobreza, considerado o fermento da instabilidade social. Assim, no momento em que os Estados Unidos, tendo em vista a força de seu “exemplo histórico” de “desenvolvimento democrático e liberal”, estivessem dispostos a investir estes recursos, não só estariam estimulando o “desenvolvimento” econômico dos países latino-americanos como também se livrando de potenciais “problemas”, como os que tiveram lugar em Cuba, por

¹ **Final Report of the Task Force on Immediate Latin American Problems**, do coordenador da Task Force, Adolf Berle, para o coordenador estadunidense da Aliança para o Progresso, Teodoro Moscoso, Washington, DC, 25/08/1960. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Teodoro Moscoso, caixa 2, pasta Official Documents.

exemplo. Afirmava-se que havia um grande potencial de que este projeto de “desenvolvimento” viesse a seduzir o imaginário dos povos latino-americanos, que se unificariam em torno de uma “mística” de transformações significativas em suas próprias vidas e em seus países. Nada melhor, então, que denominar este projeto de Aliança para o Progresso.

Assim, marcado por expectativas otimistas – pelo menos por parte de estrategistas estadunidenses – o programa da Aliança para o Progresso foi oficialmente apresentado pelos Estados Unidos ao corpo diplomático latino-americano em uma reunião realizada em Punta del Este, no Uruguai, em agosto de 1961². Para esta reunião, o recém-eleito presidente John Kennedy enviou vários de seus mais importantes assessores, entre eles Dean Rusk, Secretário de Estado, e Richard Goodwin, Assistente-Especial do Presidente para Assuntos Latino-Americanos. Contudo, nem mesmo a presença destes e de outros representantes de Kennedy evitou que os Estados Unidos sofressem duras críticas. A mais consistente delas partiu do então Ministro de Indústria de Cuba, Ernesto “Che” Guevara, que denunciou em seu discurso a estratégia estadunidense de utilizar a Aliança para o Progresso para isolar Cuba, deixando-a de fora das relações formais estabelecidas entre os países latino-americanos.³

A proposição da Aliança para o Progresso sofreu importantes influências de concepções da teoria da modernização, em voga na época. A teoria da modernização começou a ser desenvolvida ainda no final da década de 1950, principalmente a partir dos estudos de Walter Whitman Rostow e Max Milikan⁴. De acordo com Ruth Leacock, Rostow considerava que os países do “Terceiro

² O documento oficial da reunião, que ficou conhecido como Carta de Punta Del Este, contém os princípios e objetivos do Programa da Aliança para o Progresso.

³ Sobre a participação de Ernesto Che Guevara na reunião em Punta del Este, ver o livro de AGUIAR, Flávio. *O Che Guevara que Conheci e Retratei*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2007. Ver também GARCIA, Maria del Carmem Ariet, SALADO, Javier. *Ernesto Che Guevara: Punta del Este – Proyecto Alternativo de Desarrollo para América Latina*. Melbourne: Ocean Press, 2003.

⁴ A referência completa sobre o estudo inaugural da teoria da modernização é o seguinte: MILIKAN, Max F., ROSTOW, Walt Whitman. *A Proposal: Key to an Effective Foreign Policy*. New York: Harper & Bros., 1957. Sobre as influências da teoria da modernização nas concepções da Aliança para o Progresso, ver também PEREIRA, Henrique Alonso de Albuquerque Rodrigues. *Criar Ilhas de Sanidade: os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil*. Tese de doutorado não-publicada, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da PUCSP em maio de 2005; RIBEIRO, Ricardo Alaggio. *A Aliança para o Progresso e as Relações Brasil-Estados Unidos*. Tese de doutorado não-publicada apresentada ao Departamento de Ciência Política da UNICAMP em dezembro de 2006.

Mundo” estariam vivendo um momento de perigosa incerteza, no qual havia a possibilidade de uma revolução que, para o autor, não seria realizada pelos “famintos crônicos”, “destituídos” e “sem-teto”. Conforme Leacock, na concepção de Rostow

As revoluções provavelmente ocorreriam quando as condições de vida das pessoas melhorassem de algum modo, mas não rápido o suficiente, quando as expectativas sobre a vida crescessem mas não fossem alcançadas. Isto era exatamente o que estava acontecendo com as nações subdesenvolvidas. Elas estavam sendo varridas por uma ‘revolução de expectativas crescentes’. As expectativas eram por desenvolvimento econômico rápido, educação e melhorias políticas e sociais. Se não fosse demonstrado a estas pessoas o caminho para atingir tudo isso democraticamente, então elas poderiam renunciar às instituições democráticas e buscar mudanças através da violência. As nações subdesenvolvidas poderiam degenerar em focos de problemas crônicos, lugares em constante ebulição. Ainda pior para os Estados Unidos, elas poderiam voltar-se para o comunismo.⁵

Esta particular visão de Rostow sobre o caráter de uma possível revolução no “Terceiro Mundo” – a “revolução de crescentes expectativas” – correspondeu ao “espírito” que foi impresso à Aliança para o Progresso pelos seus criadores estadunidenses. Segundo Pereira,

No período em que a administração John Kennedy desenvolveu, planejou e implementou a Aliança para o Progresso no início da década de 1960, a abordagem de Walter Rostow no estudo do crescimento econômico tornou-se uma espécie de arquétipo, um modelo a ser seguido dentro do paradigma da modernização. Os cinco estágios do crescimento econômico tal como concebidos por Rostow (...) deram forma e estrutura a uma construção imagético-discursiva que foi largamente utilizada e aplicada tanto por estudiosos

⁵ “Revolutions were not made by the chronically hungry, the destitute, the homeless. Revolutions were most likely to occur when the living conditions of people were improving somewhat, but not fast enough, when people’s expectations about life were raised but not met. That was exactly what was happening in the underdeveloped nations. They were being swept by a ‘revolution of rising expectations’. The expectations were for rapid economic development, education, social and political betterment. If they were not shown the way to achieve these things democratically, they might renounce democratic institutions and seek change through violence. The underdeveloped nations might degenerate into chronic trouble spots, places in constant turmoil. Even worse for United States, they might turn to communism”. LEACOCK, Ruth. *Requiem for Revolution – The United States and Brazil (1961-1969)*. Kent: The Kent State University Press, 1990. p. 62-63.

nas universidades como por burocratas governamentais, nos Estados Unidos e também na América Latina.⁶

O paradigma da modernização de Rostow é definido em seu livro *As Etapas do Crescimento Econômico* – cujo sugestivo subtítulo *Um Manifesto Não-Comunista*⁷ já é um indicativo de suas credenciais ideológicas. Nesta obra, Rostow teoriza sobre as condições que considerava necessárias para se alcançar o que ele denominou como o “patamar mais acabado de desenvolvimento”. Seu modelo de “crescimento” era estruturado em etapas, de acordo com uma escala crescente. Na base deste modelo estavam as “sociedades subdesenvolvidas”; no topo, as “desenvolvidas”⁸. De acordo com Rostow, a América Latina estaria na terceira fase, a da “decolagem econômica”, e tinha um enorme potencial para chegar à “fase da maturidade”, desde que um significativo “auxílio ao desenvolvimento” fosse destinado, por iniciativa dos Estados Unidos, para estes países. Esta idéia acabou por compor a orientação política geral da Aliança para o Progresso.⁹

O cenário em que emergiram a teoria da modernização e a Aliança para o Progresso era caracterizado pela crise da dominação colonial européia e pelo surgimento de Estados independentes, muitos dos quais marcados por lutas

⁶ PEREIRA, *op. cit.*, p. 77-78.

⁷ ROSTOW, Walt Whitman. *As Etapas do Crescimento Econômico – Um Manifesto Não-Comunista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

⁸ Na primeira etapa desta escala evolutiva estavam as sociedades tradicionais, cuja atividade econômica caracterizava-se pela subsistência. A segunda etapa, considerada condição necessária para a chamada “decolagem econômica” – equivaleria a uma fase de transição. Nela se encontravam sociedades marcadas por uma especialização do trabalho mais refinada, gerando excedentes para o comércio. Já as sociedades pertencentes à terceira gradação, chamada de “etapa da decolagem econômica”, conheceriam um incremento da atividade industrial, contando com grande quantidade de mão-de-obra urbana. A quarta etapa, conhecida como o “estágio da maturidade”, era aplicada às nações cuja economia fosse diversificada graças a inovações tecnológicas, produzindo uma grande quantidade de bens e de serviços. A quinta e última etapa, a “era do consumo de massas”, representava o grau de “desenvolvimento” econômico alcançado pelos países mais “estáveis” econômica e politicamente, como os Estados Unidos, a Europa Central e o Japão.

⁹ No início do mês de março de 1961, Walter Rostow enviou um memorando ao presidente Kennedy reiterando a certeza de que as propostas da Força Tarefa sobre Problemas Latino-Americanos tinham tudo para dar certo. Rostow argumentava que a partir de uma massiva transferência de assistência financeira externa (*foreign aid*), os Estados Unidos poderiam conduzir mais de 80% da população “subdesenvolvida” latino-americana em direção a um “crescimento auto-sustentado”. Ver **Memorandum**, de Walter W. Rostow, Assistente-Especial do presidente Kennedy para Assuntos de Segurança Nacional, para o presidente Kennedy, Washington, 02/03/1961. Localização: JFK Library, fundo President's Office Files, caixa 64A, pasta 3/61-5/61.

sociais influenciadas por concepções políticas de esquerda, especialmente o marxismo¹⁰. Na América Latina, o contexto sócio-político também era conflituoso. A revolução Guatemalteca de 1944 e a Revolução Boliviana de 1952 provaram que era possível assumir o poder estatal a partir de uma insurreição armada de trabalhadores e camponeses, ainda que por pouco tempo. A Revolução Cubana seguiu esta mesma tendência, e conseguiu estabelecer-se no poder.

Os Estados Unidos consideraram que deveriam oferecer uma resposta política e econômica à altura da complexidade deste quadro de instabilidade social. Esta preocupação ganhou destaque no projeto de política externa do Partido Democrata, já no decorrer da campanha presidencial de John F. Kennedy. Nesse sentido, a Aliança para o Progresso coube o papel de apresentar os Estados Unidos como o grande aliado para a superação da condição de “subdesenvolvimento” da América Latina.

Com a eleição de Kennedy encerrou-se um ciclo de dois mandatos seguidos da administração republicana de Dwight Eisenhower, o que parecia um cenário promissor para o continente latino-americano: a nova administração anunciou que iria revisar as posturas dos Estados Unidos quanto à instalação de ditaduras na região, assim como a política de transferência de armamentos bélicos. Diversos setores do Partido Democrata afirmavam que o apoio de Eisenhower às ditaduras em países latino-americanos teria ajudado a alimentar as insurreições populares, estimulando as ações de movimentos comunistas, nacionalistas e de esquerda.

O exemplo cubano parecia elucidativo: ao invés de propor um quadro de mudanças que minimizasse os problemas da população, os norte-americanos optaram por continuar apoiando a ditadura de Fulgencio Batista. Como consequência, eclodiu em Cuba uma revolução que escapou do controle dos Estados Unidos. Os aliados de Kennedy acreditavam que a lição ensinada por este episódio não deveria ser esquecida: seria preferível uma “revolução controlada” a uma revolução comunista.

¹⁰ Cerca de cinco anos após o término da Segunda Grande Guerra, Índia, Paquistão, Ceilão, Burma, Filipinas, Indonésia, Síria, Jordânia, Líbano e Israel conquistaram sua independência. Após 1954, Camboja, Laos e Vietnã não faziam mais parte do império francês. Alguns anos mais tarde, Malásia, Líbia, Sudão, Marrocos, Tunísia, Togo, Camarões e Guiné-Bissau também conquistaram independência. Aproximadamente no final do ano de 1960, quarenta novos Estados surgiram, com uma população total de cerca de oitocentos milhões de pessoas.

A “revolução controlada”, apresentada sob as vestes da Aliança para o Progresso, significou o contraponto fundamental da revolução comunista e de esquerda. Frente ao quadro social de crescentes tensões pelo continente latino-americano, no qual as demandas por transformações significativas estavam na ordem do dia, os Estados Unidos precisaram apresentar propostas que tivessem pelo menos a aparência de uma revolução. Em razão deste objetivo de interferir nas lutas sociais do período, a Aliança para o Progresso desempenhou uma clara *função ideológica*, constituindo um importante *instrumento de luta* no combate ao comunismo e às esquerdas na América Latina.

Adotamos uma concepção ontologicamente fundada da ideologia, presente na obra da maturidade de Georg Lukács¹¹, afastando-nos das análises do fenômeno ideológico feitas a partir de uma perspectiva gnosiológica, ou seja, no âmbito da chamada teoria do conhecimento¹². Segundo Ester Vaisman,

Com frequência Francis Bacon é tido como ponto de partida da preocupação com o fenômeno ideológico, ainda que, ao tempo dele, não tenha recebido esta denominação, o que leva ao estabelecimento de uma conexão íntima entre a ideologia e a problemática do conhecimento, justificando, dessa forma, o exame daquela pelo prisma exclusivo desta última.¹³

Conforme a autora, na obra de Bacon o objetivo é obter “uma análise sistemática e universalmente válida dos fatores que estorvam o pensar, pois o que se pretende é esclarecer que fatores perturbam o acesso fiel à reprodução conceitual do mundo empírico”.¹⁴ De acordo com Jesus Ranieri, o termo ideologia foi usado, pela primeira vez, “de forma sistemática (por contrapor ideologia à ciência), por Destutt de Tracy em seu *Elementos de Ideologia*, de

¹¹ Aqui nos referimos às reflexões contidas no livro *Para uma Ontologia do Ser Social* (obra não-publicada em português), escrita 55 anos após *História e Consciência de Classe* e ainda muito pouco estudada.

¹² RANIERI, Jesus. “Sobre o Conceito de Ideologia”. IN: *Estudos de Sociologia*, Araraquara, n. 13/14, 2002/2003. p. 8.

¹³ VAISMAN, Ester. “A Ideologia e sua Determinação Ontológica”. IN: *Ensaio*, n. 17/18. São Paulo, 1989. p. 400.

¹⁴ *Idem*, p. 402.

1801, ainda durante o processo revolucionário na França”, para indicar uma disciplina filosófica “capaz de servir de fundamento ao conjunto de todas as ciências”. Tal disciplina buscava “estudar e reconhecer tanto a origem das idéias como as leis a partir das quais elas se formavam, a fim de que o pensamento pudesse abstrair daquelas que tivessem um caráter de falsidade e obscurantismo”.¹⁵

Conforme Vaisman, no campo do marxismo a questão também se apresenta “perspectivada, de um modo geral, pelo prisma gnosiológico, embora se possa reconhecer a existência de duas tendências distintas, mas que muitas vezes se entrecruzam: uma concebendo a ideologia enquanto superestrutura ideal e a outra tomando o fenômeno enquanto sinônimo de falsa consciência”¹⁶. A autora afirma que, desde Althusser, até outras interpretações como as de Henri Lefebvre, “há uma tendência clara para a contraposição entre ciência e ideologia, ou seja, entre o que seria supostamente verdadeiro e falsidade”. Vaisman identifica em Althusser uma “radicalização do critério gnosiológico na determinação do que é ideologia”¹⁷. Para a autora, o critério gnosiológico tornou-se “o critério fundamental e praticamente exclusivo na determinação do que é e do que *não é* ideologia” em função do predomínio da questão do conhecimento no campo filosófico, “que acabou por deprimir o interesse pela questão ontológica”.¹⁸ Segundo Ranieri,

A preocupação ontológica remete (...) à questão sobre a origem e o desenvolvimento do próprio ser, a necessidade de saber se algo é ou não é, e de como esse algo se apresenta no decorrer da consecução de seu processo de constituição a partir de determinações a serem investigadas, independentemente de sua apreensão cognitiva ser falsa ou verdadeira sob o ponto de vista da teoria do conhecimento.¹⁹

¹⁵ Ranieri, *op. cit.*, p. 8.

¹⁶ Vaisman, *op. cit.*, p. 402.

¹⁷ *Idem*, p. 402.

¹⁸ *Ibidem*, p. 407-408. Itálicos da autora.

¹⁹ Ranieri, *op. cit.*, p. 10.

Vaisman ressalta a “decisibilidade da questão ontológica para Lukács”, que vê na tematização do ser social a “recuperação do marxismo autêntico”²⁰. Para a autora,

A recuperação da Ontologia na perspectiva lukácsiana é a afirmação de que o real existe, o real tem uma natureza e esta existência e esta natureza são capturáveis intelectualmente. E, na medida em que é capturável, pode ser modificada pela ação cientificamente instruída, ideológica e conscientemente conduzida pelo homem. Postular, desse modo, a ontologia é resgatar a possibilidade de entendimento e transformação da realidade humana. Em suma, é colocar o fato de que o real não é, afinal de contas, uma ilusão dos sentidos e que nossa subjetividade pode se objetivar na conquista da realidade.²¹

Assim, ao examinar o problema da ideologia, Lukács busca, “sistematicamente, a conexão ontológica deste fenômeno com o ser social”²².

A reflexão lukácsiana em *Para uma Ontologia do Ser Social* é, nas palavras de Gilmaísa Macedo da Costa, “inteiramente permeada pela noção da totalidade social como complexo de complexos e do trabalho como fundamento de toda atividade humano-social”²³. Isto é, a reflexão lukácsiana articula-se em torno da idéia de que, a partir do trabalho – “solo genético da atividade humana” – surgem para o homem novas necessidades e possibilidades, que vão dar origem a novas relações sociais, as quais se organizam sob a forma de complexos sociais²⁴. Ou, como afirma Ranieri, em Lukács o trabalho é visto como sendo a “protoforma do ser social”. Esta perspectiva remete, segundo o autor,

²⁰ Vaisman, *op. cit.*, p. 408.

²¹ *Idem*, p. 409.

²² *Ibidem*, 410.

²³ COSTA, Gilmaísa Macedo da. “Lukács e a Ideologia como Categoria Ontológica da vida Social”. IN: *Urutágua*, Maringá, n. 09, 2006. p. 3.

²⁴ Este é o quadro histórico global que Lukács identifica na obra de Marx, o qual, segundo o filósofo húngaro, remete “à verdadeira concepção de Marx de uma história unitária da humanização do homem”. Tal quadro, segundo Vaisman, é desconhecido tanto pelo marxismo vulgar quanto pelas posições de origem burguesa “que interpretam a teoria da ideologia em Marx de forma distorcida, a partir de colocações feitas na *Ideologia Alemã*”. Entretanto, é no interior do “quadro global do desenvolvimento ideológico” que “aparece a teoria da ideologia do ponto de vista ontológico (...), vinculada essencialmente à própria dinâmica do ser social”. Vaisman, *op. cit.*, p. 438

Para a realização do homem na direção de sua humanização, depois de estruturado o processo de passagem do ser orgânico para o ser social, no qual o fator responsável pelo salto qualitativo é o trabalho – em Lukács entendido como o momento da pré-ideação, aquele da escolha entre alternativas refletidas pela consciência e julgadas conforme sua utilidade para o processo laborativo originário.²⁵

Desse modo, segundo Gilmaísa da Costa, “a vida social não se constitui para o filósofo húngaro numa simples continuidade da vida natural, mas tem por base as posições teleológicas dos homens”:

todos os momentos da vida sócio-humana, quando não tenham um caráter biológico (respirar) são resultados causais de posições teleológicas e não simples elos de cadeias causais.²⁶

Conforme Ester Vaisman, toda reflexão de Lukács sobre ser social é perpassada por uma determinação ontológica fundamental: “o homem é um ser que responde”. Segundo a autora, “um ser que dá respostas é um ser que reage a alternativas que lhe são colocadas pela realidade objetiva, retendo certos elementos que nesta existem e transformando-os em perguntas, para as quais procura a melhor resposta possível”. As respostas elaboradas

podem, no momento subsequente, se transformar em novas perguntas, e assim sucessivamente, de tal modo que, tanto o conjunto de perguntas, quanto o conjunto de respostas vão formando gradativamente os vários níveis de mediações que aprimoram e complexificam a atividade do homem, bem como enriquecem e transformam a sua existência.²⁷

²⁵ Ranieri, *op. cit.*, p. 12.

²⁶ LUKÁCS, Georg. “Per l’ontologia dell’essere sociale”. Roma: Riuniti, 1981 *apud* Costa, *op. cit.*, p. 3.

²⁷ Vaisman, *op. cit.*, p. 410-411.

O homem, como um ser ativo, é “capaz de agir sobre a natureza para satisfazer suas necessidades e também de agir sobre os outros homens no sentido de conduzi-los a atingir determinada finalidade”²⁸. E,

tanto no trabalho, no intercâmbio orgânico com a natureza, quanto nas outras esferas da prática social, o que há de comum nessas ações é o fato de que em todas elas se encontra uma tomada de *decisão entre alternativas*, o que implica a existência de um *momento ideal*, de uma prévia-ideação como denominador comum a todas elas.²⁹

Assim, para Lukács, “todo ato social surge, portanto, de uma decisão entre alternativas acerca de posições teleológicas futuras”³⁰. As posições teleológicas podem ser primárias, típicas da esfera econômica, ou secundárias, “que não pertencem à esfera econômica propriamente dita, mas de cuja existência esta depende para se manter e reproduzir”³¹. Como afirma Costa,

Além de buscar o domínio sobre a natureza, o homem deseja conhecer a si mesmo, e para isso produz generalizações que não se destinam a agir sobre as causalidades naturais dos objetos do trabalho, mas que respondem aos conflitos que o inquietam, tendem a explicar o segredo de sua existência, de seu destino e de sua origem, buscando conferir sentido às suas necessidades afetivas. Expressam valores que se voltam à interioridade do sujeito como individualidade, que a sociedade da qual é membro é, por vezes, incapaz de responder. A resposta a conflitos desse gênero ultrapassa o exercício das atividades do trabalho, por isso emerge a necessidade de normas generalizadoras do comportamento humano, que surgem do cotidiano mais imediato da vida social e assumem processualmente a forma de costumes, tradições, normas sociais, convicções religiosas, visões de mundo, expressões artísticas, teorias científicas, etc. O que justifica o seu surgimento é o fato de que os homens travam conflitos, seja entre indivíduos, seja entre indivíduos e sociedade, seja entre grupo de indivíduos. E esses conflitos precisam ter uma resolução, sob pena de por em risco a organização social existente. A natureza desses conflitos pode variar de sociedade para sociedade, mas a resposta elaborada para a sua resolução representa uma alternativa expressa nas generalizações criadas pela sociedade em que os homens vivem e agem. Como os indivíduos são os portadores imediatos dos atos de consciência, as respostas sociais elaboradas para a resolução dos conflitos só podem se

²⁸ Costa, *op. cit.*, p. 3.

²⁹ Vaisman, *op. cit.*, p. 411.

³⁰ Lukács, *op. cit.*, citado em Vaisman, *op. cit.*, p. 412.

³¹ *Idem*, p. 413 -414.

efetivar mediadas pela consciência destes mesmos indivíduos. São atos deste tipo que se caracterizam como posição teleológica secundária; nele o sujeito não tem como fim imediato a objetividade material, mas a própria subjetividade humana, tendo em vista conduzir outros homens a agirem conforme uma posição desejada.³²

Conforme Vaisman, Lukács sustenta que

elementos dessas posições já existiam nas chamadas sociedades primitivas, mas elas ganham plena corporificação à medida que avança a divisão social do trabalho, de tal modo que 'com a diferenciação de nível superior, com o nascimento das classes com interesses antagônicos, esse tipo de posição teleológica torna-se a base estruturante do que o marxismo chama de ideologia'.³³

Ou seja, as posições teleológicas secundárias “compõem a base sobre a qual se estruturam os fenômenos ideológicos”³⁴. Para estas posições teleológicas “a ideologia, em qualquer uma das suas formas, funciona como o *momento ideal*, que antecede o desencadeamento da ação”. Em outras palavras, a ideologia “desempenha o papel de prévia-ideação” nas posições teleológicas secundárias³⁵. Desse modo, para Lukács as formas ideológicas são “os instrumentos pelos quais são conscientizados e enfrentados os problemas que preenchem (a) cotidianidade”³⁶. Sendo assim, assevera Vaisman, “a presença das formas ideológicas não se manifesta apenas em momentos de crise, mas permanentemente no próprio cotidiano”³⁷.

³² Costa, *op. cit.* p. 4-5.

³³ Vaisman, *op. cit.*, p. 414. Tanto nas posições teleológicas primárias, referentes ao trabalho, quanto nas posições teleológicas secundárias, ocorre uma tomada de decisões entre alternativas. Mas, entre elas, existem diferenças fundamentais: “o objeto das posições teleológicas secundárias são os próprios homens, as suas ações e seus afetos na práxis social extra-laborativa”; além disso, o grau de incerteza que permeia essas posições é muito maior do que aquele que existe no caso do trabalho. Enquanto as posições teleológicas primárias desencadeiam cadeias causais, as secundárias buscam provocar a mudança para uma nova posição teleológica. Nesse caso, além da “ampliação do círculo do desconhecido”, a “problemática da intencionalidade da ação é muito mais complexa”. Vaisman, *op. cit.*, p. 415-416.

³⁴ *Idem*, p. 414.

³⁵ *Ibidem*, p. 416.

³⁶ Lukács, *op. cit.*, citado em Vaisman, *op. cit.*, p. 418.

³⁷ *Idem*, p. 419.

Nesse sentido, Lukács afirma que “a ideologia é, acima de tudo, aquela forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social consciente e operativa”³⁸. Vista como “o momento ideal da ação prática dos homens”, a ideologia expressa, para essas ações, “o seu ponto de partida e destinação, bem como sua dinamicidade”. Em razão disso, para Lukács, “qualquer resposta que os homens venham a formular, em relação aos problemas postos pelo seu ambiente econômico-social, pode, ao orientar a prática social, ao conscientizá-la e operacionalizá-la, tornar-se ideologia”.³⁹

Lukács sustenta, assim, a existência de uma caracterização ampla da ideologia, que se manifesta permanentemente na vida social. O filósofo húngaro também elabora uma concepção mais restrita, baseada em Marx, que identifica a ideologia como um instrumento de luta social. Conforme Costa, a sociedade de classes é “a base sobre a qual se constitui a ideologia no sentido restrito”. Nela, “a ideologia surge como importante instrumento de combate aos conflitos de interesse entre os homens”⁴⁰. Nas palavras de Lukács, a concepção mais restrita de ideologia

consiste no fato de que os homens, com o auxílio da ideologia, trazem à consciência seus conflitos sociais, e por seu meio combatem conflitos cuja base última é preciso procurar no desenvolvimento econômico.⁴¹

³⁸ Lukács, *op. cit.*, citado em Vaisman, *op. cit.*, p. 418.

³⁹ *Idem*, p. 418.

⁴⁰ Costa, *op. cit.*, p. 9. Conforme Mészáros, “o conflito mais fundamental na arena social refere-se à própria estrutura social que proporciona o quadro regulador das práticas produtivas e distributivas de qualquer sociedade específica. Exatamente por ser tão fundamental é que esse conflito não pode simplesmente ser deixado à mercê do mecanismo cego de embates insustentavelmente dissipadores e potencialmente letais”. O autor também sustenta que “as ideologias conflitantes de qualquer período histórico constituem a consciência prática necessária em termos da qual as principais classes da sociedade se inter-relacionam e até se confrontam, de modo mais, ou menos, aberto, articulando sua visão da ordem social correta e apropriada como um todo abrangente”. Ver MÉSZÁROS, István. *O Poder da Ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 65.

⁴¹ Vaisman, *op. cit.*, p. 419-420. Nas palavras de Mészáros, também referindo-se a Marx (Prefácio à *Contribuição à crítica da economia política*), “o estruturalmente mais importante conflito – cujo objetivo é manter ou, ao contrário, negar o modo dominante de controle sobre o metabolismo social dentro dos limites das relações de produção estabelecidas – encontra suas manifestações necessárias nas ‘formas ideológicas [orientadas para a prática] em que os homens se tornam conscientes desse conflito e o resolvem pela luta’”. Mészáros, *op. cit.*, p. 65.

Por isso, Sérgio Lessa afirma que o surgimento das sociedades de classe não representa “a gênese do complexo da ideologia, mas sim a gênese de uma sua forma específica, restrita: as ideologias de classe. Ao lado desta forma restrita, continua a existir a sua forma ampla (...)”⁴². Ainda para Lukács, é equivocado interpretar o conceito de ideologia como “elucubração arbitrária de pessoas singulares”, porque

enquanto um pensamento permanece simplesmente o produto ou a expressão ideal de um indivíduo, não importa o valor ou desvalor que possa conter, não pode ser considerado uma ideologia. Nem mesmo uma difusão social mais ampla atinge o ponto de transformar um complexo de pensamento diretamente em ideologia.⁴³

Desse modo, não é, conforme Lessa,

o conteúdo gnosiológico de uma ideação que a torna ideologia, mas sim uma função social específica: ser veículo dos conflitos sociais – lembremos: nem todos eles redutíveis às lutas de classe – que cotidianamente são postos pela reprodução da sociedade como um todo (...). É a função social, e não o conteúdo gnosiológico, repetimos, que distingue a ideologia dos outros complexos sociais.⁴⁴

Lukács exemplifica essa questão da seguinte maneira:

A astronomia heliocêntrica ou a doutrina evolucionista no campo da vida orgânica são teorias científicas, deixando de lado sua correção ou falsidade, e nem isso enquanto tais, nem o repúdio ou o acolhimento delas constituem em si ideologia. Somente quando Galileu ou Darwin em seus confrontos, as tomadas de posição se tornaram instrumento de luta dos conflitos sociais, elas, em tal contexto – operaram como ideologias.⁴⁵

⁴² LESSA, Sérgio. “Lukács: Direito e Política”. IN: LESSA, Sérgio, PINASSI, Maria Orlanda (org.). *Lukács e a Atualidade do Marxismo*. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 109.

⁴³ Lukács, *op. cit.*, citado em Costa, *op. cit.*, p. 9.

⁴⁴ Lessa, *op. cit.*, p. 108.

⁴⁵ Lukács, *op. cit.*, citado em Costa, *op. cit.*, p. 13.

Ou seja, “exatamente ser ideologia não é uma qualidade social fixa deste ou daquele produto espiritual, mas, ao invés, por sua natureza ontológica, é uma função social, não uma espécie de ser”⁴⁶. Ao refutar o critério gnosiológico, Lukács defende uma concepção *ontológico-prática* da ideologia como *função social*:

Que a imensa maioria das ideologias se funda sobre premissas que não resistem a uma crítica gnosiológica rigorosa, especialmente se dirigida por um longo período de tempo, é certamente verdadeiro. Mas isto significa que estamos falando da crítica da falsa consciência. Todavia, em primeiro lugar, são muitas as realizações da falsa consciência que nunca se tornaram ideologia; em segundo lugar, aquilo que se torna ideologia não é de modo nenhum necessariamente idêntico à falsa consciência. Aquilo que é realmente ideologia, por isso, somente podemos identificar pela sua ação social, por suas funções na sociedade.⁴⁷

Em suma, para Lukács, “a ideologia tem suas determinações concretas no cotidiano mais imediato, serve para tornar a prática humana consciente e operativa e se dirige para dominar conflitos”. E, “quando os interesses de um grupo precisam prevalecer sobre os de todos os outros grupos como sendo o interesse da sociedade como um todo, a ideologia ocupa uma função vital na reprodução do ser social”. Em seu caráter restrito, a ideologia, “tanto em forma ideal quanto em forma prática, pode agir no sentido de manter ou de modificar aspectos da realidade social, retroagindo sobre os processos socioeconômicos em curso”.⁴⁸

Partindo dessa concepção ontológico-prática, podemos identificar o caráter ideológico do programa da Aliança para o Progresso em vista de seu propósito de defender e legitimar os parâmetros estruturais de desenvolvimento da ordem capitalista, em oposição a estratégias que pretendiam alterá-los.

⁴⁶ Lukács, *op. cit.*, citado em Vaisman, *op. cit.*, p. 420.

⁴⁷ Lukács, *op. cit.*, citado em Costa, *op. cit.*, p. 9. Nas sociedades de classe, a ideologia, como “instrumento de luta social voltado à resolução dos problemas postos pela reprodução social”, adquire também um significado pejorativo, “o de falseamento do real para justificar uma dada forma de dominação social”. Assim, cada ideologia particular pode ser submetida a uma avaliação histórica para identificar se esta promove uma falsificação ou um desvelamento da essência social. Apenas não se pode esquecer que não é esse o critério que “determina seu ser enquanto ideologia”. Lessa, *op. cit.*, p. 108.

⁴⁸ Costa, *op. cit.*, p. 9 e 12.

Essa caracterização da Aliança como um programa com função ideológica é importante para que possamos compreender as razões que motivaram a sua proposição pelo governo dos Estados Unidos.

A Aliança para o Progresso costuma ser abordada pela historiografia sobre o tema como um “mecanismo de ajuda financeira” com o objetivo de garantir a estabilidade sócio-política nos países da América Latina, assegurando a hegemonia norte-americana na região. Ou seja, trata-se de uma interpretação que assume o programa como uma manifestação das propostas da teoria da modernização. Nessas abordagens, a Aliança adquire o caráter de instrumento de defesa dos interesses dos Estados Unidos em um ambiente internacional “naturalmente” hostil e competitivo. Segundo esta visão, trata-se, antes de tudo, de um programa fundamentado pela necessidade de garantir a “segurança nacional” estadunidense.⁴⁹

Além de atribuir o conflito entre as grandes potências à própria “natureza” do sistema de Estados, essas análises também assumem como pressuposto a idéia de que a expansão do domínio norte-americano, especialmente na América Latina, é justificável, seja em decorrência de um “Destino Manifesto” dos Estados Unidos, ou de uma “responsabilidade” pela difusão de idéias e valores (democracia, liberdade, etc), que em situações extremas adquire até uma caracterização religiosa.

Dessa forma, tais análises ignoram o ativo papel assumido pelos Estados Unidos como o país hegemônico da ordem do capital que emergiu no cenário pós-Segunda Guerra Mundial, encontrando meios para legitimar os imperativos de expansão desse sistema. São ocultados os mecanismos de dominação imperialistas e as relações internacionais substantivamente desiguais. Assim, a condição de subdesenvolvimento da maioria dos países do mundo pode ser apresentada como resultado de causas estritamente nacionais. E, por conseqüência, também não é levado em consideração o

⁴⁹ Exemplos disso podem ser conferidos em SCHLESINGER, Arthur. *Mil Dias: JFK na Casa Branca*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969; SCHEMAN, Ronald. *The Alliance for Progress: a Retrospective*. New York: Harper, 1988; TAFFET, Jeffrey. *Foreign Aid as Foreign Policy: the Alliance for Progress in Latin America*. New York: Routledge, 2007; LATHAM, Michael. *Modernization as Ideology: American Social Science and “Nation Building” in the Kennedy Era*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2001; PERLOFF, Harvey. *Alliance for Progress: a Social Invention in the Making*. Baltimore: University of Baltimore Press, 1989; KUNZ, Diane. *The Diplomacy of the Crucial Decade: American Foreign Relations during the 60's*. New York: Simon & Schuster, 1994.

conflito que Mészáros chama de “o mais fundamental na arena social”: aquele que se refere ao controle das “práticas produtivas e distributivas”.⁵⁰

A análise que apresentamos nessa dissertação, entretanto, busca dar o devido destaque a estas questões. Assumimos como pressuposto que a expansão norte-americana obedece aos imperativos de expansão do próprio sistema do capital⁵¹, o que faz necessário que o país enfrente todas as possíveis barreiras a esse processo. Na década de 1960, o comunismo e os movimentos de esquerda na América Latina eram alguns dos principais obstáculos a serem superados pelos Estados Unidos. O controle sobre o continente latino-americano, fonte de matéria-prima e de mão de obra, assim como local de escoamento de produtos de consumo, assumia importância fundamental para os estadunidenses. Em vista disso, os estrategistas norte-americanos elaboraram um plano para conter o avanço de movimentos revolucionários, atribuindo à Aliança para o Progresso a função de atuar como veículo desse conflito.

Como afirma o economista norte-americano Harry Magdoff, “o imperialismo não é uma questão de escolha para uma sociedade capitalista: é seu modo de vida”⁵². A manutenção do controle político e econômico da América Latina, através de mecanismos imperialistas, significa, para o governo dos Estados Unidos, que a “porta” de investimentos externos continue aberta:

(...) o sistema de negócios exige, no mínimo, que prevaleçam os princípios econômicos e políticos do capitalismo e que a porta permaneça largamente aberta ao capital estrangeiro, a qualquer tempo. Mais ainda: exige uma porta aberta e privilegiada para o capital da terra de origem, preferivelmente ao capital das nações industriais competidoras. Quanto, muito ou pouco, possa uma porta aberta ser explorada em determinado período, não vêm ao caso. O princípio é que deve ser mantido, sobretudo para uma potência supercapitalista como os Estados Unidos e especialmente quando vem sendo desafiada, larga e abertamente (...). Manter a porta aberta cria problemas, alguns causados por interesses conflitantes entre as nações capitalistas mais amadurecidas, alguns causados pelas revoluções sociais em andamento ou em potencial, que eliminar (ou limitar) o capitalismo e a liberdade do investimento e do comércio particular. Abrir a porta, portanto, e mantê-la aberta é coisa que

⁵⁰ Ver nota 40.

⁵¹ Sobre esta questão, ver MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital – Rumo a uma Teoria da Transição*. São Paulo: Boitempo, 2002. Ver especialmente capítulo 2 (A Ordem da Reprodução Sociometabólica do Capital).

⁵² MAGDOFF, Harry. *A Era do Imperialismo*. São Paulo: HUCITEC, 1978. p. 22.

requer eterna vigilância e força de vontade. O que é necessário, em outras palavras, é força e persistência por parte das nações mais avançadas, a fim de influenciar e controlar a política e a economia das nações menos avançadas. Desde que a possessão colonial declarada se tornou, de modo geral, pouco prática, outros meios – alguns tradicionais, outros novos – estão sendo investigados e explorados, principalmente nos Estados Unidos, que, ao findar a II Guerra Mundial, aproveitaram a oportunidade de organizar e dominar a rede imperialista.⁵³

As palavras de Magdoff sintetizam alguns dos pressupostos assumidos nesta dissertação e resumem com precisão o desafio enfrentado pelo governo norte-americano em relação à América Latina: tentar manter o controle sobre uma área em que as agitações sociais cresciam a cada dia, especialmente no período após a Segunda Guerra Mundial. Para alcançar este objetivo, a administração estadunidense recorreu a meios tradicionais e outros novos, no dizer de Magdoff:

Os meios tradicionais permanecem à mão e estão em uso. O método da invasão e o exercício da força militar continuam em vigor: só as racionalizações é que estão atualizadas. A Marinha patrulhando o globo e a extensa rede de bases militares pesam esmagadoramente sobre o resto do mundo. Muito se confia nas novas técnicas e em técnicas não tão novas, mas aplicadas em maior escala e com maior sofisticação que no passado: assistência militar para fortalecer governos “seguros” contra a revolução; ajuda econômica para induzir ambiente favorável ao capital e às importações; e a mais ubíqua CIA. Sob esta luz, *não existe conflito fundamental entre interesses econômicos, políticos e militares*. As diferenças existem e existirão devido a interesses opostos, entre grupos de negócios, interesses especiais de outras classes e estratos, preocupações burocráticas de funcionários públicos e da elite militar. *Mas a discórdia resultante refere-se apenas à escolha da estratégia e tática de como assegurar o crescimento e expansão do mundo de negócios e como manter a maior parte do mundo livre, mas livre para a iniciativa privada e especialmente para a iniciativa privada dos Estados Unidos*⁵⁴

A opção de realizar um estudo da Aliança para o Progresso relacionando-a às demais peças integrantes da política externa norte-americana (apoio às polícias e relações estabelecidas com os governos brasileiros do período) tem o objetivo de deixar claro que, de fato, não existiram

⁵³ *Idem*, p. 16.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 16-17. Itálicos meus.

contradições fundamentais entre programas de “ajuda” econômica, caso da Aliança para o Progresso, e programas de assistência militar e policial, por exemplo. Além disso, ao se analisar a política exterior norte-americana como um todo, as eventuais diferenças internas de setores do governo estadunidense, ou a aparente discrepância entre “interesses econômicos, políticos e militares”, de acordo com as palavras de Magdoff, referiam-se tão somente à questão de como, em termos “táticos e estratégicos”, garantir uma dominação mais efetiva da América Latina. Diante disso, não constitui uma exagerada simplificação utilizar a expressão “o” governo dos Estados Unidos: mesmo vozes dissonantes ou mais “liberais” em relação à tendência dominante da orientação política norte-americana, como tentaremos exemplificar através da figura de Arthur Schlesinger Jr., nunca colocaram em xeque a necessidade imperiosa de dominação política, econômica e militar dos Estados Unidos em relação à América Latina. O máximo que fizeram foi criticar os meios através dos quais atingir tal objetivo, mas nunca chegaram a criticar o objetivo em si.

A Aliança para o Progresso era um instrumento de luta porque visava intervir em conflitos sociais latino-americanos reais a partir de uma série de idéias e práticas sociais que procuravam legitimar os interesses dos Estados Unidos e, ao mesmo tempo, enfraquecer o comunismo. Este programa tinha o objetivo de tentar convencer pessoas, grupos políticos e governos latino-americanos de que existia uma única via possível de transformação das condições socioeconômicas da região. Além de ser a única aceitável, a proposta norte-americana seria melhor e mais “democrática” que o projeto comunista.

Na defesa de seus interesses, os proponentes da Aliança para o Progresso utilizaram-se de mecanismos de distorção, manipulação ou falseamento do real, seja elaborando um discurso sobre o “perigo comunista” ou difundindo análises sobre a realidade política e econômica da América Latina que ocultavam as verdadeiras causas dos problemas enfrentados no continente. Embora o critério de “falsidade” não seja por nós utilizado para definir o caráter ideológico da Aliança para Progresso, tais manipulações e distorções associadas ao programa não devem ser ignoradas, pois foram importantes para a defesa dos interesses dos Estados Unidos nesse conflito.

Na avaliação dos estrategistas do governo estadunidense, a propaganda, era uma das melhores armas para conquistar corações e mentes para combater, nas trincheiras do “mundo livre”, a “ameaça comunista”. Evidentemente, a propaganda pró Estados Unidos e anticomunista não era a única estratégia de intervenção nos conflitos sociais utilizada pelos norte-americanos e, por isso, também estudaremos as demais estratégias da política externa dos Estados Unidos vinculadas à Aliança para o Progresso. Desse modo, entendemos que, embora a propaganda da Aliança tenha dado forma e justificativa para muitas das ações implementadas no Brasil no início da década de 1960 pelo governo estadunidense, estas precisam ser avaliadas à luz da sempre presente ameaça, aberta ou velada, de utilização da violência e instrumentos de pressão política e econômica.

A Aliança para o Progresso não era o único programa da política externa estadunidense: ela fazia parte de um projeto maior, e precisa ser estudada levando-se em consideração o conjunto das ações norte-americanas, e não apenas os seus aspectos de propaganda. O fato de a Aliança para o Progresso ter sido apresentada como um programa “progressista” e de “desenvolvimento democrático” foi possível justamente porque os Estados Unidos estavam implementando um forte programa de apoio às polícias⁵⁵ e exercendo intensa pressão sobre governos que não se alinhavam incondicionalmente aos seus interesses. Em outras palavras, a aparência “progressista” e “democrática” da Aliança para o Progresso foi necessariamente complementada por ações de violência direta ou indireta.

O objetivo central desta dissertação é definir o que o projeto da Aliança para o Progresso representou para o governo norte-americano, por que razões ele foi proposto e que papel que os Estados Unidos esperavam que o programa viesse a desempenhar ao ser implementado no Brasil, entre os anos

⁵⁵ É preciso lembrar que os programas de apoio às polícias administradas pela AID foram uma política global dos Estados Unidos. Logo após o lançamento das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasáki, os Estados Unidos montaram seu primeiro programa de treinamento e aparelhamento de polícias no Japão e na Coreia do Sul. Pouco tempo depois, foi a vez de Filipinas, Tailândia, Grécia Turquia e Itália. Entretanto, como demonstraremos no capítulo 3, estes programas foram intensificados na administração Kennedy, passando a englobar dezenas de países da África, Ásia e América Latina. Sobre este tema, ver HUGGINS, Martha. *Polícia e Política – Relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998 e THOMAS, Evan. *The Very Best Men – the Early Years of CIA*. New York: Simon and Schuster, 2006.

de 1961 e 1964. Para definir as características da Aliança para o Progresso será necessário analisar o contexto político latino-americano do início da década de 1960 e as estratégias de propaganda anticomunista dos Estados Unidos para a região. Também é preciso avaliar os demais programas de “assistência” e “cooperação” dos Estados Unidos para a América Latina naquele período para buscar compreender o que a Aliança para o Progresso representava dentro do quadro geral da política externa estadunidense. E, a fim de esclarecer o papel cumprido pelo programa no cenário político brasileiro, deve-se levar em consideração as relações entre o governo dos Estados Unidos e do Brasil, assim como as interpretações dos oficiais norte-americanos sobre a crise política que marcou os governos de Jânio Quadros e, especialmente, de João Goulart.

No primeiro capítulo, o objetivo é apresentar a visão dos Estados Unidos sobre a América Latina e seus problemas e demonstrar que os oficiais estadunidenses entendiam ser necessário isolar Cuba através de programas de informação e propaganda. Será discutida a definição de propaganda utilizada pela administração norte-americana e apresentados os debates entre os estrategistas do governo sobre as formas de distribuição do material de propaganda e ampliação dos meios de difusão de informações voltadas ao fortalecimento da posição dos Estados Unidos no continente latino-americano. Ao final serão apresentados alguns exemplos de materiais de propaganda anticomunista elaborado pela Agência de Informação Estadunidense (USIA).

No segundo capítulo serão abordadas as preocupações dos Estados Unidos quanto à recepção e compreensão do programa da Aliança para o Progresso pelos latino-americanos. Veremos como o governo norte-americano buscou apresentar o projeto como uma iniciativa que não seria de interesse exclusivo dos Estados Unidos e que demandaria a ação conjunta dos países do hemisfério. Será demonstrado como o governo estadunidense procurou cumprir este objetivo através de ações de propaganda, que foram elaboradas por diferentes instituições e agências da administração Kennedy. Também será analisada a participação de grupos de empresários estadunidenses nos esforços de divulgação do programa, enfatizando-se as contradições entre seus interesses na América Latina e o teor “revolucionário” do projeto da Aliança para o Progresso, as quais contribuíram para o seu enfraquecimento

no interior da administração norte-americana. Por fim, apresentaremos exemplos de material de propaganda da Aliança para o Progresso produzidos pela USIA.

No terceiro capítulo, será discutido como as idéias presentes na Aliança para o Progresso foram relacionadas às preocupações associadas às doutrinas da contra-insurgência e da segurança interna, que adquiriram grande importância dentro da administração Kennedy. Levando-se em consideração a premissa comum aos oficiais estadunidenses de que a segurança interna seria um pré-requisito para as reformas sociais propostas pela Aliança para o Progresso, será avaliado o papel que estes atribuíam aos militares e policiais na vida política dos países latino-americanos. Na seqüência, serão descritos os programas estadunidenses de treinamento e aparelhamento de forças policiais, particularmente no Brasil.

No último capítulo será apresentada a leitura da situação política no Brasil no início dos anos 1960 realizada por oficiais norte-americanos. Buscaremos demonstrar que, em função de dificuldades de relacionamento com o governo brasileiro, a administração estadunidense aliou-se a políticos e grupos favoráveis aos Estados Unidos, direcionando a eles, através da Aliança para o Progresso, recursos financeiros, caracterizando uma política de criação de “ilhas de sanidade administrativa” elaborada especificamente para o contexto brasileiro.

As fontes utilizadas para a elaboração desta pesquisa são principalmente memorandos internos do governo estadunidense e telegramas produzidos pela embaixada norte-americana no Brasil. No início de cada um dos capítulos serão apresentados os tipos, características e temas de cada um dos documentos utilizados. Os memorandos internos constituem a base documental dos dois primeiros capítulos. No capítulo 3, são utilizados tanto memorandos internos quanto relatórios produzidos no Brasil pela Seção de Segurança Pública dos Estados Unidos. No capítulo 4, as fontes utilizadas são telegramas e aerogramas produzidos tanto pela embaixada estadunidense no Brasil quanto pelo Departamento de Estado. Todas as fontes aqui apresentadas são resultado de uma pesquisa de arquivo realizada na Biblioteca Presidencial John F. Kennedy, na cidade de Boston, e nos Arquivos Nacionais II (*National Archives II*, também conhecido como NARA II), na cidade

de College Park, próximo à capital dos Estados Unidos, realizada entre os meses de maio e novembro de 2007.

O foco desta dissertação recairá sobre a visão oficial estadunidense da Aliança para o Progresso. Isso porque nosso objetivo é abordar os motivos que levaram à proposição deste programa, assim como as estratégias de implementação desenvolvidas pelos estrategistas norte-americanos, e não a forma como ela foi recebida e compreendida por indivíduos e grupos políticos no Brasil. Em função disso, priorizamos a análise de fontes produzidas por indivíduos ligados a diferentes agências e órgãos do governo dos Estados Unidos.

Um importante aspecto sobre as fontes estadunidenses precisa ser ressaltado. Mesmo com a boa quantidade de fontes que encontramos, existe ainda uma quantidade desconhecida de arquivos não liberados para acesso público. Um exemplo disso são os arquivos pessoais do embaixador estadunidense no Brasil Lincoln Gordon (1961-1966). Alega-se que os documentos por ele produzidos ainda estão retidos por motivos de “segurança nacional”. Outros arquivos, como os produzidos por Edwin Martin, Secretário-Assistente de Estado de Assuntos Interamericanos, também estão inacessíveis para pesquisa.

Em razão da retenção destes e de outros documentos são desconhecidos, por exemplo, detalhes sobre os resultados das ações de algumas instituições responsáveis pelas ações de propaganda, especialmente o Departamento de Estado, analisadas nos capítulos 2 e 3. O mesmo é válido para as iniciativas ligadas aos programas de aparelhamento e expansão das forças policiais no Brasil, apresentadas no capítulo 4. Nesse caso, em especial, a quantidade de documentos retirados do acesso público é significativa, em função do envolvimento da CIA nestes programas.

2 A Propaganda de Combate ao Comunismo na América Latina



O presidente do Chile, Jorge Alessandri (1958-1964), cumpre todos os pré-requisitos para receber o “prêmio” da Aliança para o Progresso das mãos de seu coordenador estadunidense, Teodoro Moscose. Crédito: Revista *Topaze* (Chile), edição de 02/10/1962. IN: Selling the Alliance: US Propaganda VS. Chilean Editorial Cartoons during the 1960's. *International Journal of Comic Art*, volume 6, número 1, Spring 2004.



O “Tio Sam”, através do presidente John F. Kennedy, e o Comunismo tentam conquistar a “América Latina”. Crédito: Revista *Topaze* (Chile), edição de 14/04/1961. *Idem*.

2.2 Sobre as Fontes

A partir das fontes que serão apresentadas neste capítulo é possível colher informações para tentar responder às seguintes perguntas: quais os objetivos específicos e a orientação geral da propaganda anticomunista patrocinada pelos Estados Unidos na América Latina? Que ações foram planejadas para sua implementação?

Em especial, utilizaremos os memorandos produzidos por integrantes da agência de propaganda do governo estadunidense (a USIA, *United States Information Agency*, Agência Estadunidense de Informação) e da *Task Force on Immediate Latin American Problems* (Força Tarefa sobre Problemas Imediatos Latino-Americanos), além daqueles elaborados pelos Assistentes Especiais do presidente Kennedy, como Richard Goodwin e Arthur Schlesinger Jr., indivíduos que se envolveram diretamente com a questão da propaganda coordenada pelo Departamento de Estado.

Características dos Memorandos Internos do Governo dos Estados Unidos

As informações presentes neste capítulo foram extraídas de *memorandos*, tipo mais comum de documento utilizado para comunicação entre diferentes agências e departamentos do governo dos Estados Unidos. Os memorandos internos podiam ser endereçados a qualquer funcionário da administração norte-americana e também ao próprio presidente do país. Um mesmo memorando poderia circular pelas mãos de várias pessoas do governo, mesmo que estas não fossem as principais destinatárias do documento. Em alguns casos, as características e o conteúdo mais importante do memorando vinham descritos na própria denominação do documento. Porém, boa parte dos memorandos que serão utilizados nos capítulos 2 e 3 não apresentavam

denominação alguma. Nesta dissertação optamos por classificá-los a partir de seu conteúdo, segundo os critérios que estabelecemos abaixo⁵⁶:

- 1) *Memorandos de conteúdo prescritivo*: produzidos com o objetivo de *recomendar* a implantação de uma determinada política.

Os memorandos de conteúdo prescritivo dos capítulos 1 e 2 apresentam duas temáticas principais: a primeira refere-se à organização, à necessidade de expansão e aos erros da propaganda anticomunista dos Estados Unidos na América Latina (tema que será discutido no capítulo 1); a segunda versa sobre a importância da criação de um programa de divulgação específico da Aliança para o Progresso (tema do capítulo 2).

- 2) *Memorandos de ação (action memorandum)*: produzidos com a intenção de *comunicar* as pessoas envolvidas ou interessadas no assunto a implantação de determinada política oficial, ou a execução de uma ação por alguma pessoa, grupo ou agência do governo dos Estados Unidos⁵⁷.

- 3) *Memorandos de informação*: escritos com a finalidade de *informar* sobre opiniões, reflexões ou objeções relacionadas a acontecimentos que envolvessem os interesses dos Estados Unidos, ou *informar* sobre orientações políticas seguidas pelo governo estadunidense. Geralmente, estes memorandos de informação interna eram produzidos com a intenção de intervir em alguma polêmica ou debate em relação à política externa dos Estados Unidos.

- 4) *Memorandos de conteúdo instrutivo*: redigidos em Washington com o objetivo de *instruir* o corpo diplomático estadunidense quanto à adoção das orientações políticas desejadas pelo Departamento de

⁵⁶ A mesma classificação quanto ao conteúdo será aplicada aos despachos (telegramas e aerogramas) da Embaixada norte-americana no Brasil.

⁵⁷ Alguns dos documentos que utilizamos nesta pesquisa foram intitulados memorandos de ação por seus próprios redatores, mas a maioria daqueles que recebem esta denominação foram por nós classificados de acordo com o critério que estabelecemos acima.

Estado ou por outras agências do governo. De modo geral, os redatores deste tipo de documento eram o Secretário de Estado, o Subsecretário de Estado e o Secretário-Assistente de Estado para Assuntos Interamericanos.

- 5) *Memorandos pessoais*: via de regra, eram trocados entre pessoas que trabalhavam para uma mesma divisão do governo, com a finalidade de debater aspectos da política estadunidense. A maioria dos memorandos de caráter pessoal que utilizamos nesta pesquisa foram produzidos pelos conselheiros especiais do presidente Kennedy: Richard Goodwin, Arthur Schlesinger Jr. e Ralph Dungan.

Localização das Fontes

A temática da propaganda oficial dos Estados Unidos para a América Latina é ainda muito pouco estudada pela historiografia latino-americana e mesmo estadunidense. Em parte, isso decorre do fato de que boa parte das fontes referentes ao assunto apenas recentemente foi liberada para pesquisa. Os documentos que apresentaremos nos dois primeiros capítulos, por exemplo, estiveram indisponíveis até o ano de 2004.

Realizamos nossa pesquisa em diferentes coleções e fundos dos arquivos da Biblioteca Presidencial John F. Kennedy e do NARA II. Dentre os arquivos guardados pela primeira instituição, aqueles que se referem à temática deste capítulo estão organizados nos *Personal Papers* de Arthur Schlesinger Jr.⁵⁸ e James Stanford Bradshaw⁵⁹, nos arquivos do gabinete de

⁵⁸ Schlesinger Jr., assistente-especial de segurança nacional e de América Latina do presidente Kennedy, era filho de um proeminente historiador e seguiu com destaque a mesma profissão do pai. Em seus arquivos pessoais relativos à administração Kennedy, é possível encontrar relatos de sua participação em diversas reuniões sobre temas “culturais” e também uma série de documentos recebidos por ele que tinham como pauta a ofensiva de propaganda dos Estados Unidos para a América Latina, fosse ela ligada diretamente à Aliança para o Progresso ou não. De acordo com Frances Stonor Saunders, Schlesinger Jr. foi um dos mais engajados personagens ligados a instituições estadunidenses diretamente envolvidas com a “diplomacia cultural” de contenção ao comunismo na Europa, logo após o final da Segunda Guerra Mundial. Schlesinger Jr. teria trabalhado especialmente nos programas cujo público-

trabalho do presidente Kennedy⁶⁰ e nos arquivos pessoais de Teodoro Moscoso, coordenador estadunidense da Aliança para o Progresso. No Arquivo Nacional dos Estados Unidos (NARA II), pesquisamos a documentação referente aos programas de informação organizada no fundo do Secretário-Assistente Substituto de Assuntos Inter-Americanos, Arturo Morales-Carrión⁶¹.

No primeiro capítulo será utilizado um documento que não está catalogado nem disponível para consulta nos arquivos supra mencionados⁶² e que nos foi enviado por via postal, em março de 2008, pelo NARA, em função de um pedido de liberação efetuado em julho de 2007. Assim, esse documento será identificado simplesmente como “documento liberado através do FOIA (*Freedom of Information Act*)”⁶³.

alvo eram os intelectuais e a esquerda não-comunista européia. Estas informações podem ser encontradas em SAUNDERS, Frances Stonor. *La CIA y la Guerra Fría Cultural*. Barcelona: Editorial Debate, 2002. Nesta obra, a autora analisa a articulação entre várias fundações filantrópicas, como Ford, Carnegie e Rockefeller que, em parceria logística, administrativa e financeira com o Departamento de Estado e a CIA financiou e organizou congressos, exposições de arte, apresentações artísticas e publicações que tinham como objetivo combater o marxismo e os regimes estabelecidos no Leste Europeu. Schlesinger Jr. era um dos membros mais ativos do *American Committee for Cultural Freedom* (Comitê Americano pela Liberdade da Cultura), órgão financiado pela CIA e que contava com uma série de comitês nacionais em diversos países do mundo, coordenando publicações de dezenas de periódicos pelo mundo. Schlesinger Jr. foi também conselheiro da CIA para “assuntos culturais”.

⁵⁹ James Stanford Bradshaw trabalhou como assessor de imprensa da Organização dos Estados Americanos (OEA) no ano de 1961. De 1962 até 1965 foi designado Conselheiro-Assistente de Assuntos Públicos para a América Latina da AID (*Agency for International Development*). Durante o ano de 1962 Bradshaw foi também integrante do sub-comitê de “questões culturais” do *Latin American Policy Committee* (LAPC).

⁶⁰ Chama a atenção o fato de que, nos arquivos do gabinete de trabalho do presidente Kennedy sobre a Aliança para o Progresso, foi encontrado um número significativo de documentos que tratavam da propaganda do governo na América Latina. Isto por si só sugere a importância dada a estas políticas durante a sua administração.

⁶¹ Ligado ao Gabinete de Assuntos Inter-Americanos (*Office of Inter-American Affairs*) desde julho de 1961, onde era o responsável por mediar as relações entre o Departamento de Estado norte-americano e a Organização dos Estados Americanos (OEA), Morales-Carrión também foi um dos mais ativos personagens a incentivar a criação de um sub-comitê especial do Comitê de Políticas para a América Latina (*Latin American Policy Committee*, LAPC na sigla em inglês) dedicado a assuntos culturais” do Departamento de Estado.

⁶² Um incontável número de documentos relativos ao tema de nossa pesquisa não está disponível ao acesso público, por conter, alegadamente, informações sensíveis à “segurança nacional” dos Estados Unidos. Nas pastas localizadas no interior das centenas de caixas pesquisadas para este trabalho foram encontrados diversos “Avisos de Retirada” (*Withdrawal Notice*) Tal aviso destaca o dia, o produtor e o receptor do documento que teoricamente deveria encontrar-se ali. No caso, por exemplo, da documentação relativa à atuação da Agência Central de Inteligência (CIA) no Brasil, as caixas contêm quase que tão somente avisos de retirada.

⁶³ No início dos anos 90, o então presidente dos Estados Unidos, George Bush, assinou uma lei que permitia o acesso a documentos retidos. A chamada Lei de Liberdade de Informação (*Freedom of Information Act*, ou FOIA na sigla em inglês), permite que o pesquisador preencha um formulário solicitando a liberação de um documento classificado. O tempo que decorre entre o pedido de liberação e o envio do documento para as mãos do pesquisador pode levar

Grupos, Agências e Departamentos Vinculados à Produção das Fontes

a) A Agência Estadunidense de Informação – USIA

A USIA foi criada oficialmente em 1953 e encerrou as suas atividades no ano de 1999. Antes de 1953, ela era chamada de USIS (*United States Information Service*). Como uma agência independente do governo dos Estados Unidos, a USIA foi responsável pela coordenação das ações de propaganda a partir de veículos oficiais e não oficiais. As funções dessa agência eram: divulgar positivamente a política externa e interna dos Estados Unidos pelo mundo, organizar programas de intercâmbio cultural oficiais entre os Estados Unidos e outros países, coordenar os programas da rádio *Voice of America* (rádio oficial do governo norte-americano, com várias estações espalhadas pelo mundo), *Radio Free Europe* e *Rádio y TV Martí*, especialmente fundada para contrapor-se à Revolução Cubana.

A USIA também coordenava o planejamento e a execução dos chamados *information programs*, que constituem os casos discutidos neste capítulo. Os estrategistas estadunidenses costumavam utilizar a palavra *information* para designar propaganda. Assim, os *information programs* consistiam em ações de propaganda direta ou indireta em apoio à política interna e externa dos Estados Unidos.

A USIA possuía uma sede central em Washington e diversos postos espalhados por diversos países. Geralmente, havia colaboração direta ou indireta entre USIA e CIA na organização e na execução dos programas de propaganda. A diferença de atribuições das agências dizia respeito ao tipo de propaganda que seria veiculada. A USIA era responsável pelas ações de propaganda nos meios oficiais, mas não era incomum que ela se envolvesse também em ações de propaganda “encobertas”, ou seja, aquelas cuja origem é atribuída a uma fonte falsa ou “de fachada”.

anos, dependendo da agência ou departamento de onde provém o arquivo. Os arquivos da CIA, segundo uma carta endereçada a mim pelo NARA, não podem ser liberados pelo NARA pois este alegadamente “não dispõe das prerrogativas legais para liberar este tipo de documentação” produzida pela CIA.

Conforme Philip Agee, ex-agente da CIA, as ações de propaganda dos Estados Unidos eram divididas em três categorias: branca, cinza e negra. A “branca” era oficial, sempre coordenada pela USIA. A “cinza” era atribuída a instituições ou indivíduos que não se vinculavam publicamente ao governo estadunidense e divulgavam as informações por ele produzidas como se fossem suas. Por fim, a “negra” ou não era imputada a nenhuma fonte, ou era atribuída a uma fonte inexistente. Também poderia ser caracterizada como “negra” uma ação de propaganda atribuída a uma fonte verdadeira, mas com conteúdo falso. Somente a CIA tinha autorização para envolver-se em operações de propaganda “negra”, mas a agência podia compartilhar algumas das funções de propaganda “cinza” com a USIA⁶⁴. No final dos capítulos 2 e 3, serão apresentados exemplos de propaganda “cinza” produzidos pela USIA, mas atribuídos a outras fontes.

b) Os Assistentes Especiais do presidente Kennedy

A administração John F. Kennedy teve a América Latina como uma de suas principais preocupações. Em razão do que consideravam como fracassos da política externa da presidência anterior de Dwight Eisenhower (1953-1960) para a região, Kennedy organizou toda uma estrutura burocrática especialmente designada para lidar com os “problemas” latino-americanos, sendo Cuba o principal deles. Um exemplo desta orientação foi a nomeação de três Assistentes Especiais responsáveis prioritariamente por assuntos latino-americanos: Ralph Dungan, Richard Goodwin e Arthur Schlesinger Jr. Dois deles, Goodwin e Schlesinger, envolveram-se diretamente com as iniciativas de propaganda do Departamento de Estado – em colaboração com a USIA e outras agências. Além destes personagens, Walter Whitman Rostow e McGeorge Bundy também trabalharam como Assistentes Especiais sobre Assuntos de Segurança Nacional.

⁶⁴ Segundo Agee, caso alguma agência quisesse se envolver em operações de propaganda cinza, era necessário pedir autorização prévia para a CIA. Informações extraídas de AGE, Philip. *Dentro da “Companhia”: Diário da CIA*. São Paulo: Círculo do Livro, 2ª edição, 1976. p. 69.

Os Assistentes Especiais de Kennedy desempenhavam funções de assessoramento, representação e aconselhamento em relação às principais ações e discursos planejados pelo presidente dos Estados Unidos. Esses assessores, muitas vezes, tinham a liberdade de tomar decisões em nome do presidente em comissões oficiais do governo norte-americano⁶⁵. Um exemplo disso foi o papel desempenhado por Richard Goodwin nos órgãos interdepartamentais que elaboraram as estratégias da ofensiva de propaganda estadunidense para a América Latina.

c) A Força Tarefa sobre Problemas Imediatos Latino-Americanos

Ainda em fase de campanha presidencial, no início de 1960, John F. Kennedy convocou alguns de seus mais próximos aliados políticos para elaborar um projeto de “desenvolvimento” para a América Latina. O grupo foi montado e era composto por Lincoln Gordon, ex-funcionário do Plano Marshall e professor de economia em Harvard (posteriormente nomeado embaixador dos Estados Unidos no Brasil), Arthur Whitaker, economista estadunidense e professor do MIT, Arturo Morales-Carrión, advogado cubano e Teodoro Moscoso, político e empresário porto-riquenho. A coordenação deste grupo ficou a cargo do ex-embaixador norte-americano no Brasil, Adolf Berle. Juntos, estes personagens integraram a chamada Força-Tarefa sobre Problemas Imediatos Latino-Americanos (*Task Force on Immediate Latin American Problems*), a qual no final do ano de 1960 apresentou para o candidato à presidência John F. Kennedy um relatório contendo uma série de recomendações de políticas a serem implementadas na América Latina. Este relatório acabou se tornando a base do projeto que seria posteriormente denominado Aliança para o Progresso.

⁶⁵ Informação extraída de SCHLESINGER JR., Arthur. *Mil Dias: John F. Kennedy na Casa Branca*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 42.

2.3 A Visão Estadunidense sobre a América Latina e seus Problemas

O exemplo que melhor ilustra a visão e as respostas oferecidas por setores da administração Kennedy acerca dos problemas latino-americanos é um memorando prescritivo escrito por Arthur Schlesinger Jr. para o presidente Kennedy. Schlesinger Jr. acompanhou uma viagem da missão *Food for Peace* (Alimentos para a Paz) que passou por vários países latino-americanos. Impressionado com o que presenciou, especialmente na região nordeste do Brasil, Schlesinger transmitiu ao presidente suas recomendações:

O argumento é que a América Latina está irrevogavelmente comprometida com a causa da modernização. Este processo de modernização não poderá ter lugar sem uma drástica revisão da estrutura agrária semi-feudal que prevalece em muitas partes do subcontinente. Esta revisão pode vir de duas maneiras: através de uma revolução das classes médias ou através de uma revolução operário-camponesa (comunista ou peronista). Obviamente, é do interesse dos Estados Unidos promover uma revolução das classes médias. Infelizmente a oligarquia proprietária de terras não entende a gravidade de sua própria situação. Ela constitui a grande barreira para uma revolução das classes médias e, ao impedir a revolução das classes médias, ela pode trazer a revolução proletária.⁶⁶

Schlesinger Jr. identificou com precisão o cenário político da região. Embora a possibilidade de uma “revolução das classes médias” fosse remota, a idéia de uma revolução operário-camponesa, fosse ela “comunista ou

⁶⁶ “The argument is that Latin America is irrevocably committed to the quest for modernization. This process of modernization cannot take place without a drastic revision of the semi-feudal agrarian structure of society which still prevails through much of the subcontinent. That revision can come about in two ways--through a middle-class revolution or through a "workers-and-peasants" (i.e., Communist or Peronista) revolution. It is obviously to the US interest to promote the middle-class revolution. Unfortunately the Latin America's landed oligarchy does not understand the gravity of its own situation. It constitutes the chief barrier to the middle-class revolution and, by thwarting the middle-class revolution, may well bring about the proletarian revolution”. **Report to the President of the Latin American Mission**, de Arthur Schlesinger Jr., Assistente-Especial de Assuntos Latino-Americanos do presidente Kennedy para o presidente Kennedy, Washington DC, 10/03/1961. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Arthur Schlesinger Jr. (White House Files), caixa WH-2, pasta Alliance for Progress. O conteúdo dos documentos apresentados ao longo dos quatro capítulos deste trabalho serão livremente traduzidos por mim, e o seu conteúdo original em inglês será transcrito nas notas de rodapé, juntamente com a sua localização completa no arquivo estadunidense ou brasileiro.

peronista”, estava presente no horizonte das lutas sociais latino-americanas, como demonstraram a Revolução Guatemalteca de 1944, a Boliviana de 1952 e a Cubana de 1959. Sobre as expectativas latino-americanas referentes às atitudes do novo governo Kennedy em resposta à situação explosiva do subcontinente, Schlesinger Jr. afirmou:

A América Latina está esperando ansiosamente por novas iniciativas de Washington. A eleição do presidente Kennedy e o retorno dos democratas ao poder deram origem a enormes expectativas ao longo do continente. O discurso inicial [do presidente Kennedy] evocou especial admiração. As pessoas estão encarando JFK [John Fitzgerald Kennedy] como a reencarnação de FDR [Franklin Delano Roosevelt]. Surpreendentemente, negligências e erros passados foram esquecidos. A atmosfera está preparada para milagres. Existe conseqüentemente perigo real de que a intensidade das atuais expectativas possam levar a futuros desapontamentos – embora eu esteja seguro de que se o governo dos Estados Unidos apresentar algum interesse e programa desenvolvido de modo razoável, este atual humor vai continuar.⁶⁷

Três dias após a data de produção do memorando de Schlesinger Jr., o presidente Kennedy convocou todos os embaixadores dos países latino-americanos e congressistas dos Estados Unidos para a cerimônia em que foi anunciado o programa dos dez pontos da Aliança para o Progresso. Em seu discurso inaugural, o presidente norte-americano dirigiu um sutil “alerta” aos setores oligárquicos latino-americanos para que estes se alinhassem aos interesses dos Estados Unidos e também deixou clara a orientação de combate ao comunismo presente no projeto da Aliança para o Progresso.⁶⁸

⁶⁷ “Latin America is waiting expectantly for new initiatives from Washington. The election of President Kennedy and the return of the Democrats to power have given rise to enormous expectations throughout Latin America. The Inaugural Address evoked particular admiration. People are looking on JFK as a reincarnation of FDR. To a surprising degree, the slate has been wiped clean of past neglect and error. The atmosphere is set for miracles. There is consequently real danger that the intensity of present expectations may lead to future disappointments—though I am sure that, if the US government comes up with any reasonably developed interest and program, the present mood will continue”. **Report to the President of the Latin American Mission, *idem*.**

⁶⁸ TAFFET, Jeffrey. *Foreign Aid as Foreign Policy: The Alliance for Progress in Latin America*. New York, Routledge, 2007, p. 199.

2.4 O “Perigo” Cubano

Os proponentes do projeto da Aliança para o Progresso tinham em mente um objetivo claramente estabelecido: a intenção de isolar Cuba. Este objetivo pode ser identificado em vários documentos elaborados por destacados integrantes da administração Kennedy e confirmado através da análise de vários autores que escreveram sobre o tema⁶⁹. Um dos exemplos mais claros desta postura pode ser encontrado em um memorando enviado ao presidente Kennedy por Adolf Berle, chefe da força-tarefa que elaborou a Aliança para o Progresso. Neste documento constam suas considerações sobre o que ele julgava que deveriam ser as posturas dos Estados Unidos em termos de política hemisférica. Para Berle, a política do governo Kennedy para a América Latina deveria “isolar Cuba, que agora deve ser considerada um país do bloco comunista”.⁷⁰

A pretensão de isolar Cuba através do lançamento da Aliança para o Progresso também era uma resposta às expectativas, temores e frustrações de parte da elite e das classes médias latino-americanas conscientes dos graves problemas estruturais das suas sociedades. Naturalmente, os temores vindos destes setores sociais latino-americanos diziam respeito à possibilidade de que a crescente insatisfação social pudesse caminhar em direção ao socialismo, colocando em perigo o sistema como um todo. Frente a isso, o governo dos Estados Unidos precisava demonstrar sinais de que agiria rápido e com

⁶⁹ Exemplos desta análise podem ser encontrados em TRÍAS, Vivian. *Historia del Imperialismo Norteamericano*. Buenos Aires: Peña Lillo, 1975, terceiro volume; AYERBE, Luís Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a Construção da Hegemonia*. São Paulo: UNESP, 2002; SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: Poder e Submissão; uma História da Política Norteamericana em relação à América Latina*. São Paulo: EDUSC, 2000; CHOMSKY, Noam. *Rethinking Camelot: JFK, the Vietnam War, and U.S. Political Culture*. Boston: South End Press, 1993; MAGDOFF, Harry. *A Era do Imperialismo*. São Paulo: HUCITEC, 1978; ACOSTA-SANCHÉZ, José. *El Imperialismo Capitalista*. Barcelona: Blume, 1977; RABE, Stephen. *The Most Dangerous Area in the World: John F. Kennedy Confronts Communist Revolution in Latin America*. Chapel Hill and London: University of North Carolina Press, 1999.

⁷⁰ “After reviewing all the apparent possibilities in the hemispheric situation, I suggest the following policy: 1. Isolation of Cuba, now to be considered a Communist Bloc country”. **Hemispheric Policy**, memorando de Adolf Berle, chefe da Força Tarefa sobre Problemas Imediatos Latino-Americanos para o presidente Kennedy, Washington DC, 25/04/1961. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Teodoro Moscoso, caixa 2, pasta Latin American Task Force Files. O diplomata e jurista Adolf Augustus Berle teve participação destacada na deposição do governo Vargas, em 1945, quando era embaixador dos Estados Unidos no Brasil.

eficácia, na tentativa de corresponder a estas expectativas. Enrique Padrós definiu com precisão o desafio que deveria enfrentar a Aliança para o Progresso:

O programa da Aliança para o Progresso anunciava o alvo a ser enfrentado. Se o principal objetivo era a contenção da ameaça comunista, a tradição política latino-americana era percebida como fator inibidor do sucesso do programa de combate à miséria. Ao considerar que a instabilidade política da região resultava do acirramento de classes originado de um agudo desequilíbrio econômico e de uma injusta ordem social, reconhecia-se a existência de setores dominantes marcadamente conservadores e defensores de um *status quo* excludente e autoritário. O boicote contra as reformas em curso levou essas frações da velha oligarquia a ter que enfrentar pressões dos defensores locais da Aliança e do governo dos Estados Unidos.⁷¹

O “fator inibidor para o sucesso do programa” da Aliança para o Progresso era justamente aquilo que Schlesinger também havia identificado em relação à posição da oligarquia latino-americana. Por algum tempo, membros da administração estadunidense acreditaram que, para lidar com este acirramento da luta de classes na América Latina, seria preciso manter as frações sociais menos conservadoras em uma posição de firme apoio aos valores sociais típicos da sociedade norte-americana branca, cristã, ocidental e capitalista. Enfim, julgou-se que o meio mais eficaz para realizar esta complicada tarefa seria através de ações de propaganda que se contrapusessem ao comunismo em geral e aos impactos psicológicos das conquistas sociais alcançadas pela Revolução Cubana.

⁷¹ PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no Hay... Terror de Estado e Segurança Nacional – Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, 2005, p. 244.

2.5 A Propaganda de Combate ao Comunismo

A julgar pelos comentários e recomendações expressos em vários documentos de importantes indivíduos ligados à Casa Branca, a propaganda oficial dos Estados Unidos na América Latina, pelo menos até o início dos anos 60, não vinha sendo suficientemente agressiva e eficaz. Por muito tempo, Washington pôde relegar a segundo plano as preocupações com sua imagem no continente ao sul do Rio Grande, voltando seus esforços de propaganda quase que exclusivamente para a Europa e a Ásia. Somente no final do governo Eisenhower, especialmente após a vitória da Revolução Cubana, os altos escalões do Departamento de Estado parecem ter sido despertados para a necessidade de expansão de seus programas de informação também pela América Latina. Era como se a história estivesse batendo às portas do Salão Oval da Casa Branca. O “perigo do comunismo” estava a menos de duzentos quilômetros de Miami.

Frente a isso, todos os recursos disponíveis ao governo dos Estados Unidos deveriam ser mobilizados para a tarefa de contraposição à denominada “propaganda castro-comunista”, que alegadamente espalhava-se “perigosamente” pela América Latina, inspirando pessoas, governos e organizações com idéias “subversivas” que poderiam conduzir à “agitação” e ao “caos”. Em suma, era preciso vender a idéia de que o comunismo era uma ideologia alienígena e oferecer em troca uma alternativa cristã, ocidental, liberal e “democrática”.

Com a ascensão de Kennedy à presidência, indivíduos ligados à agência oficial de propaganda dos Estados Unidos – USIA – e outros que prestaram serviços ao Departamento de Estado e à CIA começaram a refletir e a propor mudanças em relação ao trabalho que estava sendo realizado até aquele momento em termos de propaganda anticomunista. Entre os arquivos Força Tarefa sobre Problemas Imediatos Latino-Americanos, é possível encontrar as primeiras preocupações dos proponentes da Aliança para o Progresso neste sentido. Elas são mencionadas em um memorando de conteúdo prescritivo escrito por Adolf Berle e endereçado ao presidente Kennedy. Junto a este

memorando, Berle anexara o último relatório produzido pela Força Tarefa que, naquele momento, estava sendo oficialmente desintegrada.

Em um tom de despedida, Berle comunicou ao presidente Kennedy as últimas recomendações feitas pelo grupo em relação à política hemisférica. Berle identificou algumas questões que “requeriam imediata ação em caráter emergencial”. Ao mesmo tempo, fez recomendações sobre como colocar tais ações em prática de modo eficiente, destacando aquelas por ele denominadas como tarefas de “educação-informação-propaganda” (*education-information-propaganda*). Berle reconheceu que este era um tema pouco trabalhado não somente pela Força-Tarefa, mas também subestimado pelo governo como um todo:

A Força-Tarefa [sobre Problemas Imediatos Latino-Americanos] está estudando e considerando uma questão de grande importância, nomeadamente a expansão em adequadas proporções dos programas e estruturas de educação, informação, propaganda e cultura dos Estados Unidos na América Latina. Isto não é uma crítica às agências envolvidas. Elas trabalham com o dinheiro e as ferramentas que lhes são dadas. Mas há concordância geral (compartilhada pelas agências entre si) de que o atual programa é inadequado e vários de seus elementos tendem a tornar-se incongruentes. Seu alcance deve ser ampliado e a profundidade de seu impacto deve ser intensificada. Sob as atuais circunstâncias, suas concepções precisam ser modificadas. Um programa adequado deve desenvolver a tese do Mundo Ocidental sobre progresso econômico, político e social atingido sob a liberdade; deve demonstrar como fazer isso; deve educar os estudantes na teoria e na prática; e deve produzir anualmente um número substancial de homens e mulheres em cada país para transformar teoria em prática; tem de criar através da mídia um clima de apoio ao desenvolvimento de uma sociedade livre socialmente eficaz.⁷²

⁷²“Education-information-propaganda: an unfinished task. The Task Force has under study and consideration one subject of major importance, namely, expansion to adequate proportions of the United States education-information-propaganda-cultural program and facilities in Latin America. Criticism of existing agencies is not here implied. They work with the money and tools given them. But there is general agreement (shared by the agencies themselves) that the present program is inadequate, and that its various elements have tended to become disparate. Its extent should be increased; and its depth of impact must be intensified. Under current conditions, probably its conception needs to be changed. An adequate program must develop the Western World thesis of political, economic and social progress under freedom; must demonstrate how this is done; must educate students in its theory and practice; must produce substantial numbers of men and women in each country in each year trained to carry theory into practice; must create a climate through mass media supporting the development of a socially effective free society”. **Report to the President**, de Adolf Berle, chefe da Força-Tarefa sobre Problemas Imediatos Latino-Americanos, para o presidente Kennedy, Washington DC, 07/07/1961. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Teodoro Moscoso, caixa 2, pasta Latin American Task Force Files.

Em primeiro lugar, é interessante observar a maneira como Berle definiu educação, informação, cultura e propaganda como conceitos sinônimos, pelo menos dentro da lógica da ofensiva de propaganda oficial norte-americana. Ele também deixou transparecer sutilmente a idéia de que a imagem dos Estados Unidos na América Latina não era muito positiva, constatação possivelmente baseada em sua experiência como embaixador no Brasil e em suas viagens pelo continente enquanto chefe da Força-Tarefa. A profundidade das mudanças recomendadas por Berle no programa de propaganda estadunidense correspondia ao que ele identificou como o perigo de ofensiva da propaganda feita pelo bloco soviético e por Cuba:

Os esforços norte-americanos devem competir e defender-se contra o atual programa do bloco comunista, e operar em uma escala sete vezes maior do que os atuais esforços dos Estados Unidos, medido por comparações entre as despesas. (Somando-se todas as agências dos Estados Unidos gasta-se aproximadamente quinze milhões de dólares. Os países do bloco comunista estão gastando pela região cem milhões de dólares). Em muitos países latino-americanos o estrato de intelectuais e de pessoas politicamente conscientes é estreito. As agências do bloco comunista podem então infiltrar os sistemas educacionais, selecionar grupos para treinamento especial, e conquistar a vida intelectualmente consciente de países menos desenvolvidos. Na ausência de algum outro sistema, ao promover algumas centenas ou (como planejado no caso do Brasil) alguns milhares de comunistas treinados anualmente, os esforços do bloco comunista pode, após poucos anos de operação, virtualmente tomar o controle de um país. Países subdesenvolvidos com adequado sistema educacional são alvos prontos para este tipo de imperialismo. Não há razão para deixar com que este vácuo seja preenchido por nossos inimigos. O desenvolvimento organizativo de um plano de educação-informação-propaganda, e o desenho de uma legislação para torná-la efetiva, levará algum tempo. Este assunto alinha-se à política e à defesa militar. Isto está para além das atribuições da Força-Tarefa. Eu sugiro, portanto, a constituição de um grupo patrocinado pela Casa Branca para lidar com estas questões.⁷³

⁷³ "American effort must compete with and defend against a Communist-bloc program presently organized, and operating on a scale approximately seven times that of current United States efforts, measured by comparative expenditures. (All United States agencies combined spend about \$15 million. The Communist-bloc countries are spending in the neighborhood of \$100 million.) In many Latin American countries the stratum of intellectuals and politically conscious people is narrow. Communist-bloc educational and propaganda agencies thus can infiltrate educational systems, select groups for special training, and over-run the intellectually conscious life of the less developed countries. Absent any other system, by providing a few hundred or (as planned in the case of Brazil) a few thousand trained Communists each year, the Communist-bloc effort can, after a few years of operation, virtually take over the functioning of the country. Underdeveloped countries with adequate educational systems are ready targets for this kind of imperialism. There is no reason why a vacuum should be left to be filled by our enemies. Development of a plan for an education-information-propaganda organization, and outlining legislation to make it effective, will take some time. The subject ranks with that of political or

Assim, Berle julgava que a ofensiva de propaganda dos Estados Unidos deveria competir com a comunista porque a América Latina estaria suscetível à influência desta última. Provavelmente ele tenha superestimado as reais condições do “bloco comunista” para organizar uma ofensiva de propaganda no alcance descrito por ele (“centenas de pessoas treinadas anualmente no Brasil”). No entanto, Berle parecia estar convicto de que, se os Estados Unidos não oferecessem uma resposta à altura do “perigo da propaganda comunista”, era provável que em pouco tempo o seu pior inimigo tomaria o controle de algum país da região. Tenha ou não exagerado a dimensão do poder da propaganda comunista, Berle foi somente um dos vários exemplos de destacados personagens do Departamento de Estado e outras agências do governo norte-americano que alertaram para o problema.

Recomendações semelhantes foram elaboradas por integrantes da agência governamental responsável pelo tema, a USIA⁷⁴. Em um memorando de conteúdo prescritivo endereçado ao mesmo Adolf Berle e a Donald Wilson, Diretor-Assistente da USIA, John McKnight, o Diretor-Assistente da USIA para a América Latina, relatou os esforços empreendidos pela agência durante o governo Eisenhower e sugeriu, conforme esclarece o próprio título do documento – *Uma expansão dos programas de propaganda pela América Latina* – com a destinação de mais recursos financeiros e humanos para esta tarefa. McKnight recomendou que fossem investidos no mínimo o dobro de recursos financeiros em relação ao que vinha sendo empregado para a produção de cada um dos itens de propaganda, o que, segundo ele, significaria um investimento total anual de pouco mais de 38 milhões de dólares. Se somados os recursos dos programas do Departamento de Defesa, o total investido seria de setenta e um milhões e quatrocentos mil dólares em um ano⁷⁵.

military defense. I believe it goes beyond the function of the Task Force. I therefore suggest that a special White House-sponsored group be constituted to take it over”. **Report to the President, *idem*.**

⁷⁴ As principais ações que a USIA vinha desempenhando eram as seguintes: publicações de livros, panfletos, folhetos e revistas para públicos específicos, produção de programas para serem veiculados em rádios e televisões pela América Latina e na rádio oficial *Voice of America* (Voz da América), programas de intercâmbio de pessoas, distribuição de filmes, organização de exposições de arte e conferências, etc.

⁷⁵ **An Expanded Propaganda Program in Latin America**, de John McKnight, Diretor-Assistente da USIA para a América Latina, para Donald Wilson, Diretor-Assistente da USIA e Adolf Berle, chefe da Força-Tarefa sobre Problemas Imediatos Latino-Americanos, Washington

John McKnight também apresentou neste memorando sua “curiosa” definição de propaganda, semelhante à elaborada por Berle, vista como sinônimo de outros termos aparentemente desconexos entre si:

*Não há certamente uma clara linha divisória entre as atividades chamadas ‘culturais’, de ‘propaganda’ ou de ‘informação’. Nem mesmo as atividades em si nem os seus conteúdos permitem tal distinção. Uma exibição de arte pode claramente ser descrita como contendo elementos de ‘cultura’ e de ‘propaganda’. Isso vale também para uma conferência ou uma visita de intercâmbio e quase todo o resto.*⁷⁶

O que se pode inferir das palavras de McKnight é que as atividades patrocinadas pela USIA continham simultaneamente elementos “culturais”, de “informação” e de “propaganda”, utilizados de acordo com os interesses do governo dos Estados Unidos. Se não havia uma “clara linha divisória” entre estas idéias, e se as “atividades” e “conteúdos” dos programas da USIA não permitiam distinguir o que seria uma coisa ou outra, então isso era um sinal de que o que se considerava como propaganda era toda e qualquer atividade que pudesse divulgar positivamente a vida política, social e econômica estadunidense. Mais do que opinião pessoal de McKnight, esta era uma visão dominante entre os círculos políticos dirigentes dos Estados Unidos desde o final da Segunda Guerra Mundial.

De acordo com uma diretriz do Conselho de Segurança Nacional norte-americano (*National Security Council*, ou NSC na sigla em inglês) redigida em 1950, seria propaganda

Todo esforço ou movimento organizado para distribuir informação ou uma doutrina particular, mediante notícias, opiniões ou chamamentos, dirigidos a influir no pensamento e nas ações de determinado grupo (...). O tipo de propaganda mais efetivo [é aquele no qual] um sujeito

DC, 05/07/1961. Localização: NARA II, RG 59, fundo Office Files of the Deputy Assistant for Inter-American Affairs, caixa 1, pasta Propaganda Program in Latin America USIA.

⁷⁶ “There is not, of course, a clear dividing line between so called ‘cultural’ and ‘propaganda’ or ‘information’ activities. Neither the activity itself nor the content permits this distinction. An art exhibit can clearly be described as containing elements of both ‘culture’ and ‘propaganda’. So may a lecture, an exchange visit, almost everything else”. **An Expanded Propaganda Program in Latin America**, *idem*. Os itálicos são meus.

se move na direção que outro quer por razões que pensa serem suas próprias.⁷⁷

A propaganda seria elemento fundamental daquilo que esta mesma orientação do NSC definia como “guerra psicológica”:

O uso planejado da propaganda e outras atividades, exceto o combate, por parte de uma nação, que comunicam idéias e informação com o propósito de influir nas opiniões, atitudes, emoções e comportamento de grupos estrangeiros, de maneira que apoiem a consecução dos objetivos nacionais.⁷⁸

A partir destas definições pode-se entender que a propaganda estadunidense tinha como pretensão influir decisivamente sobre as ações de grupos sociais para os quais era dirigida. Em outras palavras, as ações de propaganda do governo dos Estados Unidos possuíam clara função ideológica. Com base na difusão de informações e materiais que objetivavam desacreditar ou mesmo ridicularizar os projetos dos movimentos de esquerda e a Revolução Cubana, o país levou adiante uma “guerra psicológica” para contenção do comunismo na América Latina.

Através desta campanha de propaganda, buscou-se difundir uma série de códigos morais, éticos, culturais, políticos e econômicos característicos da sociedade capitalista. Esses valores foram “vendidos” como a única alternativa viável de organização social, enquanto qualquer outra via de desenvolvimento era descrita como “subversiva” ou “extremista”. Assim, ainda que os estrategistas norte-americanos jamais tenham admitido abertamente, eles

⁷⁷ National Security Council Directive, 10 de julho de 1950, citada em *Final Report of the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities*. United States Government Printing Office, Washington, 1976 citado em SAUNDERS, Frances Stonor. *op. cit.*, p. 17-18.

⁷⁸ Saunders, *idem*, p. 17. Estas concepções permeiam toda a documentação consultada sobre o tema. Os estrategistas norte-americanos deixaram estas premissas impressas, embora nem sempre de forma direta, nos documentos que produziram. Portanto, era esperado que as ações empreendidas pela USIA visassem tais objetivos.

pretendiam, com sua campanha de propaganda, melhorar a imagem de um sistema que vinha sofrendo, naquela época, uma série de contestações.⁷⁹

Desde 1950 até o início do governo Kennedy, os objetivos gerais no campo da propaganda permaneceram, em essência, os mesmos. Para conseguir implementá-los, a administração Kennedy teve de repensar a sua estratégia relativa aos programas de informação na América Latina. Este processo de organização da burocracia e de redefinição de práticas estendeu-se do início do ano de 1961 até a segunda metade do ano de 1963 e recebeu um importante estímulo com a criação do Comitê de Políticas para a América Latina (*Latin American Policy Committee*, ou LAPC) formado em abril de 1962 como um órgão centralizador para coordenação política.

Este comitê acabou se tornando um dos mais importantes órgãos decisórios da política externa dos Estados Unidos para a América Latina em todas as suas áreas, desde os assuntos mais rotineiros até aqueles que afetavam diretamente a chamada “segurança nacional dos Estados Unidos”. O LAPC era formado por representantes de várias agências do governo estadunidense, que se revezavam nas reuniões realizadas semanalmente pelo órgão. As agências que compunham o LAPC eram as seguintes: o Gabinete de Assuntos Inter-Americanos (ou ARA na sigla em inglês), a Agência de Desenvolvimento Internacional (AID), o Gabinete de Inteligência e Pesquisa (*Bureau of Intelligence and Research*, INR), a USIA, a Central de Inteligência Americana (CIA), o Departamento de Defesa, a Casa Branca – na pessoa de algum assistente-especial do presidente Kennedy – e outras agências que compareciam às reuniões de acordo com o tema que seria debatido.

Em 25 de maio de 1962, foi realizada uma importante reunião do LAPC na qual foram discutidos aspectos relacionados a um “programa cultural latino-

⁷⁹ A propaganda de combate ao comunismo desempenhou também um papel fundamental no interior da sociedade norte-americana. Um dos exemplos mais explícitos disso foram as tentativas, no início dos anos 60, de classificar como “filo-comunista” o heterogêneo movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos. Este período histórico marcou uma sensível transformação política nos principais líderes do movimento negro, como Martin Luther King e Malcom X por exemplo. Eles começaram a rever algumas de suas posições pacifistas – caso de King – e nacionalistas – caso de Malcom X, passando gradualmente a sustentar posições internacionalistas e de contestação ao imperialismo norte-americano. Por isso, o FBI e a CIA – de acordo com revelações da coleção *Family Jewels*, liberados pela CIA em junho de 2007 – realizaram todos os tipos de sabotagem contra movimentos negros, estudantis, anti-guerra, etc.. Sobre a repressão contra movimentos negros, ver O'REILLY, Kenneth. *Racial Matters: The FBI's Secret File on Black America (1960-1972)*. New York: The Free Press, 1989.

americano”. Estiveram presentes Richard Goodwin⁸⁰, Arturo Morales-Carrión, Secretário-Substituto de Assuntos Interamericanos, dois importantes membros da USIA, um certo senhor Battle, dirigente da Columbia University de Nova Iorque, representantes do Departamento de Defesa, o coordenador estadunidense da Aliança para o Progresso, Teodoro Moscoso, Arthur Schlesinger Jr., o procurador-geral e irmão do presidente, Robert Francis Kennedy, um representante do Departamento de Justiça, James Symington e dois representantes da CIA – um certo coronel King e Cord Meyer⁸¹.

Nesta ocasião, Goodwin, presidente em exercício do LAPC, enfatizou a “vital necessidade de um efetivo programa que penetre e recapture a comunidade intelectual na América Latina”. O objetivo central desta campanha era “afastar este grupo do extremismo em termos de pensamento político e recrutar sua inteligência e energia para a batalha pela sobrevivência da cultura ocidental”. Este público-alvo, identificado por Goodwin como aquele “receptivo às idéias”, era composto por estudantes, professores, escritores, artistas e jornalistas⁸². Goodwin, no entanto, ressaltou que existiam algumas

⁸⁰ Goodwin era um jovem e proeminente advogado formado em Harvard. Antes mesmo de completar 30 anos de idade, aproximou-se do também jovem candidato a senador dos Estados Unidos, John Kennedy, apoiando a sua campanha. Quando eleito presidente, no início de 1961, Kennedy o nomeou como seu conselheiro-especial – Goodwin foi o encarregado de redigir a maioria dos discursos de Kennedy e de acompanhar de perto todos os momentos políticos mais importantes de sua administração. Logo no final deste mesmo ano, ele foi nomeado Secretário Assistente-Substituto de Assuntos Interamericanos, cargo que ocupou até o final de 1963.

⁸¹ Cord Meyer serviu à marinha norte-americana na batalha de Guam, no Pacífico Sul, durante a Segunda Guerra Mundial. Em 1949, integrou-se à organização precursora da CIA, o OSS (*Office of Strategic Services*). De 1954 até o início de 1962, ele foi o chefe da IOD (*International Operations Division*), órgão da CIA responsável por suas “atividades” internacionais. Na metade do ano de 1962, ele assumiu a presidência do *Covert Action Staff* (Equipe de Ações Encobertas), cargo que ocupou até a sua aposentadoria da agência em 1977. Segundo Frances Stonor Saunders, Cord Meyer foi um dos grandes responsáveis pela articulação entre “fundações de fachada”, caso da Fundação Ford e outras, e as atividades “culturais” da CIA na Europa na década de 50, 60 e 70. Ver Saunders, *op. cit.*, p. 327.

⁸² De acordo com Richard Goodwin, que produziu um memorando de conteúdo prescritivo sobre este tema, o principal alvo da propaganda comunista na América Latina era a comunidade intelectual latino-americana. Esta demonstraria grande capacidade de influência nas “mentalidades de pessoas e dos governos”. Mais do que isso, os estudantes seriam capazes até mesmo de criar situações políticas explosivas. Segundo Goodwin, os comunistas estavam obtendo sucesso em suas investidas, uma vez que grande parte das organizações universitárias estudantis eram controladas por comunistas ou orientadas segundo idéias esquerdistas. **Latin American Intellectual Community – Communist Target**, memorando enviado por Richard Goodwin, Assistente-Especial do presidente, para o Secretário-Assistente de Estado para Assuntos Interamericanos, Edwin Martin, Washington DC, 09/02/1962. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Arthur Schlesinger Jr. (White House Files), caixa WH-35 (Classified Subject File), pasta Richard Goodwin 1961-1963. Interessante notar que o documento escrito por Goodwin apresenta algumas marcas de classificação em relação

“desvantagens” que deveriam ser superadas para garantir a consecução deste esforço.

A primeira delas era o fato de que o “comunismo oferecia um sistema já pronto de rígida ideologia a partir da qual todos os fenômenos poderiam ser ‘entendidos’”⁸³. Por outro lado, segundo Goodwin, o sistema norte-americano “de pragmatismo liberal, que procura soluções para os problemas sociais através da inovação e do experimento”, não oferecia nenhuma “solução fácil para a América Latina”. Além disso, outra desvantagem associada ao programa norte-americano dizia respeito ao “intercâmbio cultural impregnado pelo padrão europeu na literatura, filosofia e artes na América Latina”.⁸⁴

Goodwin esperava sucesso nesta empreitada denominada por ele como “intercâmbio cultural”, mesmo diante das dificuldades em “comissionar a construção de um pragmatismo liberal para rivalizar com a rígida ideologia soviética”. Para tanto, afirmava que o governo estadunidense deveria “trabalhar para acabar com o isolamento norte-americano dos movimentos intelectuais na América Latina”, a partir da “promoção norte-sul (oposta à leste-oeste) de experiências culturais nas artes, filosofia, literatura e ciências”, estímulo que

ao conteúdo total do documento, revelando o grau de sigilo envolvido nesta tarefa da propaganda. Por isso, ficamos sem ter acesso a pelo menos um parágrafo inteiro contendo algumas recomendações de nomes de intelectuais e agências que deveriam agir em nome dos interesses do governo dos Estados Unidos nesta tarefa de contrapor-se à propaganda comunista na América Latina. Este e outros documentos estão guardados nos arquivos pessoais de Arthur Schlesinger Jr. na seção de documentos denominada Arquivos Classificados por Assunto (*Classified Subject File*).

⁸³ O autor do documento escreveu “entendidos” entre aspas.

⁸⁴ “Vital need for an effective program to penetrate and recapture the intellectual community in Latin America”; “One objective of this campaign is to draw this group away from extremism in political thought, and to enlist its intelligence and energies in the battle for the survival of Western culture”; “responsive to ideas”; “disadvantages”; “communism presents a ready-made system of rigid ideology by which all phenomena can be ‘understood’”; “our own American system of liberal pragmatism, which seeks solutions to social problems through innovation and experiment, offers no such easy solution to the Latin America”; “ingrained pattern of Latin American-European cultural interchange in literature, philosophy, and the arts”. **Latin American Policy Committee Draft Minutes Meeting #9**, Washington, 25/05/1962. Documento liberado e enviado a mim através do *Freedom of Information Act* (FOIA). Esta fonte, com um total de sete páginas, foi classificada como “Secret – Eyes Only”, o que significa que seus participantes deveriam somente ler o documento sem passar adiante nem arquivar. Trata-se da descrição de uma reunião ocorrida nesta data redigida por algum de seus participantes, provavelmente Clint Smith do ARA, endereçada a Arturo Morales-Carrión, ao Secretário de Estado para Assuntos Interamericanos, Edwin Martin e a Richard Goodwin, Secretário Assistente-Substituto de Assuntos Interamericanos. Na capa deste documento há uma estampa com a indicação de “do not file (não arquivar)”.

propiciaria um “contínuo diálogo intelectual entre os norte-americanos e os latino-americanos”.⁸⁵

Na mesma reunião, Cord Meyer manifestou-se sobre os problemas que poderiam ser causados, por exemplo, por um professor “de orientação comunista”. Sugeriu-se na ocasião a realização de um minucioso estudo sobre o conteúdo dos livros escolares de nível primário e secundário. O objetivo desta ação era verificar a possibilidade de aumentar o “conteúdo de propaganda” nos materiais didáticos. Teodoro Moscoso afirmou que a AID já estava tomando providências em relação a este assunto, já que a sua agência era a responsável por produzir e distribuir por toda a América Latina livros escolares – o que também constituía um dos objetivos previstos pela Aliança para o Progresso, no sentido de reduzir o índice de analfabetismo na América Latina pela metade até o ano de 1970.

Richard Goodwin relacionou este esforço ao tema principal da reunião, argumentando que “os professores de orientação comunista deveriam ser um dos nossos alvos principais”. Em função disso, foi recomendado que “dinheiro, livros e professores” fossem destinados para “escolas secundárias e primárias na América Latina, especialmente nas zonas rurais”⁸⁶. Teodoro Moscoso, por sua vez, concordou em contatar a AID e os Corpos da Paz⁸⁷ para realizar este tipo de tarefa. Em relação às dificuldades de recrutamento por parte da USIA, Goodwin salientou que era de “vital necessidade recrutar intelectuais [norte] americanos ‘de primeira classe’ para o (...) programa cultural”. Dessa forma, ele sugeriu que “pessoas-chave das principais universidades estadunidenses” fossem consultadas⁸⁸.

⁸⁵ “Cultural interchange”; “commission the construction of an ideology of liberal pragmatism to match the rigid Soviet ideology”; “we must work to end the U.S. isolation from the intellectual movements in Latin America”; “we must foster north-south (as opposed to east-west) cultural experiences in art, philosophy, literature, and the sciences”; “we must ensure a continuing dialogue between the North American and the Latin American”. **Latin American Policy Committee Draft Minutes Meeting #9, *idem*.**

⁸⁶ “communist-oriented”; “propaganda content of the textbooks”; “the communist-oriented teacher should be one of our main targets”; “money, books, and teachers destined to primary and secondary school specially in rural zones in Latin America”. **Latin American Policy Committee Draft Minutes Meeting #9, *ibidem*.**

⁸⁷ Os Corpos da Paz eram um programa de voluntários norte-americanos que faziam trabalhos de “assistência social-comunitária” em várias regiões “pobres” do mundo. Os Corpos da Paz latino-americanos se encarregariam, segundo a Carta de Punta del Este, em contribuir com a consecução dos objetivos “democráticos e de paz” da Aliança para o Progresso.

⁸⁸ “vital necessity of recruiting top-notch American intellectuals in our Latin American cultural program”; “key people in the Latin American field at leading U.S. universities in recruiting efforts,

Robert Kennedy concordou com todas estas idéias e afirmou “entusiasmado” que estes programas não deveriam “ser trabalhados de maneira rotineira” nem deveriam “perder-se pelas avenidas administrativas”. Pelo contrário, ele asseverava que deveria ser criado um “fluxo constante e estimulante de intelectuais para a América Latina com o apoio de nossos embaixadores” e que o sucesso do programa dependeria primariamente de imaginação e organização. Ele convocou os órgãos responsáveis para realizar uma “completa e livre investigação sobre estes problemas” e a posterior elaboração de um programa de ação nas semanas seguintes, que se baseasse “no que fosse necessário” e que ignorasse “considerações de orçamento”. O Procurador-Geral dos Estados Unidos acrescentou que o programa não deveria ser restrito “aos recursos governamentais”, mas “coordenado junto a fundações privadas, governos locais e universidades” na América Latina.⁸⁹

Teodoro Moscoso destacou a importância de trazer intelectuais latino-americanos para permanecerem nos Estados Unidos por períodos mais longos que os de costume até então. Nesse sentido, ele enfatizava a importância de criar e expandir centros de estudos latino-americanos em universidades norte-americanas, idéia com a qual o senhor Battle concordou, prometendo criar um programa em sua universidade de acordo com as linhas gerais sugeridas durante as discussões da reunião.

Arturo Morales-Carrión delineou algumas idéias preliminares sobre ações que poderiam surtir efeitos mais imediatos em relação à comunidade intelectual latino-americana. Ele acreditava que deveriam ser “encorajados os periódicos latino-americanos” que refletissem a “ideologia democrática básica” dos Estados Unidos, “assistidas as publicações de trabalhos de pesquisadores e escritores emergentes latino-americanos”, assim como “promovidas exposições de arte e concertos de artistas latino-americanos e norte-americanos” tanto na América Latina quanto nos Estados Unidos.

and for any ideas they may have on the problem in general”. **Latin American Policy Committee Draft Minutes Meeting #9, *ibidem*.**

⁸⁹ “Wholeheartedly”; “not be handled in a routine way or get lost in administrative avenues”; “provide a fresh and constant flow of intellectuals into Latin America working with our ambassadors”; “full and free investigation of the problem”; “a program based on what is needed, and ignoring budgetary considerations”; “government resources”; “coordinated with private foundations, local governments, and universities”. **Latin American Policy Committee Draft Minutes Meeting #9, *ibidem*.**

Morales-Carrión propôs também a criação de prêmios especiais para intelectuais latino-americanos na área de poesia e ensaios e o subsídio de publicações anuais de antologias da literatura latino-americana. Além disso, ele recomendou a criação de programas de residência acadêmica para destacados intelectuais latino-americanos nos Estados Unidos e de “Clubes do Livro”, a partir do qual estudantes ou professores latino-americanos poderiam receber diversas obras e uma assinatura de algum periódico de “alta qualidade”. “Estas sugestões foram recebidas calorosamente durante a reunião”, conforme descreveu o redator do relatório.⁹⁰

Por fim, na mesma ocasião decidiu-se pela criação de um subcomitê dentro da estrutura do LAPC que deveria ocupar-se exclusivamente com a imediata elaboração de “novas e expressivas propostas para atingir os intelectuais latino-americanos”.⁹¹ Desse modo, um mês depois da criação do LAPC foi incorporado a sua estrutura o subcomitê que trataria exclusivamente de “assuntos culturais” e que passaria a ser chamado de *Latin American Policy Committee Sub-Committee on the Cultural Program for Latin America* (Subcomitê de Programa Cultural do LAPC). Este subcomitê era composto por cinco membros: Arturo Morales Carrión, Hewson Ryan da USIA, Jacob Canter do Gabinete de Inteligência e Pesquisa (INR), Clint Smith, da Columbia University e Pedro Sanjuan, chefe do setor de protocolo da Casa Branca.⁹²

Em resposta às recomendações emanadas da referida reunião do LAPC, o coordenador do novo órgão, Arturo Morales-Carrión, enviou um memorando de informação interna para o Secretário de Estado, Dean Rusk, e para o Secretário-Assistente de Estado para Assuntos Interamericanos, Edwin Martin. Através deste documento, Morales-Carrión informou os dois secretários sobre algumas iniciativas que já estariam sendo postas em prática pelos integrantes do subcomitê. No que se referia à proposta de “assistir e aperfeiçoar adequados periódicos latino-americanos”, Morales-Carrión afirmou que estava sendo providenciado “apoio para periódicos tais como *Cuadernos*,

⁹⁰ “encouragement of Latin American periodicals which reflect our basic democratic ideology, the assistance to emerging scholars and writers in the publication of their work, the promotion of art exhibits and concerts of both Latin and North Americans”; “high quality quarterly review”; “these suggestions met with a warm response at the meeting”. **Latin American Policy Committee Draft Minutes Meeting #9, *ibidem*.**

⁹¹ “New and dramatic proposals for reaching the intellectual in Latin America”. **Latin American Policy Committee Draft Minutes Meeting #9, *ibidem*.**

⁹² O cubano Pedro Sanjuan foi indicado por Morales-Carrión para integrar este grupo.

Combate, Arbor, Política e *Cadernos Brasileiros*”⁹³, os quais refletiriam a “ideologia democrática” norte-americana⁹⁴. Além disso, Morales-Carrión propôs o aumento dos recursos do programa de intercâmbio e de publicações de livros de professores universitários e escritores latino-americanos a partir de recursos de fundações privadas, tais como as fundações Rockefeller, Ford, Guggenheim e William Faulkner.⁹⁵

Ainda que muitas recomendações estivessem sendo postas em prática, permanecia ainda sem solução uma das questões consideradas centrais na reunião do LAPC supra mencionada: o problema da distribuição. Naquela oportunidade, Richard Goodwin havia defendido que “fossem ampliados os canais de distribuição” dos materiais de propaganda – que poderiam ser livros, revistas, panfletos, folhetos, etc. – passando-se a recorrer também a “partidos políticos, sindicatos e centros de grupos juvenis”, além dos canais comerciais comuns de publicação. Para auxiliar a consecução destes objetivos, Goodwin ressaltou que o Diretor da Equipe de Ações Encobertas da CIA, Cord Meyer, poderia oferecer “valiosas sugestões sobre a questão da distribuição” do material de propaganda. E Donald Wilson, Diretor-Assistente da USIA, revelou que “gostaria muito de discutir este problema com Meyer”⁹⁶.

⁹³ A revista *Cadernos Brasileiros* foi publicada no Brasil de 1954 até 1978. Desde o início, os coordenadores da revista eram Afrânio Coutinho, professor da UFRJ e membro da Academia Brasileira de Letras, José Garrido Torres, membro fundador do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e a escritora Nélida Piñon, secretária do IPES, entre outros nomes. A revista era publicada pela Associação Brasileira do Congresso pela Liberdade da Cultura, e contava com contribuições de intelectuais e escritores brasileiros, portugueses e de outras nacionalidades renomados à época. A revista *Cadernos Brasileiros* fazia parte de uma extensa rede de publicações e comitês nacionais que recebiam financiamento encoberto da CIA através de fundações “filantrópicas” estadunidenses. Sobre este assunto, ver SAUNDERS, *op. cit.*; GRÉMION, Pierre. *Intelligence de l'anticommunisme: le Congres pour la Liberté de La Culture a Paris (1950-1975)*. Paris: Fayard, 1995; SCOTT-SMITH, Giles, KRABBENDAM, Hans (editors). *The Cultural Cold War in Western Europe (1945-1960)*. London: Frank Cass Publishers, 2003. Não é objetivo desta dissertação deter-se sobre o conteúdo das revistas nem nas suas articulações internacionais.

⁹⁴ “A program to assist and develop suitable Latin American periodicals”. “Arrangements are being made for foundation and other support for Latin American periodicals such as *Cuadernos, Combate, Arbor, Política* and *Cadernos Brasileiros*, which reflect our basic democratic ideology. **Status Report on the Latin American Book Program**, de Arturo Morales-Carrión, Secretário-Adjunto de Assuntos Interamericanos, para Dean Rusk, Secretário de Estado, e Edwin Martin, Secretário-Assistente de Estado de Assuntos Interamericanos, Washington DC, 27/07/1962. Localização: NARA II, RG 59, fundo Office Files of the Deputy Assistant Secretary 1959-1962, caixa15, pasta LAPC Cultural Committee.

⁹⁵ **The intellectual in Latin American Program**, produzido pela USIA para o LAPC, Washington DC, 24/05/1962. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Jack Berhman, caixa 2, pasta Cultural Aspects Alliance for Progress.

⁹⁶ “Distribution channels ne widened to include, in addition to the usual trade publishing channels, political parties, union offices, and youth group centers”; “Mr. Meyer might be able to

Richard Goodwin deixou impressas as suas recomendações sobre a questão da estratégia de distribuição dos materiais de propaganda anticomunista na América Latina em um memorando de conteúdo prescritivo redigido em setembro de 1961. Produzido como resultado de sua jornada pela América Latina, incluindo a reunião de lançamento da Aliança para o Progresso em Punta del Este, o então Assistente-Especial do presidente Kennedy neste memorando denunciou a estratégia que seria adotada pelos Estados Unidos.

Segundo Goodwin, a opinião geral dos “oficiais amigáveis” de vários países latino-americanos era a de que os programas de propaganda norte-americanos não vinham sendo “tão efetivos quanto deveriam ser, não atingindo pessoas suficientes, especialmente entre aqueles grupos que estamos tentando atingir – estudantes, intelectuais, trabalhadores rurais e urbanos”⁹⁷. Goodwin estava convencido de que “a propaganda dos Estados Unidos era capaz de influenciar as mentes e os sentimentos dos povos latino-americanos em direção à democracia e para longe do comunismo”⁹⁸.

Richard Goodwin entendia que a propaganda anticomunista na América Latina não conseguia ser completamente efetiva porque nessa região a “preocupação básica” da população referia-se aos “mais urgentes problemas nacionais e pessoais”, distinguindo-se dos países da “cortina de ferro”, onde o tema da “liberdade” teria maior repercussão.⁹⁹ Além disso, segundo Goodwin, a propaganda oficial dos Estados Unidos na região era “também limitada pela sua falta de habilidade em apelar para as mais poderosas emoções políticas, como o nacionalismo militante, o desejo por reformas sociais radicais, etc., e muitas outras coisas em relação às quais uma tomada de posição dos Estados

give valuable suggestions on the distribution question, and Mr. Wilson said he would like very much to discuss this matter with Mr. Meyer”. **Latin American Policy Committee Draft Minutes Meeting #9**, *op. cit.*

⁹⁷ “This program is not as effective as it should be, that it does not reach enough people, especially among those groups which we are trying to reach – students, intellectuals, workers and rural workers”. **Memorandum for the President**, 05/09/1961, de Richard Goodwin para o Presidente Kennedy, p. 1. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Arthur Schlesinger Jr., caixa WH-18, pasta Political Warfare.

⁹⁸ “The assumption is that official U.S. Government propaganda is capable of swaying the minds and feelings of Latin American peoples towards democracy and away from communism”, *idem*.

⁹⁹ “It is not completely effective in Latin America – with thousands of free newspapers and radio programs and where the basic concern is with urgent national and personal problems”, *ibidem*.

Unidos constituiria uma ‘interferência’ nos assuntos internos de um país amigo”¹⁰⁰. Diante disso, Goodwin fez as seguintes observações:

Nosso problema na América Latina não são governos ‘não-amigáveis’: são pessoas não-amigáveis em países amigáveis – *uma situação quase impossível para empreendimentos oficiais e abertos de propaganda*. Deste modo, nós não temos sido capazes de lidar com os verdadeiros problemas e assuntos vitais que poderiam atingir os acordos emocionais de cada país. Eu acredito que a resposta para este problema reside muito mais na *disseminação dos meios de propaganda do que na disseminação direta de propaganda*. Nós devemos colocar nas mãos de grupos efetivamente democráticos em cada país – partidos políticos, organizações sindicais, grupos ligados à igreja, etc. – *os instrumentos de propaganda*. Isto pode variar desde a doação de rádios-transmissores até a disponibilização de folhetos e livros e assistência técnica em montagem de filmes, etc. O caminho que teríamos de percorrer para organizar os dólares de nossa propaganda sob esta orientação seria, estou convencido disto, de longe o maior que já realizamos até agora. Para a organização de tal empreendimento, isto seria necessário, já que nem a USIA nem a CIA estão atualmente preparadas para levar adiante este esforço – e *grande parte deste esforço teria de ser encoberto para evitar comprometer a posição dos grupos que estamos financiando*.¹⁰¹

O fato de este documento ter sido encontrado nos papéis pessoais de Arthur Schlesinger Jr. e de James Stanford Bradshaw, ambos mantidos na Biblioteca Presidencial John F. Kennedy, e nos arquivos do Secretário-Assistente Substituto de Assuntos Interamericanos Arturo Morales-Carrión, no NARA II, pode ser visto como indicativo de que as recomendações políticas de

¹⁰⁰ “Official propaganda is also limited by its inability to appeal to the most powerful political emotions – militant nationalism, the desire for radical social reform, etc. – and many other things for which active U.S. espousal would constitute ‘interference’ in the affairs of a friendly government”, *ibidem*.

¹⁰¹ Our problem in Latin America is not ‘unfriendly’ governments: it is unfriendly people in friendly countries – an almost impossible situation for official and overt propaganda agencies. Thus we are only able to play around the edges of the real problems and the vital issues which strike emotional chords in each country. I believe that the answer to this problem lies in the dissemination of the means of propaganda, rather than the direct dissemination of propaganda. We must place in the hands of effective democratic groups in each country – political parties, labor organizations, church groups, etc. – the instruments of propaganda. This can range from the donation of radio transmitters to making available leaflets, paperback books; and technical assistance in programming movie making, etc. The mileage we would get from our propaganda dollar in this way would be, I am convinced, far greater than anything we have hitherto achieved. It would be necessary to organize such an effort, since neither the USIA nor CIA is presently equipped to carry it on – and much of it would have to be covert to avoid compromising the position of the groups we are aiding”, *ibidem*. Os itálicos são meus. Pode-se inferir que Goodwin tinha consciência de certa antipatia que os Estados Unidos despertava em setores que desejavam atingir com sua propaganda, e que, portanto, parte da estratégia de encobrir o financiamento pode ser explicada por isso.

Goodwin sobre este tema circularam por diferentes agências do governo e, no mínimo, foram no mínimo conhecidas pelos receptores deste memorando. Dessa forma, ao que tudo indica, as recomendações de Goodwin acabaram por ser implantadas como estratégia geral de difusão da propaganda anticomunista na América Latina.

Infelizmente, a persistente retenção dos arquivos relativos à ofensiva de propaganda norte-americana sobre a América Latina no início da década de 1960 não permite que sejam feitas maiores análises sobre este tema. Mas a inacessibilidade aos arquivos, por si só, parece indicar a importância destas políticas para o governo dos Estados Unidos. Se não é possível provar de modo peremptório que todos os cursos de ação recomendados nas deliberações, por exemplo, da Força-Tarefa sobre Problemas Imediatos Latino-Americanos ou na reunião do LAPC, tenham sido efetivamente seguidos, é razoável afirmar que, no mínimo, agentes importantes da administração Kennedy demonstravam clara preocupação quanto à necessidade de elaborar um programa consistente para contenção da chamada “propaganda castro-comunista”.

Com efeito, a mobilização de indivíduos e de recursos financeiros para esta empreitada ocupou parte importante da agenda da política externa do governo norte-americano. Isso nos permite pensar em explicações que, se não definitivas, pelo menos se aproximam dos rumos provavelmente seguidos pelos programas de informação norte-americanos na América Latina. De qualquer maneira, alguns indícios apontam para o fato de que a estratégia de disseminação encoberta dos meios de propaganda foi efetivamente adotada no Brasil, por exemplo. Entre os papéis do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), guardados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, encontramos um documento no qual consta uma série de materiais de propaganda recebidos pela instituição.

Estes materiais, descritos como “livretos educativos”, supostamente produzidos por uma empresa chamada Rio Gráfica e Editora LTDA, eram na verdade produzidos na sede central da USIA em Washington DC e distribuídos por seu posto do Rio de Janeiro. A ocultação de sua origem tinha como

finalidade evitar que fossem relacionados ao governo dos Estados Unidos¹⁰². Dito de outro modo, a distribuição deste material para o IPES seguiu a estratégia, sugerida por Goodwin, de manter encoberta a origem dos “meios de propaganda” fornecidos pela USIA, resguardando tanto a posição do grupo “efetivamente democrático” que recebia o financiamento quanto à posição da própria USIA e, por conseguinte, do governo dos Estados Unidos.

2.6 Exemplos de Material de Propaganda Anticomunista

Em meio aos arquivos liberados para consulta em fevereiro de 2007 pelo NARA, é possível encontrar dezenas de materiais de propaganda anticomunista. Para esta dissertação foram pesquisadas as séries Panfletos e Folhetos, de 1953 até 1983 (*Pamphlets and Leaflets*) e Publicações (*Publications*) organizadas sob o grupo de arquivos (*Record Group*) número 306 – referente à USIA. Dos exemplares dirigidos à propaganda na América Latina, o tipo de material que mais se destaca são as histórias em quadrinhos.

Na capa de cada um destes livretos consta um pequeno carimbo que registra algumas informações sobre o material, como número de cópias em português e espanhol, origem e destino. As histórias em quadrinhos, tanto as de temática anticomunista como às ligadas a Aliança para o Progresso, eram produzidas na sede da USIA, localizada em Washington, DC, através do IPS (*Information Press Service*, ou Serviço de Impressão da USIA). Estas revistas faziam parte de uma série intitulada *Historietas Dos Mundos* (Historietas Dois Mundos).

¹⁰² Informações extraídas de um relatório sobre materiais de propaganda que o IPES possuía para distribuição no final do ano de 1964 intitulado **Materiais Impressos para Distribuição**. Localização: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, fundo IPES (código do fundo: QL), caixa número 74, pacotilha 3. Neste documento, estão anotados os títulos de alguns dos “livretos educativos” produzidos pela USIA e que serão apresentados a seguir. Segundo a obra clássica de René Armand Dreifuss, o IPES foi um “complexo político-militar (...) cujo objetivo era agir contra o governo nacional-reformista de João Goulart e contra o alinhamento de forças sociais que apoiavam a sua administração”. Ainda de acordo com Dreifuss, a partir de um certo período, as atividades organizadas pelos diferentes grupos políticos reunidos sob o complexo IPES/IBAD tinham o explícito objetivo de tomar o controle político do país a partir de um golpe de Estado civil-militar. Ver DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981. p. 161.

No Brasil, estes materiais eram distribuídos pelo posto da USIA no Rio de Janeiro e repassados ao IPES que, posteriormente, os redistribuía para sindicatos, setores do Exército, associações de estudantes, organizações católicas, etc. Este caminho pode ser rastreado a partir do número de exemplares recebidos pela instituição, que na maioria das vezes era um valor próximo do total de cópias que saíam de Washington DC.

As principais temáticas dessas histórias eram a religião, a liberdade de expressão e de imprensa e a participação dos jovens na resistência à “subversão” comunista. Figuras como Ernesto Che Guevara, Fidel Castro, Lênin, Mao Tsé Tung são atacadas. Um ponto curioso é que as histórias não atacam necessariamente a Revolução Cubana em si, mas o cenário pós-revolucionário da ilha caribenha, dando a entender que as idéias da revolução foram “traídas” pela “infiltração comunista”.

Um dos exemplos desta campanha de desgaste do comunismo produzidas pela USIA e distribuídas pelo IPES intitula-se *A Punhalada*¹⁰³, que conta a história de Carlos e Teresa, um jovem casal ansioso por desfrutar intensamente uma vida a dois, mas que vê seus sonhos frustrados pelos “profanadores da Revolução”. A história é narrada pelo padre Llorente, que teria se juntado em 1958 às forças guerrilheiras da Sierra Maestra lideradas por Fidel Castro. Em determinado momento do conflito, a polícia de Fulgêncio Batista só não teria prendido Castro porque o sacerdote não revelou aos policiais a sua exata localização, salvando a vida do comandante e o rumo da revolução cubana. Sentados em um banco de praça, Carlos e Teresa ouvem atentamente o relato do padre. Ele afirma ser a favor de um governo que distribua a riqueza e que realize a reforma agrária. Porém, segundo o padre, uma série de fatos vinha preocupando a Igreja Católica.

¹⁰³ **A Punhalada**, produzida pelo IPS/USIA e distribuído no Brasil por seu posto do Rio de Janeiro e pelo IPES, 06/04/1962, 200 mil cópias em português. Localização: NARA II, RG 306, fundo Pamphlets and Leaflets 1953-1983, caixa 8, pasta Stab in the Dark. No referido documento do IPES consta o recebimento de mais de 160 mil cópias de *A Punhalada*. Ver nota 47.



Segundo Llorente e um outro padre que teria sido tesoureiro do movimento 26 de Julho, não havia dúvida de que Fidel Castro era um comunista e seus companheiros estavam utilizando os “velhas táticas comunistas” para se infiltrar no poder. Castro, aliado a setores da juventude cubana, é acusado de proibir programas televisivos religiosos e interromper missas com agitadores comunistas que provocavam um clima de violência contra os católicos da ilha, incentivados por discursos raivosos de Castro.

Afirma-se que todo o tipo de qualificativos e manobras políticas são utilizados pelos comunistas para difamar Deus e a moral católica. As forças de Castro inclusive teriam matado um manifestante que ousara erguer uma imagem de Nossa Senhora em uma procissão proibida pelo governo. A história encerra com uma autocrítica de Carlos e Teresa, que teriam se deixado levar pelas promessas de Castro, sendo enganados pelos “barbudos” que estavam criando um “clima de caos” em Cuba.



A *Punhalada* tentava passar a idéia de que a Igreja Católica, que neste caso representa uma série de outras instituições como o próprio governo dos Estados Unidos, nunca teria se posicionado contra a Revolução Cubana em si, mas sim quanto aos rumos que ela teria seguido após a tomada do poder. Os problemas teriam sido originados pela infiltração de comunistas no governo, a começar pelo próprio Fidel Castro. Tenta-se convencer o leitor de que as táticas utilizadas pelos comunistas têm o objetivo de dividir e enganar as pessoas, estabelecendo um regime de terror cotidiano para a população.

Em outra historieta, intitulada *Los Expoliadores*,¹⁰⁴ dois jovens revolucionários cubanos ganham uma viagem para conhecer Moscou, Pequim e Berlim. Imaginava-se que eles poderiam comprovar pessoalmente os benefícios do comunismo nos países em que este regime havia se

¹⁰⁴ Revistinha *Los Expoliadores*, série Historieta Dos Mundos, produzido pela IPS/USIA e distribuído por seus postos na América Latina, junho de 63, 877 mil cópias em espanhol. Localização: NARA II, RG 306, fundo Pamphlets and Leaflets 1953-1983, caixa 8, pasta The Exploiters.

estabelecido há mais tempo do que na ilha de Cuba. Nilda e Juan partiram esperançosos para conhecer este mundo.



Os jovens desembarcam em Moscou. Após um dia de roteiro turístico, são levados para conhecer um *kolkhoz*, as granjas coletivas do sistema soviético. A partir deste ponto, Nilda e Juan começam a perceber os graves problemas do “comunismo”. Escassez de comida e jornadas de trabalho exaustivas foi o que encontraram. Na China, testemunharam pessoas famintas comendo alimentos que encontravam pelas ruas, num ambiente de miséria e com “pessoas trabalhando como formigas”.

Quando chegam a Berlim e conhecem o famoso muro, eles começam a se questionar se Fidel Castro não poderia estar fazendo o mesmo que os

outros países comunistas. Ao presenciarem a cena de uma mulher que tentava pular o muro em direção ao lado capitalista de Berlim e é morta pela polícia oriental, Nilda exclama que esta viagem “abriu os seus olhos para a verdadeira cara do comunismo”. No seu regresso a Cuba, os jovens percebem que sua terra natal está parecida ao que viram em sua viagem. Filas para receber as rações de alimentos, exército nas ruas, escassez de comidas, trabalho exaustivo. Assim, concluem que Fidel Castro havia definitivamente enganado o povo com as promessas da revolução. A história termina com uma mensagem de esperança, afirmando que existia resistência dentro de Cuba contra a “ditadura totalitária” de Fidel Castro.



Foram produzidos outros contos semelhantes a estes, sobre temas como censura à imprensa (intitulado *La Mordaza*), cubanos exilados (*La Traición*) e a alegada ofensiva de Castro contra a Universidad de Habana (*La Estafa*). Naturalmente, em nenhum momento estas historietas mencionam o apoio decisivo dos Estados Unidos à ditadura de Fulgencio Batista e as sabotagens do país contra a economia e a política cubana. Como se vê, o

objetivo era transmitir a mensagem anticomunista de forma sucinta e acessível para camadas da população com dificuldades de leitura.

3 A Propaganda da Aliança para o Progresso



"Don Malas Pulgas" lê um discurso de Kennedy achando que se trata de um panfleto comunista. Crédito: Revista *Topaze* (Chile), edição de 27/01/1961. IN: *Selling the Alliance: US Propaganda VS. Chilean Editorial Cartoons during the 1960's*. *International Journal of Comic Art*, volume 6, número 1, Spring 2004.



O presidente John F. Kennedy oferece uma carona para a senhora Direita Econômica em seu carro da Aliança para o Progresso, ignorando a senhora Esquerda. Crédito: Revista *Topaze* (Chile), edição de 27/08/1962. *Idem*.

3.2 Sobre as Fontes

Neste capítulo, pretendemos extrair das fontes informações relativas às seguintes perguntas: de que forma as instituições responsáveis pelos programas de divulgação e propaganda da Aliança para o Progresso tentaram implementá-los? Quais eram os objetivos dos Estados Unidos com tais programas?

Serão utilizados alguns memorandos de informação (ver capítulo anterior) produzidos pela Organização dos Estados Americanos (OEA) que descrevem as suas ações de propaganda referentes à Aliança para o Progresso. Utilizaremos também memorandos de informação trocados entre a OEA e a AID (*Agency for International Development*) e o ARA/RPA (*Office of Inter-American Regional Political Affairs*, ligado ao Gabinete de Assuntos Interamericanos – ARA). Sobre a atuação do COMAP utilizaremos memorandos de informação interna e também de conteúdo prescritivo (ver capítulo 2). Memorandos de conteúdo prescritivo também constituirão a base documental da análise das iniciativas dirigidas pelo Departamento de Estado e pela USIA para divulgação da Aliança para o Progresso.

Para ilustrar o motivo que levou o governo dos Estados Unidos a organizar programas de propaganda ligados especificamente à Aliança para o Progresso, apresentaremos trechos de uma reportagem produzida pela revista *Time Life*. Outro exemplo disso será apresentado a partir de um ofício – que também pode ser caracterizado como de conteúdo prescritivo – produzido no Brasil e mantido em um arquivo brasileiro, de forma a ilustrar a principal razão que motivou o governo dos Estados Unidos a organizar uma ofensiva de divulgação e propaganda da Aliança para o Progresso, qual seja, as críticas dirigidas ao projeto.

Localização da Fontes

A documentação que acessamos sobre o papel da OEA, do ARA/RPA e da AID na divulgação da Aliança para o Progresso está depositada junto aos papéis do gabinete do Secretário-Assistente Substituto de Assuntos Interamericanos, Arturo Morales-Carrión, no NARA II (*Office Files of the Deputy Assistant Secretary of Inter-American Affairs*, grupo de documentos vinculado ao RG 59). As informações sobre a formação, a estrutura administrativa e operativa e a crise do COMAP estão divididas em dois diferentes tipos de arquivos. Na Biblioteca Presidencial John F. Kennedy, parte desta documentação é mantida junto aos papéis pessoais de Jack Behrman, à época Secretário-Assistente de Assuntos Internacionais do Departamento de Comércio dos Estados Unidos. Behrman foi um dos grandes entusiastas da formação da COMAP, tendo sido um dos representantes do Departamento de Comércio junto a ela. No NARA II, acessamos a outra parte da documentação sobre tema no *Record Group* número 40, que se referem aos arquivos do Departamento de Comércio. Neles estão organizadas as várias caixas de arquivos relativos à COMAP.

Também foram consultados os *Personal Papers* de Teodoro Moscoso guardados na Biblioteca John F. Kennedy. Neste fundo documental do coordenador estadunidense da Aliança para o Progresso, encontramos uma reportagem que ilustra a principal preocupação do governo dos Estados Unidos quanto ao programa, ou seja, as críticas e as idéias teoricamente equivocadas sobre a Aliança para o Progresso. Para citar mais um exemplo sobre isso, acessamos outro arquivo produzido no Brasil e guardado no Centro de Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas, na cidade do Rio de Janeiro (CPDOC – FGV), junto ao fundo Paulo Nogueira Batista, à época diretor da COCAP. Além disso, também acessamos no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro documentos sobre o complexo IPES/IBAD (fundo IPES), que contém arquivos que atestam que este grupo recebia os materiais de propaganda da Aliança para o Progresso diretamente da editora da USIA.

Grupos, Agências e Departamentos Vinculados à Produção das Fontes

a) O ARA/RPA

O Departamento de Estado norte-americano – que equivaleria ao Ministério de Relações Exteriores do Brasil – é dividido em seis grandes áreas: o *Bureau of African Affairs*, *Bureau of East Asian and Pacific Affairs*, *Bureau of European and Eurasian Affairs*, *Bureau of Near Eastern Affairs*, *Bureau of South and Central Asian Affairs* e finalmente o *Bureau of Western Hemisphere Affairs*. Cada um destes órgãos é responsável pela coordenação dos programas de política externa dos Estados Unidos em relação aos países que compõem cada uma dessas seis regiões do mundo. Nesse sentido, o ARA (American Republics Administration, ou Bureau of Inter-American Affairs, Gabinete de Assuntos Inter-Americanos) é o órgão encarregado pelos programas relativos à América Latina, sendo parte da estrutura do Western Hemisphere Affairs (Assuntos do Hemisfério Ocidental). O ARA possui um órgão cuja função específica é coordenar os assuntos políticos regionais inter-americanos, o *Office of Inter- American Regional Political Affairs* (RPA). Assim, o ARA/RPA desempenhava funções ligadas à projetos políticos específicos implementados pelos Estados Unidos com países do continente americano. Por esta razão, o ARA/RPA foi o responsável pela fiscalização das ações de propaganda relacionadas à Aliança para o Progresso pela OEA.

Todos os órgãos supra mencionados formam o Departamento de Estado dos Estados Unidos, coordenado pela figura do Secretário de Estado, que é o principal conselheiro do presidente dos Estados Unidos em questões de política externa¹⁰⁵. O Subsecretário de Estado era o principal assistente do Secretário de Estado na formulação e condução da política externa, servindo como seu substituto em caso de ausência¹⁰⁶. Em relação ao Gabinete de Assuntos Inter-Americanos, o Secretário de Estado é assessorado por um

¹⁰⁵ Dentro do período analisado nesta dissertação, o Secretário de Estado foi Dean Rusk, que permaneceu no cargo de 1961 até 1966.

¹⁰⁶ O Subsecretário de Estado à época era George Ball.

Secretário-Assistente de Estado de Assuntos Inter-Americanos¹⁰⁷. Este último é assessorado pelo Secretário-Assistente Substituto de Estado de Assuntos Inter-Americanos, à época chefiado por Arturo Morales-Carrión.

b) A OEA

De 1890, data em que foi criada, até 1910, a OEA chamava-se União Internacional das Repúblicas Americanas. A partir de 1910, passou a se chamar União Pan-Americana, vindo finalmente a assumir seu atual nome em 1948. A OEA é o principal fórum multilateral dos países latino-americanos. Dentro de sua estrutura, os países-membros possuem representantes e constantemente reúnem-se para discutir questões relacionadas à saúde, educação, segurança, direitos humanos, etc. no continente.

De acordo com a Carta de Punta del Este, documento emanado da reunião de lançamento oficial da Aliança para o Progresso e que sintetiza os seus objetivos, a OEA deveria encarregar-se de organizar programas de divulgação e de propaganda da Aliança para o Progresso. Não consta na Carta de Punta del Este que as suas ações teriam de ser financiadas e fiscalizadas pelo ARA/RPA, mas a documentação pesquisada nos arquivos de Arturo Morales-Carrión nos permite concluir que o ARA/RPA realmente cumpriu o papel de fiscalizador e a AID o papel de financiador. A OEA foi a primeira instituição que ficou encarregada de coordenar ações de propaganda ligadas à Aliança para o Progresso. Os programas dirigidos pela organização interamericana tinham o objetivo de divulgar uma imagem positiva dos “projetos mais grandiosos” implementados pela Aliança para o Progresso. Além disso, a OEA deveria também produzir materiais de propaganda impressos, programas de rádio e de televisão e reportagens que cumprissem o papel de “propagandear” a Aliança para o Progresso¹⁰⁸.

¹⁰⁷ O Secretário-Assistente de Estado para Assuntos Interamericanos era Edwin Martin, de 1961 até o final de 1963. Com a morte de John F. Kennedy e a ascensão de Lyndon Baines Johnson, foi nomeado para o cargo Thomas Mann.

¹⁰⁸ “greater projects”; “propagandize”. Informações extraídas de **OEA AFP Information Program**, memorando de autor não-informado endereçado a Arturo Morales-Carrión,

c) A AID

A *Agency for International Development*, também conhecida pela sigla USAID, foi criada a partir de uma decisão do Senado Americano, o *Foreign Assistance Act* de setembro de 1961. A partir daquele momento, os tradicionais programas de assistência externa dos Estados Unidos foram separados em militares e não-militares. Assim, em 3 de novembro de 1961, a AID foi criada por um decreto do presidente John F. Kennedy, tendo sido dirigida, de novembro de 1961 até julho de 1962 por Fowler Hamilton e posteriormente por David Bell.

A AID passou a ser responsável pela coordenação de “assistência externa financeira” do governo dos Estados Unidos. A ênfase dos programas seria baseada em “programas de desenvolvimento econômico e social de longo prazo”. Desse modo, o projeto da Aliança para o Progresso foi incluído dentro da burocracia da AID, sob a chefia de Teodoro Moscoso. A AID possui escritórios espalhados por diversos países do mundo, contando com “assessores técnicos” que auxiliam os governos nacionais na implementação dos projetos de “desenvolvimento”.

d) Departamento de Comércio e COMAP

Em meio às expropriações de empresas estadunidenses no Brasil e às críticas internas do Senado norte-americano aos programas de assistência financeira externa, o presidente Kennedy nomeou, em maio de 1962, vinte e cinco grandes empresários estadunidenses para formar um órgão oficial em apoio à Aliança para o Progresso chamado COMAP (*Commerce Committee of the Alliance for Progress*, Comitê de Comércio¹⁰⁹ da Aliança para o Progresso).

Secretário-Assistente Substituto de Assuntos Interamericanos, Washington, DC, 20/12/1961. Localização: NARA II, RG 59, fundo Office Files of the Deputy Assistant Secretary of Inter-American Affairs, caixa 1, pasta Public Information – ARA Memos.

¹⁰⁹ A opção de traduzir o nome deste órgão para Comitê de Comércio é uma tentativa de manter a concepção original do nome em inglês (*Commerce Committee*), que aludia a

A idéia inicial era que o COMAP elaborasse sugestões para “acelerar” a participação do setor privado através da Aliança para o Progresso¹¹⁰. Ao mesmo tempo, era objetivo do COMAP buscar melhores oportunidades de investimento privado através da Aliança para o Progresso¹¹¹. O COMAP era ligado ao Departamento de Comércio dos Estados Unidos. À época, o Secretário de Comércio norte-americano, Luther Hodges, nomeou para a presidência do COMAP o empresário Peter Grace, dono da W.R. Grace.

Faziam parte deste grupo os seguintes empresários: William Blackie, presidente da *Caterpillar Tractor Company*, empresa que produzia tratores; Marshall Erdman, presidente da *Marshall Erdman Associates Incorporation*, a principal empreiteira dos Estados Unidos na época; Thomas Cabot, da *Godfrey Cabot Incorporation*, da área de mineração; Fred C. Foy, da *Koppers Company*, indústria de extração de carvão e de madeira tratada; T. A. Campbell, vice-presidente da *Anaconda Company*, empresa da área de mineração; Emilio Collado, diretor da *Standard Oil Company*, extração de petróleo; John Gallagher, vice-presidente de negócios internacionais da *Sears, Roebuck & Company*, cadeia de lojas de departamento; Dudley Colton, vice-presidente da *Johns-Manville International Corporation*, fabricante de telhas de amianto e outros materiais de isolamento; Stephen A. Girard, presidente da *Wyllis-Overland Motors*, fabricante de carros e jipes civis e militares; Charles Dennison, vice-presidente de operações internacionais da *International Minerals and Chemical Company*, mineração de fosfatos e fertilizantes; Leon Hickman, vice-presidente executivo da *Aluminium Company of America*, extração de alumínio; A. W. Ellwood, vice-presidente sênior de operações internacionais da *FMC Corporation*, indústria química de produtos para agricultura e indústria; Neil Mallon, presidente da *Dresser Industries*, fabricante de equipamentos para a indústria de energia; Walter McKee, diretor de

subordinação do comitê ao Departamento de Comércio dos Estados Unidos. Ver **Commerce Committee of the Alliance for Progress (COMAP)**, memorando do Departamento de Estado, Comércio e AID para todos os postos do ARA, Washington DC, 26/06/1962. Localização: NARA II, RG 40, fundo COMAP, caixa 1, pasta Chrono COMAP 05-62.

¹¹⁰ “Accelerate”. Ver **Memorandum**, do Secretário de Comércio dos Estados Unidos, Luther H. Hodges, para Peter Grace, presidente da W.R. Grace & Company, Washington DC, 25/02/1962. Localização: NARA II, RG 40, fundo COMAP, caixa 1, pasta AID Administrative Matters.

¹¹¹ Informações extraídas de LEACOCK, Ruth. *Requiem for the Revolution – the United States and Brazil (1961-1964)*. Kent: the Kent State University Press, 1989. p. 94-95.

operações latino-americanas da *Ford* e David Rockefeller, presidente do *Chase Manhattan Bank* e da *Standard Oil Company*¹¹².

e) A COCAP

No início de 1962, o governo brasileiro criou uma comissão, ligada ao Ministério do Planejamento, para tratar exclusivamente da coordenação dos projetos da Aliança para o Progresso no Brasil. Esta comissão, chamada Comissão Coordenadora da Aliança para o Progresso, teve como diretor o economista Paulo Nogueira Batista, que ocupou o cargo do início de 1962 até o golpe civil-militar de 1964. Utilizaremos neste capítulo um ofício redigido por Batista para demonstrar um exemplo daquilo que o governo dos Estados Unidos considerava como uma visão equivocada sobre a Aliança para o Progresso.

¹¹² Ver **All COMAP Members**, memorando de Peter W. Grace, presidente da COMAP e da W.R. Grace Company para Jack Behrman, Secretário-Assistente de Assuntos Internacionais do Departamento de Comércio e membro da COMAP, Chicago, 05/02/1963. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Jack N.Behrman, caixa 2, pasta COMAP Correspondence 1962.

3.3 A Necessidade de Contraposição às Críticas Dirigidas à Aliança para o Progresso

Entre os *Personal Papers* de José Teodoro Mora Moscoso, o coordenador estadunidense da Aliança para o Progresso (cargo ligado à AID), é possível encontrar uma reportagem especial sobre a Aliança produzida pela destacada revista norte-americana *Time Life*. Esta matéria, datada de novembro de 1962, foi redigida a pedido da própria chefia de redação da revista, que estava interessada em saber como o programa evoluía. Com a finalidade de elaborar tal reportagem, o jornalista John Scott foi enviado para uma viagem de três meses (agosto a outubro de 1962), período durante o qual passou por vários países latino-americanos. Ao final de sua jornada pela América Latina, John Scott produziu a reportagem de capa – com cento e vinte e cinco páginas no total – intitulada “Quanto de Progresso Foi Atingido? – O Primeiro Ano da Aliança para o Progresso” (*How Much Progress? The First Year of the Alliance for Progress*)¹¹³.

Uma cópia da revista *Time Life* foi enviada ao Coordenador Estadunidense da Aliança para o Progresso em dezembro de 1962, com dedicatória do próprio jornalista na contracapa, que fez questão de desejar a Moscoso “os mais sinceros votos de Feliz Natal”. Visivelmente contrariado com o conteúdo da reportagem, Moscoso escreveu à mão na capa da *Time Life* a seguinte frase: “Passado só um ano!” (*After One Year Only!*), referindo-se ao período de tempo decorrido entre o lançamento da Aliança para o Progresso – agosto de 1961 – e a época em que Scott havia produzido seu texto e realizado sua viagem. Em outras palavras, Moscoso achava que era demasiado cedo para saber o “quanto de progresso” a Aliança poderia ter alcançado.

Na referida reportagem, John Scott descreve um curioso episódio que lhe teria sido contado por um brasileiro integrante do governo João Goulart. Segundo Scott, a história era a seguinte: após a reunião de lançamento da Aliança para o Progresso em Punta del Este, um empresário argentino

¹¹³ **How Much Progress – A Report for the Publisher of Time Life**, do editor da revista *Time Life* (não-informado) para Teodoro Moscoso, Washington DC, 11/12/1962. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Teodoro Moscoso, caixa 3, pasta How Much Progress – Report to the Publisher of Time 11/62.

convidou membros das delegações brasileira, cubana e norte-americana presentes na reunião para um encontro festivo em sua casa no balneário uruguaio. Entre outros convidados, estiveram no local Leonel Brizola, governador gaúcho, Nelson Oliveira, assessor de comunicação do governo do estado do Rio Grande do Sul – ambos enviados à Punta del Este como representantes oficiais do governo Jânio Quadros – Richard Goodwin, Assistente Especial do presidente Kennedy, e Ernesto “Che” Guevara, à época Ministro de Indústria de Cuba.¹¹⁴

A certa altura do encontro, Nelson Oliveira teria começado a cantarolar, com o acompanhamento de uma caixinha de fósforos, alguns versos que aludiam à Aliança para o Progresso, causando risos entre a delegação brasileira. Esta situação teria chamado a atenção de Che Guevara, que pediu aos brasileiros que traduzissem os versos para o espanhol. Ao notar que Guevara e outros membros da delegação cubana e brasileira estavam se divertindo, Richard Goodwin teria se aproximado e pedido que fossem traduzidos para o inglês os versos que tanto riso causava à delegação do Brasil e de Cuba. Parodiada a partir do ritmo da popular marchinha de carnaval “Ei, você aí, me dá um dinheiro aí”, os versos diziam o seguinte:

Ei, seu Kennedy,
 Me dá um dinheiro aí
 Me dá um dinheiro aí
 Não vai dar,
 Não vai dar não,
 Então eu vou fazer revolução
 Aliança para o Progresso
 Só com barba tem sucesso
 Aliança para o Progresso
 Só com barba tem sucesso.¹¹⁵

Este tipo de pensamento exemplificado pelos versos de deboche à Aliança para o Progresso era justamente uma das principais preocupações do governo dos Estados Unidos em relação ao programa. De acordo com muitas

¹¹⁴ Este encontro é descrito também na obra de TAVARES, Flávio. *O Che Guevara que Conheci e Retratei*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2007. Tavares estava presente na reunião de lançamento da Aliança para o Progresso como enviado especial de um jornal brasileiro. Ele também participou do referido encontro na casa do empresário argentino.

¹¹⁵ **How Much Progress – A Report for the Publisher of Time Life**, *idem*.

das fontes consultadas em nossa pesquisa nos arquivos estadunidenses, havia uma inquietação entre os estrategistas estadunidenses quanto à noção, que seria muito comum em meio a governos e instituições latino-americanas, de que a Aliança para o Progresso era simplesmente um projeto através do qual os Estados Unidos distribuiriam uma “chuva de dólares” pela América Latina.

Um exemplo típico de idéias que deixavam o governo norte-americano preocupado pode ser encontrado em um ofício produzido no Brasil pelo chefe da COCAP (Comissão Coordenadora da Aliança para o Progresso), Paulo Nogueira Batista. Este ofício, enviado ao embaixador Carlos Alfredo Bernardes, subsecretário do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, havia sido redigido como uma contribuição ao debate que referente às negociações em curso entre Brasil e Estados Unidos concernentes à Aliança para o Progresso, envolvendo membros do corpo diplomático brasileiro e também dos ministérios responsáveis pelo tema. Em forma de itens, Batista organizou as suas recomendações de acordo com os pontos que julgava que devessem ser abordados pela diplomacia brasileira nestas negociações.

Batista deixou expresso um alerta em relação aos problemas que a Aliança para o Progresso estava enfrentando no Brasil. Ele achava que este projeto deveria ser reformulado, uma vez que sérios entraves burocráticos e desentendimentos faziam com que os programas da Aliança permanecessem muito aquém dos objetivos propostos. Segundo Batista:

2. A Aliança (...) tem sido apenas um rótulo novo para designar coisas velhas, os empréstimos tradicionalmente concedidos pelos E.U.A., através do Eximbank, dos acordos de excedentes agrícolas, do Banco Interamericano, etc. Os Estados Unidos se vangloriam de que a Aliança já proporcionou ao Brasil cerca de US\$ 600 milhões, mas, se examinarmos as parcelas pelas quais se desdobra este auxílio, verificamos que algumas se repetem (soma-se duas vezes o auxílio de US\$ 54 milhões dado a SUDENE através do Acordo do Nordeste e do Acordo do Trigo) e que são, na sua maioria absoluta, formas tradicionais de assistência (...).

8. É imprescindível, portanto, uma reformulação da Aliança, de maneira a fazê-la um esforço realmente cooperativo (...).

13. Para dar a Aliança este caráter continental, pois que ela tem sido um programa unilateral dos E.U.A., o Brasil solicitaria uma mudança de atitude em relação ao nosso país, que começa a dar passos seguros para a normalização de sua vida política (...).¹¹⁶

¹¹⁶ Ofício COCAP número 100/62, de Paulo Nogueira Batista, coordenador da COCAP, para o sub-secretário do Ministério das Relações Exteriores, Carlos Alfredo Bernardes, Brasília,

Embora as opiniões de Batista pudessem estar influenciadas pelo ambiente de rivalidade criado entre setores da administração João Goulart e o governo dos Estados Unidos, é inegável que elas são razoáveis. Afinal, a Aliança para o Progresso foi uma iniciativa exclusiva do então candidato à presidência dos Estados Unidos, John Kennedy, e da equipe por ele designada para pensar os problemas latino-americanos – a Força-Tarefa sobre Problemas Imediatos Latino-Americanos. Embora alguns autores identifiquem influências brasileiras na elaboração do projeto da Aliança para o Progresso através da Operação Pan-Americana de Juscelino Kubistchek¹¹⁷, o fato é que cabia às agências estadunidenses responsáveis o poder de liberar ou não o financiamento de projetos na América Latina.¹¹⁸ Por isso, pode-se afirmar que Batista corretamente considerou a Aliança para o Progresso como “um programa unilateral dos Estados Unidos”¹¹⁹.

Preocupado com as repercussões do que considerava como “críticas à Aliança para o Progresso”, em 4 de maio de 1962, o então Subsecretário de Estado, George W. Ball¹²⁰, redigiu e enviou a todos os postos diplomáticos norte-americanos na América Latina um aerograma de conteúdo instrutivo intitulado “Críticas à Aliança para o Progresso”. Neste documento está estampada a preocupação do Departamento de Estado com a visão

16/10/1962. Localização: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC – FGV), fundo Paulo Nogueira Batista. Código do fundo: PNB ad 1962.03.14 e PNB ad 1963.00.00. Os itálicos são meus.

¹¹⁷ Entre os que alegam que esta política proposta pelo presidente Juscelino Kubistchek teria tido influência sobre a Aliança para o Progresso estão autores como RIBEIRO, Rodrigo Allaggio. *A Aliança para o Progresso e as Relações Brasil-Estados Unidos*. Tese de doutorado não-publicada defendida na UNICAMP em 18/12/2006; LACERDA, Gustavo Biscaia de. *Panamericanismos entre a Segurança e o Desenvolvimento: a Operação Pan-Americana e a Aliança para o Progresso*. Dissertação de mestrado não-publicada defendida na UFPR em 2004.

¹¹⁸ Como já foi demonstrado pela pesquisa de Henrique Pereira, o critério para seleção dos projetos da Aliança era absolutamente político, o que significava que aqueles governos que não se alinhavam aos interesses dos Estados Unidos tinham seus projetos negados, de acordo com a filosofia das “ilhas de sanidade administrativa” PEREIRA, Henrique Alonso de Albuquerque Rodrigues. *Criar Ilhas de Sanidade: os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil*. Tese de doutorado não publicada defendida na PUC-SP em maio de 2005.

¹¹⁹ Alguns autores, como Jeffrey Taffet, compartilham a visão de que a Aliança para o Progresso, apesar de sua “nova” retórica, não significou uma mudança na abordagem da política exterior dos Estados Unidos em relação à América Latina. TAFFET, Jeffrey. *Foreign Aid as Foreign Policy: the Alliance for Progress in Latin America*. New York: Routledge, 2007. Ver especialmente capítulo 8 (The Slow Fade to Irrelevance).

¹²⁰ O economista George Wildman Ball trabalhou durante a Segunda Guerra Mundial no Serviço de Pesquisa de Bombardeios Estratégicos dos Estados Unidos (U.S. Strategic Bombing Survey) em Londres. Ball desempenhou a função de Sub-Secretário de Estado de dezembro de 1961 até o final do governo Johnson, em 1966.

exemplificada por Batista de que a Aliança era “um programa unilateral dos Estados Unidos”. Ball identificou e reconheceu dois problemas dominantes que alimentavam a “tendência crescente” (*growing tendency*) existente na época de criticar a Aliança para o Progresso.

O primeiro deles era a falta de “resultados tangíveis e evidentes rápidos o bastante” (*tangible and conspicuous results quickly enough*). O segundo era o fato de a Aliança para o Progresso ser rotulada “como um programa dos Estados Unidos” (*label the Alliance as a United States program*). Havia, segundo Ball, uma série de reportagens publicadas em jornais latino-americanos identificando a Aliança como “um programa de ajuda financeira dos Estados Unidos para a América Latina” (*the United States aid program for Latin America*), idéia que era também difundida por vários oficiais norte-americanos, quando a ela se referiam como os “projetos de ajuda dos Estados Unidos” (*U.S. aid projects*). Em vista destes problemas, George Ball assim instruiu os membros do corpo diplomático:

Seria desejável para os oficiais de missão que, em cada oportunidade apropriada, focassem diretamente a Aliança identificando-a corretamente como um programa de *cooperação hemisférica, ideológico e institucional, físico e social tanto quanto político e econômico*. (...)

Nesta grande empreitada que nós denominamos Aliança para o Progresso, nós somos, na verdade, um *parceiro júnior* – júnior porque os esforços com os quais nós podemos nos comprometer serão consideravelmente menores que os esforços que todos os outros parceiros terão de fazer.¹²¹

A noção de que a Aliança para o Progresso seria um “programa de cooperação hemisférica” representou a base argumentativa dos materiais de propaganda ligados à Aliança para o Progresso que serão analisados ao final

¹²¹ “It will be desirable for mission officials on every appropriate occasion to set the record of the Alliance straight and to identify the Alliance correctly as a hemispheric cooperative program, which is ideological and institutional as well as physical, social and political as much as economic. (...). In this great effort which we have called the Alliance for Progress, we are in a real sense the junior partner - junior because the effort which we can commit will be considerably less than the effort which will be committed by all the others”. **Criticism of the Alliance for Progress**, do Subsecretário de Estado George Ball para todos os postos do ARA (American Republics Administration), Washington DC, 04/05/62. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Arthur Schlesinger Jr. (White House Files), caixa WH-2, pasta Alliance for Progress 04-05/62. Os itálicos são meus.

do capítulo. Era preciso convencer os latino-americanos de que os Estados Unidos não seriam os grandes responsáveis por fazer funcionar o projeto. Com isso, o governo norte-americano estava justificando seu papel e transferindo a responsabilidade pelos eventuais fracassos da Aliança para o Progresso para os países latino-americanos, ao sustentar que seu país seria apenas um “parceiro júnior” do projeto. Os estrategistas de Washington estavam convencidos de que a melhor estratégia para atingir esse objetivo era a utilização da propaganda. Porém, consolidar um programa de propaganda ligado à Aliança para o Progresso foi um processo envolto em problemas e crises.

Houve quem julgasse impensável o próprio fato de a Aliança ter sido lançada sem um programa consistente de propaganda. Nesse sentido, Alexander Nimick Jr, vice-presidente da importante revista de negócios norte-americana *Vision Incorporated*, deixou marcada sua opinião em um memorando de conteúdo prescritivo enviado ao diretor do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento, T. Graydon Upton, uma das instituições responsáveis por destinar recursos a projetos ligados à Aliança para o Progresso. Este documento chegou às mãos do presidente Kennedy, tendo sido arquivado em meio aos papéis de seu gabinete de trabalho na Casa Branca. Nele, Nimick Jr. descreveu a história de uma bem-sucedida campanha que acompanhou o lançamento do Plano Marshall na Europa, após o fim da Segunda Guerra Mundial. A partir desse exemplo, o vice-presidente da *Vision Incorporated* alertou:

Em vista desta experiência passada [a do Plano Marshall], hoje estamos tentando lançar a Aliança *sem programa de informação algum!* Isto não é possível. A única esperança de tornar a Aliança algo mais do que apenas outro programa de ajuda financeira dos Estados Unidos – conferindo a ela um apelo emocional, ideológico (torná-la uma mística, como você denominou) – será através de uma ampla e imaginativa campanha de informação. Esta parece ser uma questão reconhecida por todos aqueles preocupados com a Aliança. A questão agora é saber como e quem fará isto.¹²²

¹²² “In the face of this past experience today we are attempting to launch the Alianza without any information program at all! I submit that this is impossible. The only hope of making the Alianza something more than just another U.S. aid program – of giving it in emotional, ideological appeal (a mystique as you have called it) is by a major, imaginative information campaign. This now seems to be recognized by those most concerned with the Alianza. The question today is how

3.4 A Propaganda da Aliança para o Progresso pela OEA

Curiosamente, foi a Organização dos Estados Americanos (OEA), e não alguma agência de propaganda do governo estadunidense, a primeira instituição a se ocupar desta tarefa. Menos de um mês após a reunião de Punta del Este (agosto de 1961), a OEA deu início a seu projeto de divulgação. Inegavelmente, os objetivos centrais dos programas da OEA correspondiam essencialmente às metas desejadas pelo governo dos Estados Unidos, sintetizadas por George Ball. Eram eles:

Na divulgação da Aliança para o Progresso, deverá fincar-se o pé em torno do fato de que não se trata de um mero convênio internacional que obriga a uma nação da América a subministrar determinada ajuda financeira, nem um ato unilateral de liberalidade para oferecê-la; mas, antes, que se trata de uma empresa que excede em muito o terreno das negociações diplomáticas e das operações financeiras, e que merece, em seu mais exato significado, que seja qualificada como histórica, já que pretende alterar, modificar, melhorar as estruturas sociais de vários países e as condições de vida de milhões de pessoas.¹²³

É de se perguntar se a AID, financiadora do projeto da OEA¹²⁴, ou mesmo o ARA, não dispunham também do poder de determinar o conteúdo

and by whom". **Vision Incorporated Memorandum**, de Alexander Nimick Jr. vice-presidente da Vision Incorporated, para T. Graydon Upton. Diretor do BIRD, Washington DC, 09/02/1962. Localização: JFK Library, fundo President's Kennedy Office Files, caixa 95, pasta Alliance for Progress. A exclamação e os itálicos são do próprio Nimick Jr.

¹²³ "En la divulgación de la Alianza para el Progreso, deberá hacerse hincapié em el hecho de que no se trataa de um mero convenio internacional que obliga a uma nación de América a suministrar determinada ayuda financeira, ni um acto unilateral de liberalidad para ofrecerla; sino que se trata de uma empresa que excede, em mucho, al terreno de las negociaciones diplomáticas y de las operaciones financieras, y que merece, en su más exacto significado, que se la califique de histórica, como que pretende alterar, modificar, mejorar las estructuras sociales de vários países y las condiciones de vida de millones de personas". **Líneas Generales de Acción para el Programa del Departamento de Información Pública en Relación a la Alianza para el Progreso**, da OEA para destinatário não informado, Washington DC, 18/09/61. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of James Stanford Bradshaw, caixa 2, pasta Alliance for Progress Public Information.

¹²⁴ No ano de 1962, a AID teria destinado cerca de um milhão e quinhentos mil dólares para os programas de divulgação da OEA. Ver **Pan American Union Expanded Public Information Program for Alliance for Progress**, de Norman Cates (RPA) para S. N. Wilson (RPA), 27/03/1963. Localização: NARA II, RG 59, fundo Office Files of the Deputy Assistant Secretary for Inter-American Affairs, caixa 1, pasta Public Information ARA Memos.

que deveria ser divulgado pelos programas da OEA. Seja como for, chama atenção o alerta para a divulgação da idéia de que a Aliança não seria um “ato unilateral” nem uma “obrigação” de uma nação. De maneira semelhante ao alerta que George Ball faria meses depois aos postos da embaixada norte-americana na América Latina, a OEA intencionalmente procurou transferir para os países latino-americanos a responsabilidade pelos eventuais fracassos e pela iniciativa de garantir a efetivação da Aliança, criando uma salvaguarda importante para possíveis críticas ao projeto. Da mesma forma, ao qualificar a Aliança como “histórica”, a OEA ajudava a criar a imagem de que este seria um projeto qualitativamente diferente das tradicionais formas de assistência financeira ao desenvolvimento concedidas pelos Estados Unidos.

Os meios que a OEA encontrou para divulgar a Aliança para o Progresso na América Latina eram, principalmente, os seguintes: publicação de livros, produção de programas de rádio e utilização dos escritórios da OEA espalhados na América Latina como uma espécie de “escola da Aliança”, para a qual seriam convidados “formadores de opinião” a participarem de conferências e debates sobre o tema. Foi proposto também estreitar contatos com editores e jornalistas dos principais jornais dos grandes centros urbanos latino-americanos para a publicação de reportagens ou artigos de opinião que divulgassem favoravelmente a Aliança para o Progresso¹²⁵.

De acordo com os memorandos informativos trocados entre ARA/RPA e AID, havia insatisfação com relação ao trabalho realizado pela OEA. Em um destes memorandos, redigido por um funcionário do ARA/RPA, está anexado um pequeno folheto, produzido pela OEA, estampado com o símbolo da Aliança, intitulado “O que Você Deve Saber sobre a Aliança para o Progresso” (*Alliance for Progress – What Should You Know about it*). Junto a este folheto,

¹²⁵ **Líneas Generales de Acción para el Programa del Departamento de Información Pública en Relación a la Alianza para el Progreso**, *idem*. Uma das principais ações de propaganda da OEA foi a realização de um importante congresso no Rio de Janeiro denominado I Simpósio de Redatores e Jornalistas Econômicos. Este evento reuniu todos os principais representantes dos mais importantes jornais latino-americanos e outras destacadas figuras ligadas à Aliança para o Progresso. Notícias sobre este evento foram publicadas pelos principais jornais cariocas da época. Cópias destas reportagens podem ser encontradas em meio aos arquivos do Secretário-Substituto de Assuntos Interamericanos, Arturo Morales-Carrión. Ver cópias dos jornais *Correio da Manhã*, *Diário Carioca*, *Jornal do Brasil* e *O Globo* disponíveis no NARA II, RG 59, fundo Office Files of the Deputy Assistant Secretary for Inter-American Affairs, caixa 12, pasta International Cultural Cooperation Committee.

foi anexado um pequeno pedaço de papel contendo uma nota escrita à máquina e algumas anotações feitas à mão. Nele constava o seguinte:

Este é o *único* exemplar de publicidade específica produzida pela OEA sobre a Aliança para o Progresso. Isto foi feito com o orçamento regular, não com os recursos destinados pela AID. As dezenas de pessoas encarregadas da publicidade da Aliança não produziram um item sequer, de acordo com um informante de confiança, em vários meses de ‘ganha-tempo’. (Bob Goldmann me disse hoje que o programa sofrerá mais um atraso porque o sr. Flamm não está disponível para coordená-lo). Isto é inacreditável – eu espero que isto não seja verdade. *Eu não posso acreditar que o atual staff não possa ser posto a fazer alguma coisa de útil.*¹²⁶

Ao que tudo indica, Morales-Carrión partilhava de uma visão semelhante sobre o trabalho realizado pela OEA. Dirigindo-se ao Secretário-Assistente de Estado para Assuntos Inter-Americanos, Edwin Martin, e ao coordenador estadunidense da Aliança para o Progresso, Teodoro Moscoso, o Secretário-Substituto de Assuntos Interamericanos definiu o programa de informação da OEA como uma “completa bagunça”, carecendo de “coerência e direção”, “travada em burocracia”. Enfim, “um completo desperdício, tanto em termos de produção quanto de potencial humano”. Foi certamente com base nestas críticas que a AID decidiu suspender o financiamento dos programas de

¹²⁶ “This is the only piece of specific publicity out of OEA on Alliance for Progress. It was done with regular budget funds, not AID grant. The dozens of persons added to the staff for AFP publicity have not in many months of stalling around produced one single item, according to reliable informant. (Bob Goldmann told me today the program will be further delayed because Mr. Flamm not available to head it). This is incredible – I hope it isn’t true. I cannot believe the present staff cannot be put to doing something useful”. **Pan-American Union Expanded Public Information Program for Alliance for Progress**, de Cates (RPA) para S. N. Wilson (RPA) e Arturo Morales-Carrión, Washington DC, 27/03/1963. Localização: NARA II, RG 59, fundo Office Files of the Deputy Assistant Secretary for Inter-American Affairs, caixa 1, pasta Public Information ARA Memos. As críticas à OEA não pararam por aí. Em outro documento, o mesmo funcionário da RPA, S. N. Wilson, observou a “completa falta de iniciativa” dos funcionários da OEA responsáveis pelo tema. De acordo com ele, alguns amigos que trabalhavam na organização interamericana haviam lhe informado que “membros do *staff* pagos com fundos da AID chegavam ao escritório às onze da manhã e saíam correspondentemente cedo; outros vão para suas aulas na universidade em horário de serviço”. “Friends in PAU advise that some of the staff members paid by AID funds arrive in the Office at 11:00 AM and leave correspondingly early; another attends university classes on Office time”. **Pan-American Union Expanded Public Information Program for Alliance for Progress**, *idem*.

informação da OEA em 18 de setembro de 1963¹²⁷. Era o fim da relação estabelecida entre AID/ARA e OEA, embora a organização tenha mantido seu programa de divulgação da Aliança.

3.5 A Iniciativa de Propaganda da Aliança para o Progresso pelo COMAP

Concomitantemente à iniciativa de propaganda da Aliança realizada pela OEA, em 09 de maio de 1962 foi anunciada a criação de um grupo chamado Comitê de Comércio da Aliança para o Progresso (*Commerce Committee of the Alliance for Progress*, COMAP na sigla em inglês), que também tinha o objetivo de divulgar o projeto. Uma preocupação em comum moveu os empresários membros do COMAP. Segundo alguns memorandos, existia a convicção, entre a maioria dos grandes empresários estadunidenses, de que o “clima” de investimentos para os seus negócios na América Latina não era nada animador¹²⁸.

¹²⁷ “Complete mess”, “It lacks coherence and direction”, “enmeshed in the regular bureaucracy”, “it is wasteful, both in terms of production and manpower”. **United States Government Memorandum**, de Arturo Morales-Carrión para Edwin Martin e Teodoro Moscoso, 14/01/1963. Localização: NARA II, RG 59, fundo Office Files of Deputy Assistant Secretary for Inter-American Affairs, caixa 1, pasta Public Information-ARA Memos.

¹²⁸ Esta informação pode ser conferida em um memorando redigido por Peter Grace, presidente da COMAP e da indústria química W. R. Grace, enviado para Jack Behrman. De acordo com este documento, uma pesquisa divulgada pela importante revista de negócios *Vision Incorporated*, intitulada “Clima de Investimentos na América Latina”, consultou quatrocentos empresários das mais destacadas firmas dos Estados Unidos. Perguntados se a Aliança para o Progresso havia auxiliado os negócios de suas empresas pela América Latina, 86% dos entrevistados responderam que “em nada ajudou”. 8% declararam que a Aliança “pouco ajudou” e somente 16% respondeu que ela havia ajudado. De modo geral, a pesquisa revelava que em curto prazo a maioria dos empresários não tinha esperanças de que seus negócios se expandissem pela América Latina. Questionados sobre quais países ofereciam as piores condições para investimentos, 46% respondeu Argentina e 44% Brasil. **U.S. Business Climate**, de Peter Grace para Jack Behrman, Chicago, 03/06/1963. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Jack Behrman, caixa 3, pasta COMAP Correspondence 03-05/63.



Encontro dos empresários membros do COMAP com o presidente Kennedy, em 09/05/1962. Créditos: LEACOCK, Ruth. *Requiem for Revolution – the United States and Brazil (1961-1969)*. Kent, OH: the Kent State University Press, 1989. p. 95.

No Brasil, o cenário era alegadamente desanimador para a iniciativa privada. O COMAP, através de seu vice-presidente Peter T. Jones¹²⁹, deixou claro a Lincoln Gordon, o embaixador norte-americano no Brasil, as suas visões sobre a insatisfação da classe empresarial dos Estados Unidos com respeito ao clima pouco estimulante para os investimentos privados. Em 11 de dezembro de 1962, Lincoln Gordon, Peter Jones e um funcionário da embaixada realizaram uma reunião. Este encontro ficou registrado em um memorando de conversação, no qual Jones alertou Gordon que a “comunidade empresarial [dos Estados Unidos] estava muito apreensiva sobre o Brasil e poderia ‘fechar as suas portas no Brasil’ caso mais notícias ruins sobre o país surgissem no futuro próximo”.¹³⁰

Havia ainda outro problema. Boa parte dos memorandos de conteúdo informativo da COMAP atestavam uma séria preocupação com a imagem negativa que as empresas dos Estados Unidos tinham no continente. Para tentar remediar esta situação, este grupo de empresários resolveu unir-se ao projeto da Aliança para o Progresso. Assim, além de poder garantir oportunidades de negócios junto aos projetos de infra-estrutura relacionados à Aliança, poderiam também tentar melhorar a imagem das empresas estadunidenses na América Latina.

¹²⁹ Peter Jones também era Secretário-Assistente de Política Financeira do Departamento de Comércio dos Estados Unidos.

¹³⁰ “Mr. Jones pointed out that the business community was very uneasy about Brazil and could ‘close its doors on Brazil’ if much additional bad news concerning that country was forthcoming”. **Memorandum of Conversation**, da embaixada do Rio de Janeiro para Washington, 11/12/1962. Localização: NARA II, RG 40, fundo COMAP, caixa 1, pasta Brazil Studies.

Por esta razão, os empresários ligados à COMAP optaram por trabalhar em conjunto com a USIA e a AID. A COMAP pressionou pela aprovação da AID de um financiamento anual de “pequenos projetos” e da totalidade das viagens dos empresários-membros para diferentes países da América Latina¹³¹. Para a COMAP era fundamental o financiamento pela AID, pois isso daria respaldo oficial às suas ações. Mas a mais estreita ligação estabelecida pela COMAP foi mesmo com a USIA. Através do Gabinete de Cooperação Privada, a USIA e a COMAP montaram operações conjuntas com o objetivo de divulgar uma imagem positiva da iniciativa privada norte-americana através da Aliança para o Progresso. Infelizmente, não foram encontradas informações detalhadas sobre o alcance e a organização destas atividades, mas serão apresentados, ao final do capítulo exemplos de material de propaganda produzidos pela USIA com esta finalidade.

O que é possível saber, no entanto, são detalhes dos acordos firmados entre estas duas instituições, cujos registros revelam os objetivos dos projetos que seriam implantados através da parceria. A partir de um memorando de conteúdo informativo produzido pelo diretor do Gabinete de Cooperação Privada da USIA, Sanford S. Marlowe, é possível detectar a natureza da relação formalmente estabelecida entre USIA e COMAP. Após uma reunião da qual participaram três diretores de operações da USIA para a América Latina e quatro empresários membros da COMAP – foram assentadas as bases de entendimento entre COMAP e USIA e traçada a filosofia geral da parceria:

1. A política americana no exterior é representada tanto pelas empresas estadunidenses quanto pelo governo dos Estados Unidos.
2. É para o bem dos interesses dos negócios das firmas estadunidenses e do governo dos Estados Unidos que ambas cooperem no exterior.
3. As empresas norte-americanas precisam identificar-se externamente como uma entidade que ajudará no desenvolvimento de um dado país latino-americano.
4. Empresas estadunidenses que operam em um país estrangeiro devem cooperar entre si com o interesse de apresentar uma imagem favorável dos Estados Unidos para os cidadãos do país no qual operam.

¹³¹ Informações extraídas de **Brief Background Paper on COMAP**, de H. Edgar Stock Jr., Assistente-Especial do Assistente-Adjunto de Administração e Operações da AID, para Peter Grace, presidente da COMAP, 07/09/1962. Localização: NARA II, RG 40, fundo COMAP, caixa 1, pasta AID Guarantees, Operating Funds, Correspondence.

5. Acima de tudo, as empresas estadunidenses devem promover o entendimento, através da Aliança para o Progresso, do nosso sistema de livre-empresa, para que as pessoas do país-hospedeiro possam emular este sistema. Para este fim, empresários locais do país-hospedeiro deveriam ser encorajados a cooperar com as empresas estadunidenses.

6. As missões do governo dos Estados Unidos no exterior, inclusive a USIA, devem servir como conselheiros da comunidade empresarial estadunidense no que diz respeito à questões de política externa e deve prestar toda assistência possível para o desenvolvimento do sistema de livre-empresa.¹³²

O entendimento entre USIA e COMAP se baseava, portanto, na visão de que era necessário trabalhar em conjunto com o intuito de divulgar uma imagem positiva do “sistema de livre-empresa” dos Estados Unidos na América Latina. O cumprimento deste objetivo beneficiaria não somente os interesses gerais da política externa estadunidense, mas também os interesses dos empresários membros do COMAP. Para tanto, segundo a informação transmitida por Sanford Marlowe, as empresas dos Estados Unidos poderiam também representar os interesses da política estadunidense tanto quanto o seu governo¹³³.

A partir de outro memorando de conteúdo informativo é possível saber qual foi um dos projetos colocados em prática através da parceria COMAP-USIA. De acordo com a USIA, o COMAP deveria se envolver em ações social-comunitárias nas regiões em que as empresas a ele relacionadas operassem.

¹³² “1. American Policy is represented overseas by American business as well as government; 2. It is in the best interests of American business and government to cooperate abroad; 3. American business needs to identify itself overseas as an entity which helps develop the host country; 4. American businesses operating in a foreign country should cooperate each other in the interests of presenting a favorable picture of United States to citizens of the host country. 5. Most specially, American business should promote, through Alliance for Progress, the understanding of our free enterprise system so that people of other nations will endeavor to emulate this system. To this end, local businessman of the host country should be encouraged to cooperate with American businessmen overseas. 6. The United States Government Mission overseas, including USIA, should serve as an adviser to the American business community on foreign policy matters and should give every assistance possible to the development of understanding of the free enterprise system”. **American Business Cooperation Abroad**, de Sanford Marlowe para Peter Jones, Washington DC, 04/02/1963. Localização: NARA II, RG 40, fundo COMAP, caixa 1, pasta Alliance for Progress.

¹³³ É possível imaginar que esta espécie de “igualdade de condições” em termos de representação da política externa estadunidense signifique muito mais uma advertência à COMAP do que propriamente um sinal verde para que ela possa realizar ações independentemente da orientação geral da política exterior dos Estados Unidos. Ou seja, é provável que a mensagem transmitida pela USIA para a COMAP tivesse também a intenção de alertar que, como representantes da política estadunidense, os empresários não deveriam fazer nada que pudesse prejudicar o país.

A USIA se encarregaria, então, da publicidade destes projetos de ação social, informando que estes estariam ajudando no desenvolvimento dos países beneficiados.¹³⁴

Mas a criação de um organismo como o COMAP não era aceita de forma unânime dentro de certos círculos da Casa Branca. Um memorando pessoal foi produzido por Arthur Schlesinger Jr. e enviado a Ralph Dungan¹³⁵ em 15 de outubro de 1962. Ele fora escrito com o propósito de responder a um memorando de Dungan, no qual este indagava Schlesinger sobre sua opinião quanto à formação do COMAP. Segundo Schlesinger, o COMAP era mais um exemplo de alguns “itens descompassados” (*stray items*) em relação ao que ele considerava que devesse ser a nova orientação política de um governo democrata¹³⁶.

Schlesinger preocupava-se com a lógica estabelecida pela criação deste organismo empresarial, ou seja, a priorização dos investimentos privados em detrimento dos investimentos públicos em nome da Aliança para o Progresso. Ele destacou que não discordava da importância do investimento e da iniciativa privada na consecução dos objetivos da Aliança, mas alegava que não se poderia insistir em políticas que tivessem como agenda prioritária o desenvolvimento de programas de estabilização monetária e de apoio a governos que protegessem a todo custo os investimentos privados internacionais. Schlesinger expôs suas preocupações a Dungan de maneira direta e pessoal: “Se nós retornarmos à política de Eisenhower e recriarmos o clima ‘apropriado’ para os investimentos estrangeiros como o nosso principal

¹³⁴ Estas informações podem ser encontradas em **Image of U.S. Business Abroad**, de Peter Jones, Secretário-Assistente de Política Financeira do Departamento de Comércio e vice-presidente da COMAP, para Jack Behrman, Secretário-Assistente de Assuntos Internacionais do Departamento de Comércio e membro da COMAP, Washington DC, 12/03/1963. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Jack N. Behrman, caixa 3, pasta COMAP Correspondence 03-05/63.

¹³⁵ O diplomata e educador Ralph Anthony Dungan serviu à Marinha Americana durante a Segunda Guerra Mundial. Após, tornou-se Assistente-Especial do presidente Kennedy e, até a metade de 1964, do presidente Lyndon Johnson. De 1964 até 1967, trabalhou como embaixador dos Estados Unidos no Chile.

¹³⁶ Estes “itens descompassados” de orientação geral da COMAP demonstrariam o perigo de uma volta à política desenvolvida por Eisenhower para a América Latina. Para Schlesinger, a solução que Eisenhower propunha para os problemas do hemisfério nos anos 50 era basicamente criar um clima de investimentos considerado essencial para o crescimento econômico, através da insistência em políticas de estabilidade monetária e de apoio a governos que protegessem os investimentos estrangeiros, ainda que sob a forma de uma ditadura militar. Esta política, segundo Schlesinger, teria sido um erro, mesmo que ainda encontrasse apoio em certos setores da burocracia do atual governo dos Estados Unidos.

objetivo na América Latina, então é melhor que beijemos a Aliança – e o hemisfério – e digamos adeus”.¹³⁷

A partir disto, Schlesinger relatou algumas posturas da diplomacia norte-americana em relação a questões de investimentos estrangeiros consideradas por ele como indevidas e também questionou o fato de o governo continuar transferindo auxílio financeiro para ditaduras militares, como era o caso do Peru. Ressaltou ainda outros erros da abordagem estadunidense que estariam colocando em xeque a filosofia geral da Aliança para o Progresso. Diante disto, concluiu: “Sem dúvida eu estou indevidamente apreensivo. Mas esta aparente recristalização de elementos da política de Eisenhower dentro da estrutura da Aliança para o Progresso é problemática e, acredito eu, não nos levará a lugar nenhum”.¹³⁸ Não se sabe se as críticas de Schlesinger ao COMAP encontraram o respaldo de outros setores ou pessoas do governo dos Estados Unidos.

O COMAP apresentava sérios problemas em seu funcionamento. Um destes problemas dizia respeito à forma de ação prevista pelo seu estatuto inaugural¹³⁹. As forças-tarefa do organismo, divididas entre grupos de empresas que agiriam nas áreas concernentes aos seus negócios, deveriam, como já vimos, realizar ações sociais comunitárias. Porém, pelo que indicam alguns documentos, as forças-tarefa praticamente não operavam e, quando o faziam, não utilizavam o nome do órgão representativo nem faziam referência à Aliança para o Progresso, como é o caso do grupo Rockefeller¹⁴⁰. Além disso,

¹³⁷ “If we return to the Eisenhower policy and make the creation of a ‘proper climate’ for foreign private investment our main objective in Latin America, we might as well kiss the Alliance – and the hemisphere – goodbye”. **Alliance for Progress**, do assistente-especial do presidente para assuntos de segurança nacional Arthur Schlesinger Jr. para o assistente-especial e conselheiro pessoal do presidente para assuntos interamericanos, Ralph Dungan, 15/10/1962. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Arthur Schlesinger Jr. caixa WH-2, pasta Alliance for Progress 05-06/62.

¹³⁸ “No doubt I am unduly apprehensive. But this apparent recrystallization of elements of the Eisenhower policy within the framework of the Alliance for Progress is troubling and, I believe, will get us nowhere”. **Alliance for Progress**, *idem*. Naturalmente, o assistente-especial do presidente estava convencido que a orientação política do governo democrata de Kennedy deveria ser qualitativamente diferente da administração republicana de Dwight Eisenhower. Uma importante obra de Schlesinger sobre o período Kennedy confirma esta sua convicção. Ver SCHLESINGER JR., Arthur. *Mil Dias: John F. Kennedy na Casa Branca*. Rio de Janeiro: editora Bertrand Brasil, 1969.

¹³⁹ **COMAP Guidelines**, Washington, 20/07/1962. Localização: NARA II, RG 40, fundo COMAP, caixa 1, pasta AID Administrative Matters.

¹⁴⁰ Sobre este tema ver dois documentos: **Future of COMAP**, de Eugene M. Braderman, do Gabinete de Comércio Internacional do Departamento de Comércio, para Jack Behrman, Secretário-Assistente de Assuntos Internacionais do Departamento de Comércio e membro da

o Senado dos Estados Unidos também vetou a adesão de novas empresas ao COMAP, assim como proibiu o financiamento do órgão com recursos públicos.¹⁴¹

O sinal mais claro de crise do COMAP foi demonstrado por um memorando de conteúdo informativo oficial da empresa W. R. Grace, carimbado e assinado pelo vice-presidente executivo da companhia, Felix Larkin – mesma empresa cujo presidente era Peter Grace, figura mais importante do COMAP. Neste documento, Larkin enviou informações ao então Secretário-Assistente de Assuntos Internacionais do Departamento de Comércio, Jack Behrman, sobre um “encontro informal realizado por empresários estadunidenses”. A intenção de Larkin era informar Behrman sobre as sérias divergências destes empresários com relação à Aliança para o Progresso.

O Encontro Informal de Homens de Negócios das Américas foi realizado em Nova Iorque, de 27 de fevereiro a 01 de março de 1963, nas dependências do Chase Manhattan Bank e do First National City Bank. Participaram do encontro empresários, políticos e jornalistas de vários países latino-americanos¹⁴². Do Brasil vieram cinco representantes, sendo que quatro deles eram membros fundadores do IPES: Paulo Ayres Filho, diretor do Banco Mercantil de São Paulo, empresário e ex-diretor do Banco do Brasil sob a gestão Jânio Quadros, Gilbert Huber, norte-americano radicado no Rio de Janeiro, diretor-presidente da Listas Telefônicas S/A, acionista de outras

COMAP, 18/04/1963. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Jack N. Behrman, caixa 3, pasta COMAP Correspondence 03-05/63; **Future of COMAP II**, de Peter Jones, Secretário-Assistente de Política Financeira do Departamento de Comércio, para Jack Behrman, de 15/04/1963, mesma localização.

¹⁴¹ **COMAP**, de Peter Grace, presidente da W. R. Grace Company e da COMAP para Luther Hodges, Secretário de Comércio dos Estados Unidos. Localização: NARA II, RG 40, fundo COMAP, caixa 1, pasta Alliance for Progress.

¹⁴² O comitê-anfitrião do encontro reunia presidentes ou vice-presidentes de todas as mais destacadas corporações transnacionais dos Estados Unidos: John Arnold (First City National Bank); Henry Balgooyen e Henry Sargent (American & Foreign Power Company Inc.), Roger Blough (United States Steel Corporation), Emilio Collado e Leo Welch (Standard Oil Company), Henry Ford II (Ford Company), Fred Foy (Koppers Company), John Gallagher (Sears, Roebuck and Company), Harold Geneen (International Telephone and Telegraph Corporation), J. Peter Grace e John Moore (W.R. Grace & Co), S. Maurice McAshan (Anderson, Clayton & Co), Wilbur Morrisson (Pan American World Airways), Thomas Sunderland (United Fruit Company), Arthur Watson (IBM World Trade Corporation) e, é claro, David Rockefeller, presidente do Chase Manhattan Bank. O coordenador-geral do encontro era o vice-presidente de operações para a América do Sul da W. R. Grace, Norman Carignan. Grande parte destas empresas eram membros do COMAP. Curiosamente, Peter Grace, o presidente da entidade, estava presente na reunião e concordava com as críticas à Aliança.

corporações de capital transnacional, Charles Edgar Moritz, empresário, presidente da Confederação Nacional de Comércio do Brasil e Harold Poland, banqueiro¹⁴³.

Os tópicos sugeridos para debate foram divididos em seis blocos. O segundo assunto sugerido para discussão dizia respeito ao papel da empresa privada sob a Aliança para o Progresso¹⁴⁴. Larkin deixou claro a Behrman que “o grupo decidiu não adotar nenhuma resolução, pois não quiseram deixar impressa nenhuma das suas críticas e não querem envolver-se em uma disputa pública com o governo dos Estados Unidos”¹⁴⁵. Conforme Larkin:

Como era de se esperar, muito do que foi dito já havia sido discutido muitas vezes antes. Admitiu-se, antes que a reunião começasse, que o clima de investimentos externos [na América Latina] estava se deteriorando; que muitos países tinham sérios problemas na sua balança de pagamentos e na desvalorização de suas moedas; que as suas taxas de exportação baixaram e seu nível de importações era inadequado. As críticas e as visões podem ser assim resumidas:

Aliança para o Progresso

- A. Uma idéia teoricamente boa, mas produzida na origem de modo inadequado;
- B. O que é pior agora é que não está fazendo nem aquilo a que se propôs fazer, ou seja, desenvolvimento econômico;
- C. Mal entendida – todo mundo confuso. Sem unidade;
- D. Atualmente um instrumento político e, como tal, muitos latino-americanos não querem se envolver.
- E. Tem sido mal divulgada. Os latino-americanos têm esperado uma chuva de dólares. Isto não é inevitável em virtude dos problemas internos e da balança de pagamentos dos Estados Unidos. No entanto, do total de 600 milhões de dólares anuais para assistência externa, 300 milhões vão para o Brasil. Enquanto isso, os latino-americanos estão fazendo muito pouco para ajudar a si próprios e ficam somente esperando pelos dólares;
- F. A Aliança, por se focar nos altos impostos e na reforma agrária, acaba assustando os latino-americanos e afugentando os capitais externos. Os latino-americanos sentem que as reformas fiscal e agrária são problemas deles e devem lidar sem interferência externa;
- G. Linguagem ‘revolucionária’ muito prejudicial; desacredita a empresa privada;

¹⁴³ Informações extraídas de DREIFUSS, *op. cit.*, p. 162-165.

¹⁴⁴ Para conferir os nomes dos participantes, o formato do encontro e outras informações ver o panfleto de divulgação anexado ao documento de Felix Larkin intitulado **Informal Meeting of Businessmen of the Americas**, New York, Chase Manhattan Bank, 27/02 a 01/03/1963. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Jack N. Behrman, caixa 9, pasta Latin America Business Committee 02-03/63.

¹⁴⁵ **W.R. & Grace Co., Executive Vice President**, de Felix Larkin, vice-presidente executivo da W. R. Grace para Jack Behrman, Secretário-Assistente de Assuntos Internacionais do Departamento de Comércio e membro da COMAP, 05/03/1963. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Jack N. Behrman, caixa 9, pasta Latin America Business Committee Correspondence 02-03/63.

Os latino-americanos têm a impressão de que a Aliança está vendendo o socialismo pela América Latina. A Aliança está 'montada no cavalo errado' na opinião deles [latino-americanos]; Os planos de desenvolvimento preparados pelos governos deveriam ter a participação de empresas privadas. Que curso de ação é o mais indicado? Retificar os erros acima descritos ao parar de cometê-los.¹⁴⁶

A discussão seguiu, segundo esta fonte, com a questão das dificuldades que a iniciativa privada tinha para ser entendida pelos latino-americanos e também sobre a pouca participação empresarial nas decisões dos seus governos. As ações sugeridas para a resolução destes problemas eram lutar pela sanidade econômica dos países latino-americanos e militar pela causa da iniciativa privada. Larkin ainda descreveu outro ponto sobre o papel da iniciativa privada sob a Aliança para o Progresso: “mais encontros como estes devem ocorrer para criar uma unidade nos esforços dos negócios. Agora existe muita confusão, com B.C., B.C.I, U.S.I.A.C, COMAP, Minoria da COMAP, etc.”.¹⁴⁷ Embora seja possível supor a existência de algumas opiniões dissidentes, Larkin certamente anotou aquilo que lhe pareceu ser a visão geral partilhada pela maioria dos empresários acerca da Aliança para o Progresso.

Isto tudo aconteceu em março de 1963, ou seja, menos de um ano depois da formação do COMAP. Teriam então os empresários perdido as esperanças, por assim dizer, com relação à Aliança? Ou teriam estes poucos

¹⁴⁶ “As was to be expected, much was said that has been said many times before. It was conceded before the meeting started that Latin America was in trouble; that the investments climate for foreign investment was deteriorating; that many countries had serious balance of payments problems and devaluating currencies; that their export receipts were down and their imports were inadequate. The criticisms and views can be boiled down to the following highlights: 1. Alliance for Progress: (a) a good theoretical idea but inadequately thought out originally; (b) what is now worse, it is not even doing what it was designed to do - i.e., economic development; (c) not understood, everyone confused. No unity; (d) now a political instrument and as such Latins want no part of it; (e) it has been oversold. Latins have been given to expect a shower of dollars. Not in the cards in view of U.S. internal problems and balance of payments. Of the U\$ 600 million annual aid, \$ 300 goes to Brazil anyway. In the meantime, Latins are doing very little in the way of self help while they wait for the dollars; (f) Alliance by focusing on higher taxes and agrarian reform scares Latins and causes flight of capital. The Latins feel that agrarian and tax reform is their problem and should be handled without outside dictation; (g) ‘revolutionary’ language harmful; discredits private enterprise; (h) Latins have impression Alliance is selling socialism in Latin America. Alliance is backing the wrong horse in their opinion; (i) development plans all prepared by governments should have private enterprise participation. What course of action is indicated? Rectify the above mistakes by stop making them”. **W.R. & Grace Co., Executive Vice President, *idem***. Itálicos de Felix Larkin.

¹⁴⁷ “More meetings of this kind on person-to-person basis to bring unity of business effort. Now too much confusion, with B.C., B.C.I., U.S.I.A.C., COMAP, COMAP Minority, etc”. **W.R. & Grace Co., Executive Vice President, *ibidem***.

meses de existência do COMAP demonstrado que o caminho para a expansão de seus negócios não poderia ser garantido pelo programa? Provavelmente as críticas destes empresários à Aliança para o Progresso chegaram aos ouvidos do presidente Kennedy. Em um documento escrito em 05 de março de 1963, portanto quatro dias depois do encerramento da reunião realizada em Nova Iorque, endereçado ao Procurador-Geral dos Estados Unidos e irmão do presidente, Robert Francis Kennedy, Pedro Sanjuan informou e alertou o procurador-geral nestes termos:

Através de vários canais bem informados, chegou ao meu conhecimento, e eu acho que você já sabe disso, que o governador Rockefeller tem uma enorme equipe de *experts* em América Latina que estão preparando uma crítica destrutiva da Aliança para o Progresso. Ao que parece a posição deste grupo está bem cristalizada e Rockefeller está apenas esperando por um fórum favorável. Há cerca de um ano atrás foi formado o COMAP (...). Infelizmente, este comitê [COMAP] não tem trabalhado muito bem e está quase em debandada. Vários de seus membros, como Peter Grace, David Rockefeller, etc., têm feito declarações públicas criticando a Aliança para o Progresso. As críticas de Rockefeller, que logo chegarão ao conhecimento do governo, provavelmente vão reunir os seguintes itens:

1. A Aliança estava sendo vendida como um plano que incentivava uma revolução social na América Latina;
2. A administração Kennedy lançou nada mais que um programa convencional de assistência financeira, usando as ferramentas tradicionais da assistência financeira;
3. A influência da Aliança para o Progresso na esfera política latino-americana era negativa ao invés de positiva – um beijo de morte político.¹⁴⁸

¹⁴⁸ “Through several well-informed channels it has come to my attention, and I presume you also know, that Governor Rockefeller has a large staff of Latin American experts preparing a destructive critique of the Alliance for Progress. It seems that their position is well crystallized by now and that Rockefeller is only waiting for a favorable forum. About a year ago a committee was formed in the Department of Commerce called COMAP. Unfortunately this committee has not worked very well and is now almost disbanded. Several of its members, Peter Grace, David Rockefeller, etc., have made public statements criticizing the Alliance for Progress. The criticisms of the Alliance that Governor Rockefeller will soon level at us probably will involve the following items: 1. The Alliance for Progress was advertised as a plan to underwrite a social revolution in Latin America. 2. The Kennedy Administration has launched nothing more than a conventional foreign aid program, using the traditional tools of foreign aid. 3. The influence of the Alliance for Progress in the political sphere in Latin America is negative rather than positive – a political kiss of death”. **Alliance for Progress**, do Diretor do Protocolo de Serviços Especiais da Casa Branca Pedro Sanjuan para o Procurador-Geral dos Estados Unidos, Robert Kennedy, 05/03/1963. Localização: JFK Library, fundo Papers of Robert Francis Kennedy – Attorney General Papers, caixa 15, pasta Alliance for Progress Matters.

Oito meses após a reunião “informal” de Nova Iorque, surgia um novo órgão empresarial dos Estados Unidos chamado *Business Committee for Latin America* (Comitê de Negócios para a América Latina, ou BCLA na sigla em inglês), liderado por David Rockefeller, presidente do Chase Manhattan Bank e à época governador do estado de Nova Iorque. Em uma reunião com David Bell¹⁴⁹, o presidente do Chase Manhattan Bank revelou que o BCLA seria o “único grupo de homens de negócios com o qual as agências do governo poderiam consultar sobre questões políticas envolvendo interesses de empresas norte-americanas na América Latina”¹⁵⁰. David Bell e Rockefeller haviam acordado que o anúncio oficial da formação do grupo se daria a partir de uma troca cordial de correspondências entre Kennedy e o empresário, que se colocaria à disposição para ajudar o governo. Concomitantemente, seria necessário coordenar cuidadosamente o anúncio de formação do BCLA com o término das atividades do COMAP.¹⁵¹

O presidente Kennedy, em carta enviada pelo gabinete presidencial semanas antes de sua morte, mostrou satisfação com a iniciativa de Rockefeller, informando seu desejo de que a recém criada instituição de homens de negócios dos Estados Unidos estabelecesse conexões diretas com o Departamento de Estado, o Departamento do Tesouro, o Departamento de Comércio e o Departamento do Trabalho. Kennedy gostaria que Rockefeller realizasse reuniões “de tempos em tempos” (*from time to time*) com estes órgãos. Além disso, ele sugeriu a Rockefeller que o “Departamento de Estado fosse o seu principal ponto de contato com o governo e que David Bell servisse

¹⁴⁹ O economista David Bell trabalhou, de 1961 a 1962, como diretor do gabinete de orçamento do governo dos Estados Unidos. Após o pedido de demissão apresentado no final de 1962 pelo diretor da AID, Fowler Hamilton, Bell assumiu o cargo de Hamilton até 1966.

¹⁵⁰ “The new group [BCLA] would be intended to be the single main group of businessmen with which government agencies could consult on broad policy matters relating to U.S. business interests in Latin American”. **AID Memorandum**, de David Bell, Diretor da AID, para McGeorge Bundy, Conselheiro-Especial do presidente Kennedy sobre Assuntos de Segurança Nacional, Washington DC, 21/09/1963. Localização: JFK Library, série National Security Files, caixa 216, pasta Business Committee for Latin America.

¹⁵¹ **David Rockefeller’s Committee on Latin America**, memorando de David Bell, Diretor da AID, para Ralph Dungan, Assistente-Especial do presidente, Washington, 16/11/1963. Localização: JFK Library, série National Security Files, caixa 216, pasta Business Committee for Latin America.

como coordenador das relações de seu grupo com as várias agências do governo”¹⁵².

Havia um grande temor de que o fim das atividades do COMAP e a formação do Comitê de Negócios para a América Latina fosse negativamente identificado com a Aliança para o Progresso. Em função disso, os estrategistas da AID e da Casa Branca trabalharam cuidadosamente para alterar o conteúdo das cartas trocadas entre Kennedy e Rockefeller. William T. Dentzer Jr., Assistente-Especial do administrador da AID, David Bell, foi encarregado de se comunicar com o Departamento de Comércio para dar as devidas explicações e advertências sobre a nova relação de sua agência com o grupo de Rockefeller. Em um memorando informativo enviado a Jack Behrman, que era o principal intermediário entre Departamento de Comércio e COMAP, Dentzer Jr. comunicou a orientação da AID em relação a uma possível associação do fim da COMAP e a formação do comitê de Rockefeller com a Aliança para o Progresso:

Em anexo constam rascunhos das cartas que serão trocadas entre David Rockefeller e o presidente Kennedy com respeito à formação do Comitê. Nós acreditamos que os rascunhos devam ser modificados da maneira que indicamos e apreciaríamos outras mudanças ou sugestões que porventura você tenha. A primeira mudança sugerida na carta de resposta do presidente foi feita para deixar claro que a formação do Comitê, embora muito bem-vinda, partiu de uma iniciativa da comunidade empresarial e não da Administração [governo dos Estados Unidos]. Nós achamos que isto é desejável para prevenir mal-entendidos quanto aos fatos da situação, para indicar a apropriada e independente relação do governo e do comitê e *para desencorajar especulações vindas da América Latina de que tenha havido alguma relação especial recém construída entre a comunidade empresarial com respeito à Aliança para o Progresso*. Nós também fizemos algumas alterações em menor escala na carta de Rockefeller ao presidente. Obviamente, qualquer anúncio da formação do Comitê [de Negócios para a América Latina] deve ser cuidadosamente coordenado com o término do COMAP, como você indicou na sua carta ao senhor Bell, de 04 de 1963.¹⁵³

¹⁵² “I am suggesting that the Department of State be your principal liaison point in the government and that David Bell serve as a coordinator for the various government agencies in their relations with your group.” **Draft Letter**, do presidente John Fitzgerald Kennedy para David Rockefeller, presidente do Chase Manhattan Bank, s/d. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Jack Behrman, caixa 3, pasta COMAP Correspondence 11-12/63.

¹⁵³ “I attach David Rockefeller and President’s drafts for na Exchange of letters concerning the formation of the Committee. We believe the drafts should be modified as indicated and would appreciate any additional changes or suggestions you may have. Teh primary change

Teodoro Moscoso foi ainda mais enfático em relação a possíveis especulações relacionadas à criação do BCLA e à Aliança para o Progresso. Em um memorando enviado à McGeorge Bundy¹⁵⁴, Conselheiro do presidente sobre Assuntos de Segurança Nacional, David Bell consultou Moscoso sobre a iniciativa de formação do BCLA. Aparentemente, Moscoso não fez objeções à formação do grupo, mas fez um interessante alerta à Bell, que o retransmitiu para Bundy. Segundo Bell, “Moscoso também apontou que nós precisamos lidar com o estabelecimento do BCLA com cuidado – para obter o máximo impacto favorável na comunidade empresarial dos Estados Unidos, mas também para evitar ao máximo as acusações comunistas na América Latina de que a Aliança está sendo tomada por Wall Street”.¹⁵⁵

Evidentemente, a “linguagem revolucionária” da Aliança para o Progresso não agradava a importantes empresários norte-americanos. Aquilo que a administração Kennedy havia proposto como uma resposta à altura das expectativas de certos setores latino-americanos temerosos com os possíveis resultados das crescentes lutas sociais pelo continente parecia inadequado para os dirigentes das grandes corporações transnacionais dos Estados

suggested in the President’s letter of response is designed to make it clear that the formation of the committee, while most welcome, grows out of the business community’s initiative and was not requested by the Administration. We think this is desirable in order to prevent misunderstanding of the facts of the situation, to indicate the proper and independent relation of the government and the committee and to discourage Latin American speculation that there has been some special relationship newly constructed with the business community with respect to the Alliance for Progress. To a limited Exchange, we also have changed Rockefeller’s letter in this respect. Obviously any announcement of the formation of the Committee would have to be carefully coordinated with the termination of COMAP, considered in Mr. Behrman’s letter to Mr. Bell on November 4, 1963”. **Department of State, AID Memorandum**, de William Dentzer Jr., Assistente-Especial do Administrador da AID, para Jack Behrman, Secretário-Assistente de Assuntos Internacionais do Departamento de Comércio, 07/11/1963. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Jack N. Behrman, caixa 3, pasta COMAP Correspondence 11-12/63. O grifo é meu.

¹⁵⁴ McGeorge Bundy, ao lado de seu irmão William, e de George Kennan, Allen Dulles e Richard Bissell, foi membro do famoso “grupo dos notáveis” da CIA, formado em 1949, entidade cujas atividades altamente secretas ajudaram a financiar grupos anticomunistas na França e na Itália. Bundy trabalhou como Assistente-Especial dos presidentes Kennedy e Johnson para Assuntos de Segurança Nacional e foi considerado “o melhor e o mais brilhante” estrategista militar dos dois governos, em razão de sua astúcia em planejar os ataques ao Vietnã. Sobre este assunto, ver BIRD, Kai. *The Color of Truth: McGeorge and William Bundy, Brothers in Arms: A Biography*. New York: Simon and Schuster, 1998.

¹⁵⁵ “Moscoso also points out we shall need to handle the establishment of the new BCLA with care – to obtain maximum favorable impact in U.S. business community, and to leave minimum exposure to Communist charges in Latin America that the Alliance is being taken over by Wall Street”. **AID Memorandum**, de David Bell, Diretor da AID, para McGeorge Bundy, Conselheiro-Especial do presidente Kennedy sobre Assuntos de Segurança Nacional, Washington DC, 21/09/1963. Localização: JFK Library, série National Security Files, caixa 216, pasta Business Committee for Latin America.

Unidos, que esperavam apenas “estabilidade política” para a manutenção e ampliação de seus interesses privados. Pelo que indicam as fontes, esta posição, apesar de aparentemente colocar em xeque a abordagem da política externa do governo Kennedy, não causou grandes constrangimentos mesmo em meio aos mais ardorosos defensores dos “princípios da Aliança”. Pelo contrário, o próprio presidente Kennedy, ao lado de alguns de seus mais importantes estrategistas, como McGeorge Bundy, Ralph Dungan e David Bell, apoiou entusiasticamente uma postura de barganha com este grupo de empresários.

Ao que tudo indica, os esforços da Casa Branca e da AID tiveram o objetivo de tentar preservar a já desgastada imagem da Aliança. Como se estivesse tentando poupar a Aliança de problemas ainda maiores – se é que era possível ter um problema maior do que Rockefeller – a Casa Branca acabou por jogar a primeira pá de terra na sepultura da Aliança. Os empresários pressionavam por um recrudescimento da política norte-americana para a América Latina, e o governo Kennedy acabou por sucumbir com satisfação e alegria a esta pressão.

3.6 A Propaganda da Aliança para o Progresso pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos

Foi somente no início de junho de 1963 que a AID e o Departamento de Estado, contando com o importante apoio da USIA, finalmente criaram o seu próprio programa de informação ligado à Aliança para o Progresso, substituindo o Subcomitê de Assuntos Culturais do LAPC mencionado no capítulo anterior. A criação do Grupo de Trabalho sobre Aspectos Ideológicos da Aliança para o Progresso do LAPC (*Latin American Policy Committee Working Group on Ideological Aspects of the Alliance for Progress*) foi comunicada, através de um memorando de conteúdo prescritivo, ao Secretário-Assistente do Departamento de Estado para Assuntos Interamericanos, Edwin

Martin¹⁵⁶. Neste documento, Moscoso dirigiu a Martin algumas recomendações sobre quais deveriam ser as principais tarefas do grupo.

Segundo Moscoso, o grupo teria uma difícil tarefa a realizar. Em razão dos sérios problemas que a Aliança para o Progresso vinha enfrentando, o programa de informação a ela relacionado demandaria a participação de várias agências do governo. Ele sugeriu que integrassem o grupo representantes da Casa Branca, do Departamento de Estado, do Departamento do Tesouro, da Agência de Desenvolvimento Internacional (AID), da Agência de Informação dos Estados Unidos (USIA), da Central de Inteligência Americana (CIA), do Departamento do Trabalho, Comércio e Agricultura. O novo Grupo de Trabalho deveria focar-se em fazer recomendações e elaborar projetos específicos, realizando encontros semanais.

Moscoso sugeriu, entre outras coisas, que fossem revistos os critérios para a seleção de intelectuais, professores, sindicalistas e estudantes para programas de intercâmbio nos Estados Unidos. Além disso, propôs preencher o déficit de livros (*book gap*) que existiria na América Latina e também a produção de mais programas de rádio e televisão com anúncios da Aliança para serem distribuídos pela América Latina. Estes projetos deveriam atingir grupos sociais específicos: organizações políticas, sindicatos urbanos e rurais, estudantes e intelectuais. A sua recomendação em termos de estratégia de difusão da propaganda é a mesma sustentada por Richard Goodwin no memorando descrito no capítulo anterior. Observe-se a maneira como Moscoso sugeriu esta política:

Uma série de memorandos, outros documentos e discussões chamaram a atenção para o 'déficit ideológico' na estrutura da Aliança. Entre estes comentários, estão as advertências de Ball para a concepção errônea das repúblicas latino-americanas de que a Aliança é um programa do governo dos Estados Unidos; um memorando de Dick [Richard] Goodwin para o presidente Kennedy observando que nosso problema é a 'disseminação dos meios de propaganda', e que deveríamos insistir em colocar 'nas mãos de grupos efetivamente democráticos em cada país... os instrumentos de

¹⁵⁶ O cientista político Edwin McCammon Martin trabalhou, durante a Segunda Guerra Mundial, como alguns outros membros da administração Kennedy, no OSS (Office of Strategic Services), órgão precursor da CIA. Ele foi Secretário-Assistente de Estado para Assuntos Interamericanos de 1962 a 1964.

propaganda”; e uma série de recomendações de Morales-Carrión de teor semelhante, etc.¹⁵⁷

Diante destas dificuldades, o grupo de trabalho foi oficialmente formado no final de agosto de 1963, contando com financiamento da AID. Arturo Morales-Carrión foi indicado para comandá-lo e imediatamente recrutou Pedro Sanjuan para participar da iniciativa¹⁵⁸. Surpreendentemente, nem na Biblioteca presidencial John Kennedy nem no NARA II foi encontrado algum documento sobre as atividades posteriores à formação do referido grupo. Ou este órgão trabalhou sob o mais intenso sigilo ou o grupo não conseguiu sequer iniciar suas atividades.

Certamente, a inesperada morte do presidente Kennedy apressou a ascensão de burocratas norte-americanos que não apresentavam o mesmo entusiasmo em relação à Aliança para o Progresso. Entre estas figuras promovidas aos altos escalões do novo governo de Lyndon Baines Johnson, destaca-se a do ex-embaixador estadunidense no México, Thomas Mann, que assumiu o cargo de Secretário-Assistente de Estado para Assuntos Interamericanos, no lugar de Edwin Martin. Mann passou a centralizar todas as decisões políticas para a América Latina, sendo o único representante do Departamento de Estado para a pasta de assuntos interamericanos. Isto significava que a coordenação estadunidense da Aliança para o Progresso e de todas as subsecretarias de assuntos interamericanos seria feita exclusivamente

¹⁵⁷ “A series of memoranda, working papers and discussions have all been concerned with the ‘ideological gap’ in the Alliance structure. Among these are comments from you on the need to disabuse the Latin American Republics of the idea that the Alliance is a U.S. program; a memorandum from Dick Goodwin to the President Kennedy pointing out that our problem is the ‘dissemination of the means of propaganda’ by placing ‘in the hands of effective democratic groups in each country... the instruments of propaganda’; a series of proposals by Arturo Morales-Carrión along similar lines, etc.”. **Establishment of a Working Group of the Latin American Policy Committee on Ideological Aspects of the Alliance**, do coordenador estadunidense da Aliança Teodoro Moscoso para o Secretário-Assistente de Estado para Assuntos Interamericanos, Edwin Martin, s/d. Localização: NARA II, RG 59, fundo Office Files of the Deputy Assistant Secretary for Inter-American Affairs, caixa 15, pasta Alianza para el Progreso (Political Ideological Force).

¹⁵⁸ **Analysis of a Multiple Dilemma**, rascunho de apresentação de Arturo Morales-Carrión do Grupo de Trabalho sobre Aspectos Ideológicos da Aliança para o Progresso, Washington DC, 27/08/1963. Localização: NARA II, RG 59, fundo Office Files of the Deputy Assistant Secretary for Inter-American Affairs, caixa 15, pasta Working Group on Ideological Aspects of the Alliance for Progress. Neste documento, Morales-Carrión cita vagamente o apoio da AID às iniciativas de seu grupo, sem revelar detalhes.

por ele. A idéia de agregar todas estas atribuições a um único cargo já havia sido ratificada pelo próprio presidente Kennedy no seu último mês de vida, embora ele ainda não houvesse definido um nome para assumir a posição ¹⁵⁹.

Ao assumir a nova função, Thomas Mann não demonstrava grande preocupação em relação aos “aspectos ideológicos” da Aliança para o Progresso. Suas posturas políticas, segundo Schlesinger Jr., indicavam que o trabalho realizado até aquele momento em termos de propaganda seria abandonado. Todas as iniciativas de inspiração “liberal” do governo dos Estados Unidos para conquistar os “corações e as mentes” de intelectuais, estudantes, sindicalistas, etc., para o terreno do “mundo livre” deixariam de ser a prioridade da agenda de política externa para a América Latina. Schlesinger Jr assim resumiu a orientação política de Mann:

(...) Eu acho que seria um erro conferir a ele [Thomas Mann] este cargo, pois acredito que não só ele está fora de sintonia em relação às forças vitais contemporâneas na América Latina – a esquerda democrática, os sindicatos, os estudantes, a juventude e os intelectuais – mas também é ativamente antipático a essas forças. Seus associados têm sido principalmente com o passado da América Latina, não com o seu futuro. Em particular:

1. Sua filosofia econômica é conservadora – bem mais conservadora que o New Deal e a New Frontier. Ele é um ‘crente’ nas virtudes de um sistema de empresa privada substancialmente desregulado. Ele também acredita firmemente que é obrigação do governo dos Estados Unidos tomar medidas agressivas para avançar os interesses de empresas norte-americanas na América Latina, mesmo quando na circunstância em que governos latino-americanos estejam engajados em medidas legítimas de controle e regulação. Em um aerograma (A-345 de 28 de setembro de 1962), ele condena o ‘fracasso do governo dos Estados Unidos e das empresas privadas norte-americanas de, durante um longo período de tempo, não protegerem os investimentos estadunidenses’. Ele reverteria esta posição inerte e alistaria todas as forças do governo para apoiar os negócios privados norte-americanos: ‘nosso objetivo deveria ser o de mobilizar o poder econômico dos Estados Unidos nos setores público e privado, *para que nosso poder econômico, assim como o nosso poder militar, seja uma ameaça em si*, nos permitindo exigir cooperação do México e de outros governos, de uma maneira flexível e justa para avançar os objetivos de nossa política externa.(...)

3. Um grande esforço de nossa política desde janeiro de 1961 tem sido o de conquistar os intelectuais, escritores, professores, estudantes, artistas, líderes sindicais, etc. Este esforço tem tido surpreendente sucesso em mudar as mentalidades deste setor da

¹⁵⁹ **Memorandum for the President – Alliance for Progress**, de Richard Goodwin, Assistente-Especial do presidente para o presidente Johnson, Washington DC, 27/11/1963. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Arthur Schlesinger Jr. (White House Files), caixa WH-35 (Classified Subject File), pasta Richard Goodwin 1961-1963.

sociedade latino-americana que, na época de Eisenhower, haviam sido a mais influente fonte de opinião antiamericana. Não tinha havido este sentimento pró-americano desde os anos Roosevelt [Franklin Delano]. Mas o embaixador Mann demonstrou pouca paciência com intelectuais mexicanos e com o esforço de estabelecer um honesto e livre intercâmbio de idéias. No aerograma A-407, de 02 de outubro de 1963, ele argumentou contra a tradução em espanhol e possível distribuição pela USIA de um livro de Daniel James, *México e os Americanos*. James, é preciso lembrar, é um conhecido escritor anticomunista e atualmente é secretário executivo da organização direitista Comitê Cuba Livre. O embaixador Mann escreve: ‘a proposta de nosso programa de tradução de livros é de melhorar o entendimento no estrangeiro do sistema político, econômico e social dos Estados Unidos, para conquistar apoio em relação à nossa política externa e ao *american way of life*. Eu acredito que nós não alcançaremos este objetivo disseminando material que enfatize equívocos e falhas dos Estados Unidos, *sejam eles reais ou não*. Talvez auto-exame e autocrítica feitas por norte-americanos da política norte-americana seja necessária para os norte-americanos. Mas a minha opinião é que, de acordo com os limites dos programas da USIA, nós seguramente podemos deixar esta tarefa de auto-crítica ao setor privado e àqueles estrangeiros que parecem estar gastando dinheiro e tempo com esta tarefa (...)’.

As concepções de política de informação do embaixador Mann são completamente diferentes da USIA sob a direção do senhor Murrow [diretor da USIA]. (...). A embaixada no México confunde independência de opinião com pró-comunismo. Eu não precisaria mencionar isso mas, se esta atitude for generalizada para toda a América Latina, os efeitos sobre os esforços de conquistar a comunidade intelectual latino-americana serão desastrosos.

4. Em suma, isto tudo pode ser entendido na América Latina como um retorno às políticas da administração Eisenhower, para a qual o embaixador Mann tão habilmente serviu. A política de Eisenhower, em essência, pregava que o desenvolvimento viria através de investimentos privados; que seriam desejáveis os governos que garantissem o clima para investimentos privados externos; que os latino-americanos são crianças e precisam de disciplina; e que governos autoritários de direita, embora teoricamente indesejáveis, são necessários na América Latina para proteger os investidores estrangeiros e tomar atitudes duras contra os ‘esquerdistas’. Estas visões estão em acirrado conflito com as premissas da Aliança.¹⁶⁰

¹⁶⁰ “I think it would be an error to give him [Thomas Mann] this assignment because I believe that he is not only out of touch with the vital forces in contemporary Latin America – the democratic left, labor, the students, the youth, the intellectuals – but actively unsympathetic to these forces. His association has been in the main with the past of Latin America, not with its future. In particular: 1. His economic philosophy is conservative – a good deal more conservative, I would judge, than that of the New Deal or the New Frontier. He is a “true believer” in the virtue of a substantially unregulated private enterprise system. He also believes strongly in the obligation of the United States Government to take aggressive measures to advance American business interests in Latin America even in circumstances when Latin American governments themselves are engaged in legitimate attempts at regulation and control. In Airgram A-435 (September 28, 1962) he condemns ‘the failure of both the United States Government and U.S. private business enterprise over a long period of years to protect United States investments’. He would reverse this supine policy and enlist the full force of the American government to back American business: “our objective should be to mobilize United States economic power in both the private and public sectors, so that our economic power, like our military power, will be a threat in being, enabling us in a fair and flexible way to further the objectives of our foreign policy by using it to require of Mexico and other governments cooperation of their part. (...). 3. A major effect of our policy since January 1961 has been to

Em suma, a iniciativa que poderia ser a salvação para o “déficit ideológico” vivido pela Aliança não pôde sair do papel. O governo dos Estados Unidos finalmente deixou fluir a sua convicção, aparentemente contida durante um espaço de tempo curtíssimo (o da gestão de John F. Kennedy), de que para vencer o comunismo e a insurgência social na América Latina, não bastava a propaganda da Aliança para o Progresso.

3.7 Exemplos de Material de Propaganda da Aliança para o Progresso

Os materiais de propaganda ligados à Aliança para o Progresso estão igualmente em formato de histórias em quadrinhos que, através de diferentes abordagens, procuram demonstrar os alegados benefícios do programa para a

win over Latin American intellectuals, writers, teachers, students, artists, trade union leaders, etc. This effort has had surprising success in changing the minds of that sector of Latin American society which in the Eisenhower years had become the most influential source of anti-American opinion. There has not been so much pro-American feeling among this groups since the time of Roosevelt. Ambassador Mann, however, has shown little patience with Mexican intellectuals or with the efforts to establish an honest and free exchange of ideas. Thus in Airgram A-407, October 2, 1963, he argued against the translation into Spanish and possible USIA distribution of a book Mexico and the Americans by Daniel James. James, it might be noted, is a well-known anti-communist writer who is currently executive secretary of the right-wing Free Cuba Committee. Ambassador Mann writes: ‘I assume that the purpose of our paperback book program is to bring about a better understanding abroad of United States political, economic and social systems... to the end of winning comprehension and support for American values, American foreign policy objectives and the American way of life. I do not believe that we can accomplish this purpose by disseminating material which seems to emphasize United States faults and mistakes, whether they are real or imagined. Perhaps self-examination and self-criticism by Americans of American policy are necessary for Americans. But I venture to express the opinion that, insofar as our USIA information program is concerned, we can safely leave this task of self-criticism to the private sector and to those foreigners who seem to be spending a great deal of time and money on this task (...). Quite plainly Ambassador’s Mann conception of proper information policy is very different from that of USIA under Mr. Murrow (...). 4. In general, this appointment may be taken in Latin America as a return to the policies of Eisenhower administration which Ambassador Mann so ably served. The Eisenhower policy was, in essence, that Latin American development would come about basically through private investment; that the desirable Latin American governments were those who could create a favorable climate for private investment, and specially for foreign private investment; that the Latin American are children and need discipline; and that right-wing, authoritarian governments, though theoretically undesirable, are practically necessary in Latin America to protect foreign investments and take strong action against “leftists”. These vies are in sharp conflict the basic premises of the Alliance”. **Memorandum for the President**, de Arthur Schlesinger Jr. para o presidente Johnson, Washington DC, 14/12/1963. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Arthur Schlesinger Jr. (White House Files), caixa WH-2, pasta Alliance for Progress 10-12/63. Os itálicos são de Schlesinger.

América Latina. Da série Panfletos e Folhetos, foram encontrados dezessete livretos de histórias sobre este tema. Dentre estes, três abordam a temática de como os estudantes poderiam se engajar nos projetos da Aliança. Os demais são dirigidos especialmente a trabalhadores rurais e urbanos, com o objetivo de convencer sobre a necessidade de envolvimento destes grupos sociais nos projetos da Aliança para o Progresso através de cooperativas de trabalhadores. Foram encontrados também dois exemplares, igualmente em forma de gibis, de propaganda de produtos de empresas privadas norte-americanas e que aproveitavam a oportunidade para divulgar os alegados benefícios da Aliança para o Progresso¹⁶¹.

A característica marcante destas histórias em quadrinhos é o silêncio em relação ao papel do governo dos Estados Unidos na Aliança para o Progresso. À exceção de uma revistinha, todas as outras não mencionam o fato de a Aliança ter sido uma iniciativa de campanha do presidente Kennedy nem cita o papel dos Estados Unidos como financiador dos projetos. Sem dúvida, trata-se de um silêncio proposital, já que, como vimos, uma das preocupações do governo norte-americano era tentar convencer os latino-americanos de que a Aliança para o Progresso era um projeto que envolvia a todos os países do continente, no qual o governo dos Estados Unidos seria meramente um “parceiro-júnior”.

Dentro desta orientação, os materiais cujo conteúdo diz respeito à importância do trabalho em comunidade realizado por cooperativas em nome da Aliança para o Progresso têm o objetivo de reforçar o caráter supostamente descentralizado do projeto. Assim, estava sendo cumprida a missão de tentar convencer os leitores que a iniciativa da Aliança cabia quase que exclusivamente aos membros das comunidades locais. Nas revistas cujo tema é o do engajamento dos estudantes na Aliança para o Progresso, onde também inexistem referências aos Estados Unidos, o objetivo central é o de tentar romper o ceticismo dos estudantes em relação ao programa, chamando-

¹⁶¹ De acordo com René Armand Dreifuss, o complexo IPES/IBAD recebia estes e outros materiais da USIA e posteriormente os repassava para a série de instituições políticas que compunham o complexo. Dreifuss cita o exemplo da história em quadrinhos intitulada *El Camino Hacia el Futuro*, que será analisada ao final do capítulo. DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, quinta edição, 1987. p. 250 e 272 (nota bibliográfica número 136). A recepção a este “livreto educativo” teria sido um sucesso, de acordo com uma pesquisa de opinião de uma revista brasileira utilizada como fonte por Dreifuss.

as a militar em nome dele, seja através da participação nas cooperativas ou de outras formas “positivas” de militância política. Começamos, então, pela análise de dois materiais cujos temas giram em torno da questão dos estudantes e a Aliança para o Progresso.

A historinha intitulada *Arriba Muchachos!*, ou, na versão em português, *Vamos lá Garotada!*¹⁶² foi produzida para divulgar o papel dos estudantes secundaristas e universitários na Aliança para o Progresso. Ela começa com um protesto de estudantes. Timóteo e Elena, ao lado de outros meninos e meninas, parecem ser os grandes líderes da greve, mas fica demonstrado ao leitor que o verdadeiro agitador é Barbitas – uma inegável analogia com Fidel Castro e com um estereótipo construído sobre a barba de alguns comunistas –, que havia instado os garotos a “lutar por justiça social”. Mesmo depois de horas de protesto, que havia sido um “rotundo fracasso”, Timóteo e Elena, “moídos e com os pés doendo”, afirmam a dois garotos que não haviam participado da manifestação que realmente estavam lutando por justiça social. Estes dois garotos, que calmamente e com um sorriso no rosto liam seus livros sentados em um banco de praça, afirmam que a greve era uma forma negativa de lutar por justiça social e que não conduziria a lugar nenhum. Em um tom de repreensão e alerta, eles dizem aos grevistas: “Passam a vida sendo contra tudo? Nunca estão a favor de algo? Quem meteu isso nas cabeças de vocês?”. Aquele que havia “metido as idéias nas cabeças dos jovens” estava sorrateiramente sentado em um banco perto dali, vestido de vermelho e lendo o seu Diário Comunista.

¹⁶² Informações extraídas da estampa contida na capa da revistinha **Arriba Muchachos!**, série **Historietas Dos Mundos, Master File Copy**, produzida pela IPS/USIA, distribuída em maio de 1963 os seus postos na América Latina, 366 mil exemplares em espanhol, 92 mil exemplares em português.. Localização: *NARA II, RG 306*, fundo *USIA Pamphlets and Leaflets*, caixa 1, pasta *Arriba Muchachos*.



Timóteo, que não desistia de lutar por justiça social, chama os dois garotos de “reacionários”. – “Tenho certeza de que foi Barbitas que te ensinou esta palavra”, diz um dos meninos. Os garotos seguem argumentando que as causas pelas quais Timóteo lutava poderiam ser alcançadas através de “meios democráticos”, resultando em algo construtivo para a comunidade na qual viviam, por exemplo. Os garotos convidam Timóteo e Elena a participar da assembléia da comunidade, na qual “seria determinada a melhor forma de participação dos estudantes na Aliança para o Progresso.



Timóteo, dando vivas à greve, reluta em participar, mas Elena aceita o convite. Na assembléia, todos os estudantes tentam discutir “livre e democraticamente” a maneira de construir uma “revolução positiva”. Mas estas

discussões são sempre interrompidas pelas palavras de ordem de Timóteo e Barbitas, que gritam: - “mentira!”. Ainda assim, os estudantes decidem reformar o prédio da cooperativa da comunidade, pois ela é uma empresa privada – o autor da historinha achou importante frisar isso – que pertencia a todos eles. Essa ação, portanto, traria benefícios diretos às famílias da comunidade. Inconformados com a situação, Barbitas e Timóteo protestam: - “contra-revolucionários, propaganda, imbecis!”.



Elena, que agora já se tornou uma garota de “bom senso”, devolve a Timóteo e Barbitas a acusação de “reacionários”, alegando que, se os estudantes iriam ajudar o povo, eles não poderiam ser exploradores.



O trabalho de reforma da cooperativa inicia. Todos trabalham felizes e com dedicação, mas existem sabotadores que não estão interessados em ajudar a comunidade. Estes roubam um balde do pedreiro e arremessam um martelo em direção a outro trabalhador. Felizmente ninguém sai ferido e a Cooperativa da Aliança para o Progresso começa a tomar sua nova forma.



A engajada Elena pergunta a Miguel, garoto que ajudava nas reformas, o que viria a ser a Aliança para o Progresso. Miguel explica que ela seria uma “chama” que move todos a trabalhar juntos na luta por um mundo melhor, através de esforços individuais.



Barbitas, que mais uma vez escutava a conversa, chama Miguel de imperialista. Porém, parece que Timóteo começava a achar de que as idéias sobre a Aliança para o Progresso explicadas por Miguel eram boas. Barbitas, com uma bomba na mão, retruca Timóteo dizendo que eles não poderiam deixar que a inauguração da obra acontecesse. Timóteo se nega a participar da sabotagem, obrigando Barbitas a fazer tudo sozinho. Ele arremessa a bomba em direção a um trabalhador, mas ela acaba batendo numa espécie de gangorra e volta na direção de Barbitas, explodindo e o deixando todo machucado.

Na inauguração da sede da cooperativa, Timóteo aparece novamente com um cartaz com a inscrição “Viva a Greve!”. - “Outra vez a mesma coisa, Timóteo?”, indaga Miguel. Timóteo vira o cartaz, mostrando o que estava escrito na parte de trás: “Felicidades!”. Para Timóteo, o final da história não poderia ter sido melhor: é chamado de “lindo” e, como se não bastasse, ainda ganha um beijo – na bochecha.

Nesta história há a sugestão de que existem estudantes “inocentes” que podem ser manipulados pelas idéias de outros. No caso, os comunistas. Embora Timóteo e Elena estivessem preocupados com justiça social, deixa-se claro que eles teriam optado por forma “negativa” de conquistá-la. Assim, os métodos de contestação social da esquerda são criticados abertamente. Além disso, sugere-se que somente alguém inocente como Timóteo poderia aceitar a influência de Barbitas, um personagem ardiloso, com um discurso repetitivo e “vazio de significado”. Há também uma crítica às palavras de ordem tradicionalmente utilizadas para a mobilização política entre os comunistas, transformando-as em jargões sem sentido.

A historieta intitulada *La Hora Decisiva* (ou *A Hora Decisiva*, na edição em português)¹⁶³ conta a história de Roberto, um jovem estudante de engenharia que está concorrendo à presidência da federação dos estudantes de sua universidade. O grande desafio de Roberto é, primeiramente, convencer os apoiadores de sua chapa a engajar-se em projetos da Aliança para o Progresso.

¹⁶³ Revista *La Hora Decisiva*, série *Historietas Dos Mundos*, *Master File Copy*, produzido pela IPS/USIA para distribuição em setembro de 1963 a seus postos da América Latina, um milhão e trinta e sete mil cópias em espanhol, 310 mil cópias em português. Localização: *NARA II, RG 306*, fundo *USIA Pamphlets and Leaflets*, caixa 8, pasta *The Decisive Hour*.



Roberto consegue o apoio do seu grupo à idéia de militar em nome da Aliança, embora eles ainda o considerem “louco”, opinião da qual partilha inclusive sua namorada, por levar adiante uma idéia como esta. A Aliança para o Progresso será o principal tema de seu discurso na grande assembléia dos estudantes. Roberto acredita na causa da Aliança porque trabalha como engenheiro-ajudante em um projeto de construção de casas com financiamento da Aliança. Roberto inclusive não hesita em trocar socos com pessoas que discordem de suas idéias.



Roberto não hesita em criticar a namorada nem em entrar em brigas pela Aliança. Ele está decidido a convencer os estudantes dos benefícios do programa. Tão logo inicia o seu discurso, ele já ouve gritos de “Aliança não!”. Em um tom desafiador, Roberto pergunta se algum dos estudantes já leu a Carta de Punta del Este para criticar um plano “tão construtivo”. Um estudante levanta-se e declara que aderir à Aliança é “entregar-se aos dólares *yankees*!”. Roberto prontamente responde que isto se trata de uma mentira, pois a Aliança é um “esforço cooperativo de ajuda própria para o nosso desenvolvimento, para o qual cada país contribui com o que pode!”.



Roberto dá exemplos dos resultados positivos que a Aliança estaria atingindo na América Latina. Um deles é a reforma agrária, supostamente em curso por todos os países-membros da Aliança, que estaria proporcionando terras e casas com toda a infra-estrutura para milhares de famílias, formando comunidades que trabalhariam na produção e venda de alimentos e outros artigos sob a idéia do cooperativismo. Porém, entre a platéia que assistia ao discurso de Roberto ainda havia quem não entendesse bem o que agricultores, comerciantes e a Aliança para o Progresso tinham a ver com os estudantes.

É neste momento que um professor que ouvia ao discurso toma uso da palavra e explica algumas noções de “Economia Política”. Ele argumenta que fábricas construídas pela Aliança criariam oportunidades de emprego para jovens estudantes, proporcionando-lhes uma fonte de renda, pondo dinheiro em circulação, criando demanda de produtos, motivando mais produção industrial e, portanto, mais empregos. Enfim, acabaria atingindo a todos. Depois desta argumentação e de outros exemplos de sucesso dados por Roberto. Naturalmente, após este persuasivo discurso, Roberto ganha as eleições para a presidência da federação estudantil e reconquista o apoio de sua namorada.



A USIA também produziu histórias dirigidas para outros públicos, especialmente para trabalhadores rurais e urbanos, com uma tiragem em língua espanhola de 1.442 milhões de exemplares. Uma destas revistinhas tem o título de *Por una Causa Común*. Tanto a versão em espanhol quanto a em português (pouco mais de 600 mil exemplares, intitulado *Por uma Causa Comum*) foram distribuídas em junho de 1964, a partir dos postos da USIA na América Latina – no Brasil, a partir da sede da agência de propaganda dos Estados Unidos localizada na cidade do Rio de Janeiro.¹⁶⁴

Este material conta a história de um sindicalista chamado Pedro. Sua esposa, Ramona, recebe uma carta de uma amiga, Amelia, relatando que o sindicato ao qual pertencia seu marido na cidade de Río Abajo havia conseguido estabelecer uma cooperativa, na qual era possível comprar uma variedade de alimentos de qualidade, pedir empréstimos a juros e receber apoio para construção de casas. A esposa de Pedro, encantada com a notícia, pede que ele e seus amigos montem também uma cooperativa. Pedro inicialmente reluta, mas como não quer decepcionar Ramona, acaba aceitando a idéia.

Assim, Pedro e Moreno, companheiro de sindicato, partem para “uma viagem que poderá mudar as suas vidas” rumo a Río Abajo. Lá eles esperam encontrar Ernesto, secretário da federação de trabalho. Ernesto aceita ajudar os dois amigos, começando por explicar os diferentes tipos de cooperativas existentes: as cooperativas de consumo, que vendiam alimentos e roupas, as de crédito, as de construção de casas. Ernesto explica detalhadamente a organização e o engajamento voluntário dos membros das cooperativas de sua cidade que entregam um dia de seus salários para elas e, nas horas livres, contribuem trabalhando em prol da cooperativa.

Após obterem as informações, Pedro e Moreno resolvem voltar para a sua cidade e implantar uma cooperativa. Eles foram convencidos por Ernesto para inicialmente montarem uma cooperativa de crédito, o que estimularia os hábitos de poupança da comunidade. Deste modo, já em sua cidade, convocam uma assembléia do sindicato para tentar aprovar a construção da

¹⁶⁴ Revista *Por Una Causa Común*, série *Historietas Dos Mundos*, Master File Copy, produzido pela IPS/USIA e distribuído em junho de 1964 para seus postos na América Latina, 1.442 milhões de cópias em espanhol e 392 mil cópias em português. Localização: NARA II, RG 306, fundo *USIA Pamphlets and Leaflets*, caixa 4, pasta *In a Common Cause*.

cooperativa de crédito. E é aí que iniciam os problemas. Após ouvir as explicações de Pedro sobre os benefícios da cooperativa, um sindicalista chamado Francisco esbraveja em resposta: - “Papo furado! Vocês falam do alto custo de vida. Pois bem, que a companhia nos pague melhores salários!”. Pedro afirma que Francisco está completamente equivocado.



Pedro dizia a Francisco que pedir aumento dos salários dos funcionários poderia causar a falência da empresa, levando a demissões de trabalhadores. Assim, apesar do protesto de Francisco, foi aprovada a criação da cooperativa de crédito do sindicato, que logo em seguida começou a ser organizada. E os resultados não poderiam ser melhores.



O sucesso da cooperativa de crédito foi tão grande que a comunidade acabou por fundar uma cooperativa de consumo, para cuja presidência Pedro foi unanimemente eleito. Mas faltava uma sede para este novo empreendimento, que foi doada pelo dono da fábrica na qual Pedro trabalhava em reconhecimento ao seu esforço e seriedade. Na cerimônia de inauguração, o diretor da fábrica faz um discurso parabenizando a iniciativa da comunidade e Pedro, triunfante pela alegria de todos, encerra a história dizendo que aquilo seria somente o começo de uma vida melhor para a comunidade e os seus futuros membros, o que seria o verdadeiro significado da Aliança para o Progresso.



A mensagem desta historinha é interessante. Na América Latina, ainda na década de 60, persistiam em várias regiões hábitos de produção ainda ligados à manufatura e ao artesanato, que empregavam técnicas de produção ligadas ao modelo de fábrica da primeira Revolução Industrial. Nessa realidade, alguns indivíduos ainda concentravam o conhecimento sobre a produção, dominando determinado “saber fazer”. Em outras regiões do continente, a produção de mercadorias já seguia o modelo fordista de produção. Diante disso, não seria de todo absurdo pensar que a intenção de uma historinha como esta é também preparar o trabalhador para a “cooperação” produtiva, tentando romper ao mesmo tempo os limites existentes

entre a produção artesanal/manufatureira e a produção fordista. Para fechar o círculo vitorioso da cooperação, ela é apresentada como essencialmente emancipadora. Em nenhum momento questiona-se se a cooperação serviria muito mais aos interesses do capital ou aos da “comunidade” – de proprietários privados, diga-se de passagem.

Evidentemente, o objetivo de *Por una Causa Común* é o de explicar didaticamente como a Aliança para o Progresso poderia ser implementada em meio a trabalhadores urbanos e rurais. Não há uma mensagem tão explícita de combate ao comunismo quanto em *Arriba Muchachos!*, mas há um sutil posicionamento político no que diz respeito a relação entre trabalhadores e proprietários privados. Francisco, o sindicalista, estava completamente equivocado, de acordo com Pedro, ao propor que a empresa aumentasse os salários dos trabalhadores. Pedro, então, é retratado como o defensor dos interesses não somente do sindicato, mas também da empresa onde trabalhava. Fica clara a sugestão de conciliação entre trabalhadores e proprietários privados pelos criadores deste material. Além disso, há também um estímulo à idéia de que é possível trabalhar pelo bem da comunidade e, ao mesmo tempo, alcançar ascensão individual. Tudo isso, é claro, através da Aliança para o Progresso.

Existem outros quatorze exemplos de histórias em quadrinhos direcionados especialmente para trabalhadores rurais e urbanos. Todos eles referentes ao mesmo tema, qual seja: esforços individuais, quando reunidos sob uma cooperativa comunitária inspirada nos ideais da Aliança para o Progresso, asseguram um futuro melhor para os seus membros. Este é o caso das seguintes revistas: *Nuestro Barrío*, *Otro Paso Adelante*, *Se Cumple un Sueño*, *El Renacer*, *3 Cuentos*, *Unidos en la Alianza*, *Por una Vida Mejor*, *Hombres Libres Trabajan Juntos* e *Las Mujeres y la Alianza*, este último o único com uma temática diferente, pois direcionado especialmente para organizações de mulheres.

O Serviço de Impressões da USIA produziu também materiais cujo objetivo era o de fazer propaganda de produtos e serviços de determinadas empresas, ao mesmo tempo em que divulgava a Aliança para o Progresso. Este material está organizado em um fundo diferente, denominado de *Publications* (Publicações). Foram encontrados dois exemplos de materiais

com esta temática, um deles intitulado *El Camino Hacia el Futuro* (O Caminho para o Futuro, edição em português) e outro intitulado *Tesoro Escondido* (Tesouro Escondido, edição em português).

Ambos os materiais estão em formato de história em quadrinhos, produzidos pelo mesmo Serviço de Impressões da USIA em Washington e distribuídos para seus postos na América Latina. Não foram encontradas informações quanto ao número de cópias em português ou espanhol nem a data específica de sua produção ou distribuição. Os temas das duas histórias são os mesmos: estimular trabalhadores rurais a aumentar a sua produção através de métodos e produtos pertencentes a duas empresas do ramo.

Não foi possível estabelecer se estes materiais haviam sido encomendados pelas próprias empresas ou se foi uma iniciativa da USIA em prepará-los. Porém, de acordo com uma carta de um escritório de Nova Iorque especializado em impressões em língua estrangeira que prestava serviços ao IPS/USIA, o financiamento para a produção destes materiais ficava a cargo das empresas interessadas – no caso de *El Camino Hacia el Futuro*, a ESSO. O conteúdo também foi formulado pela empresa ESSO.

A USIA fazia a distribuição das revistinhas na América Latina. Porém, o material foi considerado “comercial” demais, e a USIA não queria se envolver na sua distribuição para evitar acusações de que ela estaria defendendo os interesses privados das empresas¹⁶⁵. O funcionário da empresa prestadora de serviços assegurava, contudo, que as referências nominais a ESSO e a ENGRO (seção da ESSO que produzia adubos, fertilizantes e pesticidas para lavouras) seriam apagadas e substituídas somente pelo símbolo da empresa no uniforme do agente e nos sacos de fertilizantes que aparecem na historieta. Como se pode notar na figura abaixo, a palavra ESSO está riscada em vermelho pelo responsável da USIA, para chamar a atenção do funcionário da IMP sobre quais partes deveriam ser apagadas.

¹⁶⁵ Carta da empresa que prestava serviços de tradução para a USIA chamada **IMP (Information Materials Press)**, de Thomas Fanning da IMP para Katherine D. Ray, da IPS/USIA, 14/02/1964. Localização: *NARA II, RG 306, fundo USIA Publications, caixa 2, pasta ESSO Cartoon Book.*



Esta historinha é praticamente um manual de utilização dos produtos da ESSO nas lavouras. O enredo é simples: um agricultor fica impressionado com a produtividade da lavoura de um vizinho e quer passar a utilizar os mesmos métodos para aumentar a sua própria produção. Isto se torna possível graças à assessoria prestada pelo agente da ESSO e seus produtos, que fariam dobrar a produtividade das lavouras. Desta forma, a historinha indica passo a passo como aplicar o produto, onde encontrá-lo para comprar, etc. Não há uma menção explícita à Aliança para o Progresso. Porém, o agente da USIA, em resposta ao documento da IMP, pediu que além de tornar a

revistinha “menos propagandística”, que fosse incluída alguma menção a Aliança para o Progresso, “que poderia ser baseada na idéia do associativismo através de cooperativas”.¹⁶⁶

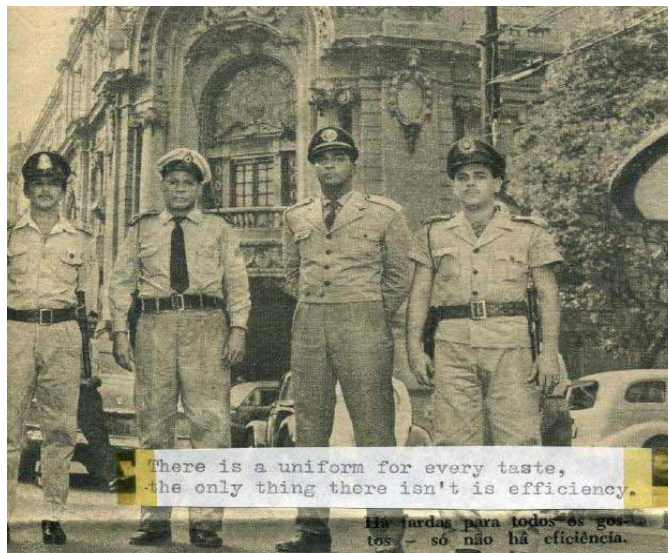
O outro exemplo de material distribuído pela USIA para fins de divulgação de interesses de empresas privadas e da Aliança para o Progresso foi o caso da historieta *El Camino Hacia el Futuro*. Esta cita nominalmente a Aliança para o Progresso e a empresa Caterpillar. Não foram encontrados documentos relativos a alguma preocupação da USIA de que a propaganda nesta revistinha tenha sido “comercial” demais.

O enredo também é simples: um grupo de trabalhadores de uma pequena comunidade rural enfrenta problemas para levar sua produção até a rodovia principal, em função da ausência de uma estrada de acesso. O grupo dirige-se à prefeitura da cidade para pedir financiamento e, para sua sorte, esta era membro da Aliança para o Progresso, podendo oferecer, por conseguinte, toda a assessoria necessária para construção de estradas. Pode-se notar o símbolo da Caterpillar (*Cat*) gravado nas escavadeiras.

¹⁶⁶ “We think you could suggest ESSO staff to mention Alliance for Progress in their cartoon book, perhaps based in the idea of association of members of rural communities through cooperatives”. **USIA Letter**, de Katherine D. Ray, da IPS/USIA, para Thomas Fanning, da IMP, 02/03/1964. Localização: *NARA II, RG 306*, fundo *USIA Publications*, caixa 2, pasta *ESSO Cartoon Book*.

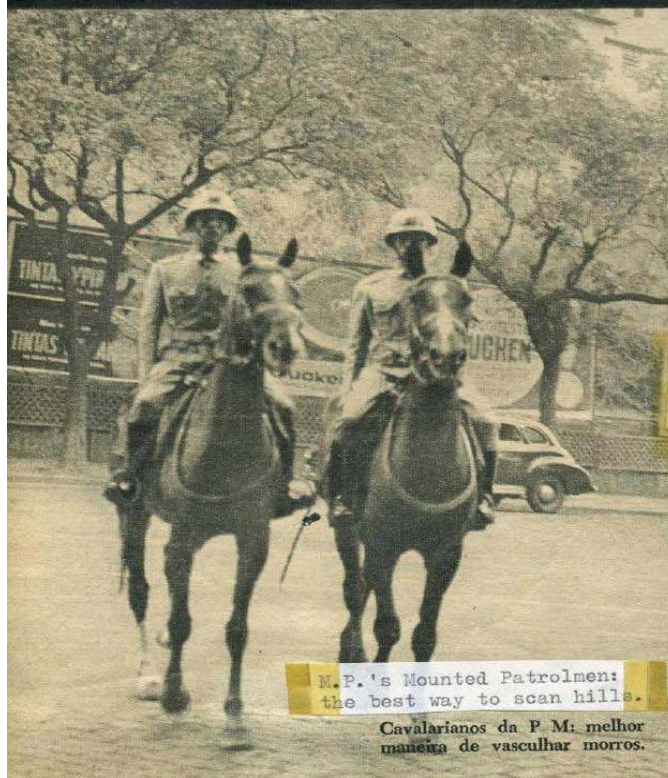


4 Aliança para o Progresso: um Caso de Polícia



There is a uniform for every taste,
the only thing there isn't is efficiency.

Há fardas para todos os gostos - só não há eficiência.



M.P.'s Mounted Patrolmen:
the best way to scan hills.

Cavalarianos da P.M.: melhor
maneira de vasculhar morros.

VOCÊ SÓ PODE TER MÊDO

- Se você tiver sido assaltado, no Rio, e quiser, realmente, procurar a Polícia, para se queixar (você não poderá fazer muito mais do que se queixar, simplesmente), seu primeiro problema é decidir a qual Polícia recorrer. Subordinadas à Secretaria da Segurança, na Guanabara, funcionam a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Polícia de Vigilância e a Guarda Civil, além da Polícia do Cais do Pôrto e da Polícia Portuária (que têm atribuições diferentes, embora os nomes sejam parecidos). Além dessas, operam ainda, mantidas por entidades semiparticulares ou por órgãos estatais, a Polícia Rodoviária, a Polícia Feminina, a Guarda Noturna, a Polícia da Central do Brasil e a Polícia Florestal. Mas não se iluda: tantos nomes de organizações pessoais não lhe devem dar mais esperanças de não ser assaltado nunca.

- Todos esses organismos policiais do Estado da Guanabara somam 15 mil homens, o que dá uma média de 1 policial para cada grupo de 220 habitantes. Técnicos em organização policial afirmam que o mínimo necessário seria, pelo menos, o dobro: 1 policial para 110 habitantes.

- Mesmo assim, não são todos os policiais que estão encarregados de proteger você contra criminosos. A Polícia Militar, que tem o maior contingente (7.400 homens), faz quase todo o policiamento ostensivo, mas ainda tem de cuidar do trânsito infernal do Rio de Janeiro. A Guarda Civil tem 2.000 homens; a Polícia de Vigilância tem 1.400. E seus integrantes colaboram com a Polícia Civil (5.300 homens) na caça aos marginais, no policiamento de praias, jardins, embaixadas, bancos etc., e ainda colaboram no trânsito. Desses homens todos, uma grande proporção está imobilizada em funções burocráticas, de administração. E há, permanentemente, quase 2.000 policiais em rodízio de férias, ou em tratamento de saúde, ou de licença. Não espere, portanto, que haja um policial armado e preparado para garantir a sua segurança e a de seus 219 vizinhos.

Reportagem especial da Revista Manchete sobre a polícia no Rio de Janeiro, recolhida pela Seção de Segurança Pública da AID, sede Rio de Janeiro, realizada por Cordeiro de Oliveira com fotos de Gervásio Batista e equipe. Créditos: NARA II, RG 286, fundo Office of Public Safety, divisão Latin America Branch Country File Brazil, caixa 12, pasta IPS 2.

4.2 Sobre as Fontes

A partir das fontes utilizadas neste capítulo objetivamos identificar as formas pelas quais o governo dos Estados Unidos articulou os programas de expansão das forças policiais e militares na América Latina e no Brasil à doutrina da contra-insurgência e aos objetivos da Aliança para o Progresso. A base documental da primeira parte deste capítulo consiste em Memorandos de Ação de Segurança Nacional (*National Security Action Memorandum*, ou NSAM na sigla em inglês).

Além destes NSAM, serão utilizados outros dois documentos também mantidos no fundo *National Security Files*. Um deles é um telegrama de conteúdo instrutivo¹⁶⁷ do Departamento de Estado enviado a todos os postos da embaixada norte-americana na América Latina. Apresentaremos também memorandos de conversação, produzidos pela embaixada norte-americana no Brasil. Também apresentaremos quatro documentos denominados TOAID, dois memorandos internos da sede central da Seção de Segurança Pública (Office of Public Safety – OPS) em Washington DC e um recorte de jornal no qual consta uma entrevista de um destacado funcionário da OPS no Brasil concedida ao *Chicago Tribune*. Apresentaremos também um memorando de informação interna produzido por um funcionário da CIA

Localização das Fontes

Os NSAM apresentados neste capítulo foram acessados na Biblioteca Presidencial John F. Kennedy, reunidas no fundo *National Security Files* (Arquivos de Segurança Nacional), série *Meetings and Memos* (Reuniões e

¹⁶⁷ Classificamos o conteúdo deste telegrama como instrutivo porque ele foi produzido com o objetivo de instruir os diplomatas norte-americanos na América Latina a acompanhar a implantação, a repercussão e os eventuais problemas relativos à transferência de equipamentos militares e de uso policial. Desse modo, o Departamento de Estado estava, na verdade, enviando uma instrução que dizia respeito ao modo como os seus diplomatas deveriam portar-se publicamente em relação a estes programas, quando tivessem de justificá-los ou romper possíveis resistências por parte de governos, partidos ou movimentos de esquerda latino-americanos.

Memorandos). Os *National Security Files* constituem uma série de documentos divididos, em ordem alfabética, por países e assuntos, com temáticas consideradas de “segurança nacional”. Alguns destes NSAM, apesar de apresentarem caráter secreto, já estão disponíveis para consulta desde o final dos anos 1980, e outros poucos foram liberados em 1999. Os memorandos de conversação que utilizaremos neste capítulo também estão organizados neste mesmo fundo .

Outra série de documentos foram acessadas no *Record Group* número 286 (RG 286), relativos à AID. Neste grupo de arquivos, mantido no NARA II, estão organizados todos os documentos referentes à atuação do *Office of Public Safety* (OPS), divisão da AID encarregada da coordenação dos programas de assistência às forças policiais pelo mundo. Foram pesquisados os documentos pertencentes ao sub-fundo OPS Divisão América Latina – Arquivos País Brasil (OPS *Latin American Branch – Country File Brazil*).

Ainda no NARA II, acessamos o RG 59, referente aos arquivos do Departamento de Estado, especialmente os *Central Decimal Files 1950-1963* referentes ao Brasil. Pesquisamos também o RG 263, que contém os arquivos da CIA, especialmente a coleção *Family Jewels*.

Grupos, Agências e Departamentos Vinculados à Produção das Fontes:

a) AID/OPS

A Seção de Segurança Pública (Office of Public Safety – OPS) era o órgão, ligado à AID, responsável pela coordenação dos programas de apoio à expansão das forças policiais de diversos países do mundo. O diretor da OPS em Washington era Byron Engle. No Brasil, a OPS possuía escritórios em pelo menos 12 estados brasileiros, trabalhando próximos aos funcionários da embaixada e dos consulados norte-americanos no Brasil.

Características das Fontes Utilizadas neste Capítulo

a) Os NSAM

Como o próprio nome sugere, estes documentos tratavam de questões diretamente relacionadas àquilo que o governo dos Estados Unidos considerava como “assunto de segurança nacional”. Foram produzidos duzentos e setenta e dois arquivos deste tipo durante a administração Kennedy. Para os propósitos deste capítulo, foram selecionados sete documentos que tratavam sobre a questão do treinamento e aparelhamento das forças armadas e policiais na América Latina, requisitos que supostamente garantiriam a “segurança interna” e criariam o “ambiente ideal” para a consecução dos objetivos da Aliança para o Progresso.

Todos os NSAM produzidos durante este período podiam ser dirigidos a várias agências e departamentos do governo. Estes documentos eram assinados pelo próprio presidente Kennedy ou pelo seu conselheiro de segurança nacional, McGeorge Bundy, podendo ser redigidos com várias finalidades: informar sobre a implantação de alguma política, consultar alguma pessoa sobre o estado de uma questão, requisitar o cumprimento de alguma tarefa, etc.

Especificamente sobre a temática deste capítulo, estes memorandos abordavam especialmente dois temas. O primeiro deles referia-se ao estado do treinamento e da “assistência ao desenvolvimento” das forças armadas e policiais latino-americanas por parte dos Estados Unidos. O tom impresso nestas fontes pelo presidente Kennedy ou pelo conselheiro Bundy indicam que suas preocupações centrais se referiam ao papel que os Estados Unidos estavam desempenhando e o que poderia ser feito para incrementar o seu envolvimento nestes projetos. O segundo tema referia-se à ênfase que o governo estava conferindo à doutrina de contra-insurgência dentro de suas agências e departamentos e em sua política externa.

b) Os TOAID e os Memorandos de Conversação

Os TOAID (*Treinement and Operations – AID*, Treinamento e Operações – AID) eram “relatórios mensais de treinamento policial da OPS provenientes do Brasil, que eram apresentados todos os meses à AID pelos consultores policiais em trabalho de campo. Esses relatórios contêm informações sobre seus contatos na polícia brasileira, seus projetos e realizações, e suas observações”¹⁶⁸. Duas temáticas destacam-se em relação aos TOAID: dois deles – TOAID números 271 e 1122 – referem-se a encontros, descritos em memorandos de conversação (*memorandum of conversation*), realizados com Adhemar de Barros, governador do estado de São Paulo eleito no final de 1962. Outro TOAID, de número 631, continha recomendações relativas à alegada necessidade de expansão dos programas de assistência às polícias militares estaduais e à Polícia Federal no Brasil. Nesse sentido, podemos considerar o conteúdo deste TOAID em particular como prescritivo (ver definição no capítulo 1). O último destes TOAID – número 612 – descrevia os pedidos de Barros para que fossem enviados armamentos e outros equipamentos para a polícia paulista através dos programas de assistência às polícias da OPS/AID.

Os memorandos de conversação – relativos aos TOAID números 271 e 1122 – descreviam conversas realizadas tanto pelos funcionários da OPS/AID quanto pelos membros do corpo diplomático estadunidense no Brasil com pessoas influentes do meio político, jornalístico, empresarial e clerical brasileiro. Essas conversas parecem “ter sido uma oportunidade para estreitar as relações entre certas lideranças brasileiras” e os funcionários da OPS/AID no Brasil:

Receber aquelas pessoas ou ser recebido por elas seria uma forma de abrir canais de diálogo que poderiam vir a ser melhor explorados no futuro, uma forma de buscar informações diretamente nas fontes e/ou de questionar certas interpretações e propor outras. Poderia ser uma boa chance de influenciar, esclarecer, mostrar que o interlocutor

¹⁶⁸ HUGGINS, Martha. *Polícia e Política: Relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998, p. XXIV.

podia estar enganado em suas próprias avaliações, por estar deixando de considerar certas variáveis. A conversação podia ser, assim, um bom momento de “catequese”.¹⁶⁹

Um aspecto chama atenção em relação aos quatro TOAID acima mencionados. Dois destes documentos – TOAID números 612 e 631 – foram assinados pelo embaixador Lincoln Gordon; outros dois – 1122 e 271 – foram assinados por funcionários do consulado norte-americano de São Paulo. Os dois encontros realizados com o governador Barros também contaram com a participação de membros do corpo diplomático: uma das reuniões teve lugar na própria sede da embaixada norte-americana no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. Diante disso, pode-se concluir que o posto diplomático norte-americana no Brasil acompanhou de perto as ações da OPS/AID: mais do que isso, a diplomacia norte-americana certamente colaborou com a OPS/AID no sentido de persuadir a sede central da OPS em Washington a expandir consideravelmente os programas de assistência às polícias estaduais e federal no Brasil para o ano de 1963.

O principal assunto tratado nos memorandos de conversação (TOAID números 271, 612, 631 e 1122) relacionava-se aos pedidos de envio de armamentos e outros equipamentos para a polícia estadual paulista feitos por Adhemar de Barros. O governador paulista alegava que estava uma intervenção federal estava sendo tramada pelo presidente João Goulart nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Por esse motivo, Barros insistia que os Estados Unidos deveriam fornecer armas para resistir a um suposto golpe de Goulart.

¹⁶⁹ RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria – O Anticomunismo Brasileiro sob o Olhar Norte-Americano (1945-1964)*. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2007, p. 44. O foco das reflexões de Rodeghero dizem respeito às avaliações, presentes em memorandos de conversação e outros documentos, que o corpo diplomático norte-americano fazia das campanhas anticomunistas realizadas no Brasil. Mesmo que os assuntos tratados neste capítulo sejam diferentes daqueles abordados por Rodeghero, pode-se aproveitar as reflexões da autora para considerar a importância das conversas realizadas entre os funcionários da OPS/AID e o governador Adhemar de Barros, por exemplo.

c) Memorandos de Informação Interna da AID e Outros

Os memorandos internos da AID tratam de dois assuntos diferentes. O primeiro deles é um memorando de informação interna – ver definição no capítulo 1 – redigido pelo Chefe da Divisão de Segurança Pública da OPS/AID no Brasil, Frank Jessup, endereçado para um certo Kyle Team. Jessup produziu este documento com o intuito de informar o seu destinatário sobre o papel dos programas de assistência da OPS/AID na “modernização” das polícias estaduais e federal no Brasil. A partir deste memorando, pretendemos demonstrar os objetivos iniciais dos programas da agência estadunidense no Brasil entre a segunda metade do ano de 1961 até o final do ano de 1963.

Não foi possível saber exatamente como funcionava a sistemática de comunicação entre estes funcionários da OPS/AID espalhados pelo Brasil, pois inexistem documentos que esclareçam este aspecto. Podemos somente supor que os agentes enviavam e recebiam instruções e relatórios para a coordenação central do programa de assistência às polícias militares estaduais brasileiras, localizado em Brasília. Por outro lado, sabemos que os chefes nacionais do programa no Brasil enviavam, não se sabe com que periodicidade, relatórios de suas atividades diretamente para a sede da OPS/AID em Washington, DC, a partir das informações colhidas no livro de Martha Huggins¹⁷⁰. Segundo A. J. Langguth, Dan Mitrione, “consultor” da polícia militar de Minas Gerais, famoso por ter sido seqüestrado e morto, em 1972, pelo Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros do Uruguai, enviava relatórios de Belo Horizonte diretamente para Washington DC¹⁷¹. Porém, não foi possível encontrar evidências sobre isso.

O outro memorando de informação interna da OPS/AID que utilizaremos neste capítulo foi escrito pelo diretor da Seção de Segurança Pública da AID, Byron Engle, endereçado ao coordenador estadunidense da Aliança para o Progresso, Teodoro Moscoso. Através deste documento, Engle tentava dar explicações sobre o fato de terem sido encontrados equipamentos de comunicação (rádios e *walkie-talkies*) com o logotipo da Aliança para o

¹⁷⁰ Huggins, *op. cit.*, p. 122.

¹⁷¹ LANGGUTH, A. J. *A Face Oculta do Terror*. São Paulo: Circulo do Livro, 1978.

Progresso em meio a um esconderijo de armas descoberto por oficiais do Primeiro Exército da Guanabara. Essa descoberta deste esconderijo de armas teve repercussão em meio à imprensa carioca da época, obrigando a embaixada norte-americana no Brasil, o Departamento de Estado e a OPS/AID a prestarem explicações sobre este fato. A partir desta fonte, pretendemos extrair informações relativas ao modo como o governo dos Estados Unidos relacionou os programas de assistência policial à Aliança para o Progresso.

Finalmente, utilizaremos uma declaração dada ao jornal estadunidense *Chicago Tribune* por um funcionário da OPS/AID no Brasil sobre o referido esconderijo de armas. A declaração deste agente aparece em uma pequena nota do jornal relativa ao caso. Esta nota é intitulada “Armas e Munições Dadas a Adversário de Goulart pelo Programa de Assistência dos Estados Unidos” (*Charges Guns Given Goulart Foe by U.S. Aid*). A nota começa por apresentar a versão do coronel Domingo Ventura do Exército da Primeira Região, que afirmava que as armas e os equipamentos faziam parte de um arsenal clandestino enviado pelos Estados Unidos ao governador da Guanabara, Carlos Lacerda. Em resposta a esta acusação, o funcionário da OPS/AID no Brasil, James Howe, rebateu afirmando que isto fazia parte de uma campanha contra o governador Lacerda, e que os Estados Unidos jamais forneceriam armas mais potentes que um revólver comum. Apesar do pouco esforço de contextualização histórica e analítica por parte da jornalista autora desta reportagem do *Chicago Tribune*, as palavras de Howe sugerem que a OPS/AID fornecia armas para as polícias estaduais no Brasil.

É importante destacar que a maioria dos documentos relativos à atuação da AID/OPS no Brasil ainda encontra-se indisponível para acesso. Em cada uma das cinco caixas que se referem ao período de 1961 até 1964, são incontáveis os papéis intitulados com o alerta de *Withdrawn Notice* (Aviso de Retirada). O NARA alega que os documentos relativos à atuação da OPS no Brasil contêm informações muito sensíveis em relação à “segurança nacional” dos Estados Unidos e que, portanto, ainda não podem ser disponibilizados para acesso público. Na verdade, a restrição à pesquisa é também imposta pela CIA, que tinha uma íntima relação com o OPS, como veremos no decorrer do capítulo: como todo programa que envolveu diretamente a CIA, a documentação é escassa.

d) A Coleção *Family Jewels*

Para os objetivos deste capítulo, utilizaremos dois memorandos de informação interna para demonstrar o reconhecimento pela CIA de seu envolvimento com o treinamento de oficiais de polícia em escolas dentro e fora dos Estados Unidos, em parceria com a OPS/AID. Apesar deste envolvimento já ser conhecido através de outros meios há pelo menos trinta anos, é a primeira vez que a própria CIA, através da coleção *Family Jewels*, reconhece oficialmente a sua participação nesses programas de apoio às forças policiais.

A referida coleção de documentos, contendo setecentas e duas páginas de documentos inéditos, foi liberada no dia 21 de julho de 2007, justamente durante o período em que realizávamos nossa pesquisa no NARA II. A principal temática dos arquivos dessa coleção dizem respeito aos vinte e cinco anos de atividades ilegais promovidas pela agência ao redor do mundo. Mesmo assim, grande parte destes documentos permanecem com marcas de censura, sugerindo que ainda há muito a ser revelado.

A série de documentos contidos nesta coleção foi produzida de acordo com uma determinação do Diretor-Geral da CIA, James R. Schlesinger, que em 1973 ordenou uma investigação interna das atividades encobertas da CIA. Segundo James Schlesinger, estas atividades encobertas violavam os estatutos da própria agência. Esta investigação começou em razão das pressões exercidas pelo escândalo Watergate e pelas investigações do Senado norte-americano relativas à atuação da CIA no exterior e dentro dos Estados Unidos. Assim, vários agentes responsáveis pela coordenação ou mesmo execução destas atividades produziram memorandos de informação interna (ver capítulo 2) relatando a participação da agência nestas atividades.

4.3 Os Estados Unidos e a Doutrina da Contra-Insurgência e da Segurança Interna

A política externa dos Estados Unidos não se apoiava apenas em práticas “pacíficas”, como a Aliança para o Progresso. Os estrategistas militares e políticos norte-americanos consideravam que apenas mecanismos de “ajuda financeira” não seriam suficientes para enfrentar o desafio de afastar a possibilidade de uma revolução comunista ou de esquerda. As preocupações com “segurança” passaram a constar com frequência nas correspondências trocadas entre vários membros da administração Kennedy e Johnson.

Além da questão da “segurança”, o tema da “contra-insurgência” também ganhou destaque no cotidiano do Pentágono e da Casa Branca. Os irmãos John e Robert Kennedy empenharam-se pessoalmente nesta “causa”, contando com o apoio de diversos setores da administração democrata. Ambos foram os principais responsáveis pela importância adquirida por esta doutrina em meio ao governo norte-americano. Aqueles que a apoiavam estavam convencidos de que era tarefa dos Estados Unidos combaterem direta ou indiretamente qualquer forma de insurgência social ao redor do mundo.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, a doutrina de contra-insurgência impulsionou uma série de ações que visavam desarticular e frequentemente aniquilar toda mobilização social cujos objetivos fossem expressamente o de tomar o poder estatal e instalar uma ordem econômica e política contrárias aos interesses dos Estados Unidos, especialmente em países considerados “subdesenvolvidos”. Porém, as concepções antiinsurreição influíram também na abordagem que o governo norte-americano utilizou para combater qualquer forma de protesto social de esquerda, mesmo aquela que não objetivasse tomar o Estado.¹⁷²

No início do anos 1960, as preocupações dos estrategistas militares e políticos norte-americanos relativas à segurança hemisférica diminuían consideravelmente, dada a improbabilidade de uma intervenção direta da

¹⁷² Sobre o tema da contra-insurgência, ver JOES, James Anthony. *Resisting Rebellion: the History and Politics of Counterinsurgency*. Lexington: University Press of Kentucky, 2004 e TOFT, Iván-Arreguín. *How the Weak Win Wars: A Theory of Asymmetric Conflict*. New York: Cambridge University Press, 2005.

União Soviética em alguma área da América Latina. Mas temia-se a influência das idéias e das táticas comunistas em movimentos de esquerda latino-americanos. Assim, todas as atenções da administração Kennedy voltaram-se para a dimensão da “segurança interna” – leia-se segurança dos interesses políticos e econômicos norte-americanos – dos países não-alinhados aos regimes da região.

Desse modo, entendia-se que a “agitação” e a “subversão” comunistas deveriam ser combatidas *in loco*, dentro do próprio país “ameaçado” pela insurgência social. O que os Estados Unidos poderiam fazer para conter esta situação? Como mobilizar apoio político suficiente para levar adiante a causa do combate à insurgência? Naturalmente, a América Latina não escapou destas preocupações e foi uma das áreas nas quais as políticas inspiradas pela doutrina da contra-insurgência mais influenciaram a ofensiva do governo norte-americano.

Um dos primeiros passos para enfrentar a insurreição social foi aumentar o grau de importância da questão da contra-insurgência dentro das agências e departamentos do governo norte-americano. A teoria da modernização não só garantiu um instrumental de idéias políticas claras sobre o inimigo a ser combatido, as táticas que deveriam ser usadas para tanto, etc., como também possibilitou uma espécie de legitimação teórica dos problemas que a administração central norte-americana tinha pela frente. Como afirma Martha Huggins, a influência do grupo de “intelectuais da defesa”, liderados por Rostow, permitiu a renovação de uma estratégia ideológica, inaugurando a “era da antiinsurreição”.¹⁷³

O mais famoso elaborador da teoria da modernização, Walter Whitman Rostow, via no soldado uma figura “absolutamente decisiva para a transição”, e que “inúmeras vezes contribuiu com muito mais do que o ressentimento do domínio alienígena e sonhos de uma futura glória nacional”: esta figura era o soldado¹⁷⁴. Segundo John Johnson, um dos “intelectuais da defesa” e teórico da modernização, os militares desejariam ordem e eficiência administrativa, desenvolvimento industrial e progresso tecnológico, sendo, portanto, “tão

¹⁷³ Huggins, *idem*, p. 118.

¹⁷⁴ Rostow, *idem*, p. 41. A transição referida por Rostow foi discutida na Introdução desta pesquisa.

competentes quanto qualquer outro grupo preocupado com a política nacional, podendo servir como um bastião da ordem e da segurança”¹⁷⁵. Lucien Pye, professor do MIT (*Massachusetts Institute of Technology*) e integrante do grupo liderado por Rostow, “afirmava que os militares poderiam servir como agentes modernizadores, fortalecendo ações administrativas das nações em desenvolvimento”¹⁷⁶. O também professor do MIT e “intelectual da defesa” Max Milikan “sugeriu que mais militares latino-americanos deveriam ser trazidos para os Estados Unidos para aprender os usos potenciais do exército na economia e no desenvolvimento social”.¹⁷⁷

Segundo a análise que Martha Huggins fez da teoria de Rostow, a suscetibilidade de “infiltração comunista” e o “mais alto potencial de desordem social” se dariam no momento em que um país estivesse atravessando a fase de “decolagem” causada pelos investimentos do capital estrangeiro através da “ajuda financeira ao desenvolvimento”¹⁷⁸. De fato, um relatório preparado em conjunto pelo Departamento de Estado, Departamento de Defesa e AID não só corrobora a interpretação de Huggins sobre a “potencial desordem” que seria causada pelo processo de “modernização”, mas também revela algumas das visões que a administração estadunidense tinha sobre a relação entre Aliança para o Progresso e modernização:

A implantação de nossa política latino-americana está sendo gerada através de uma estrutura de mudanças evolucionárias rápidas. Por toda a América Latina as tensões têm crescido. *As reformas geradas pela Aliança para o Progresso provavelmente irão enfraquecer mais do que reforçar o tecido social de muitos países latino-americanos pelo aumento destas tensões durante o período em que os programas de longo prazo da Aliança se tornem efetivos.* Nós devemos prever que os comunistas e outras facções políticas esquerdistas tentarão explorar esta situação para tirar vantagem. Um elemento-chave para manter a estabilidade interna dos países latino-americanos durante este período crítico serão as posições e atitudes dos militares latino-americanos. Historicamente, os militares na América Latina têm desempenhado um importante papel na vida

¹⁷⁵ JOHNSON, John J. “The Military and Society in Latin America”. Stanford: Stanford University Press, 1964, p. 261. Citado em Pereira, *op. cit.*, p. 158.

¹⁷⁶ PYE, Lucian W. “Armies in the Process of Political Modernization”. IN: JOHNSON, John J. (ed.). “The Role of the Military in Underdeveloped Countries”. Princeton: Princeton University Press, 1962, p. 69. Citado em Pereira, *op. cit.*, p. 159.

¹⁷⁷ MILIKAN, Max F., BLACKMER, Donald L. M. “The Emerging Nations: their Growth and United States Policy”. Boston: Little Brown, 1961, p. 113. Citado em Pereira, *op. cit.*, p. 159.

¹⁷⁸ Huggins, *op. cit.*, p. 118.

política. Somente em alguns poucos países existe uma tradição de controle civil. (...). No passado havia uma forte tendência da parte das instituições militares latino-americanas em apoiar instituições políticas conservadoras. (...). Hoje, porém, os mesmos fatores que estão revolucionando o ambiente civil estão afetando as instituições militares latino-americanas. Em quase todos os países a nova geração de jovens oficiais é simpática às reformas sociais e econômicas. (...). Nossos objetivos políticos, entretanto, requerem instituições militares que sejam capazes de garantir a defesa hemisférica a partir da manutenção da segurança interna contra a ameaça de insurgência castro-comunista.¹⁷⁹

Entre a elite política dominante em Washington, havia preocupação com a capacidade que o exército dos Estados Unidos teria para responder à formação de guerrilhas urbanas e rurais nas áreas “subdesenvolvidas”. Não demorou muito para que se percebesse que haveria a necessidade de “modernizar” e “reorientar” o treinamento não apenas das forças armadas estadunidenses mas também das pertencentes à países “amigáveis”. Em razão disso, o próprio presidente Kennedy, em março de 1961, ordenou a expansão do *Special Warfare Center* (Escola Especial de Guerra), em Fort Bragg, estado de Virginia, e da base de Fort Gulick, no Panamá¹⁸⁰.

¹⁷⁹ “The implementation of our Latin American policy is taking place within a framework of rapid evolutionary change. Throughout Latin America social tensions are mounting. The reforms generated by the Alliance for Progress are likely to weaken, rather than strengthen, the fabric of society in most Latin American countries by increasing these tensions during the period before the long term programs of the Alliance become effective. We must expect the Communists and other extreme left-wing political factions to try to exploit this situation to their own advantage. A key element in preserving the internal stability of Latin American countries during this critical period will be the position and attitudes of the Latin American military. Historically, the military in Latin America has played a major role in local political life. In only a few countries is there any tradition of civilian control. In the past there was a strong tendency on the part of Latin American military establishments to support conservative political institutions. Today, however, the same factors which are revolutionizing the civilian environment are affecting the military establishments of Latin America. In nearly every country the rising generation of younger officers is sympathetic to social and economic reform. Our policy objectives, therefore, require military establishments in Latin America which are capable of contributing to the defense of the hemisphere by maintaining internal security against the threat of Castro or communist-inspired insurgency”. **National Security Action Memorandum No. 118 – Participation of U.S. and Latin American Armed Forces in the Attainment of Common Objectives in Latin America**, do Secretário-Executivo do Departamento de Estado, Lucius D. Battle, para o Assistente-Especial sobre Assuntos de Segurança Nacional do president Kennedy, McGeorge Bundy, Washington DC, 05/02/1962. Localização: JFK Library, fundo National Security Files, série Meetings and Memos, caixa 338, pasta NSAM 118 and related. Grifos meus.

¹⁸⁰ SCHLESINGER JR., Arthur. *Mil Dias: John F. Kennedy na Casa Branca*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 340-341. Pouco depois da morte de Kennedy, a Special Warfare Center passou a se chamar John F. Kennedy Special Warfare Center and School, em reconhecimento ao papel de Kennedy na expansão da “escola”.

A partir daquele momento, através destes e de outros centros espalhados pelos Estados Unidos e pela América Latina, o treinamento de recrutas vindos de várias partes do mundo passaria a ser orientado segundo as exigências de um tipo diferente de combate, chamado à época de “guerra não-convencional”. A concepção de “guerra não-convencional” envolvia uma série de fatores, como evacuação de áreas de conflito, patrulhamento de florestas, infiltração em zonas controladas pelo inimigo, execução de operações de sabotagem e de conquista e medidas que causassem terror às comunidades, etc. Em áreas urbanas, isto significaria refinar os métodos de identificação e vigilância de “potenciais subversivos”, “controlar” mobilizações sociais e protestos públicos, infiltrar sindicatos, etc.¹⁸¹

Dentro das agências e departamentos que compunham o governo norte-americano também foram estabelecidas medidas que buscavam garantir a prevalência das concepções contra-insurgentes. Em junho de 1961, o presidente Kennedy inaugurou um grupo que se preocuparia exclusivamente com políticas relacionadas a este tema: o Grupo Especial de Contra-Insurgência (*Special Group of Counter Insurgency*, conhecido também pela sigla CI). Este deveria “assegurar unidade de esforços e usar todos os recursos disponíveis com a máxima efetividade para prevenir e resistir à insurgência subversiva e outras formas de agressão indireta em países amigáveis”.¹⁸²

Os integrantes deste grupo, liderados pelo presidente da Junta-Maior do Exército, general Maxwell D. Taylor, eram os seguintes: o Procurador-Geral dos Estados Unidos, Robert Kennedy, o Subsecretário de Estado para Assuntos Políticos, Ural Alexis Johnson, o Subsecretário de Defesa, Roswell Gilpatric, o Diretor da CIA, John McCone, o Assistente-Especial do Presidente para Assuntos de Segurança Nacional, McGeorge Bundy e o Administrador da AID, Fowler Hamilton.

¹⁸¹ LEACOCK, Ruth. *Requiem for Revolution – The United States and Brazil (1961-1969)*. Kent: The Kent State University Press, 1990. p. 74.

¹⁸² **National Security Action Memorandum Number 124 (NSAM 124)**, assunto **Establishment of the Special Group – Counter Insurgency**, do presidente John Kennedy para as seguintes pessoas: o Secretário de Defesa, Robert McNamara, o Secretário de Estado, Dean Rusk, Procurador-Geral, Robert Kennedy, o Presidente da Junta do Estado-Maior do Exército, general Maxwell Taylor, o Administrador da AID, Fowler Hamilton e para o Diretor da Agência de Informação dos Estados Unidos, Edward Murrow, Washington DC, 18/01/1962. Localização: JFK Library, série National Security Files, subdivisão Meetings and Memos, caixa 335, pasta NSAM 124.

Merecem destaque algumas das funções que o *Special Group of Counter Insurgency* deveria desempenhar:

A. Assegurar o apropriado reconhecimento através de toda a estrutura do governo dos Estados Unidos de que a insurgência subversiva (“guerras de liberação”) é uma destacada forma de conflito político-militar em igual importância à guerra convencional.

B. Assegurar que este reconhecimento se reflita na organização, treinamento, equipamento e doutrina das forças armadas norte-americanas e de outras agências estadunidenses no exterior e também na assistência política, econômica, de inteligência e militar e nos programas de informação conduzidos pelo Departamento de Estado, de Defesa, AID, USIA e CIA (...).¹⁸³

Segundo McGeorge Bundy, era necessário que os funcionários das agências e dos departamentos do governo norte-americano, envolvido em “algum papel nos programas contra-insurgentes assim como em todos os problemas envolvidos com a modernização dos países em desenvolvimento”, fossem treinados de acordo com os objetivos da contra-insurgência. A partir de março de 1962, os agentes do Departamento de Estado, de Defesa, da CIA, da AID e da USIA, passaram, então, por um período de preparação e de estudos que envolviam os seguintes conteúdos: “o cenário histórico da contra-insurgência”, que ensinava a “história passada e atual dos movimentos insurgentes subversivos e a natureza das táticas e das técnicas comunistas”; “estudo de táticas e técnicas departamentais para a contenção da insurgência subversiva”; “instrução em planejamento de programas contra-insurgentes”, que preparava agentes para comandar e trabalhar em equipe na condução dos programas contra-insurgentes; por último, “preparação em serviços especializados em áreas subdesenvolvidas”.¹⁸⁴

¹⁸³ “A. To insure proper recognition throughout the U.S. Government that subversive insurgency (‘wars of liberation’) is a major form of politico-military conflict equal in importance to conventional warfare. B. To insure that such recognition is reflected in the organization, training, equipment and doctrine of the U.S. Armed Forces and other U.S. agencies abroad and in the political, economic, intelligence military aid and informational programs conducted abroad by State, Defense, AID, USIA and CIA (...). **NSAM 124**, *op. cit.*”

¹⁸⁴ Informações colhidas do **National Security Action Memorandum Number 131 (NSAM 131)**, assunto **Training Counter Insurgency Objectives**, do Conselheiro-Especial sobre Assuntos de Segurança Nacional do presidente McGeorge Bundy para o Secretário de Estado, de Defesa, Procurador-Geral, Chefe da Junta-Maior do Exército, Diretor da CIA e da USIA e Administrador da AID, Washington DC, 13/03/1962. Localização: JFK Library, série National

De acordo com o NSAM número 163, foi ministrado um curso de cinco semanas com todos os oficiais civis e militares mais importantes do governo norte-americano sobre temas ligados à antiinsurreição¹⁸⁵. Além disso, foi criado o *Institute Modernization* (Instituto Modernização), sob a coordenação de Walter Whitman Rostow, que abordaria temas ligados à “modernização” e ao “desenvolvimento” econômico para oficiais militares e civis. O referido instituto também organizaria programas de instrução “não-técnicas” para a contenção da insurgência, tais como o desenvolvimento de habilidades para identificar possíveis “subversivos” entre integrantes de governo e instituições e a identificação da “linha comunista” em alguma publicação ou discurso público.¹⁸⁶

4.4 Treinamento e Aparelhamento das Forças Policiais e Armadas no Brasil e a Aliança para o Progresso

A ascensão de Kennedy à presidência dos Estados Unidos marcou o início de um aperfeiçoamento – ou, como preferiam os apologistas estadunidenses, uma “modernização” – das concepções e das técnicas da contra-insurgência. Este aperfeiçoamento da repressão determinou, como vimos, o significativo incremento do treinamento de militares latino-americanos a partir de escolas criadas, coordenadas e financiadas pelo governo norte-americano. Dentro desta mesma lógica, abarcou também a iniciativa de expandir e reforçar os programas de aparelhamento, treinamento e “modernização” das polícias civis de vários países do mundo, inclusive da América Latina, com especial destaque para o Brasil.

A importância dada ao tema das forças policiais pode ser medida pelo fato de que passados apenas doze dias de sua posse, Kennedy enviou ao

Security Files, subdivisão Meetings and Memos, caixa 335, pasta NSAM 131 and Related Matters.

¹⁸⁵ De acordo com **National Security Action Memorandum Number 163 (NSAM 163)**, assunto **Training Counter Insurgency Objectives**, de McGeorge Bundy para o Secretário de Estado, de Defesa, Procurador-Geral, Presidente da Junta-Maior do Exército, Diretor da CIA e da USIA e Administrador da AID, Washington DC, 14/06/1962. Localização: JFK Library, série National Security Files, subdivisão Meetings and Memos, caixa 335, pasta NSAM 163 and Related Matters.

¹⁸⁶ Leacock, *op. cit.*, p. 74.

Secretário de Defesa, Robert McNamara, um memorando com os seguintes comentários:

Foi sugerido que nós construamos uma instituição nos Estados Unidos semelhante à academia do FBI (...) para a qual traríamos um bom número de oficiais [de polícia] de diferentes países da América Latina por um período de um a dois meses. Nós teríamos lá oficiais do FBI que poderiam conversar com eles sobre técnicas para conter o comunismo, subversão, e nossos militares viriam para ensinar-lhes como controlar multidões e combater guerrilhas. Além de melhorar a sua eficiência nós estaríamos reforçando seus laços com os Estados Unidos.¹⁸⁷

Durante os primeiros meses de sua administração, Kennedy solicitou relatórios com avaliações e sugestões sobre o atual estado dos programas de treinamento de polícias. A CIA, o FBI e o Departamento de Defesa elaboraram suas propostas e as enviaram à Casa Branca. McGeorge Bundy, Conselheiro-Especial sobre Assuntos de Segurança Nacional, e o presidente Kennedy demonstraram maior interesse pelas propostas vindas da CIA e do Departamento de Defesa e requisitaram ao Secretário de Estado Dean Rusk as seguintes ações:

O presidente registrou os relatórios recebidos em resposta ao NSAM número 88 e pediu que você fizesse uma contínua revisão em colaboração com o Secretário de Defesa e com o Diretor da Central de Inteligência da totalidade dos problemas que envolvem o apoio dos Estados Unidos às polícias amigas, forças armadas e seus treinamentos em controle de tumultos, contra-subversão, contra-insurgência e operações correlatas. Tal revisão deve abranger a

¹⁸⁷ "It has been suggested that we set up a camp in the United States similar to the FBI Academy (...) which brings in officers from the different countries of Latin America for a period from 1 to 2 months; we would have FBI people there who could talk to them about the techniques they develop to counter communism, subversion and we could have our military coming in to teach how to control mobs and fight guerrillas. In addition to increase their effectiveness it would also strengthen their ties with the United States". **National Security Action Memorandum Number 88** (NSAM 88), assunto **Treinament for Latin American Armed Forces**, do presidente John F. Kennedy para o Secretário de Defesa, Robert McNamara, Washington DC, 03/02/1961. Localização: JFK Library, série National Security Files, subdivisão Meetings and Memos, caixa 328, pasta Memos for the President. De fato, no início de 1962 foi criada, pelo posto da CIA no Panamá, a Academia Interamericana de Polícia (IAPA). Em 1963, em Washington DC, foi inaugurada a International Police Academy (IPA). Informações extraídas de Huggins, *op. cit.*, p. 127 e também de AGEE, Philip, *Dentro da "Companhia": Diário da CIA*. São Paulo: Círculo do Livro, 1976, p. 61, 225 e 277.

política geral dos Estados Unidos, designação de responsabilidades dos departamentos e o escopo e o tamanho dos programas dos Estados Unidos. O objetivo geral deve ser clarificar e reforçar estas políticas e programas e minimizar duplicações e conflitos. O presidente pede também que você forneça relatórios periódicos sobre os resultados desta revisão, com recomendações de políticas e cursos de ação. A América Latina deve ser a primeira área a sofrer esta revisão. Se necessário, você deve coordenar esta revisão de acordo com o NSAM número 56, com o MAP, com os programas de assistência financeira, e com os prévios Programas de Segurança Interna Além-Mar.¹⁸⁸

O NSAM número 56, referido por Bundy, tratava da aprovação do presidente Kennedy de uma recomendação – vinda não se sabe de qual agência – destinada a avaliar os “patrimônios” (*assets*) dentro e fora dos Estados Unidos em relação à “guerra não-convencional” (*unconventional warfare*) e a “operações paramilitares” (*paramilitary operations*), estratégias que poderiam ser necessárias ao governo dos Estados Unidos no futuro. No caso de países asiáticos, como Vietnã, Laos e Camboja, e de Cuba, na América Latina, são bastante conhecidos os elementos de guerra não-convencional empregados, utilizando-se inclusive de operações paramilitares. Diante disso, resta perguntar-se porque Bundy teria sugerido que, “se necessário”, a revisão dos programas de assistência às forças policiais fosse feita levando-se em consideração “exigências paramilitares”. Teriam tais exigências sido incluídas na orientação do treinamento aos policiais de várias partes do mundo dado pelos Estados Unidos?¹⁸⁹

¹⁸⁸ “The President has noted that reports received in response to NSAM number 88 and requests that you make a continuing review in collaboration with the Secretary of Defense and the Director of Central Intelligence, of the overall problem of United States support of friendly police and armed forces and their training in riot control, counter-subversion, counter-insurgency, and related operations. Such review should encompass general United States policies, the assignment of departmental responsibilities, and the general size and scope of United States programs. The general object should be to clarify and strengthen these policies and programs while minimizing duplication and conflicts. The President further requests that you give him periodic reports on the results of the review, with recommendations of policy and courses of action. Latin America should be the first area covered by the review. To the extent necessary, you should coordinate the review with NSAM number 56 on the evaluation of paramilitary requirements, with the MAP and foreign aid programs, and with previous Overseas Internal Security Program reviews”. **National Security Action Memorandum número 114** (NSAM 114), assunto **Training Friendly Armed and Police Forces in Counter-Insurgency, Counter-Subversion, Riot Control and Related Matters**, do Conselheiro-Especial sobre Assuntos de Segurança Nacional, McGeorge Bundy, para o Secretário de Estado Dean Rusk, Washington, 22/11/1961. Localização: JFK Library, série National Security Files, subdivisão Meetings and Memos, caixa 328, pasta Memos for the President.

¹⁸⁹ Ver **National Security Action Memorandum Number 56** (NSAM 56), assunto **Evaluation of Paramilitary Requirements**, do Conselheiro-Especial sobre Assuntos de Segurança

Seja como for, o presidente Kennedy e o seu conselheiro de segurança nacional, McGeorge Bundy, deixaram claro a importância que passariam a ter os programas de assistência policial. Por isso, requisitaram que a coordenação burocrática dos programas fosse implantada de modo a minimizar “conflitos e duplicações”, requisitando, além disso, que o Secretário de Estado, Dean Rusk, acompanhasse periodicamente todo o processo, de forma a “clarificar e reforçar” estes programas.

O desejo de que “conflitos e duplicações” na administração destes programas fossem minimizados constituiu um importante passo no processo de centralização da ajuda policial realizada pelo governo norte-americano. Em fevereiro de 1962, em um documento enviado ao diretor da AID, Fowler Hamilton, o presidente Kennedy, ao reconhecer que os programas de assistência policial “podiam parecer marginais em termos de focar nossas energias naqueles setores-chave que mais podem contribuir para um crescimento econômico sustentado”, solicitou a Hamilton que “considerasse vários caminhos e meios que conferissem grande autonomia aos programas de polícia dentro da AID”. O apoio a este tipo de programa, assegurava o presidente, garantiria a segurança interna e uma eficaz forma de resistência à “insurgência comunista”.¹⁹⁰

Chegou-se à conclusão de que seria mais adequado que a AID coordenasse estes projetos através de uma seção interna criada, em novembro de 1962, especialmente para este fim, o OPS (*Office of Public Safety*, ou Seção de Segurança Pública). Conforme Martha Huggins, a criação deste órgão representou o início da consolidação de três aspectos fundamentais da

Nacional McGeorge Bundy para o Secretário de Defesa Robert McNamara, Washington DC, 28/06/1961. Localização: JFK Library, série National Security Files, subdivisão Meetings and Memos, caixa 328, pasta Memos for the President. Em outro NSAM, de número 110, Bundy queixou-se que os resultados das avaliações e recomendações sobre este tema não haviam sido feitas rápidas o bastante para serem incluídas no orçamento do ano de 1962. Por isso, ele requisitou que alguns destes resultados fossem incluídos nas estimativas iniciais do orçamento de 1962, “para que não percamos mais um ano”, segundo suas palavras, ainda que as avaliações completas sobre o assunto não fossem completas. Ver **National Security Action Memorandum Number 110** (NSAM 110), assunto **NSAM 56 – Evaluation of Paramilitary Requirements**, mesma localização.

¹⁹⁰ “I recognize that such programs may seem marginal in terms of focusing our energies on those key sectors which will contribute most to sustained economic growth”; “consider various ways and means of giving the police program greater autonomy within AID”. **National Security Action Memorandum Number 132 (NSAM 132)**, assunto **Support of Local Police Forces for Internal Security and Counter-Insurgency Purposes**, do presidente Kennedy para o Diretor da AID, Fowler Hamilton, Washington DC, 19/02/1962. Localização: JFK Library, série National Security Files, subdivisão Meetings and Memos, caixa 329, pasta AID Matters.

assistência norte-americana às polícias do mundo: primeiramente, a centralização interna; em segundo lugar, a internacionalização da lógica repressiva norte-americana e, em terceiro lugar, a profissionalização da assistência às forças policiais.¹⁹¹

Um dos pontos mais importantes de todo este processo de conferir centralidade aos programas de apoio às forças policiais e armadas refere-se à justificativa política e ideológica oferecida pela AID e pelo Departamento de Estado para tanto. Com bastante frequência, a documentação analisada demonstra que os estrategistas estadunidenses estavam convencidos de que tais medidas eram indispensáveis porque garantiriam o nível de “segurança interna” necessário para a implantação dos objetivos da Aliança para o Progresso. Assim, por exemplo, o fornecimento de gás lacrimogêneo ou o aperfeiçoamento “técnico” das habilidades dos policiais e militares poderiam ser vistos como elementos necessários para o êxito dos ideais “democráticos” da Aliança para o Progresso.

Também eram relacionados à Aliança para o Progresso os chamados programas de ação cívica, em função de seus pretensos benefícios comunitários. As ações cívicas eram “parte do programa de contra-insurgência e foram projetados para dar aos militares e aos policiais alguma experiência como construtores – de estradas, poços, escolas. Pretendia-se fazer algo positivo para as comunidades e conquistar corações e mentes”.¹⁹² Conforme já mencionado acima, os militares haviam sido classificados como importantes agentes da “modernização”, de acordo com o que sustentaram alguns “intelectuais da defesa”. Segundo Jeffrey Taffet, os projetos de ação cívica ligadas à Aliança para o Progresso no Brasil tiveram lugar principalmente na região Nordeste, com a participação de militares e algumas forças policiais em construção de escolas, centros comunitários e rodovias.¹⁹³

¹⁹¹ Huggins, *op. cit.*, p. 125-132. Segundo esta autora, teria ocorrido ainda um outro momento, o da degenerescência, como por exemplo o apoio à formação de grupos de extermínio paramilitares durante a ditadura civil-militar brasileira.

¹⁹² “Civic action as a part of the counterinsurgency program and was designed to give to military and the police some experience as builders – of roads, wells, schools. It meant doing something positive for the community and was supposed to win hearts and minds”. Leacock, *op. cit.*, p. 77.

¹⁹³ Taffet, *op. cit.*, p. 101. Ruth Leacock, citando depoimento de um funcionário do escritório da AID da cidade do Rio de Janeiro, destaca que a participação de policiais nos programas de ação cívica não trouxe os resultados esperados, pois a polícia, segundo depoimento do funcionário, era vista pelas comunidades fluminenses como repressora e não como colaboradora em projetos sociais. Ver Leacock, *op. cit.*, p. 77.

Na verdade, o objetivo maior das ações “cívicas” era rastrear possíveis focos de “subversão”, especialmente em zonas rurais. Ao lado dos projetos de construção de dutos de esgoto, estradas, etc., uma tática comumente utilizada pelos soldados era aproximar-se das pessoas líderes ou potenciais líderes de comunidades, posteriormente relatando a seus superiores o “grau de ameaça” que aquela liderança representava para os interesses dos Estados Unidos”.¹⁹⁴

Por outro lado, os projetos de ação cívica também estavam incluídos como parte integrante do orçamento anual de 1962 e 1963 do *Military Assistance Program*, o mecanismo a partir do qual o Departamento de Defesa dos Estados Unidos enviava anualmente armamentos e outros equipamentos bélicos para outras nações do mundo. Os projetos de ação cívica “mereceram especial menção” no relatório que acompanhava as discussões do NSAM 118, documento que definia (segundo sugere seu próprio título), a participação das forças armadas latino-americanas e estadunidenses na consecução de objetivos comuns. Para o ano de 1962, o Departamento de Defesa destinou dois milhões e novecentos mil dólares para assistência relacionada a estes programas na América Latina. Afirmava-se que tais programas “poderiam contribuir substancialmente para o desenvolvimento social e econômico”.¹⁹⁵

Um caso exemplar da relação entre Aliança para o Progresso e a remessa de equipamentos militares aos países latino-americanos pode ser encontrado em um telegrama de conteúdo instrutivo produzido pelo Secretário de Estado Dean Rusk, enviado a todos as embaixadas norte-americanas na América Latina. Como ocorria todos os anos, a liberação do MAP direcionado à América Latina havia sido aprovada “para os propósitos relativos à segurança interna”. Frente a isso, a equipe coordenadora do programa, formada por membros do Departamento de Defesa, AID e Departamento de Estado, foi conclamada a “adotar o mais desafiador escrutínio para a justificação dos itens propostos para serem fornecidos aos países da América Latina sob o MAP”. O Secretário de Estado fez, então, a seguinte orientação:

¹⁹⁴ Sobre o tema das ações cívicas, ver Halberstam, David. *The Best and the Brightest*. New York: Ballantine Books, 1992.

¹⁹⁵ “deserve special mention”; “can contribute substantially to economic and social development”. **National Security Action Memorandum Number 118 (NSAM 118)**, assunto **Participation of U.S. and Latin American Armed Forces in the Attainment of Common Objectives in Latin America**, *op. cit.*

*O MAP e os programas da Aliança para o Progresso são mútuos elementos de sustentação da política externa dos Estados Unidos. Segurança interna e ações cívicas são as razões primárias de nosso Programa de Assistência Militar na América Latina. (...). Frente a isso, é claro que a questão da segurança interna é composta de fatores políticos, militares e econômicos, todos fortemente inter-relacionados. A avaliação específica destes fatores é uma parte integral da justificativa para qualquer proposta relacionada ao MAP, mesmo quando estes programas são politicamente motivados.*¹⁹⁶

Em outras palavras, não haveria contradição alguma entre os objetivos da Aliança para o Progresso e os do Programa de Assistência Militar. Justificativas semelhantes foram oferecidas quanto às questões envolvidas na implantação de um amplo programa de assistência às polícias estaduais brasileiras. O Brasil era considerado pela administração central estadunidense como um dos quatro países que poderiam fornecer exemplos concretos do sucesso da Aliança para o Progresso¹⁹⁷. Ademais, foi o segundo país que mais recebeu recursos provenientes tanto da Aliança quanto dos programas de assistência policial, perdendo somente para a Colômbia.¹⁹⁸

As ações de assistência às polícias no Brasil durante a administração Kennedy começaram a ser implantadas ainda no início do ano de 1961. Frank Jessup, chefe da Divisão de Segurança Pública da AID no Brasil, garantia que os objetivos do programa no país eram “fortalecer a capacidade das agências de segurança pública brasileiras de manter efetivamente a lei e a ordem, controlar agitações sociais e defender a segurança interna como um requisito necessário para o ordeiro desenvolvimento político, social e econômico”¹⁹⁹.

¹⁹⁶ “The MAP program and the Alliance for Progress programs are mutually supporting elements of U.S. foreign policy. Internal Security and civic action are the primary purposes of our Military Assistance Programs in Latin America. (...). In this connection, it is clear that the internal security question is composed of political, military, and economic factors, which are closely interrelated. Specific evaluation of these factors is an integral part of the justification of any proposed Military Assistance Program, even when programs are politically motivated”. **Military Assistance for Internal Security in Latin America**, telegrama do Departamento de Estado enviado pelo Secretário de Estado Dean Rusk para todas as sedes da embaixada norte-americana na América Latina, Washington DC, 27/02/1963. Localização: JFK Library, série National Security Files, caixa 216, pasta MAP Internal Security Issues. Grifos meus.

¹⁹⁷ Conforme Taffet, *op. cit.* p. 7, os países que foram alvo prioritário da política de concessão de auxílio financeiro ao desenvolvimento – Aliança para o Progresso e programas de assistência militar e policial – foram, nesta ordem, Colômbia, Brasil, Guatemala e Chile.

¹⁹⁸ Taffet, *idem*, p. 101.

¹⁹⁹ “Strengthen the capacity of Brazilian public safety agencies to effectively maintain law and order, control social unrest, and to guard internal security as necessary requisites to the country’s orderly political, social, and economic development”. **Briefing Paper, Public Safety Project**, de Frank Jessup, chefe da Divisão de Segurança Pública no Brasil da AID para o Kyle

Segundo Jessup, os funcionários da AID/OPS no Brasil trabalhavam como “conselheiros de área para prover contínua e diária consulta sobre o desenvolvimento de atividades decididas em conjunto”.²⁰⁰

A seção brasileira da OPS possuía, em 1963, vinte e cinco funcionários com residência fixa no Brasil. Os estados de São Paulo, Guanabara (atual Rio de Janeiro), Minas Gerais, Pernambuco e Distrito Federal eram as áreas que contavam com pelo menos dois representantes da AID/OPS. Paraná e Santa Catarina eram coordenados por apenas um agente. Outros estados, como Bahia, Alagoas, Goiás, Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte também eram atingidos pelos programas da OPS/AID, embora estas áreas não contassem com um representante exclusivo.

Os funcionários desta agência norte-americana – todos eles descritos pelas fontes como “consultores técnicos” – ocupavam diversas funções. A estrutura burocrática da OPS/AID no Brasil era dividida da seguinte forma: havia o Consultor-Chefe de Segurança Pública (Frank Jessup) e o Consultor-Chefe Substituto de Segurança Pública (sobrenome Ellis); cinco Consultores Regionais de Segurança Pública, sendo um em São Paulo (Peter Costello), um em Brasília (sobrenome Stack), um na Guanabara (sobrenome Rocker), um em Pernambuco (James N. Lewis), um em Minas Gerais (sobrenome Baca) e um para Santa Catarina e Paraná (sobrenome Pillifant); hierarquicamente inferiores mas com funções não menos importantes estavam os “consultores”, que se dividiam em Consultores de Segurança Pública em Registros e Identificação (Frank Cashin e Ales), Treinamento (Prior e Daniel Mitrione), Criminalística (Goin e Grodsky), Comunicações (Clements) e Tráfego²⁰¹.

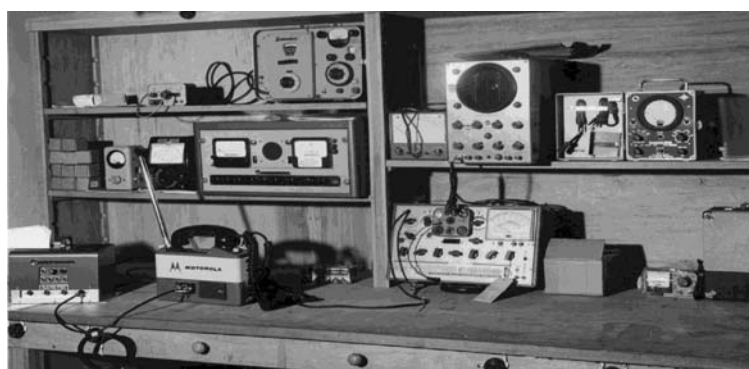
A ênfase dos programas, do início de 1961 até o final do ano de 1963, foi na criação e expansão de três aspectos considerados fundamentais para um correto funcionamento do aparato policial. O primeiro deles relacionava-se à montagem de uma estrutura de comunicação que permitisse contato direto

Team, 27/12/1963. Localização: NARA II, RG 286, fundo Office of Public Safety, divisão Latin American Branch Country File Brazil, caixa 12, pasta IPS-1-Program Brazil.

²⁰⁰ “Area advisor to furnish continuity through Day to Day consultation on development activities jointly agreed upon at the inception of each project”. **Briefing Paper, Public Safety Project, idem.**

²⁰¹ **Police Assistance Programs in Brazil**, do escritório da AID do Brasil através do embaixador Lincoln Gordon para a sede da AID em Washington, Rio de Janeiro, 17/09/1962. Localização: NARA II, RG 286, fundo Office of Public Safety, divisão Latin America Branch – Country File Brazil, caixa 12, pasta IPS-1 Program Brazil.

entre as polícias estaduais e a sede central da Polícia Federal de Brasília. De acordo com Jessup, “sob a direta supervisão de técnicos policiais norte-americanos”, foram fornecidos equipamentos de rádio para as principais delegacias de polícia dos estados de São Paulo, Guanabara e Brasília e inaugurado um sistema que até então era uma novidade para a polícia brasileira: as patrulhas-móveis. “O tradicional sistema no qual uma patrulha permanecia parada ao lado de um poste” – onde geralmente estavam localizados os telefones para comunicação com as delegacias – “ao longo de todo o seu período de serviço chegaria ao fim”, expressava com orgulho Frank Jessup. A partir daquele momento, as principais delegacias destes estados poderiam comunicar-se entre si e também com algumas de suas patrulhas-móveis.²⁰²



Fotos de equipamentos de comunicação Motorola fornecidos pela AID/OPS para a polícia do estado da Guanabara, em setembro de 1962. Foram fornecidos 41 walkie-talkies e 64 rádios para carros de patrulha ao estado da Guanabara em 1962. Créditos: NARA II, RG 286, fundo Office of Public Safety-Latin America Branch-Country File Brazil, caixa 17, pasta IPS 2-2 Monthly Reports 1962.

²⁰² “Under the direct supervision of American Police technicians”; “in the traditional system a patrol car is stationed at a fixed post throughout its entire tour of duty”. **Briefing Paper, Public Safety Project, *ibidem*.**

O segundo foco dos programas da AID/OPS no Brasil foi a “modernização” dos sistemas estaduais e nacional de identificação de pessoas e de pesquisa criminalística. Em junho de 1962, foi inaugurado o Instituto Nacional de Identificação e Registros em Brasília, o que possibilitou “pela primeira vez na história do Brasil a troca de informações e dados criminais entre os vários estados da federação”, conforme Jessup. Este sistema, ressaltou o Chefe da Divisão de Segurança Pública da AID/OPS no Brasil, foi inaugurado “sob a supervisão do Consultor de Segurança Pública de Dados/Identificação, e é moderno na medida em que os dados são compilados, rastreados e disponibilizados através de modernos meios de busca padrão IBM de computadores e equipamentos”.²⁰³



Recorte de jornal no qual aparecem o cônsul estadunidense em Minas Gerais, Ed da Silveira, ao lado do governador Magalhães Pinto e de Dan Mitrione, chefe da AID/OPS em Minas Gerais, na ocasião da entrega de equipamentos para a polícia militar mineira. Créditos: NARA II, RG 286, fundo Office of Public Safety-Latin America Branch-Country File Brazil, caixa 17, pasta IPS 2-2 Monthly Reports 1962.

²⁰³ “For the first time in the history of Brazil it is possible through the medium of a National Bureau to exchange criminal records information between the states of the federation”; “under the supervision of the Public Safety Advisor (Records/Identification) and is modern to the extent that data is compiled, searched and made available through the modern means of IBM search equipment and computers”. **Briefing Paper, Public Safety Project, *ibidem*.**

Na área de pesquisa criminalística, em 16 de abril de 1962 teve início o funcionamento do Instituto Nacional de Criminalística, inauguração que ocorreu após a “insistência do consultor policial norte-americano”, já que, até aquela ocasião, a Polícia Federal não contava com um instituto deste tipo. A partir daquele momento, seria possível “para estados que não dispunham de adequados laboratórios criminais receber os serviços de exame científico das evidências e assistência em assuntos criminais de qualificados especialistas técnicos de Brasília”, assegurava Jessup. Nesta mesma data, foi colocado em funcionamento, também em Brasília, o Instituto Médico Legal da Polícia Federal, que passaria a prestar serviços não somente à Polícia Federal mas também para outros estados que não contavam com tal estrutura. Institutos de pesquisas criminalísticas e de identificação de pessoas foram inaugurados também nos estados de Pernambuco e Minas Gerais.²⁰⁴

Além de institutos ligados à pesquisa criminalística e de banco de dados de pessoas, a AID/OPS, com apoio da Polícia Federal brasileira, inaugurou, em novembro de 1961, a Academia Nacional de Treinamento de Polícia em Brasília e uma academia de treinamento policial em nível regional no Recife, que atenderia a toda região Nordeste. Em São Paulo, também em novembro de 1961, foi criada a Divisão de Audiovisual da academia de treinamento policial do estado.

O terceiro aspecto enfatizado pelos programas da AID/OPS no Brasil foi o treinamento “técnico e especializado”, oferecido tanto dentro quanto fora do país e o fornecimento de equipamentos necessários para a instalação das estruturas acima mencionadas. Para cada uma das instituições acima mencionadas, os “técnicos” da AID/OPS ofereceram apoio “técnico” e supervisão direta das atividades realizadas. No caso da Academia Nacional de Treinamento de Polícia em Brasília, salientou-se que “desde os primórdios esta instituição recebeu treinamento e consultoria técnica dos conselheiros de Treinamento em Segurança Pública”. Mais do que isso, acrescentou Jessup, “o pessoal da Seção de Segurança Pública têm trabalhado com proximidade ao comando [brasileiro] da Academia em assuntos como alocação de

²⁰⁴ “Under the urging of the American Police advisor”; “for states not having adequate criminal laboratories to receive the services of scientific examination of evidence and advice on criminal matters from qualified expert criminalistics technicians in Brasília”. **Briefing Paper, Public Safety Project**, *ibidem*.

orientadores, currículo, métodos de ensino, assistência para instruções técnicas, recursos bibliográficos e estudo de casos práticos”. Vinte e três manuais de treinamento policial e vinte e nove artigos “técnicos” das academias de polícia norte-americana foram traduzidos para o português para utilização nos cursos oferecidos em diversas instituições da polícia brasileira “sob condução norte-americana”.²⁰⁵ Conforme Frank Jessup, ‘um importante fator neste projeto é a enraizada e diária assistência conferida pela Área de Segurança Pública e pelos consultores Especialistas para os chefes de polícia e suas respectivas equipes na condução de suas operações diárias’.²⁰⁶

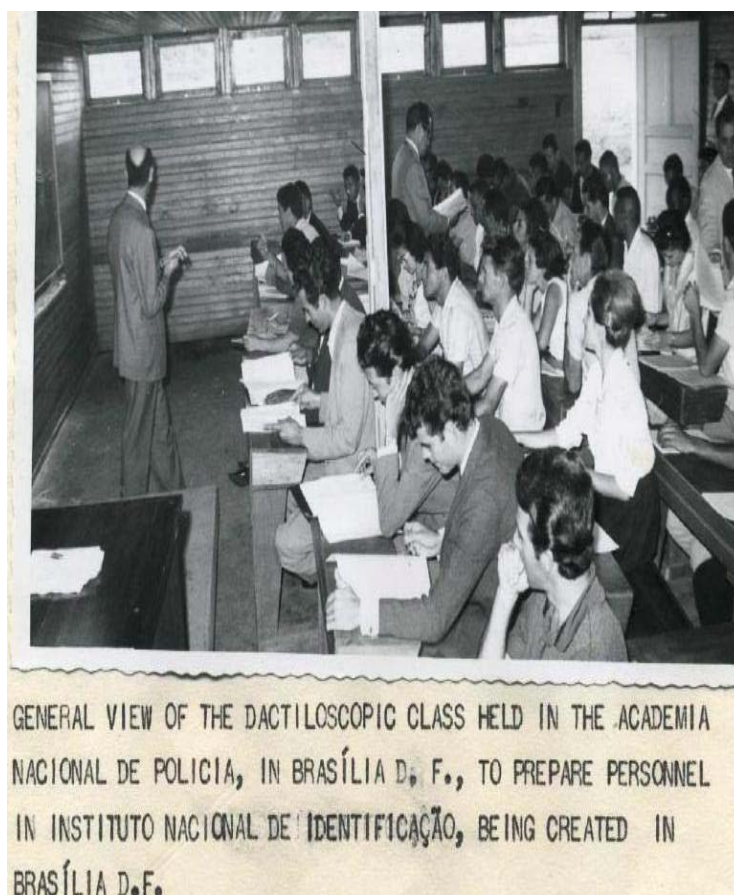


Recorte de jornal sobre a chegada de Dan Mitrione e sua família à Belo Horizonte. Dan Mitrione ficou famoso no início da década de 70 por ter sido seqüestrado e morto pelo Movimento Nacional de Liberación – Tupamaros. Fonte: NARA II, RG 286, fundo Office of Public Safety, divisão Latin America Branch – Country File Brazil, caixa 17, pasta IPS Monthly Reports 1963-1964.

²⁰⁵ “From its inception this institution has received technical advice from the Public Safety Training Advisors”; “the Public Safety Division staff has worked closely with the command of the Academy on such matters as faculty staffing, curricula, teaching methods, technical instruction aids, sources of lecture material, and practical case studies”; “under U.S. technical guidance”. **Briefing Paper, Public Safety Project, *ibidem*.**

²⁰⁶ “An important factor in this project is the day-by-day grass roots assistance rendered by the Public Safety Area and Specialist advisors to chiefs of police and their respective staffs in the conduct of their daily operations”. **Briefing Paper, Public Safety Project, *ibidem*.**

Entre o final do ano de 1961 e o final do de 1963, quarenta e oito oficiais de alto escalão da polícia militar de diferentes estados brasileiros foram selecionados para receberem treinamento na *International Police Academy* (Academia Internacional de Polícia, ou IPA na sigla em inglês) de Washington, DC. Outros três foram enviados à *Inter-American Police Academy* (Academia de Polícia Interamericana, ou IAPA na sigla em inglês), localizada no Panamá. Além disso, neste mesmo período, aproximadamente mil e quinhentos policiais brasileiros de médio escalão receberam treinamento no Brasil “sob direto patrocínio de escolas conduzidas por técnicos de Segurança Pública [norte-americanos]”.²⁰⁷



Visão geral da classe de datiloscopia organizada na Academia Nacional de Polícia, em Brasília D.F., para preparo de pessoal para o Instituto Nacional de Identificação sendo criado em Brasília D.F.”. Crédito: NARA II, RG 286, fundo Office of Public Safety-Latin America Branch-Country File Brazil, caixa 17, pasta IPS 2-2 Monthly Reports 1962.

²⁰⁷ “Under direct sponsorship of schools conducted by Public Safety technicians”. **Briefing Paper, Public Safety Project, *ibidem*.**



“Fotografia de um grupo de estudantes realizando curso na Academia Nacional de Polícia. Agachados: 1) chefe de polícia – Cel. Carlos Cairolí; 2) Consultor do I.N.I. [Instituto Nacional de Identificação] – Mr. William E. Cashin; 3) professor do curso de datiloscopia – Jorge Loureiro Affonso”. Crédito: NARA II, RG 286, fundo Office of Public Safety-Latin America Branch-Country File Brazil, caixa 17, pasta IPS 2-2 Monthly Reports 1962.

Que tipo de orientação recebiam os oficiais brasileiros nas escolas de treinamento do Panamá e de Washington DC? Para responder a esta pergunta é preciso esclarecer que ambas as escolas eram coordenadas por uma parceria estabelecida entre CIA e AID, fato que determinou a orientação geral do treinamento ministrado. Martha Huggins afirma que a Academia Internacional de Polícia era um “mecanismo para a CIA recrutar informantes e pessoal de operações”. Para a agência de inteligência era fundamental oferecer treinamento a oficiais de médio e alto escalão, “exatamente aqueles que, com maior probabilidade, estariam em condição de influenciar seus sistemas policiais”. Isto abriria duas importantes possibilidades para a CIA: primeiramente, daria acesso a informações privilegiadas sobre a polícia brasileira; em segundo lugar, funcionaria como um elemento de monitoramento constante das atividades da polícia brasileira, principalmente quanto a questões relacionadas ao combate à “subversão”.

Evidentemente, o objetivo da agência era infiltrar-se na estrutura policial brasileira, permitindo que o agente recrutado viesse até mesmo realizar tarefas que outros setores hierarquicamente superiores da burocracia policial nativa

desconhecessem. Neste sentido, buscava-se assegurar que “a primeira lealdade [do policial] fosse para com a CIA”²⁰⁸.

O treinamento oferecido pela parceria AID/CIA aos oficiais brasileiros e latino-americanos baseava-se no aprendizado de técnicas destinadas, em última instância, a deter a insurgência social. Desenvolvimento de capacidades investigativas, detecção e identificação de organizações “subversivas”, técnicas de vigilância, coleta de informações, controle de atividades militantes (manifestações, tumultos, motins, técnicas de interrogatório, etc.) constituíam alguns dos tópicos trabalhados durante os cursos promovidos pela IPA e pela IAPA.²⁰⁹

Além disso, estes treinamentos causavam alguns impactos psicológicos nos oficiais de polícia. “Poucos brasileiros negariam que o treinamento em mãos de norte-americanos dava aos oficiais latino-americanos, fossem do exército ou da polícia, um novo senso de direção e autoridade”. Segundo A. J. Langguth:

Em 1963, em Belo Horizonte, um grupo de ginásianos ficou assombrado ao ver que os policiais dos bairros onde moravam – vítimas, antes, de tantas piadas – voltavam da Academia Inter-Americana de Polícia, do Panamá, cheios de nova empáfia. Interrogando um dos novos formandos, um estudante verificou que

²⁰⁸ Ver Huggins, *op. cit.*, p. 127.

²⁰⁹ Até o dia 27 de julho de 2007, nunca a CIA havia admitido publicamente o seu envolvimento nestes programas de treinamento de polícias. Conforme apontamos na seção inicial deste capítulo, a agência de inteligência liberou mais de setecentas páginas de documentos cuja temática principal é o envolvimento da CIA em delitos (*misdeeds*). James Jesus Angleton, chefe da Equipe de Contra-Inteligência da CIA, em um memorando de conteúdo informativo endereçado ao Vice-Diretor de Operações da agência, reconheceu que a sua equipe tinha uma subdivisão, chamado Grupo de Polícia da Equipe de Contra-Inteligência (CI/PG na sigla em inglês) “responsável por coordenar equipes, através do Gabinete do Vice-Diretor de Operações, para atividades e programas envolvendo assistência a polícia/forças de segurança com o propósito de explorar tais atividades e programas para propósitos de inteligência”. Angleton acrescentou que o “CI/PG mantém relações com a Seção de Segurança Pública, Agência Internacional de Desenvolvimento (OPS/AID), e com suas instalações, a Academia Internacional de Polícia, desde os seus primórdios”. Esta relação “era conduzida em uma base diária”, segundo o chefe de contra-inteligência. **Counter Intelligence Staff, Police Group Activities**, memorando de James Jesus Angleton, chefe da Equipe de Contra-Inteligência da CIA, para o Vice-Diretor de Operações da CIA, Richard Helms, Washington, 07/03/1973. Localização: NARA II, RG 263, coleção *Family Jewels*. James Jesus Angleton é considerado a “mãe” da CIA, em razão de sua destacada participação nas ações da agência desde a sua precursora OSS, como a interferência e as sabotagens realizadas durante as eleições presidenciais na Itália, em 1948, fatores que favoreceram a ascensão da democracia cristã ao poder naquele país. Ver uma biografia de Angleton: MANGOLD, Tom. *Cold Warriors: James Jesus Angleton – the CIA Master Spy Hunter*. New York: Simon and Schuster, 1991. William “Bill” Joseph Donovan era considerado o “pai” da CIA.

ele agora se via como um soldado na linha de frente contra o comunismo.²¹⁰

As forças policiais brasileiras também precisavam ser armadas. A AID/OPS costumava sustentar que o fornecimento de significativa quantidade de armas “não-letais” destinava-se a conter e dispersar tumultos públicos considerados indesejáveis. Contudo, a Seção de Segurança Pública oferecia não apenas armas: tratava-se também de uma filosofia de combate à insurgência social muito mais “refinada” que os métodos tradicionais e não raro “incivilizados” empregados pela polícia brasileira no controle de conflito. Em outras palavras, o objetivo geral do fornecimento de armas, assim como o dos outros elementos acima analisados, era “modernizar” os métodos e as atitudes das forças policiais brasileiras. Esta filosofia pode ser descrita a partir das declarações de Byron Engle, diretor da OPS, em meados de 1962:

De 1955 até hoje, o que ensinamos no Panamá [referência a IAPA] tem sido apenas o controle não-letal de distúrbios. Antes, a polícia latino-americana utilizava submetralhadoras; todo ano havia mortes nas ruas. Desaprovamos esse procedimento; em lugar dele, introduzimos o uso de gás lacrimogêneo e apontamos as suas vantagens. O gás lacrimogêneo pode ser desagradável, mas não é letal. Lava-se o rosto, e ele sai.²¹¹

Além deste elemento “modernizador”, o envio destes equipamentos “não-letais” era também justificado em razão da necessidade de garantir a execução dos objetivos da Aliança para o Progresso. A sede central da AID em Washington recebeu um memorando do embaixador norte-americano no Brasil, Lincoln Gordon, no qual ele alertava para a urgente necessidade de envio de material para “controle” de “motins públicos” no estado da Guanabara. Alegava o embaixador que a situação política neste estado, assim como em todo o Brasil, piorava a cada dia com crescentes manifestações públicas de grupos “inspirados pelo comunismo”. A polícia carioca havia gasto todo o seu estoque

²¹⁰ Langguth, *op. cit.*, p. 91.

²¹¹ Langguth, *idem*, p. 53.

de gás lacrimogêneo, criando a necessidade, portanto, de reabastecer as suas reservas destes materiais.

Porém, como se tratava de um envio em caráter emergencial, este pedido não estava previsto entre os fundos normais anuais destinados à polícia brasileira, sendo necessário, desse modo, que recursos de outra área fossem realocados para cumprir esta demanda. Herbert Hardin, conselheiro regional de segurança pública ligado ao Gabinete de Desenvolvimento Institucional da OPS, através de um memorando de conteúdo informativo, concordou com o envio de granadas de gás lacrimogêneo e de máscaras de proteção – no valor total de trinta e um mil dólares – para a polícia brasileira baseado nos seguintes argumentos:

Uma parte importante de todo o plano de contra-insurgência é a prevenção de distúrbios desde o momento mais precoce possível para que o desenvolvimento econômico, social e político possa prosseguir em uma atmosfera de estabilidade. A base dos programas de polícia civil na América Latina é a necessidade de apoiar organizações de polícia civil confiando no uso de métodos não-letais, tais como gás lacrimogêneo, para promover a tranqüilidade pública tão vital para o sucesso da Aliança para o Progresso.²¹²

²¹² “An important part of the overall counter insurgency plan is the prevention of the disturbances at the earliest possible time in order that economic social and political development may proceed in an atmosphere of stability. The basis for the civil police programs in Latin America is the need to support civil police organizations in reliance on use of non-lethal methods e.g. tear gas, in promoting public tranquility so vital to the success of the Alliance for Progress”. **Current Policy on Supplying Equipment to Police in Underdeveloped Countries**, memorando de Herbert O. Hardin, conselheiro regional de segurança pública do Gabinete de Desenvolvimento Institucional da OPS, para o Diretor em exercício da Seção de Assuntos Brasileiros do ARA, Harris P. Dawson, Washington DC, 18/09/1962. Localização: NARA II, RG 286, divisão Latin American Branch – Country File Brazil, caixa 12, pasta IPS-1-General Brazil. De fato, em nome da promoção da “tranqüilidade pública tão vital para o sucesso da Aliança para o Progresso” e também em nome dos ideais mais explicitamente contra-insurgentes, foram fornecidos às polícias estaduais brasileiras, entre os anos de 1961 a 1964, trinta e seis carros-patrolha, cinquenta e dois jipes, duzentos e sessenta rádios portáteis, oitocentos mil projéteis para pistola, quinhentos e quarenta cassetetes especiais, cento e vinte e duas máscaras de gás, vinte mil bombas de gás lacrimogêneo e vinte kits para coleta de impressões digitais. Dados coletados da obra de RABE, Stephen G. *The Most Dangerous Area in the World: John F. Kennedy Confronts Communist Revolution in Latin America*. Chapel Hill and London: University of North Carolina Press, 1999, p. 132.

Folha de Goiás

ORGÃO DOS DIÁRIOS ASSOCIADOS
Diretor: FRANCISCO BRAGA SOBRINHO

ANO XXIV-Goiânia, terça-feira, 27 de novembro de 1962 - N. 5.118

Polícia Ganha Moderna Aparelhagem dos EUA



A Secretaria da Segurança Pública recebeu na tarde de ontem parte do material doado pelo Governo dos Estados Unidos, através do Ponto IV, de conformidade com o convênio recentemente firmado por autoridades norte-americanas e brasileiras do Ponto IV e pelo Governador Mauro Borges.

O sr. Frank Prior, em nome do Ponto IV, esteve ontem no Gabinete do sr. Rivaldavia Xavier Nunes, oportunidade em que entregou ao Titular da Segurança 5 modernos e completos jogos de aparelhagem essencial ao levantamento de local de crime, identificação de cadáveres, levantamento de impressões digitais, etc. As chamadas "Maletas de Polícia Técnica" serão encaminhadas ao SIC, setor responsável pelo funcionamento da Polícia Técnica de Goiás.

O valor dessa doação, a primeira de uma série, ultrapassa a casa de 1 milhão de cruzeiros. Hoje, na Escola de Polícia, o sr. Morris Crodsky, criminalística de renome da Polícia dos EUA, pronunciará uma palestra aos peritos goianos.

Na foto, acima, da esquerda para direita, os srs. Nazianzo Pereira (interprete), Frank Prior, o Secretário da Segurança Rivaldavia Xavier Nunes, Morris Crodsky e Silva Barra, Diretor da Escola de Polícia. Sobre a mesa vê-se as 'maletas' de levantamento de local de crime.

Recorte do jornal *Folha de Goiás* recolhido por funcionários da AID/OPS sede Brasília relatando a "doação" de "maletas de polícia técnica". Fonte: NARA II, fundo Office of Public Safety, divisão Latin America Branch - Country File Brazil, caixa 17, pasta IPS Monthly Report 1963-1964.

No entanto, nem sempre o envio de armamentos e outros equipamentos era aprovado com tanta rapidez. Havia a preocupação, nos altos escalões da AID e do Departamento de Estado, com as repercussões destas ações. Recomendava-se precaução na avaliação de pedidos de envio de armamentos que não fossem "estritamente" destinados para conter tumultos públicos estimulados ou liderados por esquerdistas, nacionalistas ou comunistas. Esta orientação era necessária para que o governo dos Estados Unidos pudesse resguardar a sua própria imagem, evitando ser identificado a uma transferência

de armas que pudessem ser utilizadas em eventuais contendas políticas internas do Brasil.²¹³

As sedes da AID no Brasil acompanhavam diariamente as ações dos governos estaduais e federal no que dizia respeito à “segurança interna” do país e ao andamento dos programas de assistência policial²¹⁴. A embaixada norte-americana no Brasil, localizada na cidade do Rio de Janeiro, e o Consulado Geral de São Paulo, por sua vez, detidamente acompanhavam as atividades diárias dos governadores da Guanabara e de São Paulo.²¹⁵

O caso de recusa de envio de armamentos melhor documentado refere-se a um pedido feito pelo governador de São Paulo, Adhemar de Barros. Mesmo antes de tomar posse, em novembro de 1962, Barros já avisara ao embaixador Gordon e aos funcionários da AID em São Paulo da necessidade de que os Estados Unidos enviassem armamentos para a sua polícia estadual. Em três ocasiões, entre novembro de 1962 e março de 1963, o governador de São Paulo requisitou lança-chamas, rifles, metralhadoras, morteiros, carros blindados e outros materiais para combate urbano. A necessidade deste tipo de armamentos, alegava Barros, justificava-se em razão da suposta ameaça de intervenção de tropas federais em seu estado e no estado da Guanabara. Como Barros e Carlos Lacerda, governador da Guanabara, eram abertamente e militantemente contrários a administração Goulart, o governador paulista estava convencido de que a ofensiva de tropas federais se daria até o final de outubro de 1963.

²¹³ A documentação sobre este assunto demonstra que esta era uma preocupação muito forte de alguns membros do Departamento de Estado, particularmente em relação às figuras do Secretário de Estado Dean Rusk e ao Secretário-Substituto de Estado, George Ball. A embaixada norte-americana e os escritórios da AID pareciam ser mais liberais em relação a este tema, embora também adotassem posturas cautelosas. Entretanto, a diferença entre estas duas instâncias – a do Departamento de Estado e a da embaixada e escritórios da AID no Brasil – não deve ser superdimensionada a ponto de perder-se de vista a complementaridade das ações executadas tanto por uma instância quanto pela outra.

²¹⁴ Exemplos desse acompanhamento diário são os TOAID números 745, 896, 11432, 321, 344, 256, 11233. Localização: NARA II, RG 286, divisão divisão Latin American Branch – Country File Brazil, caixa 13, várias pastas. Nestes documentos consta um resumo de informações sobre a situação da “segurança interna” no Brasil repassadas por agentes da AID/OPS para Washington.

²¹⁵ Naturalmente, os vários postos diplomáticos dos Estados Unidos no Brasil acompanhavam de perto as ações de todos os governadores e do poder central brasileiro, bem como outros aspectos relevantes da vida política e econômica brasileira. Neste capítulo nos referimos somente à atuação da embaixada em relação aos assuntos envolvendo os programas de assistência às polícias estaduais brasileiras.

A alegada tentativa de golpe contra Barros teria início com a geração de vários focos de incêndio e de agitações grevistas em pontos diferentes do interior do estado de São Paulo, com o intuito de forçar o deslocamento de tropas da polícia da capital em direção ao interior, deixando relativamente desguarnecida a capital paulista e criando condições propícias para a invasão das tropas leais a Goulart, possibilitando a consecução de um golpe contra o governo paulista.

Neste quadro, no qual imperava uma suposta ameaça de guerra civil no Brasil, Barros considerava-se o líder das “forças democráticas” brasileiras, que contariam com o apoio de generais do exército, das forças policiais de São Paulo, do estado da Guanabara – embora este estado, na opinião de Barros, já estivesse perdido, pois ali era a base mais sólida de apoio a Goulart – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais e, com certas ressalvas, do governo paranaense. São Paulo seria o “bastião das forças da liberdade e da moderação” contra um ataque de Goulart.²¹⁶

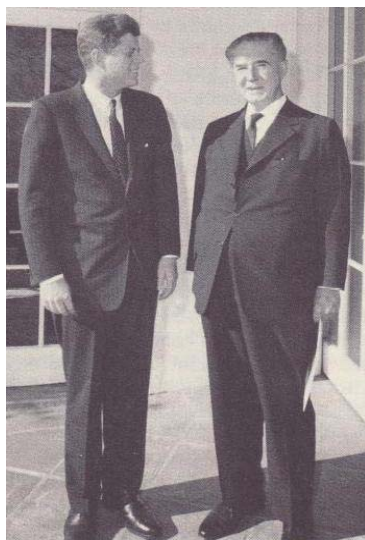
O embaixador Gordon considerou as previsões feitas por Barros como “melodramáticas”, acrescentando que a história pessoal do governador paulista não era exatamente um “modelo de honestidade e veracidade”²¹⁷. O cônsul norte-americano em São Paulo comentou que Barros “magnificava as evidências” com sua política de “canastrão”²¹⁸. Portanto, para Gordon, as histórias contadas por Barros deveriam ser tomadas com cautela. Os armamentos solicitados pelo governador de São Paulo foram negados sob a alegação de que a AID não poderia fornecer este tipo de armamento pesado.

²¹⁶ “Democratic forces”; “a bastion for the forces of freedom and moderation”. As informações contidas neste parágrafo foram extraídas de dois memorandos de conversação e um aerograma de conteúdo informativo. Ver **Transmittal of Memorandum of Conversation Governor-Elect Adhemar de Barros**, do embaixador norte-americano no Brasil, Lincoln Gordon, para a sede da AID em Washington, Rio de Janeiro, 19/11/1962. Localização: JFK Library, série National Security Files Country File Brazil, caixa 13, pasta Brazil general 1-15/Nov/1962; **Governor of São Paulo Foresees Trouble, Requests Arms**, do cônsul norte-americano em São Paulo, Daniel M. Braddock, para o Departamento de Estado, São Paulo, 08/03/1963. Localização: NARA II, RG 286, fundo Office of Public Safety, divisão Latin America Branch – Country File Brazil, caixa 12, pasta IPS-1 General Brazil. **Incoming Cablegram TOAID A 1122**, do escritório da AID Rio de Janeiro para a sua sede de Washington e para o Pentágono, Rio de Janeiro, 28/11/1962. Localização: NARA II, RG 286, fundo Office of Public Safety, divisão Latin America Branch – Country File Brazil, caixa 12, pasta IPS-1 Program Brazil.

²¹⁷ “melodramatic”; “is not a model of either honesty or veracity”. **Transmittal of Memorandum of Conversation Governor-Elect Adhemar de Barros**, *idem*.

²¹⁸ “magnify the evidence”; “ham-handed policy”. **Governor of São Paulo Foresees Trouble, Requests Arms**, *op. cit.*

Entretanto, foi aceito o pedido feito pelo governador para que fossem treinados trinta oficiais de sua polícia estadual em técnicas de guerrilha urbana, o que era previsto pelos programas então vigentes da AID/OPS. Também foi aceita a sua solicitação para encontrar-se com o presidente Kennedy, ainda em 1962.



Encontro realizado em Washington entre o governador de São Paulo Adhemar de Barros e o presidente dos Estados Unidos da América John F. Kennedy, em 29/11/1962. Fonte: JFK Library apud Leacock, *op. cit.*, p. 180.

Mesmo que alguns pedidos tenham sido negados²¹⁹, os fatos acima narrados por si só demonstram que a atuação da Seção de Segurança Pública no Brasil causava certas expectativas aos políticos brasileiros. Teria o governador paulista se sentido à vontade para fazer tais solicitações caso os programas coordenados pela AID/OPS não deixassem a impressão de que estavam dispostos a conceder o que fosse necessário para conter os “perigos” iminentes à “segurança interna”? Seja como for, a partir da eleição de Barros, as histórias de uma suposta ameaça de intervenção federal eram seguidamente reportadas para o Departamento de Estado e para a AID em

²¹⁹ Pedidos de envio de armamentos foram feitos pelos governadores Carlos Lacerda e Adhemar. Ver **Airgram n.190 – Views of Guanabara State Secretary of Security on Current Situation**, de John Keppel, Conselheiro de Assuntos Políticos da embaixada norte-americana no Brasil, para o Departamento de Estado, Rio de Janeiro, 06/08/1963. Localização: NARA II, RG 59, Central Decimal Files Brazil 1950-1963, caixa 3837, pasta POL Affairs + Rel Braz POL 23 Internal Security 2-1-63; **Request from the Governor of São Paulo for Additional Police Assistance**, de Herbert Hardin, Conselheiro Regional da AID/OPS no Brasil, para o diretor da OPS, Byron Engle, Rio de Janeiro, 27/02/1963. Localização: NARA II, RG 286, fundo Office of Public Safety – Latin American Branch – Country File Brazil, caixa 12, pasta IPS-1 General Brazil, entre outros.

Washington, tanto pelos postos diplomáticos quanto pelos escritórios da OPS no Brasil, o que parece indicar que os funcionários de ambas as agências no Brasil levavam a sério alguns destes argumentos relacionados a uma crise política entre estados e governo federal.

São Paulo era um estado-chave para os interesses norte-americanos no Brasil. Como Barros era declaradamente anticomunista e opositor do governo Goulart, um relacionamento estratégico com este personagem era necessário como forma de contraposição à alegada “tendência esquerdista” do governo federal. De fato, a decisão de privilegiar alguns estados na execução dos programas de assistência às polícias estaduais brasileiras constituía um dos objetivos mais importantes expressos pelo projeto da Seção de Segurança Pública.²²⁰

Assim, por mais “melodramático” ou “canastrão” que fosse o governador paulista, Barros era um importante personagem para a garantia dos interesses norte-americanos. Segundo um aerograma de conteúdo prescritivo, o consulado dos Estados Unidos em São Paulo o avaliava da seguinte maneira:

Adhemar de Barros, o novo governador de São Paulo, tem um importante potencial de favorecer os objetivos dos Estados Unidos no Brasil. A despeito de seus defeitos pessoais e de certos riscos envolvidos em um relacionamento com ele, o governo dos Estados Unidos deveria conferir simpática consideração para proporcionar apoio moral junto com assistência material para projetos que avançarão os objetivos dos Estados Unidos. *Nós devemos, entretanto, ser cuidadosos em dar evidência pública de nosso apoio, pelo menos até que o caráter de sua administração e de suas relações com o governo federal tornem-se mais claramente definidas.* (...). O governador lançou-se ao papel político de defensor da empresa privada e do modo de vida democrático. Ele sustenta firmemente posições contra o comunismo, em favor de uma

²²⁰ Referindo-se aos objetivos traçados para o ano de 1963 pela AID/OPS, o embaixador Lincoln Gordon destacou os seguintes trechos: “os programas de polícia podem alcançar progresso mais rapidamente, e servir melhor como modelos, concentrando seus esforços em estados-chave”. Gordon ainda acrescentou suas próprias recomendações e opiniões: “o programa de assistência à polícia da AID é um elemento crucial da nossa resposta à ameaça das influências castro – comunistas. (...). Eu considero que a continuação e a expansão do Programa de Segurança Pública da USAID/Brasil esteja em uma categoria de mais alta prioridade”. “AID’s Police assistance program in Brazil is a crucial element in our response to the threat of Castro-Communist influences”; “I consider the continuation of the Public Safety Program of USAID/Brazil to be in a category of highest priority”. **Police Assistance Programs in Brazil**, do escritório da AID do Brasil através do embaixador Lincoln Gordon para a sede da AID em Washington, Rio de Janeiro, 17/09/1962. Localização: NARA II, RG 286, fundo Office of Public Safety, divisão Latin America Branch – Country File Brazil, caixa 12, pasta IPS-1 Program Brazil.

orientação pró-Occidente e pró-Estados Unidos no Brasil. (...). O governador defendeu publicamente uma ativa cooperação com o governo [norte] americano na Aliança para o Progresso e deu boas-vindas à colaboração do pessoal da USAID em seus planos de desenvolvimento como governador estadual.²²¹

Um outro problema relacionado à transferência de equipamentos para polícias estaduais brasileiras envolveu diretamente a imagem da Aliança para o Progresso. No dia 11 de outubro de 1963, oficiais do Primeiro Exército encontraram um esconderijo de armas e outros equipamentos em um sítio no estado da Guanabara. Neste esconderijo havia dez metralhadoras Thompson, seis mil balas de cartucho (munições), cinquenta granadas de mão e de gás lacrimogêneo e equipamentos de comunicação. Os rádios-receptores e os gravadores de fita cassete possuíam o emblema da Aliança para o Progresso. Este fato chamou a atenção de parte da imprensa carioca e motivou algumas reportagens, destacando-se a realizada pelo jornal Última Hora. Preocupado com as repercussões deste caso, o diretor da Seção de Segurança Pública da AID, Byron Engle, escreveu um memorando de conteúdo informativo para o coordenador estadunidense da Aliança para o Progresso, Teodoro Moscoso, no qual procurou justificar o uso do emblema da Aliança em equipamentos fornecidos pela OPS:

A aplicação do emblema da Aliança para o Progresso não é controlado pela Seção de Segurança Pública, já que esta questão é de autoridade da AID. (...). Nós sempre excluímos de marcar [com emblemas da AID ou da Aliança para o Progresso] itens como armas,

²²¹ "Adhemar de Barros, the new governor of São Paulo, has important potential for furthering U.S. objectives in Brazil. Despite his personal shortcomings and certain risks involved in dealing with him, the United States Government should give sympathetic consideration to affording him moral support together with material aid for projects which will advance U.S. objectives. We should, however, be careful in giving public evidence of our support, at least until the character of his administration and his relations with the Federal Government become clearly defined. (...). The Governor has cast himself in the political role of a defender of private enterprise and the democratic way of life. He has taken a firm stand against communism and in favor of a pro-Western and pro-American orientation of Brazil. (...). The Governor has publicly advocated active cooperation with American Government in the Alliance for Progress, and has welcomed the collaboration of USAID personnel in his State Government's plans for development". **Adhemar de Barros – Governor of São Paulo – an Evaluation with Policy Recommendations**, aerograma enviado do consulado norte-americano de São Paulo para o Departamento de Estado, São Paulo, 04/04/1963. Localização: NARA II, RG 59, fundo Central Decimal Files Brazil 1950-1963, caixa 3837, pasta POL Affairs + Rel Braz POL 23 Internal Security 2-1-63. Grifos meus.

munhões, gás lacrimogêneo e máscaras de gás. O emblema é usualmente colocado em itens como equipamentos de comunicação fixos, equipamentos de laboratório e acessórios de treinamento. Do ponto de vista desta Seção, equipamentos de polícia móveis ou portáteis devem ser isentos de emblemas.²²²

A declaração de Engle deixa a impressão de que a OPS fornecia armas para a polícia brasileira, além de munições e granadas de gás lacrimogêneo. Tal idéia é fortalecida pela manifestação de James Howe, funcionário da AID/OPS no Brasil: “nós trazemos [para o Brasil] equipamentos de comunicação sob o programa de segurança pública dirigido a treinamento de polícia. Mas o programa [da Aliança para o Progresso] não nos permite trazer nenhuma arma mais poderosa que um revólver comum de policial”²²³.

Ao fornecer armas para a polícia brasileira, fossem elas consideradas letais ou não, para a polícia brasileira, a AID/OPS completava o ciclo denominado por Martha Huggins de “processo de internacionalização da lógica repressiva dos Estados Unidos”. O que mais chama atenção nesse processo são as justificativas que foram oferecidas para a realização do ambicioso projeto de “modernização” das forças policiais no Brasil. Os documentos aqui apresentados indicam que os estrategistas estadunidenses envolvidos estavam convencidos de que ao garantir a tão almejada “segurança interna”, o caminho para a consecução dos ideais “democráticos” e “modernizadores” da Aliança para o Progresso estaria garantido. Com uma das mãos, de preferência a esquerda, oferecia-se alguma vaga idéia de transformação social

²²² “The application of AFP” [Alliance for Progress, sigla em ingles comumente utilizada na linguagem dos funcionários norte-americanos] “emblem is not a matter of control by the Office of Public Safety, as this authority is granted to the USAID. (...). We always exclude from marking such items as arms, ammunitions, tear gas and gas masks. The emblem is usually placed on such items as fixed communications equipment, laboratory equipment and training aids. It is the viewpoint of this office that the emblem generally should be excluded from any portable or mobile police equipment”. **Emblem Markings on Public Safety Commodities, Guanabara, Brazil**, memorando de Byron Engle, Diretor da Seção de Segurança Pública da AID, para Teodoro Moscoso, Coordenador Estadunidense da Aliança para o Progresso da AID, Washington DC, 14/10/1963. Localização: NARA II, RG 286, fundo Office of Public Safety, divisão Latin America Branch – Country File Brazil, caixa 13, pasta IPS Programs Brazil 63-64. Anexo a este documento encontra-se um recorte do jornal Chicago Tribune, de 12/10/1963, do qual extraímos os detalhes sobre o esconderijo de armas.

²²³ “We have brought in communications equipment under the public safety program aimed at training police. But the [alliance] program does not permit bringing in arms any more powerful than the ordinary police revolver”. **Declaração de James W. Howe, Diretor da Divisão de Operações da AID no Rio de Janeiro, ao jornal Chicago Tribune**, Chicago, edição de 12/10/1963. Localização: NARA II, RG 286, fundo Office of Public Safety, divisão Latin America Branch – Country File Brazil, caixa 13, pasta IPS Programs Brazil 63-64.

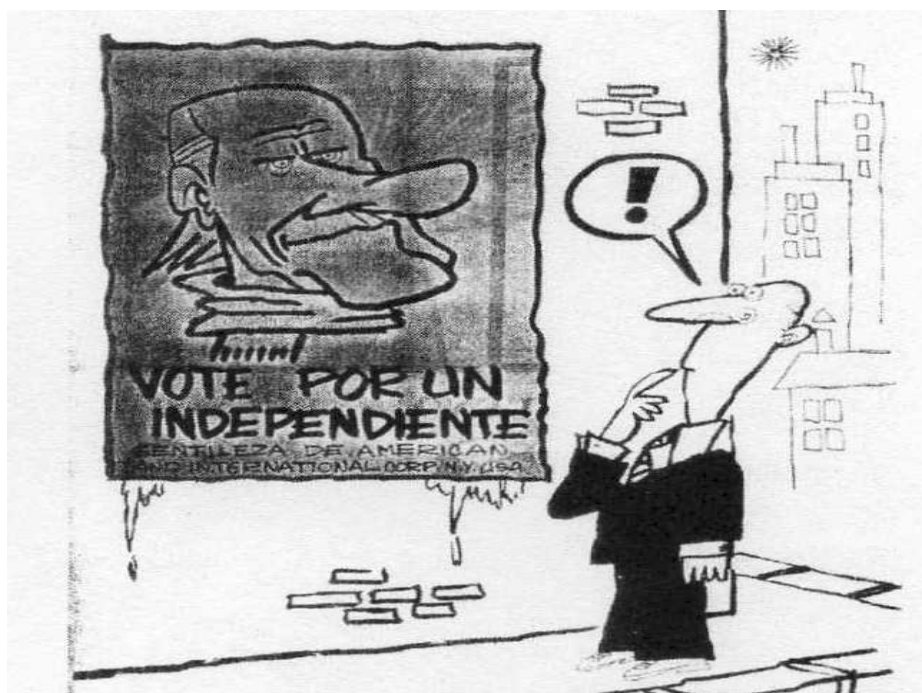
alegadamente não-violenta e mais democrática. Com a mão direita, armamentos eram transferidos e instrução ministrada para a repressão pura e simples da insurgência social.

Ainda assim, em meio a estes impactantes programas de apoio à “segurança interna” dos Estados Unidos no Brasil, havia dois problemas a serem enfrentados pelo governo estadunidense, que pareciam impedir a concretização da “mística” da Aliança para o Progresso em terras tupiniquins. Um deles chamava-se Jânio Quadros. O outro revelou-se ainda mais complicado de se resolver e se chamava João Goulart. Estes dois “problemas” serão tema de discussão do próximo capítulo.

5 Brasil e Aliança para o Progresso



Juan Verdejo, figura que equivale mais ou menos ao Jeca Tatu para os chilenos, está amarrado aos trilhos enquanto o trem Salvador Allende se aproxima. “Rápido, mister, antes que termine mal este filme”, exclama Verdejo para o cowboy da Ajuda Econômica Californiana. Crédito: Revista Topaze (Chile), edição de 01/03/1963. IN: Selling the Alliance: US Propaganda VS. Chilean Editorial Cartoons during the 1960's. *International Journal of Comic Art*, volume 6, número 1, Spring 2004.



“Vote por um independente” para as eleições chilenas de 1964 (o candidato da foto é Jorge Alessandri). Gentileza de American and International Corp”. NY USA. Crédito: Revista Topaze (Chile), edição de 29/08/1964. IN: Revista Topaze, *idem*.

5.2 Sobre as Fontes

Caracterização Geral das Fontes Produzidas pela Missão Diplomática Estadunidense

Neste último capítulo são utilizados documentos produzidos tanto pela embaixada norte-americana no Brasil quanto pelo Departamento de Estado do governo dos Estados Unidos. Os questionamentos dirigidos a estas fontes foram feitos no sentido de responder às seguintes perguntas: quais foram as estratégias definidas pelo governo estadunidense para a implementação da Aliança para o Progresso no Brasil? Como esta estratégia relacionou-se à abordagem política e econômica geral dos Estados Unidos para o Brasil?

É possível dividir as fontes redigidas pela missão diplomática estadunidense no Brasil em três tipos. Em primeiro lugar, existiam os *memorandos* produzidos pelos embaixadores do período²²⁴, geralmente endereçados ao presidente Kennedy e a alguns secretários de estado, como Dean Rusk (Secretário de Estado), Edwin Martin (Secretário de Estado para Assuntos Interamericanos) e posteriormente Thomas Mann, que assumiu no lugar de Martin em dezembro de 1963. Tratando de diversos assuntos, estes memorandos poderiam ser de *conteúdo prescritivo* ou mesmo de *informação interna*, de acordo com as características já definidas no primeiro capítulo.

O embaixador norte-americano se dirigia diretamente a estes três indivíduos quando a sua opinião sobre determinado assunto era solicitada ou quando o próprio diplomata sentia necessidade de intervir em alguma orientação política do Departamento de Estado. Várias foram as temáticas abordadas nestes memorandos produzidos pela embaixada norte-americana no Brasil. Dentre eles, é possível destacar três tipos. O primeiro deles diz respeito às possíveis alternativas para minimizar a crise econômica brasileira da época. A solução defendida tanto pelos administradores norte-americanos quanto pelos brasileiros era ligada à “ajuda financeira” por meio de recursos da

²²⁴ Até setembro de 1961, o embaixador era John Moors Cabot, sendo posteriormente substituído por Lincoln Gordon até o final de 1966.

Aliança para o Progresso. Conforme o projeto da Aliança para o Progresso e as orientações dos organismos de financiamento internacionais, era necessário elaborar um plano de medidas econômicas que agradasse aos credores e aos administradores norte-americanos. Esta era uma das principais preocupações do corpo diplomático norte-americano no Brasil, e estava presente na maioria das fontes produzidas pela embaixada, não somente os memorandos.

Além de abordar esta temática, os diplomatas norte-americanos no Brasil freqüentemente relatavam a evolução das relações entre o governo João Goulart e setores militares brasileiros. Desde a renúncia de Jânio Quadros, ocorrida em 24 de agosto de 1961, este assunto dominou grande parte dos memorandos enviados ao Departamento de Estado. Tanto a organização da resistência quanto o apoio de setores militares à posse de João Goulart como presidente da república²²⁵ foram descritos nos documentos. Do mesmo modo, foram relatadas as reações destes setores militares às articulações políticas para a instalação do parlamentarismo no Brasil, saída encontrada para resolver institucionalmente a crise de sucessão de Quadros. Os despachos diplomáticos posteriores continham informações sobre qual deveria ser a atitude do governo norte-americano frente aos seguidos anúncios de organização de grupos militares contrários a João Goulart – incluindo freqüentes ameaças de golpe de Estado – antes e depois de sua vitória no plebiscito de janeiro de 1963, processo que restaurou o sistema presidencialista no país. Finalmente, da segunda metade do mês de fevereiro de 1963 até início de abril de 1964, produzida entre a segunda metade do mês de fevereiro e início do mês de abril de 1964, a documentação fazia referência ao aprofundamento da crise política brasileira, sugerindo quais deveriam ser as reações do governo dos Estados Unidos frente a este quadro.

Existem, ainda, memorandos nos quais foram discutidas as relações entre a embaixada norte-americana e certos governadores estaduais, caso de Carlos Lacerda (Guanabara), Adhemar de Barros (São Paulo), Aluísio Alves (Rio Grande do Norte) e outros. Além dos memorandos, era comum a redação

²²⁵ Nas eleições presidenciais do final do ano de 1960, era permitido, de acordo com a Constituição Brasileira de 1946, que fossem montadas chapas com candidatos à presidência e à vice-presidência com indivíduos que pertencessem a diferentes partidos. Este foi o caso da dupla Jânio Quadros (do Partido Democrata-Cristão) e João Goulart (do Partido Trabalhista Brasileiro).

de aerogramas chamados *Joint Weeka* ou *Weekly Summary*. Estes aerogramas compreendiam um relato resumido dos principais acontecimentos da vida política, social, cultural e econômica do Brasil, que poderiam afetar ou interessar de alguma forma o Departamento de Estado e outras agências governamentais. De modo geral, os assuntos tratados nestes aerogramas eram divididos em temas “políticos”, “militares” e “psicológicos”. Os temas “políticos” poderiam referir-se a diversas áreas, com maior destaque para a atuação dos governadores estaduais (especialmente dos estados do Sudeste, Nordeste e Sul do Brasil), como por exemplo anúncio de medidas econômicas e discursos de governadores sobre temas de interesse dos Estados Unidos. Ao lado disto, temas como resultados de eleições sindicais e assembleias estudantis, greves ocorridas em fábricas ou passeatas de camponeses, etc., também constituíam abordagens comuns destes documentos.

Entre os temas “militares” figuravam assuntos como declarações de militares sobre a situação política brasileira, motins dentro do Exército, Marinha ou Aeronáutica, recepção entre estas três forças do programa de “ajuda militar” dos Estados Unidos, etc.²²⁶. Por fim, os temas “psicológicos” tratavam, por exemplo, da veiculação na imprensa brasileira de entrevistas de indivíduos com destaque na vida política, religiosa e empresarial brasileira. Também tratavam de reportagens sobre a atuação de empresas estadunidenses no Brasil, assim como exposições de arte e outros eventos culturais com temáticas consideradas favoráveis ou desfavoráveis aos Estados Unidos.

Os *Joint Weeka* ou *Weekly Summary* podiam ser enviados de diferentes postos diplomáticos norte-americanos no Brasil diretamente para o Departamento de Estado. Foram encontrados despachos redigidos no

²²⁶ Os temas militares mais sensíveis e importantes eram tratados tanto pelo embaixador Lincoln Gordon, em um tipo de aerograma que será descrito mais adiante neste texto, e também pelo “adido” militar dos Estados Unidos no Brasil, coronel Vernon Walters. Os relatórios de Walters continuam até hoje indisponíveis para acesso público. Em nossa pesquisa realizada nos Estados Unidos, encontramos apenas dois de seus relatórios. Ambos os documentos, um deles produzido em junho de 1963 e o outro em setembro do mesmo ano, relatavam as mudanças promovidas pelo presidente João Goulart no comando do exército brasileiro e no Ministério da Defesa, mudanças que, conforme com Walters, estariam favorecendo a ascensão de elementos militares “ultranacionalistas e esquerdistas”. Ver JFK Library, fundo Personal Papers of Arthur Schlesinger Jr., caixa WH-26 (Classified Subject File), pasta Brazil 06-09/1963. As funções desempenhadas por Vernon Walters na época são discutidas também por PARKER, Phyllis R. 1964: *O Papel dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 31 de Março*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 48. Um dos relatórios que mencionamos acima é comentado também neste mesmo livro de Parker na página 69.

consulado de Porto Alegre, Curitiba, Recife, Belém e principalmente São Paulo. Finalmente, o terceiro tipo de documento produzido pelo corpo diplomático estadunidense no Brasil eram os telegramas (*Incoming Telegram*) e os aerogramas (*Airgram*). Não havia diferenças em relação ao conteúdo que um telegrama ou aerograma poderia abordar. A temática dominante neste tipo de fonte envolvia as decisões e as articulações políticas favoráveis e contrárias à administração João Goulart.

Destes três tipos de despachos produzidos pelo corpo diplomático norte-americano no Brasil, utilizaremos dois memorandos e um telegrama. Um dos memorandos que serão apresentados neste capítulo foi produzido por Niles Bond e enviado a Jackson W. Wilson²²⁷. Nele, Bond sugeriu a implantação de uma política específica de contraposição ao suposto posicionamento anti-Estados Unidos e autoritário de Jânio Quadros. O outro memorando foi produzido pelo embaixador Lincoln Gordon para o presidente Kennedy²²⁸. Neste documento, intitulado “Desenvolvimentos Políticos Brasileiros e Assistência Estadunidense” (*Brazilian Political Developments and U.S. Assistance*), Gordon tratou sobre a possibilidade de concessão de “ajuda financeira” pelo governo dos Estados Unidos ao Brasil, de acordo com uma proposta que seria apresentada pelo então Ministro de Finanças do Brasil, Francisco Clementino de San Tiago Dantas, durante uma visita sua aos Estados Unidos, como parte de um plano que visava conter a crise econômica brasileira. O embaixador recomendou ao presidente Kennedy uma série de posturas que, no seu entendimento, deveriam ser adotadas frente ao plano que seria apresentado pelo governo João Goulart.

O telegrama, com data de 14 de janeiro de 1963, foi redigido também pelo embaixador Lincoln Gordon para o Secretário de Estado, e teve cópias distribuídas para o Departamento de Defesa, para o Comando-Chefe da base

²²⁷ **Memorandum**, de Niles W. Bond, *chargé d'affaires* (oficial encarregado de negociações internacionais) da embaixada norte-americana no Brasil, para Jackson W. Wilson, oficial encarregado do Gabinete de Assuntos Brasileiros (Office of Brazilian Affairs) da Agência de Assuntos Interamericanos (Bureau of Inter-American Affairs – ARA), Rio de Janeiro, 15/06/1961. Localização: NARA II, RG 59, fundo Bureau of Inter-American Affairs (Records Relating to Brazil (1954-1963), caixa 3, pasta US Policy in Brazil 1962.

²²⁸ **Brazilian Political Developments and U.S. Assistance**, memorando da embaixada norte-americana no Brasil, assinado pelo embaixador Lincoln Gordon, para o presidente Kennedy, Rio de Janeiro, 07/03/1963. Localização: JFK Library, série National Security Files (Country File Brazil), caixa 13A, pasta Brazil General 1-11/03/1963.

militar norte-americana no Caribe (sigla CINCARIB) e para os conselheiros do presidente Kennedy²²⁹. Neste documento, Gordon resumiu a estratégia, acordada durante uma importante reunião do Conselho Nacional de Segurança dos Estados Unidos (*National Security Council*) em dezembro de 1962, de financiamento de forças policiais estaduais e municipais a partir de recursos da Aliança para o Progresso, estratégia que anos mais tarde seria denominada pelo próprio Lincoln Gordon como “política de ilhas de sanidade administrativa”.

Fatores que Influíram na Elaboração das Fontes da Missão Diplomática Estadunidense

Para entender melhor as razões que levaram os funcionários dos postos diplomáticos estadunidenses a privilegiarem certos assuntos em seus despachos enviados a Washington, é preciso levar em consideração os mecanismos a partir dos quais esses funcionários acessavam as informações sobre a vida política, econômica e social brasileira. Segundo Rodeghero, o processo de elaboração das fontes do corpo diplomático estadunidense era possibilitado por “uma extensa e bem organizada rede de informações”. Esta rede era composta por

Um conjunto de informantes, o acompanhamento da imprensa, as conversações tidas com pessoas situadas em pontos de destaque do mundo político, empresarial, religioso, os indícios trazidos pelos resultados de eleições a checagem de informações desconstruídas ou exageradas, a atenção para pesquisas eleitorais e de opinião e os ambientes sociais e políticos que os funcionários freqüentavam.²³⁰

²²⁹ **Incoming Telegram n. 1315**, da embaixada norte-americana no Brasil, assinado por Lincoln Gordon, para o Secretário de Estado, Dean Rusk, Rio de Janeiro, 14/01/1963. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Arthur Schlesinger Jr, caixa WH-26 (Classified Subject File), pasta Brazil Sep/62-Feb/63.

²³⁰ RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria – O Anticomunismo Brasileiro sob o Olhar Norte-Americano*. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2007. p. 40.

O referido conjunto de informantes fornecia dados que poderiam ser posteriormente retransmitidos não somente para o Departamento de Estado mas também para outras agências civis e militares do governo norte-americano, dependendo de seu teor. Por informantes deve-se entender tanto pessoas que tinham algum tipo de vínculo legal com a embaixada ou agência do governo dos Estados Unidos com sede no Brasil, como era o caso da USIA, da CIA e da AID, quanto aquelas que voluntariamente prestavam informações aos funcionários estadunidenses no Brasil.

Um exemplo do primeiro tipo de informante eram os *attachés* (adidos), agentes especialmente designados para “acompanhar” de perto as ações e discussões de grupos militares, sindicais e partidos políticos. O mais famoso deles foi o coronel Vernon “Dick” Anthony Walters, designado pelo próprio presidente Kennedy como adido militar dos Estados Unidos²³¹. Existiam também outros adidos, identificados em alguns despachos diplomáticos apenas como *labor attaché* (adido sindical) e outro indicado apenas como *financial attaché* (adido ligado ao Ministério de Finanças), sem mencionar os seus nomes. Há indícios de que havia outros agentes distribuídos entre o Congresso Nacional, partidos e organizações políticas, denominados apenas de informantes, também sem mencionar seus nomes ou funções específicas. Também há sinais de que a CIA possuía agentes ou, no mínimo, contatos bastante próximos com grupos de militares brasileiros e com a organização IPES/IBAD²³².

²³¹ No dia 30/07/1962, o nome de Walters foi mencionado e aprovado para atuar no Brasil em uma conversa telefônica entre o presidente Kennedy e o embaixador Lincoln Gordon, contando com a participação também de Richard Goodwin. As conversas telefônicas do presidente Kennedy foram transcritas e publicadas em NAFTALI, Timothy (ed.). *The Presidential Recordings: John F. Kennedy – The Great Crisis, Volume 1 (July 30-August 1962)*. New York: W. W. Norton & Company, 2001, p. 21-22.

²³² Na série *National Security Files* da Biblioteca Presidencial John F. Kennedy há indícios de que a CIA dispunha ou de um agente infiltrado, ou de um informante voluntário ou de algum mecanismo que tornava possível acessar a certas informações importantes, por exemplo, de reuniões do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Sobre isso, ver **Expectations By Brazilian Communist Leaders that Coup Will Occur Shortly in Brazil**, telegrama enviado da sede da CIA no Brasil para a sede central da agência em Langley, Virginia. Localização: JFK Library, série National Security Files (Country File Brasil), caixa 13, pasta Brasil General 16-31/08/1962. O mesmo se aplicava a setores militares brasileiros: ver **Position of the Army in the Event of a Coup**, telegrama enviado da sede da CIA no Brasil para a sede central da agência em Langley, Virginia. Localização: JFK Library, série National Security Files (Country File Brasil), caixa 13, pasta Brasil General 07/1962; **Reaction of Certain Sub-Commanders of the Third Army to Rumors of Leftist Coup by President Goulart**, telegrama enviado da sede da CIA no Brasil para a sede central da agência em Langley, Virginia. Localização: JFK Library, série National Security Files (Country File Brasil), caixa 13, pasta Brasil General 06/62; **Plans of**

Além destes informantes “oficiais”, havia também aqueles que voluntariamente forneciam informações – não raro altamente sigilosas. Estes informantes “parecem ter sido pessoas que foram adquirindo a confiança do corpo diplomático e que acabavam ‘prestando serviços’ mais de uma vez”²³³. Nem todos os nomes aparecem nas fontes. Em alguns despachos uma tarja preta impede a sua identificação. Há casos em que siglas identificam o referido informante, as quais eram inteligíveis somente para os funcionários da embaixada e do Departamento de Estado. Em outros documentos, contudo, seus nomes são citados sem restrições.

As informações prestadas por estas pessoas poderiam ser utilizadas na redação dos documentos diplomáticos e posteriormente transmitidas ao Departamento de Estado e outras agências. Mas os relatos não eram transmitidos sem a intermediação de críticas ou comentários dos próprios redatores dos despachos diplomáticos. Em algumas ocasiões os funcionários da embaixada

colocavam em dúvida as informações recebidas ou pelo menos as tratavam com cautela. Quando havia dados que pareciam contraditórios, o relator procurava deixar clara a controvérsia e/ou tentava se posicionar com base em situações anteriores ou em dados provenientes de outras fontes.²³⁴

Marshall Odylio Denys to Overthrow Goulart Government, telegrama enviado da sede da CIA no Brasil para a sede central da agência em Langley, Virginia. Localização: JFK Library, série National Security Files (Country File Brasil), caixa 13A, pasta Brazil General 1-11/03/1963; **Possible Intents of Conservatives to Promote Military Coup Against President Goulart**, telegrama enviado da sede da CIA no Brasil para a sede central da agência em Langley, Virginia. Localização: JFK Library, série National Security Files (Country File Brasil), caixa 13A, pasta Brazil General 16-31/12/1962; **Plans of a Rightist Coup e Further Developments in General’s Mourão Filho’s Coup Planning**, telegramas enviados da sede da CIA no Brasil para a sede central da agência em Langley, Virginia. Localização: JFK Library, série National Security Files (Country File Brasil), caixa 14, pasta Brazil General 1-20/08/1963; **Leadership of Proposed Revolt against the Goulart Administration**, telegrama enviado da sede da CIA no Brasil para a sede central da agência em Langley, Virginia. Localização: JFK Library, série National Security Files (Country File Brasil), caixa 14, pasta Brazil General 11-31/05/1963. Há ainda mais quatro telegramas da CIA com informações de articulações de militares brasileiros na organização de um golpe contra Goulart ainda em 1963. Além disso, havia agentes e informantes voluntários também em organizações empresariais, como o IPES. Ver **Plans of Conservative Military and Civilian Elements to Overthrow the Goulart Administration if Congress is Forced to Close e Plans of São Paulo Civilian Sector of Movement to Overthrow Goulart Administration**, telegramas enviados da sede da CIA no Brasil para a sede central da agência em Langley, Virginia. Localização: JFK Library, série National Security Files (Country File Brasil), caixa 14, pasta Brazil General 11-31/05/1963.

²³³ Rodeghero, *op. cit.*, p. 41.

²³⁴ Rodeghero, *idem*, p. 41.

Geralmente, os posicionamentos pessoais dos redatores dos documentos da embaixada podiam ser encontrados no corpo do texto; em outros casos, no final de um telegrama ou aerograma, por exemplo, havia o espaço para comentários (*comments*) do funcionário que redigia o material. Existiam, ainda, informações que poderiam ser colhidas e retransmitidas a partir de memorandos de conversação (*memorandum of conversation*), tipo particular de fonte descrito no capítulo 3.

Rodeghero destaca outro fator importante que influenciou na redação das fontes diplomáticas: os ambientes sociais e políticos freqüentados pelos funcionários da diplomacia norte-americana. A autora ressalta que, apesar de ter encontrado poucas informações sobre isso nas fontes, existem alguns casos descritos na historiografia das relações entre Brasil e Estados Unidos²³⁵. Nesses ambientes, os funcionários da embaixada encontravam-se com jornalistas, empresários, políticos e padres, indivíduos com os quais poderiam estabelecer relações.

A. J. Langguth também destaca as relações de Lincoln Gordon com alguns empresários brasileiros que posteriormente criaram o complexo IPES/IBAD. É o caso, por exemplo, de Paulo Ayres Filho, principal representante do IPES de São Paulo, e de Glycon de Paiva, um dos fundadores da instituição:

Não era surpreendente que o tipo de brasileiros que Gordon conheceu no correr dos anos se opusesse ao governo perante o qual ele era agora acreditado. (...). Quando lhe solicitaram que sugerisse um delegado brasileiro para uma conferência comercial transnacional, Gordon lembrou-se do amigo [Paulo Ayres Filho], e ele e Ayres tiveram uma agradável reunião em Washington. Agora, de volta ao Brasil como embaixador, Gordon procurou Ayres e veio travar relações com os seus amigos do mundo de negócios de São Paulo. Em breve, Ayres descreveu para Gordon uma organização política que estava patrocinando, com o nome canhestro, mas inócuo, de Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Se, nos Estados Unidos, Lincoln Gordon houvesse prestado mais atenção à política, teria reconhecido a estrutura e os objetivos do IPES; pois, em 1958, um fabricante de doces de Massachusetts havia fundado uma organização de homens de empresa preocupados com o comunismo, e mais preocupados ainda três anos mais tarde, quando um novo

²³⁵ Em relação ao período 1961-1964, Rodeghero cita um trabalho de BLACK, Jan Knippers. Lincoln Gordon and Brazil's military counterrevolution. IN: RONNING, Neale; VANNUCI, Albert. *Ambassadors in Foreign Policy*. New York: Greenwood Press, 1987, p. 95-113 *apud* Rodeghero, *op. cit.*, p. 45.

governo substituiu o anterior. Tratava-se da John Birch Society, de Robert Welch, e o novo governo era de John Kennedy.²³⁶

A. J. Langguth também comenta a relação estabelecida entre Lincoln Gordon e Glycon de Paiva, principal articulador do IPES no Brasil:

Tampouco Glycon encontrou resistência por parte da mais importante embaixada no Brasil. Através de Paulo Ayres Filho e do General Golbery [do Couto e Silva], Glycon foi apresentado ao embaixador Gordon e, de tempos em tempos, os dois tornavam a encontrar-se. Gordon via em Glycon um sujeito esperto que dirigia o IPES com grande habilidade, enquanto Glycon achava que Gordon era um homem simplório, que quando pressionado demais num coquetel ou num jantar, vinha sempre com uma evasiva: 'Ponha-se no meu lugar. Sou embaixador aqui'. Para Glycon, aquilo significava que Gordon cooperaria, contanto que não fosse embaraçado publicamente.²³⁷

Segundo Neale Ronning, citado por Rodeghero, “as apreciações que a Embaixada fazia a respeito das questões políticas em curso no Brasil eram influenciadas (...) pelo distanciamento em relação a certos grupos e pela aproximação em relação a outros”²³⁸. Diante destes indícios, provavelmente uma das principais fontes de informação de Lincoln Gordon sobre a situação política brasileira foi de integrantes do grupo IPES, e esta relação acabou por influenciar, desse modo, as mensagens que Gordon transmitia para Washington.

O grupo IPES, organizado como uma “entidade de classe orgânica e de vanguarda associada a interesses multinacionais”, desde a sua formação arregimentava forças materiais e políticas para um movimento que visava

²³⁶ LANGGUTH, A.J. *A Face Oculta do Terror*. São Paulo: Círculo do Livro, 1978, p. 83-84. John Birch foi um missionário batista membro da inteligência militar dos Estados Unidos na China morto supostamente por guerrilheiros comunistas. Assim, os empresários fundadores da John Birch Society resolveram homenagear aquele que consideravam como “a primeira vítima da Guerra Fria” batizando este instituto com o seu nome. Langguth baseia-se em entrevistas realizadas com Lincoln Gordon e Glycon de Paiva.

²³⁷ Langguth, *op. cit.*, p. 86.

²³⁸ Rodeghero, *idem*, p. 45. Esta passagem do texto de Rodeghero refere-se à interpretação que ela fez de um trabalho sobre as relações pessoais e os ambientes freqüentados por outro embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Adolf Berle (1945-47). O referido texto foi escrito por RONNING, C. Neale. Adolf Berle in Brazil: 1945-1946. IN: RONNING, Neale; VANNUCCI, Albert. *Ambassadors in Foreign Policy*. New York: Greenwood Press, 1987. p. 74-94.

organizar um golpe de estado contra o governo de João Goulart e derrotar os setores nacionalistas e de esquerda brasileiros²³⁹. Em função de suas relações pessoais com membros desta organização, as opiniões transmitidas por Gordon para Washington foram marcadas, em alguma medida, pelas concepções anti-Goulart dos integrantes do IPES.

As relações entre o embaixador Lincoln Gordon e o grupo IPES pareciam desfrutar também de um respaldo institucional. Agências do Departamento de Estado, como a CIA, financiaram algumas atividades do IPES, especialmente durante o período de eleições estaduais realizadas no mês de outubro de 1962 no Brasil²⁴⁰. Foi montado um esquema de financiamento para que empresas norte-americanas pudessem contribuir com o IPES. Inicialmente, Gordon informou a Washington que estava “tentando determinar se seria viável que firmas subsidiárias brasileiras de companhias norte-americanas dessem apoio financeiro ao IPES sem violação da política estadunidense estabelecida contra o envolvimento em atividades políticas no estrangeiro”²⁴¹.

²³⁹ Estas são as teses defendidas por DREIFUSS, René Armand. 1964: *A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

²⁴⁰ O financiamento de candidaturas pró-Estados Unidos foi arregimentado pela CIA com a anuência e participação do próprio Lincoln Gordon. Segundo ele próprio declara em um livro de sua autoria, “como há muitos anos já foi reconhecido publicamente, eu também fui favorável à proposta de dar através da Agência Central de Inteligência (CIA) alguma assistência financeira aos candidatos ao Congresso que tinham uma atitude amigável com relação aos Estados Unidos”. Ver GORDON, Lincoln. *A Segunda Chance do Brasil – a Caminho do Primeiro Mundo*. São Paulo: SENAC, 2002, p. 102. O IPES foi o principal canal através do qual recursos da CIA e de outras fontes norte-americanas foram destinados para o financiamento de candidatos e de outras atividades interessantes ao governo estadunidense. Conforme transcrições de uma conversa telefônica gravada da qual participaram Gordon, o presidente Kennedy e seu assessor Richard Goodwin, Kennedy perguntou a Gordon “quanto nós vamos gastar com isso?” (*how much are we going to put in?*). O embaixador respondeu: “Oh, isto é uma questão de uns poucos milhões de dólares, digamos” (*Oh, this is a matter of a few million dollars, say*). Neste momento, sete segundos da gravação são editados por razões de “segurança nacional”, impedindo que se conheça a sugestão de recursos que foram enviados. O presidente Kennedy declarou em seguida que aquilo “era um monte de dinheiro” (*that’s a lot of money*) mesmo se comparado ao que era gasto em uma campanha presidencial nos Estados Unidos. Em uma entrevista publicada no ano de 1977 pela revista *Veja*, Lincoln estimou que o governo dos Estados Unidos gastou cinco milhões de dólares para influenciar as eleições brasileiras de 1962. Sobre isso, ver LEACOCK, Ruth. *Requiem for Revolution: the United States and Brazil (1961-1964)*. Kent, OH: Kent State University Press, 1990, p. 120 e 277, nota 54.

²⁴¹ “I am endeavouring determine whether would be feasible for Brazilian subsidiaries US firms give financial support to IPES without violating established US policy against involvement foreign political activities”. **Incoming Telegram n. 1696**, do embaixador Lincoln Gordon para o Secretário de Estado, Dean Rusk, com cópias para várias outras agências, Rio de Janeiro, 23/01/1962. Localização: NARA II, RG 59, série Records of U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil (1960-1963), Setor de Arquivos Microfilmados (Publication Number C-80), rolo número 12.

Após alguns meses de hesitações dos funcionários da embaixada quanto à possibilidade de que o dinheiro de empresas norte-americanas pudesse financiar atividades “claramente políticas” no Brasil, decidiu-se que o melhor meio de “escamotear” a destinação e a origem dos recursos seria utilizar a Câmara de Comércio dos Estados Unidos no Brasil, principalmente as sedes Rio de Janeiro e São Paulo. Dessa forma, “a Câmara [Americana de Comércio] preparou-se para receber ela mesma as contribuições e cuidar para que elas fossem canalizadas para projetos selecionados”. As entidades criadas para transferir estes recursos foram a Associação Universitária Interamericana, a Sociedade de Estudos Interamericanos (SEI), o grupo da PUC-SP denominado Convívio, o Centro Latino-Americano de Coordenação Estudantil (CLACE) e o Movimento Sindical Democrático (MSD).²⁴²

Daniel Braddock, cônsul norte-americano em São Paulo, sustentou que envolvimento e o financiamento norte-americano destas entidades consideradas “não-políticas” iria possibilitar a realização de projetos que “provariam ser benéficos para os propósitos da Aliança para o Progresso e para a melhora da imagem norte-americana no Brasil”²⁴³.

As relações de Gordon e Braddock com empresários brasileiros e norte-americanos não passaram despercebidas por políticos ligados ou não ao governo Goulart e por setores da imprensa brasileira. Em certa ocasião, Gordon foi chamado para uma conversa com o ex-presidente do Brasil, Juscelino Kubistchek. Durante este encontro, Kubistchek fez duras acusações

²⁴² “The Chamber arranged to receive the contributions itself and see that they were channeled to the projects selected”. Ver detalhes sobre a atuação destas entidades “não-políticas” em **Contributions of American Firms to Social Action Projects: Establishment of Fund Independent of IPES**, Department of State Airgram, do cônsul norte-americano em São Paulo, Daniel Braddock para o Departamento de Estado, São Paulo, 28/09/1962. Localização: NARA II, RG 59, série Records of U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil (1960-1963), Setor de Arquivos Microfilmados (Publication Number C-80), rolo número 12.

²⁴³ “will prove beneficial to the purposes of the Alliance for Progress and to the improvement of the American image in Brazil”. **American Chamber of Commerce Appeals to Members for Support of Projects Within IPES Program to Counter Communism**, Foreign Service Despatch, do cônsul norte-americano em São Paulo Daniel Braddock para o Departamento de Estado, São Paulo, 15/03/1962. Localização: NARA II, RG 59, série Records of U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil (1960-1963), Setor de Arquivos Microfilmados (Publication Number C-80), rolo número 12. Gordon e Braddock eram presidentes honorários da Câmara Americana do Comércio do Rio de Janeiro e de São Paulo respectivamente. Esta informação foi extraída da contracapa de várias edições da revista mensal da Câmara Americana de Comércio do Rio de Janeiro e de São Paulo (American Chamber of Commerce for Brazil), editora não-informada, anos de 1962 a 1964. Periódico mantido nas instalações da Library of Congress, Jefferson Building, número de chamada HF300. A27, em Washington, DC.

acerca do envolvimento do embaixador com empresários norte-americanos e o financiamento de candidatos e atividades apoiados pelo IPES.²⁴⁴

As Fontes Produzidas pelo Departamento de Estado

O Departamento de Estado e outras agências do governo norte-americano também elaboraram documentos com discussões sobre a situação política e econômica brasileira, apresentando estimativas de desenvolvimento de um cenário político-econômico futuro e linhas de ação políticas a serem adotadas em curto prazo. A maior parte das considerações presentes nestas fontes baseava-se em avaliações e recomendações emitidas pelos seus escritórios no Brasil (embaixada, AID, USIA, etc.).

Utilizaremos nesta seção cinco documentos. Quatro deles referem-se às linhas de ação política que o governo dos Estados Unidos pretendia adotar em relação ao Brasil em curto prazo. Deste grupo de quatro fontes, três tratavam da situação política geral brasileira²⁴⁵ e uma delas referia-se especificamente

²⁴⁴ **Incoming Telegram n. 305**, do embaixador Lincoln Gordon para o Secretário de Estado, Dean Rusk, Rio de Janeiro, 12/08/1963. Localização: JFK Library, série National Security Files, caixa 13, pasta Brazil General 1-15/12/1962. Existem doze documentos produzidos em sua maioria pelo embaixador Lincoln Gordon e em menor quantidade por Daniel Braddock nos quais eles tentam explicar seus encontros e contatos com empresários brasileiros e norte-americanos. Ver, por exemplo, **Warning to Americans Against Involvement**, Department of State Airgram n. 8, do cônsul norte-americano em São Paulo, Daniel Braddock, para o Departamento de Estado, São Paulo, 10/07/1963. Localização: NARA II, RG 59, divisão Central Decimal Files Brazil 1950-1963, caixa 3839, pasta POL BRAZ-US 2-1-63; **Incoming Telegram ns. 305, 291, 292, 298 e 302**, todos do embaixador Lincoln Gordon para o Secretário de Estado Dean Rusk, Rio de Janeiro, 12/08/1963, 09/08/1963 (datas dos telegramas ns. 291, 292 e 298) e 10/08/1963. Localização: NARA II, RG 59, divisão Central Decimal Files Brazil 1950-1963, caixa 3836, pasta POL 15-1 BRAZ 8-1-63.

²⁴⁵ **U.S. Short Term Policy Toward Brazil**, documento emanado da reunião do Comitê Executivo do Conselho de Segurança Nacional (National Security Council) dos Estados Unidos da América do Norte, Washington DC, 11/12/1962. Localização: JFK Library, série National Security Files (Country File Brazil), caixa 13, pasta Brazil General 1-15/12/1962; **Proposed Short Term Policy Toward Brazil**, documento emanado da reunião do Grupo Permanente sobre Brasil (Standing Group on Brazil), de Benjamin H. Read, Secretário Executivo do Departamento de Estado, para o Conselheiro Especial sobre Assuntos de Segurança Nacional do presidente Kennedy, Washington DC, 01/10/1963. Localização: JFK Library, série National Security Files (Country File Brazil), caixa 14A, pasta Brazil General 1-15/10/1963; **Proposed Short Term Policy Toward Brazil**, documento preparado pela Seção de Assuntos Brasileiros do American Republics Administration (ARA/BR), sem remetente nem destinatários informados,

às linhas de ação que deveriam ser adotadas em relação às eleições estaduais e municipais de outubro de 1962²⁴⁶. Além destas fontes, será apresentado nesta seção um documento que versava sobre estimativas e perspectivas de aplicação da Aliança para o Progresso no Brasil²⁴⁷.

Em relação à situação geral da política brasileira, o governo dos Estados Unidos produziu três importantes documentos que definiram a lógica de aplicação de sua política externa em relação ao Brasil. Estes três materiais foram produzidos em 11 de dezembro de 1962, 01 de outubro de 1963 e 05 de agosto de 1964, todos intitulados Política de Curto Prazo dos Estados Unidos para o Brasil (*U.S. Short Term Policy Toward Brazil*). Os dois primeiros, do ano de 1962 e 1963, resumiram as decisões políticas emanadas do Conselho Nacional de Segurança (*National Security Council*, NSC na sigla em inglês) dos Estados Unidos, órgão decisório máximo em termos de política externa do país. O documento de 1964 foi produzido pela Seção de Assuntos Brasileiros, órgão ligado à Seção de Assuntos Interamericanos – ARA/BR, na sigla em inglês.

O Conselho de Segurança Nacional foi criado em 26/07/1947 através do Ato de Segurança Nacional (*National Security Act*), editado pelo então presidente Harry Truman. É o principal fórum utilizado pelo presidente até os dias de hoje nas discussões sobre “segurança nacional” e política externa com seus principais conselheiros e outros oficiais de departamentos e agências, sendo um órgão ligado institucionalmente ao Gabinete Executivo do Presidente. O NSC também é o principal elo de coordenação destas políticas entre as várias agências governamentais.

Com a ascensão de John F. Kennedy à presidência dos Estados Unidos, o NSC sofreu algumas mudanças significativas em relação às administrações

Washington DC, 05/08/1964. Localização: JFK Library, série National Security Files, caixa 391, pasta Brazil 12/63-09/64.

²⁴⁶ **Brazil – Plan of Action for Period to October 7, 1962**, de Clint Smith, Secretário-Coordenador do Latin American Policy Committee (LAPC), para o Latin American Policy Committee, Washington DC, aprovado pelo LAPC em 23/08/1962. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Arthur Schlesinger Jr., caixa WH-26 (Classified Subject File), caixa Brazil 04-08/1962.

²⁴⁷ **Brazil and the Alliance for Progress**, de Roger Hilsman, da Seção de Pesquisa e Inteligência (INR), para Edwin Martin, presidente do Latin American Policy Committee e Secretário-Assistente de Estado de Assuntos Interamericanos, Washington DC, 11/07/1962. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Arthur Schlesinger Jr., caixa WH-26 (Classified Subject File), past Brazil 04-08/1962.

passadas. Em razão de críticas dirigidas contra a estrutura de funcionamento do NSC do governo anterior ao seu (de Dwight Eisenhower), Kennedy rapidamente trabalhou para simplificar o processo decisório do NSC, reduzindo o seu número de participantes de 74 para 49 e também tornando menos freqüentes o número de reuniões (uma vez por mês). Desse modo, muitas das decisões em matéria de política externa foram paulatinamente colocadas sob a responsabilidade do Departamento de Estado.

Outra mudança criada por Kennedy foi a criação do cargo de Conselheiro de Segurança Nacional e de Sub-Conselheiro – posições que a partir disso ganharam notoriedade e poder de influência em todas as administrações subseqüentes, inclusive na atual administração George W. Bush. McGeorge Bundy e Walter Whitman Rostow²⁴⁸ foram nomeados os primeiros ocupantes dessa nova posição, cujo principal objetivo era tornar a política de “segurança nacional” mais próxima do presidente, servindo como um elo de ligação entre o Secretário de Defesa e o próprio presidente. A criação do cargo de Conselheiro de Segurança Nacional foi motivada pela derrota da invasão da Baía dos Porcos em Cuba. Por isso, o presidente desejava dispor de um tipo de conselho “independente” do governo como um todo²⁴⁹.

Muitas das decisões políticas que costumavam ser de responsabilidade do NSC durante administrações anteriores passaram a ser tomadas também por grupos menores dentro da estrutura do NSC, composto por um corpo mais seleto de estrategistas chamado Grupo Permanente (*Standing Group*). Este grupo era formado pelo Subsecretário de Estado de Assuntos Políticos (Averrel Harriman), o Secretário-Assistente de Defesa, William Bundy, o diretor da CIA, John McCone e McGeorge Bundy, indivíduos que o integraram até o mês de agosto de 1962. Depois disso, foram incorporados também o Procurador-Geral dos Estados Unidos, Robert F. Kennedy e o Chefe da Junta-Maior do Exército estadunidense, Maxwell Taylor.

²⁴⁸ Bundy lidava mais com questões do dia-a-dia e de emergência em termos de “segurança nacional”, enquanto Rostow ocupava a maior parte de seu tempo à elaboração de políticas de longo prazo relativas à Ásia e América Latina.

²⁴⁹ Este argumento é defendido por ISAACSON, Thomas. “The Role of the Special Assistants in the U.S. Government”. IN: *Diplomatic History*, Boston, vol 32 (Spring 2003). p. 119-145.

O NSC, na época de Eisenhower, preocupava-se muito mais em elaborar políticas de longo prazo. Sob o governo Kennedy, o Conselho Nacional de Segurança passou a funcionar em uma atmosfera de “gabinete de crises”, com grupos de trabalho de diversas agências envolvidos em assuntos variados e que surgiam muitas vezes em caráter de emergência, segundo os interesses norte-americanos. Assim, por exemplo, diante do quadro de intensos conflitos em várias partes do mundo, envolvendo sempre interesses dos Estados Unidos e exigindo, portanto, um posicionamento, foi criado o Grupo Especial de Contra-Insurgência, mencionado no capítulo 3.

Em outubro de 1962, durante a Crise dos Mísseis em Cuba, foi criado o Comitê Executivo do Conselho Nacional de Segurança (*Executive Committee of the National Security Council* – NSC ExCom, na sigla em inglês). Este era um grupo bem menor dentro da estrutura do NSC, e contava com a participação do presidente e do vice-presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy e Lyndon B. Johnson, os Secretário de Defesa, Estado e Tesouro (Robert McNamara, Dean Rusk e Douglas Dillon respectivamente), o Procurador-Geral dos Estados Unidos, Robert Kennedy, o Diretor da CIA, John McCone, o Chefe da Junta-Maior do Exército estadunidense, Maxwell Taylor, e o Conselheiro Especial de Assuntos de Segurança Nacional do presidente Kennedy, McGeorge Bundy. Das 49 reuniões realizadas pelo NSC durante a gestão Kennedy, 42 foram do Comitê Executivo. As restantes, não menos importantes em termos práticos para os interesses do governo dos Estados Unidos, foram realizadas pelo Grupo Permanente.

Em suma, o NSC, sob a administração Kennedy, assumiu o papel principal no monitoramento e tomada de decisões relacionadas à política externa estadunidense (parte destas decisões, como já vimos, era responsabilidade direta do Departamento de Estado)²⁵⁰. O Brasil foi pauta

²⁵⁰ Este monitoramento foi garantido a partir da inauguração do *Situation Room* (conhecido também como *Sit Room*, cuja complicada tradução seria algo como Gabinete de Situação) coordenado por McGeorge Bundy. Localizado no subsolo da Casa Branca, o *Sit Room* estava diretamente interligado a todos os canais de comunicação do Departamento de Estado e de Defesa e também de alguns canais da CIA. Estes canais de comunicação permitiam aos conselheiros nacionais de segurança do presidente monitorar todos os tipos de despachos vindos de todos os postos diplomáticos dos Estados Unidos espalhados pelo mundo. O *Sit Room* passou a ser conhecido como um “mini-Departamento de Estado”. Todas as informações sobre a formação do NSC e das mudanças em seu funcionamento durante a administração Kennedy foram extraídas de ROTHKOPF, David J. “Inside the Committee that Runs the World”. IN: *Foreign Policy*, número 147, março-abril de 2005, p. 30-40. Rothkopf

única da reunião do Comitê Executivo do Conselho Nacional de Segurança dos Estados Unidos, em 11 de dezembro de 1962. Neste encontro, do qual participaram os indivíduos acima descritos e mais o embaixador Lincoln Gordon, foi elaborado o importante documento intitulado “Política de Curto Prazo dos Estados Unidos para o Brasil”²⁵¹.

No ano seguinte, em 03 de outubro de 1963, o Brasil novamente foi pauta única de uma reunião, desta vez do Grupo Permanente do NSC. Dois dias antes, havia sido elaborado um documento para ser discutido neste encontro do dia 03. A Nova “Política de Curto Prazo dos Estados Unidos para o Brasil” foi aprovada²⁵² em uma reunião que contou com os membros efetivos do Grupo Permanente mais o embaixador Lincoln Gordon e estrategistas da AID, cujos nomes não foram identificados. Em 05 de agosto de 1964, já com Lyndon Baines Johnson como presidente dos Estados Unidos e sob a ditadura civil-militar de Castello Branco no Brasil, foi elaborado um outro documento com o mesmo título dos dois anteriores, desta vez fruto de discussões realizadas no âmbito do *Office of Brazilian Affairs* (Seção de Assuntos Brasileiros), órgão ligado ao *Office of Inter-American Affairs* (Seção de Assuntos Interamericanos, ou ARA, na sigla em inglês)²⁵³.

O ARA era um órgão ligado à Seção de Assuntos do Hemisfério Oeste (*Bureau of Western Hemisphere Affairs*) do Departamento de Estado, criado no final do ano de 1945 para coordenar as ações políticas e econômicas dos Estados Unidos na América Latina. Dentro do ARA, existia o *Office of South American Affairs* (Seção de Assuntos Sul-Americanos), composto pelo *Office of West Coast Affairs* (Seção de Assuntos da Costa Oeste) e pelo *Office of East*

calcula que das 49 reuniões do NSC ExCom realizadas durante a gestão Kennedy, 80% delas tiveram como pauta principal Cuba, Vietnã, Laos e Berlim. Os restantes 20% foram dedicados a outros assuntos e países.

²⁵¹ **U.S. Short Term Policy Toward Brazil**, memorando de autor não informado endereçado aos vários integrantes do *National Security Council Executive Committee*, Washington DC, 11/12/1962. Localização: JFK Library, série National Security Files (Country File Brazil), caixa 13, pasta Brazil General 1-15/12/1962.

²⁵² Ver **U.S. Short Term Policy Toward Brazil**, memorando produzido por Lincoln Gordon, funcionário do ARA/BR e AID/LA, enviado pelo Secretário Executivo do Departamento de Estado, Benjamin H. Read, para o Conselheiro Especial do presidente Kennedy sobre Assuntos de Segurança Nacional, McGeroge Bundy, Washington DC, 01/10/1963. Localização: JFK Library, série National Security Files (Country File Brazil), caixa 14A, pasta Brazil General 1-15/10/1963.

²⁵³ **Proposed U.S. Short Term Policy toward Brazil**, documento produzido pelo ARA/BR, sem remetentes nem destinatários identificados, Washington DC, 05/08/1964. Localização: JFK Library, série National Security Files, caixa 391, pasta Brazil 12/63-09/64

Coast (Seção de Assuntos da Costa Leste), integrados por várias subdivisões para cada país da região. Assim, o *Office of Brazilian Affairs* era um dos mais importantes órgãos responsáveis pela elaboração e supervisão das políticas direcionadas ao Brasil. Indivíduos ligados a esta instituição elaboraram importantes documentos de estratégias políticas dos Estados Unidos para o Brasil, como por exemplo o Plano de Contingência para o Brasil, de 12 de dezembro de 1963²⁵⁴.

A produção de documentos deste tipo – os *U.S. Short Term Policy toward Brazil* – destinava-se a orientar as posturas políticas de agências, departamentos e embaixada estadunidense em relação ao Brasil. A primeira parte destes documentos era dedicada a uma discussão sobre Hipóteses (*Assumptions*). Estas suposições – elaboradas segundo as visões dos estrategistas estadunidenses – eram divididas em forma de itens, identificando as possibilidades de continuidade ou descontinuidade de uma dada orientação político-econômica do governo brasileiro.

Logo em seguida, eram destacados, também em forma de itens, os objetivos da abordagem geral dos Estados Unidos em relação ao Brasil. Finalmente, eram traçadas as linhas de ação, que poderiam ser divididas em políticas, econômicas, militares e psicológicas. As linhas de ação políticas relacionavam-se às posturas que deveriam ser adotadas no trato tanto com o presidente João Goulart e as forças parlamentares e extra parlamentares que o

²⁵⁴ **Contingency Planning – Brazil**, memorando preparado por Lincoln Gordon, Ralph Burton (Diretor da Seção de Assuntos Brasileiros do ARA) e Edwin Martin, enviado pelo Secretário de Estado de Assuntos Interamericanos, Edwin Martin, para o Subsecretário de Estado, George Ball, Washington DC, 12/12/1963. Localização: NARA II, RG 59, fundo Central Decimal Files Brazil 1950-1963, caixa 3836, pasta POL 15-1 BRAZ 8-1-63. Em 06/01/1964, este documento foi discutido em uma reunião por Ralph Dungan, Assistente Especial do presidente Kennedy de Assuntos Interamericanos, Thomas Mann, Secretário de Estado de Assuntos Interamericanos (em substituição a Edwin Martin), McGeorge Bundy, Sterling J. Cotrell, Secretário-Substituto de Estado de Assuntos Interamericanos, Lincoln Gordon e Benjamin Read, Secretário Executivo do Departamento de Estado. Este documento é, até hoje, o que melhor resume a atuação estratégica do governo dos Estados Unidos quando chegasse o momento de depor o presidente Goulart do poder. Ele é antecedido por um outro plano de contingência, elaborado aparentemente em menos de dois dias, após uma conversa entre Lincoln Gordon e o jornalista Samuel Wainer, editor do jornal Última Hora. Este plano, diferente de seu sucessor, previa, entre outros cenários possíveis de desenvolvimento de uma crise no Brasil causada por uma “medida claramente ilegal de Goulart”, a participação direta das três forças armadas estadunidenses em solo brasileiro em apoio à “confederação de estados democráticos” identificada pelo embaixador Gordon, redator do plano. Ver **Contingency Planning – Brazil**, do embaixador Lincoln Gordon para o Departamento de Estado, Rio de Janeiro, 04/11/1963. Localização; JFK Library, fundo National Security Files (Country File Brazil), caixa 14A, pasta Brasil General 1-15/11/1963. Este documento foi classificado como Top Secret, e ao que me consta ainda não havia sido acessado por outro pesquisador.

apoiavam quanto com as forças contrárias a Goulart, como governadores, partidos e outros grupos sociais. Posteriormente, delineavam também qual deveria ser a orientação política frente aos setores que apoiavam ou não a ditadura civil-militar de Castello Branco.

As linhas de ação econômicas propunham maneiras de influenciar a política econômica do governo brasileiro segundo um critério favorável aos interesses do governo e de empresas estadunidenses. Discutia também a possibilidade de destinação de recursos de “auxílio financeiro”, geralmente relacionado à Aliança para o Progresso, para o governo brasileiro ou outros setores nacionais (no caso do governo Goulart e no caso da ditadura de Castello Branco). Nas linhas de ação relacionadas a aspectos militares, eram discutidas formas de apoio dos Estados Unidos a setores militares brasileiros considerados favoráveis aos interesses do governo estadunidense no período da administração Goulart, já que o exército era considerado a “força moderadora” por excelência na resolução de crises políticas no Brasil.

Por fim, as linhas de ação psicológicas destinavam-se a construir e/ou expandir mecanismos de apoio, aberto ou indireto, da política externa estadunidense em geral. Para tanto, previa-se a expansão dos programas de intercâmbio de estudantes, sindicalistas e outros grupos sociais para os Estados Unidos, aumento da propaganda em meios oficiais estadunidenses, na imprensa brasileira e em instituições amigáveis aos seus interesses, aumento da tradução de livros que divulgassem aspectos positivos da política externa norte-americana, etc.

Estas linhas de ação, segundo os três documentos “Políticas de Curto Prazo dos Estados Unidos para o Brasil”, poderiam mudar somente no caso de ocorrência imprevista de algum fato nocivo aos interesses da política externa estadunidense, tal como uma greve geral, um motim militar inesperado ou mesmo uma tentativa de golpe realizada forças de esquerda ou do presidente Goulart. Nessas situações, os objetivos gerais da política externa poderiam ser mantidos, mas as linhas de ação de curto prazo poderiam sofrer alguma transformação, levando à elaboração de um Plano de Contingência pelos Estados Unidos para o Brasil frente à nova realidade.

Outro documento que será apresentado neste capítulo refere-se às linhas de ação que as agências, departamentos e embaixada norte-americana

deveriam adotar em relação às eleições estaduais e municipais brasileiras de outubro de 1962²⁵⁵. Trata-se de um memorando de ação, cujo principal objetivo era, como já vimos no capítulo 1, fazer com que fossem cumpridas as determinações nele contidas. Tendo sido aprovado na reunião realizada pelos integrantes do LAPC, em 23 de agosto de 1962, este memorando deveria ser integrado às ações dos programas específicos de cada agência às quais pertenciam os membros do LAPC.

No referido memorando, os estrategistas estadunidenses organizaram, em forma de itens, os objetivos gerais da interferência do governo dos Estados Unidos nas eleições municipais e estaduais brasileiras de 1962. Logo após, descreveram os planos de ação (*plan of action*), que eram divididos em políticos, econômicos, assuntos públicos (*public affairs*, em uma palavra, propaganda), militares e sindicais. Por fim, será estudado neste capítulo um outro documento. Intitulado “Brasil e Aliança para o Progresso”²⁵⁶, este material foi preparado pelo Diretor da Divisão de Inteligência e Pesquisa do Departamento de Estado, Roger Hilsman, para delinear a estratégia de aplicação do projeto da Aliança para o Progresso no Brasil.

A referida Divisão de Inteligência e Pesquisa (INR, na sigla em inglês) do Departamento de Estado tinha a função de produzir análises de inteligência que servissem de base para as discussões sobre implantação de políticas do Departamento de Estado. História dos partidos políticos no Brasil, dos sindicatos, desenvolvimentos políticos e econômicos e outros tantos assuntos eram o pano de fundo para as propostas de estratégia política a serem discutidas em reuniões de órgãos do Departamento de Estado. Geralmente, estas estratégias envolviam questões sensíveis à chamada “segurança nacional” dos Estados Unidos, e o INR limitava-se a elaborar pareceres e

²⁵⁵ **Brazil – Plan of Action for Period to October 7, 1962**, memorando de ação de Clint Smith, Secretário de Pessoal do Comitê de Políticas para a América Latina (Latin American Policy Committee – LAPC), para os diversos integrantes do LAPC, Washington DC, 23/08/1962. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Arthur Schlesinger Jr., caixa WH-26 (Classified Subject File), pasta Brazil 04-08/1962. Não foi possível obter informações acerca dos indivíduos que participaram desta reunião.

²⁵⁶ **Brasil and the Alliance for Progress**, de Roger Hilsman, Diretor da Divisão de Inteligência e Pesquisa do Departamento de Estado, para o Secretário-Assistente de Estado de Assuntos Interamericanos, Edwin Martin, Washington DC, 11/07/1962. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Arthur Schlesinger Jr., caixa WH-26 (Classified Subject File), pasta Brazil 04-08/1962.

estimativas sobre elas, ao contrário da CIA, que envolvia-se diretamente em sua execução.

O documento que será estudado neste capítulo é resultado de uma análise realizada por Hilsman sobre aspectos da história da vida política, econômica e social brasileira, a fim de definir a melhor estratégia a ser aplicada no Brasil em relação à Aliança para o Progresso. A orientação política contida no plano elaborado por Hilsman, anos mais tarde, foi definida pelo Lincoln Gordon como a de criação de “ilhas de sanidade administrativa”.

5.3 A “Ajuda Externa” para o Brasil de Jânio Quadros e a Questão Cubana

As avaliações do governo dos Estados Unidos sobre o presidente brasileiro Jânio Quadros não eram exatamente positivas. A sua proposição de uma “política externa independente”²⁵⁷, a demora para apresentar um programa de combate à crise inflacionária e a adoção de medidas supostamente demagógicas e populistas eram algumas das principais razões que motivavam o governo estadunidense a elaborar visões negativas sobre o governo brasileiro daquele período²⁵⁸.

Entretanto, apesar dos problemas da administração de Jânio Quadros, o Brasil permanecia um país estratégico para os interesses dos Estados Unidos na América Latina. Desse modo, não demorou muito para que o presidente John Kennedy propusesse a liberação de um “auxílio econômico” para que o Brasil pudesse enfrentar a sua crise inflacionária. Mas como todo “auxílio econômico” ou “ajuda externa” nunca é concedido sem que algumas condições de interesse da parte doadora sejam estabelecidas, o pacote de “ajuda” ao governo brasileiro esteve nitidamente vinculado a uma tentativa de conseguir o seu apoio a uma intervenção militar dos Estados Unidos em Cuba.

²⁵⁷ Para uma análise sobre a chamada política externa independente do governo Quadros e Goulart, ver as proposições do Ministro de Relações Exteriores e posteriormente Ministro de Finanças do Brasil, San Tiago Dantas, em DANTAS, San Tiago. *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

²⁵⁸ Estas visões dos Estados Unidos sobre Quadros constam em TAFFET, Jeffrey. *Foreign Aid as Foreign Policy: the Alliance for Progress in Latin America*. New York: Routledge, 2007. p. 40.

Ruth Leacock e Luiz Alberto Moniz Bandeira atestam que, um mês antes da invasão de mercenários da CIA à Baía dos Porcos, o governo norte-americano já havia oferecido uma proposta de “ajuda econômica” em troca do apoio a intervenção em Cuba²⁵⁹. Cerca de um mês após a expulsão dos invasores da ilha caribenha, o presidente Kennedy liberou um pacote de mais de duzentos milhões de dólares para o Brasil. Em um pronunciamento oficial proferido ao lado do Ministro de Finanças do Brasil, Clemente Mariani, que havia viajado a Washington especialmente para tratar do assunto da concessão do “auxílio financeiro”, o presidente Kennedy deixou muito claras as suas advertências para o governo brasileiro:

O presidente [Kennedy] disse que os Estados Unidos estavam interessados no regime de Castro porque ele é uma arma utilizada pelo comunismo internacional em seus esforços para tomar mais países latino-americanos a partir da subversão interna. O presidente salientou que a ameaça principal não é aos Estados Unidos, mas às nações latino-americanas. Ele declarou que a visão dos Estados Unidos é de que Castro não é um agente independente ou um tradicional revolucionário latino-americano, mas sim em termos práticos um agente do comunismo internacional. O presidente disse que reconhece e entende as objeções de Quadros à idéia de uma intervenção militar em Cuba. Porém, acredita firmemente que este hemisfério deve isolar Cuba e frustrar a sua utilização pelo comunismo internacional contra outras nações latino-americanas. Ele disse que as nações do sistema interamericano obviamente não podem alcançar este objetivo a não ser que tenham concordância em uma análise básica sobre a situação em Cuba, e que essa concordância é seriamente prejudicada quando o líder da maior nação da América Latina sustenta uma visão fortemente divergente.²⁶⁰

²⁵⁹ Berle, segundo relato do embaixador John Moors Cabot, teria oferecido cem milhões de dólares a Quadros. Sobre isto, ver Leacock, *op. cit.*, p. 21-22 e BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Governo João Goulart – As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

²⁶⁰ “The President said the United States was interested in the Castro regime because it is a weapon used by international communism in its efforts to take over additional Latin American countries by internal subversion. The President pointed out the primary threat is not to the United States but to Latin American nations. He declared that the U.S. view is that Castro is not a free agent or a traditional Latin American revolutionary but is for all practical purposes an agent of international communism. The President said that we recognized Quadros’ objections to the idea of military intervention in Cuba and that we understand those objections. We strongly believe, however, that this hemisphere must isolate Cuba and frustrate its use by international communism against other Latin American nations. He said that nations of the inter-American system obviously cannot achieve this objective unless they agree on the basic analysis of the situation in Cuba, and that such agreement is seriously prejudiced when the leader of the largest nation in Latin America asserts a strongly divergent view”. Discurso de Kennedy, proferido em 16/05/1961, transcrito em Leacock, *op. cit.*, p. 26.

Ainda assim, Quadros manteve a sua postura de “independência” em relação ao cenário internacional. Procurou uma reaproximação comercial com países do Leste Europeu, reatou as relações diplomáticas com a União Soviética e enviou o seu vice-presidente, João Goulart, para uma viagem pela China. Naturalmente, estas posturas não passaram despercebidas pelos funcionários da embaixada estadunidense no Brasil, que em despachos enviados a Washington sustentavam que Quadros manteria a sua postura de não-cooperação no cenário latino-americano.

As relações do embaixador norte-americano, John Moors Cabot, com o presidente Quadros não eram as mais amigáveis. Segundo Leacock, o diplomata estadunidense, em várias ocasiões, reportou ao Departamento de Estado que Quadros teria afrontado publicamente os Estados Unidos com claros propósitos políticos²⁶¹. Cabot teria inclusive declarado que só voltaria a falar com Quadros caso este mudasse as suas posturas, atitude que teria causado riso aos próprios funcionários da embaixada no Brasil²⁶².

Envolvido em rusgas pessoais com o presidente Quadros, Cabot defendeu uma estratégia que posteriormente para o Brasil:

Devo dizer que se nós continuarmos a conceder *indiscriminadamente* assistência financeira mesmo frente à série de afrontas públicas que temos recebido, nós somente podemos esperar que estas afrontas irão continuar. Elas podem continuar em qualquer caso, mas acredito que as táticas de Jânio devem nos conduzir a uma *negociação mais dura com os brasileiros em conexão aos programas de assistência*.²⁶³

²⁶¹ Leacock, *idem*, p. 27.

²⁶² Leacock, *ibidem*, p. 27. A autora utiliza um memorando enviado por um funcionário da embaixada (Leonard G. Wolf) para o então Subsecretário de Estado Chester Bowles, no qual Wolf relatou esta postura intransigente de Cabot, atitude que teria sido motivo de piada entre os demais integrantes do posto diplomático. Já nesta época, em meados de julho, o presidente Kennedy havia decidido substituir Cabot em seu posto de embaixador no Brasil, mas até o final de agosto o Departamento de Estado ainda não havia indicado um novo nome. Neste meio tempo, Cabot dividiu as suas funções com Niles Bond, que passou a ser praticamente o embaixador dos Estados Unidos no Brasil no intervalo entre junho e setembro, mês em que finalmente foi designado o sucessor de Cabot, o economista de Harvard Lincoln Gordon.

²⁶³ “I must point out that if we continue to give indiscriminating aid to Brazil despite series of public affronts we have received, we can only expect these affronts to continue. They may continue in any case, but I believe Jânio’s tactics should lead us to more hard-boiled negotiating with Brazilians in connection with aid programs”. Conforme documento descrito na nota número 46 da página 266 (Cabot to Secretary of State, 12/ 07/1961, NSF Country Brazil) em Leacock, *ibidem*, p. 27. Itálicos meus.

Um mês antes do envio deste alerta de Cabot ao Secretário de Estado, Niles Bond remetera, em um memorando, as suas recomendações para a Seção de Assuntos Interamericanos (*Bureau of Inter-American Affairs*) do Departamento de Estado. Conforme Bond, Cabot concordava com os seus comentários e sugestões. Ao redigir este memorando, Bond baseava-se em um documento chamado Guias de Ação Política dos Estados Unidos para o Brasil (*Guides to U.S. Policy toward Brazil*), elaborado no final de maio de 1961 por membros do Departamento de Estado.²⁶⁴ Julgando que a situação política brasileira exigiria algumas mudanças na abordagem da política externa estadunidense em relação ao que havia sido previsto no documento Guias de Ação Política dos Estados Unidos para o Brasil, Bond sustentou o que segue:

“Nos parece que as contingências têm se tornado ainda mais possíveis em relação à época em que foi escrita a primeira versão [do Guias de Ação Política dos Estados Unidos para o Brasil]. Nós recomendaríamos uma linguagem de acordo com as seguintes linhas: 4. Que a persistência de Quadros em perseguir aspectos de sua política externa considerada por muitos brasileiros como não-amigável aos Estados Unidos, seu austero programa econômico, suas medidas de reforma interna e seus métodos autoritários que tendem para um descompasso na tradicional balança entre o governo federal por um lado e os governos municipais e estaduais por outro, e entre o Executivo e o Legislativo, podem engendrar uma oposição política suficiente nos próximos dois anos que levem a uma tentativa de golpe para depô-lo de seu gabinete. Este golpe provavelmente virá da direita e não da esquerda, porque a esquerda é mais fraca e não tem pouca ou nenhuma força real entre as Forças Armadas, embora ele [Quadros] tenha alienado grandes setores de ambos.

Para responder a esta contingência, o Departamento [de Estado] poderia levar em consideração a adição de uma linha de ação de acordo com o seguinte sentido:

9. *Buscar meios para fortalecer governadores-chave amigáveis aos Estados Unidos através de assistência econômica e técnica* para preservar a balança de poder entre os governos federal e estaduais e desse modo desencorajar possíveis rupturas das instituições democráticas no Brasil.

Como você sabe, nós temos em mente a necessidade de manter os militares tão fortes quanto for possível por razões similares. É claro que isso é uma faca de dois gumes e talvez fortalecer os governadores seja quase tão importante quanto.²⁶⁵

²⁶⁴ Em nossa pesquisa nos arquivos estadunidenses, este documento não foi encontrado.

²⁶⁵ “It seems to us that contingency has become even more possible than at the time the first draft was drawn up. We would recommend language along the following lines: 4. That the persistence of Quadros in pursuing aspects of his foreign policy considered by many Brazilians as unfriendly to the United States, his economic austerity program, his internal reform measures and his authoritarian methods which tend toward a breakdown in the traditional balance between the federal government on the one hand and the state and municipal governments in

No entanto, os Estados Unidos não tiveram tempo para implementar esta política em relação ao governo brasileiro. Em 24 de agosto de 1961, apenas sete meses após ter tomado posse, Jânio Quadros renunciou à presidência do Brasil. Nesse momento, João Goulart estava em viagem oficial na China comunista. Teve então início uma crise de sucessão marcada pela tentativa de um golpe de Estado por parte de certos setores militares brasileiros. Tal investida foi frustrada pela mobilização de partidos políticos e setores do Exército brasileiro que, dividido, apoiou a posse de Goulart. A aprovação de uma emenda parlamentarista foi a saída encontrada naquele momento para aplacar os ânimos, tanto dos setores civis e militares golpistas quanto daqueles que apoiavam a manutenção da democracia liberal.²⁶⁶

Contudo, para o novo presidente os problemas estavam apenas começando. “Logo após a sua posse, iniciava-se ou dava-se continuidade a uma conspiração civil-militar que visava derrubar o governo, embora, naquele momento, esses setores golpistas não tivessem bases políticas, nem militares, para levar adiante tais planos”, salientam dois pesquisadores do período²⁶⁷.

the other, and between the executive and legislative branches, may engender sufficient political opposition in the next year or two to lead to an attempted coup to depose him from Office. This coup is more likely to come from the right than the left because the left is weaker and has little or no real strength in the Armed Forces although he has alienated large sectors of both. Partly to meet that contingency the Department may wish to consider the addition of a line of action in the following sense: 9. Seek ways to strengthen key governors friendly to the United States with economic and technical assistance in order to preserve the balance of power between the federal and state governments and thereby discourage possible disruption of democratic institutions in Brazil. As you know we have had in mind the need to keep the military as strong as possible for similar reasons. That of course is a two edged sword and perhaps strengthening the governors is almost as important”. **Memorandum**, do embaixador interino dos Estados Unidos no Brasil, Niles W. Bond, para Jackson W. Wilson, Diretor da Divisão de Assuntos Brasileiros da Seção de Assuntos Interamericanos (Office of Brazilian Affairs/ARA), Rio de Janeiro, 15/06/1961. Localização: NARA II, RG 59, fundo Bureau of Inter-American Affairs, divisão Records Relating to Brazil (1954-1963), caixa 3, pasta U.S. Policy in Brazil 62.

²⁶⁶ Sobre isso, ver BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

²⁶⁷ GOMES, Angela de Castro, FERREIRA, Jorge. *Jango: As Múltiplas Faces*. Rio de Janeiro, editora da FGV, 2007, p. 139.

5.4 A Implementação da Aliança para o Progresso no Brasil de João Goulart

O governo de João Goulart foi sinônimo de crise. Pelo menos, isto é o que se pode inferir da leitura das fontes produzidas tanto pela embaixada estadunidense no Brasil quanto pelo Departamento de Estado. Os burocratas estadunidenses gostavam de definir o presidente do Brasil como um “companheiro de viagem” dos comunistas²⁶⁸. Evidentemente, naquele período considerava-se comunista qualquer figura política que buscasse implantar um programa mínimo de reformas, mesmo que estas estivessem absolutamente dentro das margens permitidas pela ordem do capital.

De fato, o início da administração Goulart foi marcada pela “execução de um programa nacionalista mínimo” que, de acordo com Gomes e Ferreira, previa o cancelamento da exploração das jazidas de minério de ferro em Minas Gerais à companhia Hanna Mining dos Estados Unidos; manutenção da “política externa independente”; ampliação de relações comerciais com os países do Leste Europeu; continuidade do rechaço contra intervenções militares e outros tipos de sanções contra Cuba, entre outras medidas²⁶⁹. Havia, ao lado disso, o problema da expropriação da empresa de telefonia estadunidense ITT (*International Telegraph and Telephone*) no Rio Grande do Sul, sob o governo de Leonel Brizola, cunhado de João Goulart. O governo dos Estados Unidos esperava que o presidente brasileiro resolvesse a questão da ITT de maneira favorável aos interesses da empresa junto ao governador gaúcho. Após meses de impasse, a ITT acabou por aceitar a proposta brasileira²⁷⁰.

Vimos anteriormente que desde o governo Jânio Quadros os funcionários da embaixada estadunidense no Brasil já demonstravam preocupações com as perspectivas das eleições estaduais e municipais do

²⁶⁸ Sobre as “filiações” comunistas de João Goulart e seus apoiadores, a partir da visão norte-americana, ver Parker, *op. cit.*, p. 32-33, Leacock, *op. cit.*, p. 52-62, TAFFET, Jeffrey. *Foreign Aid as Foreign Policy: the Alliance for Progress in Latin America*. New York: Routledge, 2007, p. 120-122, BLACK, Jan Knippers. *United States Penetration of Brazil*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, p. 46-49.

²⁶⁹ Informações extraídas de Gomes & Ferreira, *op. cit.*, p. 139.

²⁷⁰ Sobre isso, ver Parker, *op. cit.*, p. 33-35, e Bandeira, *op. cit.*, p. 442-445.

mês de outubro de 1962. Quando João Goulart assumiu o poder, o cenário parecia ter piorado. De acordo com Parker, “as eleições de outubro de 1962 no Brasil eram de grande interesse para os Estados Unidos. Proporcionavam aos norte-americanos a possibilidade de exercer alguma influência, a nível estadual, em favor de medidas semelhantes àquelas que estavam promovendo, sem grande êxito, a nível federal”²⁷¹. A Aliança para o Progresso, formalmente lançada durante o governo Goulart, forneceu meios para que esta influência pudesse ser efetivada em alguns estados brasileiros. A partir de julho de 1962, as discussões realizadas por agências do governo estadunidense e embaixada norte-americana passaram a levar em consideração as perspectivas e orientações contidas em um importante documento, que delineou muitas das estratégias de aplicação da Aliança para o Progresso e da política externa dos Estados Unidos referente ao Brasil.

Intitulado “Brasil e a Aliança para o Progresso”, este documento foi redigido por Roger Hilsman, Secretário-Assistente de Estado de Inteligência e Pesquisa. O estudo presente neste material, segundo o resumo feito pelo próprio redator, “foca as possibilidades de desenvolvimentos políticos e sociais através da Aliança para o Progresso” no Brasil²⁷². A discussão inicia com a apresentação de alguns dados sobre a economia, população, geografia e sistema político do Brasil. Em seguida, alguns parágrafos são dedicados para uma análise dos desenvolvimentos políticos no Brasil desde 1930 até 1961. Depois são pontuados os desenvolvimentos políticos de 1961 até 1962, com especial ênfase para os primeiros meses do governo Goulart:

²⁷¹ Parker, *op. cit.*, p. 46.

²⁷² “It focuses on the possibilities of political and social development through the Alliance for Progress”. **Brazil and the Alliance for Progress**, do Secretário-Assistente de Estado de Inteligência e Pesquisa, Roger Hilsman, para o Secretário-Assistente de Estado de Assuntos Interamericanos, Edwin Martin, Washington, DC, 11/12/1962. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Arthur Schlesinger Jr., caixa WH-26 (Classified Subject File), pasta Brazil 04-08/1962. Importantes documentos sobre o Brasil estão guardados sob a coleção de papéis pessoais de Schlesinger Jr., especialmente na divisão de Arquivo de Assuntos Classificados (Classified Subject File). Schlesinger, ao lado de Ralph Dungan e Richard Goodwin, era um dos Conselheiros Especiais do Presidente Kennedy sobre América Latina. O documento para servir como guia dos debates que teriam lugar na reunião do LAPC do dia 12 de julho de 1962. Até onde sabemos, este documento ainda não havia sido acessado por outro pesquisador brasileiro, tendo sido liberado para consulta somente em novembro de 2003.

Durante os seus seis primeiros meses como presidente, Goulart obteve marcados avanços na superação da suspeita de grupos que se opunham a sua posse no gabinete baseados no seu histórico de associação com os comunistas. Quando de seu retorno dos Estados Unidos em abril [Goulart foi recebido em Washington pelo presidente Kennedy], Goulart tinha apoio de muitos elementos moderados e alguns conservadores. Aparentemente sentindo que seu apoio popular estava escorregando de suas mãos, Goulart adotou um rumo mais esquerdista e em seu pronunciamento de Primeiro de Maio culpou o Congresso por falhar em decretar reformas de base e propôs que ao novo congresso sejam dados poderes constituintes para lidar com questões como a reforma agrária e tributária. O presidente conseguiu fazer com que [Tancredo] Neves renunciasse (...) na tentativa de reforçar seus poderes e a posição de seu partido. Quando a sua indicação do neutralista San Tiago Dantas foi rejeitada pela Câmara, ele então nomeou Auro de Moura Andrade como Primeiro Ministro. Depois de seu nome haver sido aprovado por imensa maioria na Câmara, Goulart rejeitou a aceitação de Andrade, provocando a sua renúncia. Em 09 de julho, Goulart nomeou Francisco Brochado da Rocha (...) como seu novo Primeiro-Ministro, aprovada também por imensa maioria no Congresso. (...). Ao menos em parte as motivações de Goulart durante esta crise de três semanas que culminou com a nomeação de Brochado da Rocha parecem ter sido afirmar a força do presidente frente ao Congresso e desacreditar o sistema parlamentarista, conquistando apoio para o retorno de poderes plenos para o presidente.²⁷³

Nas discussões sobre Partidos e Forças Políticas (Political Parties and Forces), destacava-se a multiplicidade de partidos políticos no Brasil e o grau relativamente baixo de distinção ideológica entre eles. Salientava-se também a suposta “natureza altamente personalista das lideranças partidárias” nacionais²⁷⁴. Mas os partidos não eram os únicos atores da vida política brasileira naquela época, destacava o documento:

²⁷³ “During his first six months as President, Goulart made marked headway in overcoming the suspicion of groups which had opposed his taking office on the grounds of his past record of association with Communists. By the time of his return from the United States in April, Goulart had the general support of most moderate elements and some conservatives. Apparently feeling that his popular support was slipping away, Goulart adopted a more leftist tack and in his May Day address blamed the congress for failing to enact basic reforms and proposed that the new congress be given constituent powers to deal with such matters as agrarian and tax reform. The President seized upon the resignation of the Neves cabinet (...) to attempt to strengthen his hand and the position of his part. When his nomination of neutralist-leaning San Tiago Dantas was decisively rejected by the Chamber, he then named Auro Moura Andrade as Prime Minister. After the Chamber had given its overwhelming approval, Goulart refused to accept Andrade’s , thus provoking his resignation. On July 9 Goulart nominated Francisco Brochado da Rocha (...) as his new Prime Minister, nomination approved by the overwhelming majority of Congress as well. At least in part Goulart’s motivation during the three-week crisis leading up to the Brochado da Rocha selection appears to have been to assert the strength of the Presidente vis-à-vis the Congress and to discredit the parliamentary system and gain support for a return of full presidential powers”. Brazil and the Alliance for Progress, *idem*.

²⁷⁴ “highly personalistic nature of political party leadership”. **Brazil and the Alliance for Progress**, *ibidem*.

Grupos de negócios e organizações de produtores, não alinhados com partidos, sempre foram influentes nos bastidores e neste ano estão *francamente mobilizando recursos para apoiar os seus tipos de candidatos* e para combater os esquerdistas extremos. (A maioria desta direta ação política está tendo lugar em um 'front' recém formado, como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais [IPES] mais do que em outras organizações estabelecidas há mais tempo).²⁷⁵

O documento também identificou aquela que seria a "força mais importante do país" (*most important force in the country*), ou seja, os militares. Considerava-se os militares como um importante "fator estabilizador" (*stabilizing factor*) da vida política brasileira. De fato, havia uma preocupação inúmeras vezes reportada nas fontes produzidas tanto pela embaixada no Brasil quanto pelo Departamento de Estado: a questão da unidade dos militares brasileiros. Segundo consta no documento remetido por Roger Hilsman,

Os eventos de agosto e setembro [de 1961, quando da renúncia de Quadros] penosamente testaram a unidade dos militares brasileiros e levantaram a questão que diz respeito à *efetividade a partir da qual o exército pode desempenhar seu costumeiro papel em uma situação na qual a Constituição está ao lado dos extremistas*. Além disso, enquanto a grande maioria dos altos oficiais militares sentem que o destino do Brasil e dos Estados Unidos estão interligados, sentimentos de acentuada quebra das relações tradicionais está crescendo entre elementos mais jovens, e *há alguma inclinação esquerdista ultranacionalista em posições estratégicas de comando*.²⁷⁶

²⁷⁵ "Business groups and producers organizations, not aligned with a particular party, have always been influential behind the scenes and this year are quite openly mobilizing their resources to support their kind of candidates and to combat the extreme leftists. (Most of this direct political action is taking place through newly-formed 'front' such as the Institute of Research and Social Sciences [IPES] rather than by the long-established organizations themselves)". Brazil and the Alliance for Progress, *ibidem*. Itálicos meus.

²⁷⁶ "the events of last August and September sorely tried the unity of the Brazilian military and raised questions concerning the effectiveness with which it can play its customary role in a situation in which the constitution is on the side of the extremists. Moreover, while the great majority of high-ranking military leaders feel that the destiny of Brazil and the United States are linked, sentiment for a sharp break with traditional relationships is growing among younger elements, and there are some leftist-leaning ultranationalists in strategic command positions". Brazil and the Alliance for Progress, *ibidem*. Itálicos meus.

No item Tendências e Oportunidades no Desenvolvimento Político (*Trends and Opportunities in Political Development*), foram analisadas as relações entre os partidos e líderes políticos pertencentes à base de apoio e à oposição ao governo Goulart no parlamento. Temia-se que, a partir de um plebiscito – já anunciado por Goulart e que deveria ocorrer junto às eleições de outubro – o presidente conseguisse reconquistar plenos poderes, aumentando a base de apoio de seu partido no parlamento. De acordo com a lógica expressa pelo documento, isso poderia terminar com a oposição formal ao governo Goulart.

Por isso, recomendava-se que deveriam ser encorajados “esforços para formar um bloco centrista ao longo das linhas dos partidos do novo congresso”²⁷⁷, a ser constituído nas eleições de 1962. O “desenvolvimento de lideranças responsáveis é uma dos interesses prioritários dos Estados Unidos na esfera política”²⁷⁸, acrescentou Roger Hilsman. Para atingir estes objetivos, entendia-se que o próprio padrão de recrutamento político no Brasil deveria receber dos Estados Unidos uma abordagem específica, com foco nos níveis local e estadual:

*A assistência estadunidense para seletos oficiais locais – tanto na forma de oportunidades de treinamento quanto na forma de assistência técnica e de recursos materiais necessários para garantir o sucesso de melhoras de impacto local e de programas de desenvolvimento estaduais – pode fazer uma grande diferença tanto em termos individuais de alcançar postos mais altos [na administração pública brasileira] quanto em termos de sua orientação em matéria de política externa.*²⁷⁹

Assim, considerava-se que a Aliança para o Progresso poderia realmente trazer para o Brasil a tão propalada “década de desenvolvimento” caso fosse formado um parlamento “centrista” e “moderado”, sob a liderança de

²⁷⁷ “Efforts to form a centrist bloc across party lines in the new congress should be encouraged”. Brazil and the Alliance for Progress, *ibidem*. Itálicos meus.

²⁷⁸ “Development of responsible leadership is one of the priority interests of the United States in the political sphere”. Brazil and the Alliance for Progress, *ibidem*.

²⁷⁹ “U.S. assistance to selected local officials – both in the form of opportunities for training and the way of technical assistance and material resources necessary to ensure the success of sound local improvement and state development programs – can make a great difference both in the individual’s prospects for achieving higher office and on his foreign policy orientation”. Brazil and the Alliance for Progress, *ibidem*. Itálicos meus.

um político de mesma orientação, como Juscelino Kubistchek, citado nominalmente no documento. Hilsman acreditava que Kubistchek pudesse concorrer nas eleições presidenciais de 1965. Afirmava que “a posição de elementos moderados e reformistas não somente deveria ser mantida como também reforçada”. Esta estratégia era considerada de vital importância, pois, caso este cenário se afirmasse, segundo Hilsman,

até 1970 os políticos ainda dominantes de estilo ‘Vargas’ terão sido largamente superados em nível estadual e no Congresso pelas emergentes jovens lideranças. Na ausência de um mercado progresso relacionado aos objetivos da Aliança para o Progresso, o cenário estará suscetível para políticos da estirpe de Brizola, Arraes, Djalma Maranhão.²⁸⁰

Após a análise do quadro político e social brasileiro, o documento chega ao ponto crucial da discussão expressa na pergunta “Uma estratégia da Aliança para o Brasil?” (*An Alliance Strategy for Brazil?*). Este questionamento serviu como o ponto de partida para o debate final estabelecido pelo redator do documento. Para Hilsman, o governo dos Estados Unidos deveria implantar no Brasil uma orientação específica relacionada à distribuição dos recursos da Aliança para o Progresso?

Conforme argumentou Hilsman, havia três fatores inter-relacionados que deveriam ser levados em consideração na criação de uma estratégia de implantação da Aliança para o Progresso no Brasil. O primeiro referia-se ao tamanho do país: um programa considerado grandioso para um dado país poderia parecer pequeno demais para o Brasil. Isso exigiria a criação programas de alto impacto, cobertos por ampla divulgação. Por esta razão, Hilsman entendia que

²⁸⁰ “The position of the moderates and reformers will not only be maintained, but even strengthened. This is of crucial importance, for by that time and particularly by 1970 the currently still dominant ‘Vargas’ politicians will have been largely supplanted at the state and congressional levels by currently emerging younger leaders. In the absence of marked progress toward Alliance goals, these are apt to be of the Brizola, Arraes, Djalma Maranhão stripe”. Brazil and the Alliance for Progress, *ibidem*.

Efeitos mais visíveis podem ser obtidos na área de desenvolvimento social ao concentrar-se primariamente naqueles estados que demonstrem uma profunda preocupação com o problema e que já estejam dedicando seus esforços para tanto.²⁸¹

O segundo fator a ser considerado era a natureza do sistema federativo brasileiro em seus aspectos políticos e administrativos:

Colocando em termos simples, os pontos cruciais são que os partidos constituem frouxas associações das máquinas estaduais e que *muitas funções centrais da Aliança para o Progresso são primariamente, quando não exclusivamente, responsabilidades dos estados, não do governo nacional.*²⁸²

Pretendia-se, a partir desta argumentação sobre a organização do sistema federativo brasileiro, justificar a canalização dos recursos do programa de assistência da Aliança para o Progresso para certos projetos, partidos e lideranças políticas pró-Estados Unidos. Esta justificativa tinha a vantagem de resguardar a posição estadunidense contra eventuais críticas à lógica de financiamento impressa à Aliança para o Progresso.

O terceiro fator que deveria ser levado em consideração na elaboração de uma estratégia de implementação da Aliança para o Progresso no Brasil dizia respeito à diversidade de líderes, partidos e grupos políticos com os quais os Estados Unidos poderiam contar. Conforme interessante definição contida no documento, o Brasil parecia um “filme épico com múltiplas estrelas, dezenas de atores coadjuvantes, e hordas de figurantes; às vezes, parece-se mais a um circo três estrelas”²⁸³. Ou seja, não existiam aliados potenciais da Aliança para o Progresso no Brasil como havia em outros países. Isto obrigaria os Estados

²⁸¹ “More noticeable effects can be obtained in the social development field by concentrating first upon those states which have shown a deep concern with the problem and are already devoting to it a significant portion of their efforts”. Brazil and the Alliance for Progress, *ibidem*. Itálicos meus.

²⁸² “In oversimplified form the key points are that the parties are only loose associations of state machines and that many functions central to the Alliance for Progress are the primary, if not exclusive, responsibility of the states, not the national government”. Brazil and the Alliance for Progress, *ibidem*. Itálicos meus.

²⁸³ “A movie epic with multiple stars, dozens of supporting actors, and hordes of extras; at times it appears more like a three-ring circus”. Brazil and the Alliance for Progress, *ibidem*.

Unidos a mobilizar numerosos “elementos moderados” para a consecução de seus objetivos.

A ênfase em projetos com grande repercussão pública, concentrados em estados selecionados de acordo com critérios políticos, faria com que os programas ligados à Aliança para o Progresso lembrassem, segundo atesta o documento, o próprio desenvolvimento histórico da “legislação social” e das ações de “bem-estar” nos Estados Unidos. Os projetos deveriam concentrar-se especialmente nas áreas de moradia, saúde e educação. A área da educação seria o melhor exemplo de como a Aliança para o Progresso poderia seguir a estratégia política definida pelo INR, pois as funções de coordenação dos programas educacionais cabiam principalmente aos governos estaduais e municipais. Como consta no documento, “os estados dispõem de toda a autoridade que necessitam, faltando-lhes apenas os recursos”²⁸⁴, destacava o documento.

Em relação ao apoio aos governadores pró-Estados Unidos, Roger Hilsman sugeriu o seguinte:

Para reforçar as posições dos moderados em uma época em que muitas forças buscam a polarização política, vários passos positivos podem ser dados nas semanas imediatamente posteriores às eleições [de outubro de 1962]. Por exemplo, toda cooperação possível deve ser dada aos novos *governadores aceitáveis*, particularmente em estados cruciais como São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Ceará. Viagens-prêmio

²⁸⁴ “The states have all the authority they need, and only the resources are lacking”. Brazil and the Alliance for Progress, *ibidem*. Itálicos meus. Em termos de projetos educacionais, talvez o melhor exemplo tenha sido o financiamento inicial, com recursos da Aliança para o Progresso, do método de alfabetização proposto pelo educador Paulo Freire. O projeto pioneiro do Método Paulo Freire foi implantado na região de Angicos, interior do estado do Rio Grande do Norte, e demonstrava ser bastante eficaz. Oferecia, além disso, resultados tangíveis rapidamente: em poucos meses poderia ser formado um grupo de alunos capacitado para ler e escrever satisfatoriamente. Entretanto, o financiamento deste projeto logo foi cortado, pois notou-se que além de alfabetizar, o Método Paulo Freire ainda provocava uma certa tomada de consciência política nada agradável aos interesses dos Estados Unidos. Isso não evitou, contudo, que o governador do estado do Rio Grande do Norte, Aluísio Alves, fosse encarado como um dos principais aliados da Aliança para o Progresso na região nordeste do Brasil, especialmente após a vitória de Miguel Arraes para o cargo de governador de Pernambuco. Sobre os impactos da Aliança para o Progresso no Nordeste brasileiro, ver Informações extraídas de PEREIRA, Henrique Alonso de Albuquerque Rodrigues. *Criar Ilhas de Sanidade: os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil (1961-1966)*. Tese de doutorado ainda não publicada, defendida na PUC-SP em maio de 2005. Neste trabalho, especialmente os dois últimos capítulos, Pereira descreve o caso do financiamento do projeto-piloto do método de alfabetização Paulo Freire e as relações estabelecidas entre o governo de Aluísio Alves e a Aliança para o Progresso.

devem ser oferecidas não somente a estes governadores, mas também para os seus secretários de finanças e de agricultura, bem como os chefes de suas agências de desenvolvimento.²⁸⁵

De acordo com o que consta no documento escrito por Roger Hilsman, a orientação geral contida na referida fonte foi aprovada na reunião realizada pelo LAPC. Assim, o objetivo que se destacava naquele momento era o de mobilizar esforços para o apoiar partidos políticos, grupos sociais e lideranças políticas de posições alinhadas aos interesses dos Estados Unidos nas eleições de outubro de 1962. Como vimos na discussão sobre as fontes da parte inicial deste capítulo, o presidente Kennedy e o embaixador Lincoln Gordon já haviam acertado o envio de “uma soma enorme de dinheiro” para o IPES, que utilizaria os recursos para financiar as campanhas de indivíduos pró-Estados Unidos no referido pleito.²⁸⁶

²⁸⁵ “In order to strengthen the hands of the moderates at a time a number of forces are working in the direction of polarization, several positive steps could be taken during the immediate post-electoral weeks. For example, all possible cooperation could be extended to the acceptable new governors, particularly in the key states of São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, and Ceará. Leader grants could be extended immediately not only to the governors-elect, but also to their prospective secretaries of finance and agriculture as well as the heads of their development agencies”. Brazil and the Alliance for Progress, *ibidem*. Itálicos meus. De fato, os arquivos pessoais de Teodoro Moscoso, coordenador estadunidense da Aliança para o Progresso, atestam a concessão de viagens aos Estados Unidos como prêmio para governadores recém-eleitos, obviamente para aqueles que estivessem alinhados aos interesses dos Estados Unidos. Em alguns momentos, tal apoio seletivo causou alguns constrangimentos aos norte-americanos. Quando o governador eleito de Sergipe, João de Seixas Dória, viajou para Washington e abordou o assunto da Aliança para o Progresso em uma conversa com um funcionário da diplomacia estadunidense, Seixas Dória disse, “com um sorriso no rosto”, “que era fato já bem conhecido em Washington que a assistência estadunidense através da Aliança para o Progresso dava-se segundo critérios muito mais políticos que econômicos e sociais”. Seixas Dória citou como exemplo o governador eleito da Guanabara, Carlos Lacerda, que “recebia o que queria e quando queria”, ao que passo que Dória, que teria firmado acordos respaldados pela própria SUDENE e por burocratas da AID, até aquela data não havia recebido recurso algum. “Isto é típico das operações da USAID”, declarou o governador, que se dizia defensor da Aliança. Naturalmente, os funcionários estadunidenses trataram de contestá-lo. “With a smile in the face, was well known in Washington that U.S. aid under the Alliance was allocated under political rather economic or social grounds”; “receive what he wanted, when he wanted”; “this was typical of USAID operation. **Memorandum of Conversation with Governor Seixas Dória**, autor não informado, endereçado para vários funcionários da AID e para o coordenador estadunidense da Aliança para o Progresso, Teodoro Moscoso. Localização: NARA II, RG 59, Central Decimal Files Brazil 1950-1963, caixa 3835, pasta POL 1 BRAZ 2-1-63.

²⁸⁶ Pouco tempo depois das eleições, começaram a circular denúncias sobre a intervenção do governo estadunidense, dando início inclusive a uma investigação no Congresso sobre as atividades do complexo IPES/IBAD. Sobre essa investigação, ver DUTRA, Elói. *IBAD: Sigla da Corrupção*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. Sobre o envolvimento dos Estados Unidos nas eleições de outubro de 1962 no Brasil, ver AGEE, Philip. *Dentro da Companhia: Diário da CIA*. São Paulo: Círculo do Livro, 1976; Bandeira, *op. cit.*, 1988. Sobre a estrutura,

Os resultados das eleições de outubro de 1962 no Brasil não foram, em geral, favoráveis às forças de esquerda que apoiavam o governo João Goulart. Ruth Leacock destaca que “os analistas estadunidenses perceberam que as eleições não eram provavelmente tão decisivas quanto pensavam ser originalmente. Na verdade, o novo Congresso parecia-se muito ao antigo”. Os redatores de um documento do Departamento de Estado norte-americano sobre as eleições brasileiras, consultado por Leacock, acreditavam na “cristalização da opinião contra a infiltração comunista no governo e contra o tom neutralista da ‘política externa independente’ brasileira”. Mas, para os estrategistas norte-americanos, “não estava claro até que ponto as atividades anticomunistas de católicos e de grupos de negócios tinham sido eficazes”.²⁸⁷

Após as eleições de 1962 subiram de tom. A embaixada norte-americana no Brasil continuava alegando que a “infiltração” e a “agitação” “comunista e esquerdista” em sindicatos, grupos de estudantes e em importantes cargos no governo estariam sendo tolerados pelo presidente brasileiro. Sustentava-se também que o governo ainda não havia elaborado um plano de estabilização à altura da crise econômica brasileira da época. Greves e paralisações em vários estados brasileiros, seguidas mudanças no gabinete Goulart – como a renúncia do Ministro de Finanças, Moreira Sales – deixavam os funcionários da embaixada e agências do governo estadunidense apreensivos quanto à possibilidade de graves problemas para os interesses dos Estados Unidos no Brasil.²⁸⁸

organização e modo de ação do complexo IPES/IBAD, ver DREIFUSS, op. cit. Para um relato histórico das primeiras intervenções do governo dos Estados Unidos em eleições pelo mundo, especialmente através de operações encobertas da CIA, conferir o trabalho de THOMAS, Evan. *The Very Best Men: Four Who Dared – The Early Years of the CIA*. New York: Simon and Schuster, 2006. Segundo o relato de Evan Thomas, o temor de que os comunistas italianos vencessem as eleições de 1948 desencadeou uma ampla operação encoberta em apoio da candidatura do democrata cristão, de A. Gasperi. Tida como exitosa, esta experiência, segundo Thomas, teria servido como modelo para posteriores intervenções dos Estados Unidos em outros países.

²⁸⁷ Dept. of State, memo, Brazilian Elections of October 7, 1962, NSF Co-K *apud* Leacock, op. cit., p. 122.

²⁸⁸ Além disso, havia ainda um aspecto que decididamente incomodava o embaixador Lincoln Gordon. Seus despachos diplomáticos a Washington, especialmente a partir de abril de 1962, freqüentemente relatavam as supostas manobras que Goulart estaria realizando para recuperar plenos poderes e, por conseguinte, criar uma situação política que lhe permitisse tomar o poder e instalar uma ditadura. Esta ditadura, segundo a interpretação de Gordon e de outros funcionários da embaixada, poderia seguir padrões de tipo iugoslavo, peronista, varguista, nasserista ou mesmo sindical. O próprio embaixador Lincoln Gordon criou um termo para definir as supostas manobras de Goulart: “superversão”, ou seja, a tentativa de instalar uma ditadura a partir de cima, contrário à “subversão”, que significava, segundo o vocabulário

5.5 O Ultimato do Governo dos Estados Unidos ao Brasil

O resultado das eleições municipais e estaduais realizadas em outubro de 1962 foi um marco de mudança na abordagem da política externa dos Estados Unidos em relação ao Brasil. Poucos dias após o término do pleito eleitoral, o governo estadunidense enviou Vernon Walters como “adido” militar para tratar da fundamental questão das ações dos militares brasileiros quando chegasse o momento do golpe de estado contra o governo de João Goulart ²⁸⁹: Segundo as interpretações dos funcionários da embaixada, a iniciativa de golpe de estado poderia partir do próprio presidente ou de setores de direita, segundo as interpretações dos funcionários da embaixada.

Frente a este quadro, o principal órgão decisório em matéria de política externa dos Estados Unidos foi acionado para determinar a postura norte-americana em relação à situação que viam como perigosa no Brasil. O Comitê Executivo do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos (*NSC ExComm*) reuniu-se em 11 de dezembro de 1962 e redigiu um documento que resumia as decisões tomadas durante o encontro. Dele participaram o presidente e o vice-presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy e Lyndon B. Johnson, os Secretários de Defesa, Estado e Tesouro (Robert McNamara, Dean Rusk e Douglas Dillon respectivamente), o Procurador-Geral dos Estados Unidos, Robert Kennedy, o Diretor da CIA, John McCone, o Chefe da Junta-Maior do Exército estadunidense, Maxwell Taylor, o Conselheiro Especial de Assuntos de Segurança Nacional do presidente Kennedy, McGeorge Bundy, o Secretário-Assistente de Estado de Assuntos Interamericanos, Edwin Martin, e os Conselheiros Especiais de Assuntos Latino-Americanos do presidente Kennedy, Ralph Dungan e Arthur Schlesinger Jr.

anticomunista, derrubar o governo a partir de baixo. A convocação de um plebiscito por Goulart a respeito do sistema de governo foi vista como uma “manobra” para que o presidente pudesse assumir plenos poderes. Sobre isso, ver Para conferir a argúcia e a engenhosidade de Lincoln Gordon na criação deste termo, conferir o livro de sua autoria, Gordon, *op. cit.*, p. 352, e Langguth, *op. cit.*, p. 95.

²⁸⁹ Segundo a leitura que Ruth Leacock fez das memórias de Vernon Walters, foi a partir da vinda do “adido” militar que Lincoln Gordon “convenceu-se” de que irremediavelmente, mais cedo ou mais tarde, haveria um golpe contra Goulart. As principais preocupações do embaixador, conforme a autora, estavam relacionadas à possibilidade de que o golpe viesse a ocorrer prematuramente e falhasse em seus objetivos, tal como havia acontecido em agosto/setembro de 1961. Ver Leacock, *op. cit.*, p. 128.

O documento “Políticas de Curto Prazo dos Estados Unidos para o Brasil” (*U.S. Short Term Policy Toward Brazil*), resultado deste encontro, liberado sem marcas de classificação desde março de 2001, deixa claro o objetivo norte-americano de alterar a orientação política e econômica do governo brasileiro tanto no cenário interno quanto no externo. Essa mudança era a condição necessária para que o governo Goulart conquistasse a “colaboração” dos Estados Unidos²⁹⁰. As recomendações do documento estavam divididas em seis pontos, de acordo com o que segue:

1. Dentro das próximas duas semanas, antes do natal de 1962, haverá uma discussão com o presidente Goulart em termos gerais, que refletirá os pontos de vista do presidente Kennedy e que enfatizará (a) as preocupações dos Estados Unidos com os desenvolvimentos políticos e econômicos do Brasil; (b) o desejo de colaboração dos Estados Unidos com o Brasil nas áreas econômica e política; e (c) *a convicção dos Estados Unidos de que tal colaboração será prejudicada enquanto persistirem certas dificuldades.* (...)
2. Depois disso, será conduzido com o presidente Goulart um diálogo contínuo e pessoal em nome do presidente Kennedy (no qual trocas de cartas presidenciais podem ser usadas assim como representações pessoais através do embaixador) sobre questões selecionadas e específicas da maior importância. É provável que a mais imediata destas questões envolverá decisões internas na área econômica (estabilização econômica e clima para investimentos privados internacionais). Porém, isto terá também um valor político substancial e repercussões políticas internas.
3. Se a reação inicial do presidente Goulart a estas discussões for favorável e se ele começar conseqüentemente a mudar a orientação de seu governo, então os Estados Unidos *evitarão ostentações de favorecimento aos elementos no Brasil amigáveis a nós mas hostis ao presidente Goulart.*
4. Ações que os Estados Unidos poderão iniciar na OEA com respeito a Cuba para os propósitos de proteção dos interesses nacionais e hemisféricos *não devem ser evitadas por medo de uma reação adversa brasileira.* Ao mesmo tempo, outras medidas sem impacto profundo não devem ser iniciadas meramente para os propósitos de isolar o Brasil.
5. A questão da data da visita presidencial ao Brasil deve ser transferida para longo prazo.
6. Qualquer outra assistência em larga escala ao Brasil ligada a um programa de estabilização deve ser considerada *somente após o Brasil ter dado certos passos significativos e positivos, tanto econômicos quanto políticos, e deverá ser escalonado de acordo com a performance brasileira sob tal programa. Pré-condições específicas devem incluir satisfatória resolução do caso ITT, uma clara posição da administração brasileira em remediar os defeitos da atual lei de remessa de lucros, e uma postura pública de colaboração com a*

²⁹⁰ As pré-condições para a “colaboração”, em última análise, representam uma forma de chantagem política.

*Aliança para o Progresso, ao lado das necessárias medidas de estabilização econômica.*²⁹¹

Após a apresentação das recomendações, são elencadas as Razões para a sua formulação. Para os participantes da reunião do ExComm,

1. As alternativas disponíveis para os Estados Unidos [em relação à situação política e econômica do Brasil] são:
 - A. Nada fazer e permitir que o atual curso continue;
 - B. Colaborar com elementos brasileiros hostis à Goulart visando a sua derrubada.
 - C. Procurar mudar a orientação política e econômica de Goulart e seu governo.
2. A alternativa “A” foi rejeitada porque a crise financeira externa e interna brasileira, com a exaustão das reservas de troca estrangeiras, exigirá uma reação dos Estados Unidos, seja ela positiva ou negativa, para o novo programa de estabilização econômico a ser apresentado em janeiro. A presente situação, em resumo, é instável, e terá de mudar brevemente tanto para melhor quanto para pior.
3. A alternativa “B” é rejeitada *neste momento*, pois não há evidências suficientes de (a) *efetiva liderança da oposição militar ou civil no Brasil em condições de agir prontamente*; (b) *um movimento organizado com uma real capacidade e disposição de derrubar o*

²⁹¹ “1. Within the next two weeks, i. e., before Christmas 1962, there be a discussion with president Goulart in general terms, which would reflect the views of President Kennedy and which would emphasize (a) U.S. concern over political and economic developments in Brazil; (b) U.S. desire to collaborate with Brazil in both political and economic fields; and (c) U.S. conviction that such collaboration will be impaired as long as certain difficulties persist; 2. Thereafter there be conducted with President Goulart a continuing personal dialogue on behalf of President Kennedy (in which Presidential letters could be used as well as personal representations by the Ambassador) on selected specific issues of major importance. It is probable that the major immediate issues will concern Brazilian internal decisions in the economic field (economic stabilization and climate for private foreign investment). However, these will also have substantial political significance and internal political repercussions; 3. If President Goulart’s initial reaction to these discussions should be favorable and he should begin to change accordingly the orientation of his government, the U.S. should avoid ostentatious favoritism toward those elements in Brazil friendly to us but hostile to President Goulart; 4. Actions which the U.S. should initiate in the OAS with respect to Cuba for the purpose of protecting national and hemispheric interests should not be avoided for fear of adverse Brazilian reaction. At the same time, otherwise unsound actions should not be initiated merely for the purpose of isolating Brazil; 5. The question of the date of a Presidential visit to Brazil should be deferred for the time being; 6. Any further large-scale assistance to Brazil in connection with an economic stabilization program should be considered only after Brazil had taken certain significant positive steps, both economic and political, and should be phased in accordance with Brazilian performance under such a program. Specific precondition should include satisfactory settlement of the IT&T Case, a clear Brazilian Administration position on remedying the defects in the preset profits remittance law, and a public posture of collaboration in the Alliance for Progress, in addition to the necessary measures for economic stabilization”. **U.S. Short Term Policy Toward Brazil**, memorando de autor não informado endereçado aos vários integrantes do National Security Council Executive Committee, Washington DC, 11/12/1962. Localização: JFK Library, série National Security Files (Country File Brazil), caixa 13, pasta Brazil General 1-15/12/1962. Itálicos meus.

governo Goulart; (c) uma capacidade dos Estados Unidos, no futuro próximo, de estimular uma operação desta natureza com êxito. As necessidades e possibilidades de mudar para a alternativa "B", porém, devem ser mantidas sob consideração ativa e contínua.

4. A alternativa "C" foi selecionada como a única abordagem viável no momento e também como a que possui razoável chance de sucesso. *Deve ser tentada em todo caso antes de decidir-se mudar para a alternativa 'B'.*²⁹²

Para pressionar uma mudança de orientação do governo Goulart, foram propostas algumas linhas de ação:

6. *Uma confrontação com o presidente Goulart em relação a suas políticas internas e externas podem produzir uma mudança de rumo, mas é improvável que isso ocorra imediatamente.* Será necessário manter a pressão e continuamente discutir com ele tópicos específicos. Tendo em mente nossa avaliação do presidente Goulart e nossa experiência passada com ele, isto pode ser melhor alcançado a partir de:

A) Criação de uma relação pessoal entre o presidente Kennedy e o presidente Goulart com repetidas aproximações pessoais ao presidente Goulart em nome do presidente Kennedy.

B) Simples *ad hoc* aproximação relacionada a temas e situações específicas.

C) Procurar influenciar conselheiros-chave de Goulart receptivos a nossas visões.

D) *Continuar a encorajar elementos democráticos e moderados no Congresso, nas Forças Armadas e em qualquer meio que advogue políticas domésticas e externas que possamos apoiar.*

E) *Ajustar a assistência estadunidense à performance brasileira.*

F) Conceder toda e qualquer assistência financeira disponível requerida para preencher imediatamente o déficit de intercâmbio externo em curto prazo, sob condições que não impliquem nenhum comprometimento de longo prazo.

G) Pressionar o governo Goulart a tomar posições públicas sobre questões críticas para a cooperação Brasil-Estados Unidos.

²⁹² "1. The existing alternatives for the United States are: A. To do nothing and allow the present drift to continue; B. To collaborate with Brazilian elements hostile to Goulart with a view to bringing about his overthrow; C. To seek to change the political and economic orientation of Goulart and his government. 2. Alternative "A" is rejected because the Brazilian internal and external financial crisis, with exhaustion of foreign exchange reserves, will require a United States reaction, either positive or negative, to the new Brazilian economic stabilization program to be presented in January. The present situation, in short, is unstable, and will have to turn soon either for better or for the even worst. 3. Alternative "B" is rejected at this time because there is not sufficient evidence of either (a) effective military or civilian opposition leadership in Brazil in a position to act promptly; (b) an organized opposition movement with a present capacity and will to overthrow the Goulart government; (c) a near-future U.S. capability to stimulate such an operation successfully. The needs and possibilities of shifting to alternative "B", however, must be kept under active and continuous consideration. 4. Alternative "C" is selected as the only feasible present approach and as one having a reasonable chance of success. It should in any case be tried before deciding to shift to alternative "B". U.S. Short Term Policy Toward Brazil, *idem*. Itálicos meus.

H) Ampla tolerância às diferenças brasileiras conosco em assuntos não-essenciais.²⁹³

Estas linhas de ação foram adotadas com base nas assertivas do item Discussões. Nesse item, afirmava-se que San Tiago Dantas, Ministro de Finanças, pretendia viajar em uma missão oficial aos Estados Unidos para requisitar “um programa de larga escala e de longo prazo para colocar sob controle a deteriorada situação financeira” brasileira. Dantas pediria uma assistência financeira substantiva não somente a agências de crédito estadunidenses, mas também a outros organismos financeiros internacionais. Os estrategistas estadunidenses consideravam indesejável “comprometer-nos seriamente com este importante problema sem antes ‘dar uma clareada no ar’ com o governo brasileiro sobre recentes desenvolvimentos políticos adversos no Brasil”. Desse modo, o governo dos Estados Unidos decidiu apostar as suas fichas em uma postura de confrontação com o governo brasileiro:

Uma confrontação política e os desenvolvimentos que resultariam disso poderiam ajudar a ‘clarificar o ar’ suficientemente, para que daí possamos saber *em que direção nos mover não somente em termos de larga assistência financeira mas também em vários outros assuntos relacionados ao governo brasileiro.*²⁹⁴

²⁹³ “6. Confrontation of President Goulart on internal and external policies may produce a change of trend but is unlikely to bring a total one-shot conversion. It will be necessary to maintain pressure and continually to join issue with him on specific topics. Having in mind our evaluation of President Goulart and our past experience with him this can best be accomplished by: A. Creation of a personal relationship between President Kennedy and President Goulart with repeated personal approaches to President Goulart on behalf of President Kennedy. B. Simple ad hoc approaches related to specific issues and situations. C. Seeking to influence key Goulart advisers receptive to our views. D. Continuing to encourage Brazilian moderate democratic elements on Congress, the Armed Forces and elsewhere who advocate domestic and foreign policies which we can support. E. Adjusting U.S. assistance and cooperation to Brazilian performance. F. Making any financial assistance required to meet immediate foreign exchange shortages available on a short-term basis on conditions implying no long-term commitment. G. Pressing President Goulart to take public positions on issues which are critical for U.S. - Brazilian cooperation. H. Large tolerance of Brazilian differences with us on non-essential matters”. U.S. Short Term Policy Toward Brazil, *ibidem*. Itálicos meus.

²⁹⁴ “It is undesirable to address ourselves seriously to this important problem without some clearing of the air with the Brazilian government on recent adverse political developments in Brazil”; “ political front immediately so that we can bring our influences to bear on important near-future political decisions (e. g., appointments to the new cabinet)”; “A political confrontation and developments flowing from it could help clear the sufficiently so that we will know in which direction to move not only in the matter of broad financial assistance but also in various other dealings with the Brazilian Government”. U.S. Short Term Policy Toward Brazil, *ibidem*. Itálicos meus.

Tal confrontação política poderia ser especialmente oportuna tendo em vista os seguintes fatores:

Apoio incondicional à administração Goulart sem confrontação política pode ser justificada agora somente se nós quisermos ganhar tempo contra uma forte expectativa de que eventos internos ao país possam ocasionar tanto a precoce derrubada do presidente Goulart ou uma mudança no futuro próximo em suas políticas. Nós devemos, por isso, continuar com apoio não-qualificado [ao governo Goulart] para manter uma imagem favorável dos Estados Unidos no Brasil e para negar munição para táticas diversionistas por parte do presidente Goulart e de seus apoiadores. Entretanto, tal apoio incondicional não pode ser justificado pois (a) não há suficiente expectativas de que alguma das alternativas serão implantadas *sem ação positiva de nossa parte*; (b) nosso apoio incondicional pode na verdade encorajar o presidente Goulart e extremistas em volta dele a continuar o seu curso atual e nós então estaríamos contribuindo para uma posterior deterioração da situação política e econômica.²⁹⁵

Para testar essa ação de confrontação política, decidiu-se realizar um encontro entre o presidente Goulart e algum representante pessoal do presidente Kennedy. Esperava-se que o João Goulart não reagisse mal a esta confrontação, desde que a não ser que a postura do representante do governo estadunidense não fosse muito drástica. Para tanto, “deveria ser evitado insinuar que Goulart era incompetente”, como exemplificou o redator do *US Short Term Policy toward Brazil* de dezembro de 1962²⁹⁶. Além disso, deveriam ser levados a seu conhecimento as preocupações do governo estadunidense em relação ao que os oficiais norte-americanos consideravam como “desenvolvimentos esquerdistas” (*leftist developments*) no interior do governo brasileiro. Preocupações em relação à presença de indivíduos indesejáveis, do

²⁹⁵ “Unconditional support to the Goulart administration without a political confrontation might be justified now only if we wanted to gain time against a strong expectation that events within the country would bring about either the early overthrow of President Goulart or a near-future change in his policies. We might then continue unqualified support to maintain a favorable image of the U.S. in Brazil and to deny ammunition for diversionary tactics by President Goulart and his supporters. However, such unconditional support cannot be justified because (a) there is not sufficient expectation that either of the alternatives will come to pass without some positive action on our part; (b) our unconditional support could in fact encourage President Goulart and extremists around him to continue their present course and we would thus contribute to a further deterioration of the political and economic situation”. U.S. Short Term Policy Toward Brazil, *ibidem*. Itálicos meus.

²⁹⁶ “We should avoid to insinuate that Goulart is incompetent”. U.S. Short Term Policy toward Brazil, *ibidem*.

ponto de vista dos interesses estadunidenses, em postos-chave da administração deveriam ser explicitadas, tomando-se o cuidado de evitar qualquer ofensa ao governo brasileiro.

Recomendava-se que o interlocutor do presidente Kennedy em tal encontro advertisse Goulart sobre os “perigos” relacionados à opção de seguir um caminho diferente daquele “recomendado” pelos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, deveriam ser feitos comentários sobre os “passos positivos” (*positive steps*) que o governo brasileiro poderia dar em relação à Aliança para o Progresso, conferindo apoio construtivo para o “esforço conjunto” (*joint venture*) entre Estados Unidos e América Latina em direção ao “desenvolvimento”. Para os estrategistas norte-americanos, este curso de ação, que deveria dar o tom dos encontros com o presidente Goulart,

Pode desencorajar, mas não foi designado para lidar especificamente com a possibilidade de que Goulart possa ter decidido, ou possa decidir, mover-se em direção a uma ditadura de esquerda ou outras atitudes antidemocráticas, com o apoio de seus aliados de extrema esquerda. Isto pode envolver o fechamento do Congresso ou intervenção no governo de vários estados. Se os desenvolvimentos futuros seguirem essa direção, os Estados Unidos devem estar prontos para mudar rapidamente e efetivamente para a alternativa “B” – colaboração com elementos amigáveis e democráticos, incluindo a grande maioria dos oficiais militares, para destronar Goulart”.²⁹⁷

²⁹⁷ “Could discourage, but is not designed specifically to cope with, the possibility that President Goulart may have decided, or may decide, to move toward a left-wing dictatorship or toward other undemocratic developments, with the support of his extreme leftist allies. This might involve suspending the Congress or intervention in the government of various states. If there should be future developments in this direction, the United States should be ready to shift rapidly and effectively to Alternative B – collaboration with friendly democratic elements, including the great majority of the military officer corps, to unseat President Goulart”. U.S. Short Term Policy Toward Brazil, *ibidem*. É preciso lembrar que, no final de dezembro de 1962, os Estados Unidos não dispunham de resultados tangíveis relacionados à Aliança para o Progresso para apresentar interna e externamente. A esta altura, o governo Kennedy já dava sinais práticos de que a ênfase de sua política externa deveria dar-se em torno do tema da garantia dos investimentos privados na América Latina e na doutrina da contra-insurgência, como vimos no capítulo 3. Os esforços de propaganda relacionados à Aliança para o Progresso também não estavam apresentando os resultados desejados, estando longe de criar a almejada “mística” em torno dela. Segundo Leacock, nos Estados Unidos o programa da Aliança estava continuamente sob ataque. Em cada conferência de imprensa dada por integrantes do governo Kennedy, jornalistas questionavam os progressos do projeto. No Congresso dos Estados Unidos, a questão da assistência financeira ligada à Aliança para o Progresso só foi mantida após muitos esforços do Secretário de Estado Dean Rusk em convencer os congressistas para a manutenção do programa. Ver Leacock, *op. cit.*, p. 133.

Foi decidido que o Procurador-Geral dos Estados Unidos e irmão do presidente norte-americano, Robert Francis Kennedy, seria o responsável por transmitir ao presidente brasileiro a mensagem política de ultimato acordada durante esta reunião do NSC ExComm. Assim, no dia 17 de dezembro de 1962, sem anúncio oficial na imprensa brasileira e, pelo que indica Leacock, sem o conhecimento e participação do embaixador brasileiro nos Estados Unidos, Roberto Campos²⁹⁸, Robert Kennedy chegou ao Brasil. Reuniu-se por três horas com o João Goulart, Lincoln Gordon e um intérprete, e logo em seguida partiu de volta aos Estados Unidos. Permaneceu menos de seis horas em território brasileiro²⁹⁹. Os relatos indicam que esta conversa teve o tom recomendado pela reunião do *NSC ExComm* de 11 de dezembro de 1962. Os autores que analisaram os analisaram, à exceção de um, são unânimes em classificar a conversa como um “ultimato” do governo dos Estados Unidos ao presidente João Goulart.³⁰⁰

Em janeiro de 1963, por plebiscito o sistema presidencialista foi restaurado no Brasil. Logo em seguida, Goulart nomeou San Tiago Dantas como Ministro da Fazenda, e levou Celso Furtado ao cargo de Planejamento Econômico. Ambos trabalharam na elaboração de um plano de “estabilização” financeira do Brasil, de acordo com o que era exigido pelos organismos de financiamento internacionais estadunidenses e também pelo programa da Aliança para o Progresso. Este plano ficou conhecido como Plano Trienal (1963-1965). Foram, então, iniciados os preparativos da viagem da missão brasileira a Washington em busca de empréstimos financeiros. Segundo Phyllis Parker, o embaixador Lincoln Gordon teria ficado satisfeito com as idéias

²⁹⁸ Leacock, *idem*, p. 146.

²⁹⁹ Informações extraídas de Leacock, *op. cit.*, p. 136-38, Black, *op. cit.*, p. 123 e Taffet, *op. cit.*, p. 135, e Langguth, *op. cit.*, p. 95-96. Leacock e Langguth destacam que o embaixador Roberto Campos teria ficado muito irritado com esta situação, pois o normal seria que os embaixadores dos dois países organizassem a visita e participassem da conversa.

³⁰⁰ Ver Bandeira, *op. cit.* p.174, Leacock, *op. cit.*, p. 136-38, Black, *op. cit.*, 123-24 e Taffet, *op. cit.*, p. 135. Para uma visão oposta à idéia de ultimato na visita de Robert Kennedy ao Brasil, conferir a posição do embaixador Gordon – como seria de se esperar – em Gordon, *op. cit.*, p. 371-92. Gordon faz questão de transcrever na íntegra a conversa entre Goulart e Robert Kennedy, da qual ele próprio participou, e afirma que a postura do procurador-geral não foi de ultimato. Gordon oferece como prova disso o memorando de conversação preparado por ele próprio e enviado para Washington em 19/12/1962. Ver o original **Department of State Airgram n. 710**, da embaixada estadunidense no Brasil, assinado por Lincoln Gordon, para o Departamento de Estado, Rio de Janeiro, 19/12/1962. Localização: JFK Library, série National Security Files (Country File Brazil), caixa 13A, pasta Brazil General 16-31/12/1962.

contidas no Plano, mas considerava a composição do novo gabinete uma “miscelânea”, com nomes “vermelhos demais”³⁰¹.

Estas visões sobre o Plano e sobre os “vermelhos” localizados nos postos da administração central brasileira podem ser melhor entendidos a partir de um telegrama enviado da embaixada norte-americana no Brasil em 14 de janeiro de 1963. Nele, o embaixador lembrou um dos pontos destacados na reunião do *NSC ExComm*, de 11 de dezembro de 1962, que dizia respeito a “continuar a encorajar elementos democráticos e moderados no Congresso, nas Forças Armadas e em qualquer meio que advogue uma política externa que possamos apoiar”. Ele avaliava que as Forças Armadas, em virtude de sua “organização e força física”, eram “obviamente um elemento-chave, que no caso brasileiro tem uma forte tradição de comportamento moderado enquanto máximos censores políticos e guardiões do sistema constitucional”.³⁰²

³⁰¹ Parker, *op. cit.*, p. 56.

³⁰² “Continuing to encourage Brazilian moderate democratic elements in Congress, Armed Forces and elsewhere who advocate democratic and foreign policies we can support”; “organization and possession physical force”; “obviously key element, which in Brazilian case have strong tradition moderate behavior as ultimate political censors and guardians of constitutional system”. **Incoming Telegram n. 1315**, enviado da embaixada estadunidense no Rio de Janeiro, assinado por Lincoln Gordon, para o Secretário de Estado, Rio de Janeiro, 14/01/1963. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Arthur Schlesinger Jr., caixa WH-26 (Classified Subject File), pasta Brazil 09/1962-02/1963. Lincoln Gordon seguiu descrevendo as razões que justificavam o apoio que o governo dos Estados Unidos deveria garantir aos militares brasileiros. Alegava o embaixador que, desde os tempos da Segunda Guerra Mundial, as relações dos Estados Unidos com o Brasil haviam sido beneficiadas pela “orientação democrática, pró-Occidente e especificamente pró-Estados Unidos dos oficiais do exército brasileiro”. Assim, baseado neste histórico de boas relações, os Estados Unidos precisavam, conforme Gordon, oferecer uma demonstração de apoio material às Forças Armadas brasileiras. Sustentava o embaixador que “a assistência que nós damos aos militares tem sido um elemento vital para retardar o crescimento do ultra-nacionalismo e do extremismo antiamericano e pró-comunista no Brasil”. Mas o problema era que o último Acordo Militar Brasil – Estados Unidos, assinado em outubro de 1959, estava expirando, “justamente no momento em que a influência democrática e pró-Occidente das Forças Armadas Brasileiras mais necessitam [de assistência militar] e que estavam sob enorme pressão”. E apesar do fato de que a maioria dos oficiais militares brasileiros permaneciam fortemente pró-Estados Unidos, a “nomeação de oficiais esquerdistas e ultra-nacionalistas a um número crescente de posições-chave”, aliado ao fato de um “relativo sucesso na agitação de ultra-nacionalistas e comunistas entre oficiais de baixo escalão (particularmente os sargentos)” era um claro sinal de que “a influência democrática das forças armadas poderiam não durar muito *a não ser que apoiemos ativamente elementos de destaque em meio ao exército*”. Democratic, pro-Western and specifically pro-American orientation of officer corps Brazilian Armed Forces”; “Assistance we gave military has been vital element in retarding growth of ultra-nationalist, anti-American and pro-communist extremism in Brazil”; “At very moment when democratic and pro-Western influence of Brazilian Armed Forces most needed and under greatest pressure”; “Appointment of ultra-nationalist and leftist officers to an increasing number key positions”; “Moderately successful agitation by ultra-nationalists and communists among lower ranks (particularly sergeants)”; “Democratic influence of Armed Forces may not last long unless we actively support sound elements within military”. Incoming Telegram n. 1315, *idem*. Itálicos meus.

O diplomata norte-americano recomendou, então, que os padrões do Programa de Assistência Militar (MAP) fossem mantidos como nos anos anteriores, sem diminuição de oferta de equipamentos. Gordon avaliava que os Estados Unidos “deveriam estar prontos para oferecer claras evidências de solidariedade e apoio às Forças Armadas” – evidentemente, contanto que “a liderança das Forças Armadas mantenham-se em mãos pró-democráticas” – através da pronta entrega de equipamentos que, de acordo com o embaixador, eram um “desejo irremovível do Exército Brasileiro”³⁰³.

Enfim, diante de todo este quadro, Gordon enfatizou o seguinte:

8. Já que a impressão que queremos dar às Forças Armadas Brasileiras é a de que nós queremos ajudá-los e que nós estamos preparados para fazê-lo efetivamente contanto que elas [as Forças Armadas Brasileiras] mantenham-se como efetivos baluartes da democracia no Brasil, nós devemos tomar uma decisão governamental [nos Estados Unidos] agora, que permita contar aos nossos amigos nas forças armadas que os equipamentos desejados estão disponíveis e que nós estamos preparados para um firme comprometimento conquanto seja reafirmada a liderança das Forças Armadas em mãos pró-democráticas. Isto aumentaria nossa influência sobre a capacidade que eles têm de moldar o regime e também *aumentaria a consciência deles de que podem contar conosco em caso de emergência*. No caso de algo mude para pior no governo brasileiro, nós não enviaríamos [os equipamentos militares]. (...).

9. Eu estou ciente de que a assistência que estamos oferecendo pode ser um precedente que envolva dificuldades com alguns outros países. Eu acredito, porém, que o tamanho e a importância do Brasil, o caráter extremamente crítico da situação e a importância de exercer a máxima influência para prevenir maiores mudanças em direção ao bloco soviético tornam necessário formular nossas políticas para o Brasil baseadas nas próprias condições [do Brasil]”³⁰⁴.

³⁰³ “We should be enabled now to give convincing evidence of solidarity and support toward Armed Forces”; “Leadership of Armed Forces remains in pro-democratic hands”; “An unshakeable desire of Brazilian Army”. **Incoming Telegram n. 1315**, *ibidem*. As armas desejadas eram rifles semi-automáticos M-14, aviões C-130 e helicópteros. Alguns destes fuzis já haviam sido entregues ao exército brasileiro para que fosse testada a sua eficiência, pois estava sendo construída no Brasil uma fábrica de equipamentos militares, no início de 1962, e o governo brasileiro considerou a possibilidade de contar com apoio técnico de consultores tchecos. Ao lado disso, Gordon recomendou o envio imediato de alguns helicópteros, já que corria a notícia de que o governo brasileiro poderia comprar helicópteros poloneses.

³⁰⁴ “Since impression we want give Brazilian Armed Forces is that we want to help them and are prepared to do so effectively so long as they remain effective bulwark of democracy in Brazil, we should take favorable USG decision now, to permit us tell our friends in military that desired equipment available and we prepared make firm commitment as soon as reassured Armed Forces’ leadership remains in pro-democratic hands. This would increase influence they have on shaping of regime and would also increase their awareness they could count on us in emergency. In case there turn for worse by GOB we would withhold delivery. 9. I am aware that some assistance we are here proposing may as precedent involve difficulties with other

Conforme os indícios fornecidos pelos documentos até aqui apresentados, podemos afirmar que esta orientação de direcionar a assistência financeira dos Estados Unidos – por meio da Aliança para o Progresso e do MAP – diretamente para elementos “democráticos” no Congresso, para partidos políticos, governos estaduais e municipais e setores das Forças Armadas no Brasil constituiu, como um todo, aquilo que anos mais tarde o embaixador Lincoln Gordon denominou de “política de ilhas de sanidade administrativa”³⁰⁵. O caso do financiamento das atividades do IPES, por exemplo, também pode ser entendido dentro desta lógica de apoio seletivo. A organização era considerada “defensora da democracia” e dos ideais da Aliança para o Progresso³⁰⁶.

De acordo com o *Incoming Telegram número 1315* e com o memorando produzido por Roger Hilsman acima apresentados, a política de “ilhas de sanidade administrativa” foi elaborada em conjunto por representantes de várias agências governamentais dos Estados. Assim, antes mesmo que a delegação brasileira viajasse a Washington, março de 1963, para negociar um empréstimo, o Departamento de Estado e a embaixada estadunidense no Brasil já haviam decidido financiar as “ilhas de sanidade administrativa” anti-Goulart, anticomunistas e pró-Estados Unidos espalhadas pelo país. Ao que tudo indica, o governo dos Estados Unidos assim procedeu não porque não aprovasse o Plano Trienal, mas porque buscava uma espécie de garantia contra eventuais fracassos dessa política e também contra uma possível guinada à esquerda pelo presidente João Goulart, atitude que parecia ser cada dia mais clara para os oficiais norte-americanos.

countries. I believe, however, that size and importance of Brazil, extreme critically of situation and importance of exerting maximum influence to prevent major turn toward Bloc make it necessary to formulate our policies toward Brazil on their own merits”. *Incoming Telegram n. 1315, ibidem*. Itálicos meus.

³⁰⁵ Ao que parece, a primeira referência de Gordon ao termo “ilhas de sanidade administrativa” aparece em uma entrevista concedida a Phyllis Parker. Ver Parker, *op. cit.*, p. 70. As “ilhas de sanidade administrativa” foram apoiadas diretamente com recursos do programa da Aliança para o Progresso ou mediante empréstimos de organismos internacionais (BIRD, FMI, etc.), concedidos sob a justificativa de apoiar o cumprimento dos objetivos do programa

³⁰⁶ Para o posicionamento de defesa dos ideais da Aliança para o Progresso por parte do IPES, bem como as relações entre empresários membros do COMAP e do IPES, ver Dreifuss, *op. cit.*, especialmente capítulo 3.

Em vista de tais desconfianças, Lincoln Gordon recomendava que o Plano Trienal fosse apoiado pelos Estados Unidos, através de concessão de empréstimo,

mas baseado em uma lógica de *'rédea curta'*, permitindo periódica revisão e tornando possível o corte do apoio [financeiro] em termos políticos ou econômicos. O programa de apoio deve ser escalonado em relação às necessidades da balança de pagamentos e deve ser contingenciado em relação a explícitos padrões de performance do governo brasileiro na implementação das necessárias políticas econômicas. Ao mesmo tempo, contínua pressão diplomática deve ser mantida para a redução das influências comunistas e extremistas no governo e para a consecução de políticas que favoreçam o desenvolvimento democrático, reforçando o setor privado da economia brasileira (externa e interna), afastando-se progressivamente da *'política externa independente'* para uma colaboração mais sistemática com os Estados Unidos e o mundo livre.³⁰⁷

Ao mesmo tempo, Gordon recomendava que

esforços devem ser mantidos para reforçar e encorajar as forças democráticas anticomunistas fora do governo. As principais organizações envolvem o Congresso, a vasta maioria dos governadores estaduais, os oficiais militares, a comunidade industrial de São Paulo, os meios de comunicação de massa, a Igreja,

³⁰⁷ "It does contain the essential ingredients of an effective program ; "But on a "short-leash" basis permitting periodic review and making possible the withdrawal of support on either economic or political grounds. The support program should be scaled over time in relation to balance-of-payments needs and should be contingent upon explicit standards of GOB performance in implementing the necessary economic policies. At the same time, continuous diplomatic pressure should be maintained for the reduction of communist and other extremist influences within the government and for the pursuit of policies favoring democratic development, strengthening the private sector of the Brazilian economy (both domestic and foreign), and progressively shifting the "independent foreign policy" toward more systematic collaboration with the U.S. and the free world". **Brazilian Political Developments and U.S. Assistance**, memorando do embaixador estadunidense no Brasil Lincoln Gordon para o presidente John F. Kennedy, Rio de Janeiro, 04/03/1963. Localização: NARA II, RG 59, Central Decimal Files Brazil 1950-1963, caixa 3831, pasta POL 1 BRAZ-US. Itálicos meus. Lincoln Gordon julgava que o Plano Trienal "continha sim os ingredientes essenciais de um programa efetivo" de estabilização financeira, embora apresentasse alguns problemas. Ele também destacou que algumas medidas já estavam sendo tomadas pelo governo brasileiro, o que constituía uma "aparente firmeza de propósitos sem igual em anos recentes no Brasil" Um documento anexado a este memorando produzido pelo embaixador norte-americano no Brasil atesta que ele foi discutido por representantes do Departamento de Estado, Defesa, AID e CIA, em uma reunião realizada no dia 05 de março de 1963, na qual foi observado que as linhas de ação previstas durante a reunião do NSC *ExComm* de 11 de dezembro de 1962 continuavam válidas.

sindicatos e grupos estudantis. *Estes esforços devem ser direcionados a reduzir a probabilidade de oscilações nacionalistas-esquerdistas de Goulart e, se isso provar-se impossível, preparar o ambiente mais promissor possível para a sua substituição por um regime mais desejável na eventualidade de que as condições deteriorarem-se a ponto de que haja tentativas de golpes e de contra-golpes. A estratégia básica, em resumo, deve continuar a ser aquela de encorajar Goulart a seguir cursos construtivos de ação, robustecer as forças que o impeçam de seguir cursos indesejáveis de ação, e fortalecer as perspectivas de um regime sucessório favorável em caso de quebra da ordem constitucional.*³⁰⁸

O embaixador norte-americano também fez questão de esclarecer ao presidente Kennedy porque não considerava recomendável que, naquele momento, fosse cortada a assistência financeira dos Estados Unidos ao Brasil. Conforme Gordon, esta idéia era sustentada por políticos conservadores e alguns empresários estadunidenses, os quais argumentavam que, com o cancelamento da assistência, o Brasil enfrentaria uma crise de grandes proporções que possibilitaria um golpe de direita, inaugurando um regime favorável aos Estados Unidos³⁰⁹. Gordon, no entanto, considerava que, a não ser que houvesse uma ação claramente inconstitucional por parte de Goulart, não existia, naquele momento, adequada organização, força e liderança necessárias para um golpe de direita. Assim, para o embaixador, o mero corte de assistência financeira não traria o resultado esperado pelos defensores dessa medida. E além disso, significaria o fracasso da Aliança para o Progresso no país³¹⁰.

Por fim, os Estados Unidos não suspenderam a assistência financeira ao Brasil e, em 11 de março de 1963, foi aprovado em Washington o acordo Bell-

³⁰⁸ "Efforts should be maintained to strengthen and encourage democratic anti-communist forces outside the government. The principal organizations involved are the Congress, the vast majority of the state governors, the military officer corps, the São Paulo industrial community, mass media of public information, the Church, and labor and student groups. This effort should be directed at reducing the likelihood of a further leftist-nationalist swing by Goulart and, if this proves impossible, to prepare the most promising possible environment for his replacement by a more desirable regime in the event that conditions deteriorate to the point where coups and counter-coups are attempted. The basic strategy, in short, should continue to be one of encouraging Goulart to constructive courses of action, strengthening the forces restraining him from undesirable courses of action, and strengthening the prospects for a favorable successor regime if the constitutional order breaks down". Brazilian Political Developments and U.S. Assistance, *idem*. Itálicos meus.

³⁰⁹ Esta tática de forçar a criação de um ambiente político e econômico instável através do cancelamento de empréstimo externo foi aplicada pelos Estados Unidos em Cuba, logo após a Crise dos Mísseis, e no golpe de estado civil-militar no Chile, em 1973.

³¹⁰ Brazilian Political Developments and U.S. Assistance, *ibidem*.

Dantas. Ficou acertado que os Estados Unidos liberaria cerca de US\$ 84 milhões para o ano de 1963, e mais US\$ 314 milhões para o ano de 1964, caso o Plano apresentasse resultados satisfatórios do ponto de vista estadunidense³¹¹.

Para Leacock, o acordo foi um “desastre” (*disaster*), referindo-se aos interesses do governo brasileiro³¹², já que a maior parte dos recursos destinados ao Brasil estavam amarrados à compra de produtos e pagamentos compensatórios de empresas estadunidenses.

Assim, os Estados Unidos estabeleceram no Brasil uma dupla lógica de implantação de sua política externa. Em relação ao governo central, prevaleceu a política de concessão de “assistência financeira” mediante “rédea curta”, ou seja, determinada por uma série de pré-condições e pelo cumprimento de metas por parte da administração federal brasileira, podendo ser cancelada em caso de não cumprimento destes quesitos. Por outro lado, em relação às outras forças do cenário político brasileiro, o governo estadunidense criou uma “política de ilhas de sanidade administrativa”, que destinava recursos de forma privilegiada para indivíduos e instituições pró-Estados Unidos e anti-Goulart. Esta dupla lógica foi aplicada de setembro de 1962 até outubro de 1963, momento a partir do qual é possível verificar uma significativa mudança nas atitudes do governo estadunidense em relação ao Brasil.

5.6 O Abandono da Política de “Rédea Curta” dos Estados Unidos em Relação ao Brasil

Entre março e setembro de 1963, a documentação expedida a partir da sede da CIA no Rio de Janeiro reportava seguidas mobilizações de generais do

³¹¹ Conforme Parker, o acordo não foi favorável ao governo brasileiro, pois não haveria no país força política suficiente para a implantação do Plano. Ademais, de acordo com Moniz Bandeira, dos US\$ 84 milhões liberados para o Brasil, “US\$ 30 milhões se destinavam a prover o acordo de compensação com a ITT, estando a outra parte hipotecada pela promessa de reembolsar os acionistas da AMFORP”. Para o autor, o acordo Bell-Dantas era uma dissimulação de doações da AID para pagar os prejuízos das expropriações destas duas empresas com o lucro do comércio exterior brasileiro. Ver Parker, *op. cit.*, p. 60-62, e Bandeira, *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, p. 441.

³¹² Leacock, *op. cit.*, p. 141.

Exército brasileiro e grupos civis com o objetivo de derrubar o presidente Goulart. Também cresciam as notícias sobre supostas tentativas de intervenção federal nos estados de São Paulo e Guanabara. Estas informações eram obtidas por meio de conversações com pessoas selecionadas do mundo empresarial e político brasileiro e também com os governadores dos referidos Estados³¹³. O próprio embaixador Lincoln Gordon manifestou sua contrariedade a atitudes do governo brasileiro em um telegrama enviado a Washington, no qual afirma que “a sua habilidade para negociar com Goulart e seus associados havia sido enfraquecida”, pois o presidente brasileiro teria “violado seriamente” um acordo de não-divulgação do conteúdo das cartas trocadas entre o presidente brasileiro e o norte-americano em julho de 1963³¹⁴.

Entre agosto e setembro de 1963, os funcionários da embaixada norte-americana, da Seção de Assuntos Brasileiros do ARA (ARA/BR) e da AID no Brasil estavam convencidos de que o Plano Trienal não estava atingindo os resultados esperados pelos Estados Unidos. Diante disso, o embaixador Lincoln Gordon, em conjunto com funcionários do ARA e da AID, preparou um memorando para servir de base às discussões que seriam realizadas na reunião do Grupo Permanente do Conselho Nacional de Segurança dos Estados Unidos (*NSC Standing Group*), em 01 de outubro de 1963.

³¹³ Sobre isso, ver um exemplo no capítulo 3, no qual são discutidas as seguidas “advertências” do governador Adhemar de Barros, que temia um “golpe” de Goulart contra o estado de São Paulo – “advertências” dadas por Barros antes mesmo que ele tomasse posse como governador. “Advertências” semelhantes foram dadas por Carlos Lacerda e assessores seus neste mesmo período. Ver as advertências de Lacerda em **Incoming Telegram n. DTG 050203Z April (Army Message)**, telegrama produzido pela OUSARMA (ou seja, os adidos militares dos Estados Unidos na Marinha, Aeronáutica e Exército no Brasil) para o Secretário de Estado Dean Rusk, Rio de Janeiro, 06/04/1963. Localização: NARA II, RG 59, fundo Central Decimal Files Brazil 1950-1963, caixa 3835, pasta POL I BRAZ 2-1-63; **Department of State Airgram A-217**, aerograma enviado da embaixada norte-americana no Rio de Janeiro, assinada por John Keppel, Conselheiro de Assuntos Políticos da embaixada, para o Departamento de Estado, Rio de Janeiro, 12/08/1963. Localização: NARA II, RG 59, fundo Central Decimal Files Brazil 1950-1963, caixa 3832, pasta POL I BRAZ 02-1-63; **Department of State Airgram A-190**, aerograma enviado da embaixada norte-americana no Rio de Janeiro, assinada por John Keppel, Conselheiro de Assuntos Políticos da embaixada, para o Departamento de Estado, Rio de Janeiro, Localização: NARA II, RG 59, fundo Central Decimal Files Brazil 1950-1963, caixa 3837, pasta POL Affairs + Rel Brazil POL 23 Internal Security 2-1-63.

³¹⁴ “Seriously weaken my ability to negotiate with Goulart and his associates”; “shocking violation”. **Incoming Telegram n. 2**, telegram do consulado norte-americano em Brasília, assinado por Lincoln Gordon, para o Secretário de Estado Dean Rusk, Brasília, 16/07/1963. Localização: JFK Library, série National Security Files (Country File Brazil), caixa 14, pasta Brazil General 16-31/07/1963.

O documento intitulado “Políticas de Curto Prazo dos Estados Unidos para o Brasil” destinava-se a orientar a abordagem das agências governamentais estadunidenses em relação ao Brasil até o final do ano de 1964, quando teria início a campanha presidencial para as eleições de 1965. A principal preocupação de seus elaboradores era a possibilidade de que “uma mudança muito abrangente pudesse acontecer em prazo muito curto em um país com uma situação tão volátil e incerta como o Brasil”. Caso esta mudança ocorresse, o governo estadunidense deveria elaborar rapidamente novas linhas de ação.³¹⁵

O documento inicia com uma série de vinte Hipóteses (*Assumptions*) estabelecidas a partir da perspectiva de que alguma mudança brusca viesse a ocorrer no Brasil. Nem todas as hipóteses eram coerentes entre si: há a previsão de distintos cenários de desenvolvimento de uma crise no Brasil, cada um com prognósticos diferentes de respostas por parte dos Estados Unidos. Em resumo, as sete primeiras Hipóteses conjecturavam possíveis desdobramentos relacionados ao que os norte-americanos chamavam de manobras de Goulart para “superverter” o sistema, conforme definição de Gordon. Assim, acreditava-se que o presidente brasileiro continuaria a executar seus planos de “acomodação e agitação demagógica”, incentivando a infiltração “ultra-nacionalista e comunista” em importantes postos do governo, sindicatos e outros grupos sociais de destaque.

Segundo o documento, Goulart também continuaria a nomear “esquerdistas e ultra-nacionalistas” para cargos importantes da hierarquia militar, tentando sempre fortalecer a posição destes grupos frente aos militares pró-Estados Unidos. Como objetivo último, Goulart pretendia implantar uma ditadura de tipo varguista ou peronista no Brasil. Em resposta, esperava-se uma ofensiva de setores militares brasileiros para “restaurar a ordem constitucional” e afastar os “perigos” envolvidos nestas manobras de Goulart.

³¹⁵ “Very extensive change can occur on very short notice in a country situation as volatile and uncertain as that in Brazil”. **U.S. Short Term Policy Toward Brazil**, memorando produzido por Lincoln Gordon, funcionário do ARA/BR e AID/LA, enviado pelo Secretário Executivo do Departamento de Estado, Benjamin H. Read, para o Conselheiro Especial do presidente Kennedy sobre Assuntos de Segurança Nacional, McGeroge Bundy, Washington DC, 01/10/1963. Localização: JFK Library, série National Security Files (Country File Brazil), caixa 14A, pasta Brazil General 1-15/10/1963.

O segundo cenário de crise previsto pelos estrategistas estadunidenses não estava ligado essencialmente às ações do presidente, mas a uma *crise do regime político-econômico*. De acordo com a Hipótese número 9, “os militares pareciam ser a única força capaz de manter e restaurar a ordem pública – e, se necessário, um governo ordeiro – *caso a deterioração política e econômica produzida pelas políticas do atual regime saiam do controle*”. No mesmo sentido, a Suposição ou Hipótese de número 12 sustentava

12. A inépcia e as manipulações políticas de Goulart, combinados com uma inflação crescente e outros tipos de deterioração econômica, poderiam criar tensões políticas e sociais suficientes a ponto de causar a sua ‘remoção’ ou ‘retirada’ da presidência, provavelmente a partir de um “apelo” militar, *sem que ele tenha tomado atitudes inconstitucionais óbvias*.³¹⁶

Até onde sabemos, este é o primeiro documento produzido por norte-americanos com a previsão de um cenário em que Goulart poderia vir a ser removido do poder não em função de alguma medida inconstitucional de sua parte, mas devido a uma crise do regime. Destaca-se nesta fonte a postura defendida pelos redatores do documento como a resposta adequada do governo dos Estados Unidos a essa situação extrema. Como de praxe em documentos deste tipo, são elencadas uma série de Linhas de Ação Políticas que deveriam orientar as agências governamentais nas suas relações com o Brasil. Conforme os oficiais norte-americanos, o governo dos Estados Unidos deveria

14. Conferir rápido reconhecimento e apoio a *qualquer regime* que os brasileiros instalem para suplantar o regime de Goulart, caso este novo regime pareça razoavelmente firmemente instalado e ofereça perspectivas de uma administração mais construtiva e amigável, mas

³¹⁶ “The military appear to be the only force capable of maintaining and restoring public order – and, if necessary, orderly government – should the political and economic deterioration produced by the policies of the present regime ‘get out of hand’”; “12. Goulart’s own ineptitude and political manipulations, coupled with increasing inflation and other economic deterioration, may create sufficient political and social tensions as to bring about his ‘removal’ or ‘withdrawal’ from the Office of President, probably at military ‘urging’, without his having taken obviously unconstitutional steps”. U.S. Short Term Policy Toward Brazil, *idem*. Itálicos meus.

pressionando fortemente para ações que sigam um caminho constitucional na medida do possível.³¹⁷

Naturalmente, a expressão “qualquer regime” não inclui aqueles de esquerda ou comunistas. A orientação deixa clara a possibilidade de que os Estados Unidos viessem a apoiar um regime estabelecido à margem da Constituição brasileira, embora essa não fosse a via preferida. Aconselhava-se também que os Estados Unidos evitassem se envolver direta ou indiretamente em alguma manobra para derrubar Goulart, “a não ser que houvesse claras indicações de sérias possibilidades de tomada política do poder por elementos subservientes e apoiados por um governo estrangeiro”. Nesse caso, “considerações de curso de ação podem ser direcionados mais diretamente à ameaça de golpe [apoiado por governo estrangeiro] do que contra Goulart (embora algumas ações possam resultar contra este último)”³¹⁸.

Frente a estas Hipóteses, os redatores do memorando elaboraram doze Objetivos (*Objectives*) gerais para a abordagem política estadunidense. O primeiro deles não poderia ser mais claro:

1. Promover e fortalecer em todos os setores da vida democraticamente orientada no Brasil forças que possam restringir excessos não-democráticos ou antidemocráticos de Goulart e seus apoiadores de extrema-esquerda ou ultra-nacionalistas (e também da extrema-direita, de acordo com a extensão limitada de sua ameaça), e *facilitar a mais favorável possível sucessão* na eventualidade de que uma *crise do regime leve à remoção de Goulart*, e em todo o caso nas eleições de 1965.³¹⁹

³¹⁷ “Give quick recognition and support to any regime which the Brazilians install to supplant the Goulart regime if it seems reasonably firmly installed and offers prospects of providing a more constructive and friendly administration, but press hard for action to follow constitutional paths insofar as possible”. U.S. Short Term toward Brazil, *ibidem*.

³¹⁸ “Barring clear indications of serious likelihood of a political takeover by elements subservient to and supported by a foreign government”; “consideration of courses of action would be directed more broadly but directly to the threatened takeover, rather than against Goulart (although some action against the latter might result)”. U.S. Short Term Toward Brazil, *ibidem*.

³¹⁹ “1. Promote and strengthen in all sectors of Brazilian life democratically oriented forces which can restrain undemocratic or anti-democratic excesses by Goulart or his extreme leftist or ultranationalist supporters (and also, to the limited extent it threatens, by the extreme right as well), and to facilitate the most favorable possible succession in the event that a crisis of regime leads to Goulart’s removal, and in any case in the elections of 1965”. U.S. Short Term Policy Toward Brazil, *ibidem*. Itálicos meus.

Os outros objetivos relacionavam-se a medidas para fortalecer os setores civis e militares brasileiros favoráveis aos Estados Unidos, bem como melhorar a imagem das empresas e do governo estadunidense no Brasil. Para tanto, uma das Linhas de Ação Política elaboradas no documento propunha:

2. Promover energicamente a Aliança para o Progresso como um programa reformista e de longo prazo, através de discursos públicos, *lobby* congressional, contato com oficiais públicos e, quando necessário, ação direta, tal como defesa de atos específicos executivos e legislativos (como a reforma agrária), que permitam identificar claramente os Estados Unidos à mudanças construtivas. Esta linha de ação será perseguida mais efetivamente em relação a projetos específicos e conquistas que demonstrem o caráter construtivo e reformista da Aliança.³²⁰

Como afirmamos nos capítulos 2 e 3, melhorar a imagem da Aliança para o Progresso era um dos principais objetivos das ações de propaganda coordenadas pela USIA na América Latina. No excerto acima, contudo, o que estava sendo proposto era a utilização da Aliança para o Progresso para melhorar a imagem dos Estados Unidos. Implicitamente, os idealizadores deste *U.S. Short Term Policy Toward Brazil* reconheceram que a Aliança para o Progresso não estava alcançando os resultados almejados no país. Mas, de quem seria a responsabilidade por este insucesso?

Em memorando escrito em novembro de 1962 e dirigido ao presidente norte-americano, o Conselheiro Especial do presidente Kennedy sobre Assuntos Latino-Americanos, Ralph Dungan, havia culpado o Brasil pelas falhas do programa da Aliança para o Progresso: “nossas falhas no Brasil [relacionadas à Aliança para o Progresso] (...) são fundamentalmente falhas dos brasileiros e são políticas por natureza”³²¹. Em 1963, a estratégia de

³²⁰ “15. Forcefully promote the Alliance for Progress as a reformist, forward-looking program – by means of public statements, congressional lobbying, contact work with public officials and – when necessary – direct action, such as advocacy of specific executive and legislative acts (e.g. agrarian reform) which will clearly identify the U.S. with constructive change. This line will be pursued most effectively in relation to specific projects and accomplishments which demonstrate the constructively reformist character of the Alliance”. *U.S. Short Term Policy Toward Brazil, ibidem*.

³²¹ “Our failures in Brazil (...) are fundamentally Brazilian failures and political in nature”. **Memorandum for the President**, de Ralph Dungan para o presidente Kennedy, Washington DC, 21/11/1962. Localização: JFK Library, série National Security Files (Country File Brazil), caixa 13, pasta Brazil General 16-30/11/1962. No capítulo 2, nos referimos a um telegrama

responsabilização do governo brasileiro era retomada. Dentre as dezoito Linhas de Ação Econômicas contidas no *U.S. Short Term Policy Toward Brazil*, a décima quinta aconselhava o seguinte:

15. Promover energicamente, em todos os meios disponíveis, o mais extensivo uso de todos os meios de comunicação para (a) vender a Aliança para o Progresso, (b) defender a causa do investimento privado. Filmes sobre a Aliança para o Progresso, por exemplo, podem ser produzidos para contar as histórias de sucesso no Brasil e em outros países latino-americanos, *deixando implícito ao mesmo tempo indícios de falhas ou omissões do governo brasileiro.*³²²

E, de acordo com a Linha de Ação Econômica número 3, os Estados Unidos também deveriam:

3. Desenvolver e manter um programa substancial de assistência direcionado a projetos específicos, tangíveis e de impacto, que possam ser corretamente administrados, e que possam contribuir significativamente para o desenvolvimento do Brasil, e construir uma imagem amplamente mais favorável do papel dos Estados Unidos na Aliança para o Progresso, o que já aconteceu em algumas partes do Brasil (como a reabilitação dos incêndios no Paraná, extensão do programa no Nordeste, projetos de melhorias na agricultura, etc.). A administração de tal programa deve levar em conta a performance na esfera da política financeira e econômica, *mas a disponibilidade de fundos não deve estar atada a isto.*³²³

escrito pelo Subsecretário de Estado, George Ball, no qual este afirmava que os Estados Unidos eram meramente um “parceiro-júnior” da Aliança para o Progresso, e quase toda a responsabilidade pelo sucesso do programa dependia, portanto, do esforço dos vários países latino-americanos.

³²² “Promote, through all available means, the most extensive use of all news media (a) to sell the Alliance for Progress, (b) to present the case for foreign investment. Feature presentations on the Alliance for Progress, for example, can be designed to recount success stories in Brazil and in other Latin American countries, at the same time carrying implicitly an indictment of the failure or omissions of the Brazilian Government”. *U.S. Short Term Policy Toward Brazil*, *ibidem*. Itálicos meus.

³²³ “Develop and maintain a substantial program of program assistance which is directed to specific, tangible, soundly-formulated projects, which will be soundly administered, which will contribute significantly to Brazil’s development, and which will build more widely the favorable image of U.S. role in the Alliance for Progress which has already taken hold in some parts of Brazil (Parana post-fire-disaster rehabilitation; extension of Northeast program; agricultural improvement projects, etc.). The administration of such a program should take account of, but the availability of funds should not be tied to, performance in the larger sphere of financial and economic policy”. *U.S. Short Term Policy toward Brazil*, *ibidem*. Itálicos meus.

O novo foco da assistência financeira norte-americana ao Brasil, voltado a projetos específicos, foi identificado por Parker:

A política mudou para dar importância aos 'empréstimos para projeto' – empréstimos ligados especificamente a uma atividade – em oposição aos empréstimos para programa, os quais proporcionavam assistência geral a todo o esforço de desenvolvimento e se relacionavam com a política macroeconômica.³²⁴

5.7 O Apoio à Ditadura Civil-Militar pela Aliança para o Progresso

Como previsto no *U.S. Short Term Policy Toward Brazil* de outubro de 1963, os Estados Unidos rapidamente reconheceram o regime que emergiu do golpe de estado civil-militar realizado no Brasil em 1º de abril de 1964, conferindo-lhe legitimidade e apoio político. Segundo Henrique Pereira,

O governo norte-americano, especialmente através de seu embaixador no Brasil, não titubeou em fortalecer economicamente o novo regime brasileiro. Depois das decisivas gestões de Lincoln Gordon, a AID aprovou, em junho de 1964, um empréstimo de cerca de 50 milhões de dólares para o novo governo. Seis meses depois, a AID autorizou novo empréstimo de cerca de 250 milhões. Todo esse volume de recursos foi prioritariamente destinado aos programas e projetos que originalmente eram atendidos pela Aliança para o Progresso.³²⁵

A nova administração estadunidense de Lyndon Baines Johnson (Kennedy havia sido assassinado em 22 de novembro de 1963), seguindo uma filosofia política que já vinha sendo aplicada por seu antecessor, rapidamente mobilizou-se para elaborar novas estratégias de ação política e econômica em

³²⁴ Parker, *op. cit.*, p. 70. Esta nova postura opunha-se ao que fora acordado na reunião de Punta del Este, no lançamento da Aliança para o Progresso. Naquele momento, afirmava-se que a "assistência financeira" deveria estar vinculada a um programa maior de "estabilização" e de "reformas" econômicas

³²⁵ Ver PEREIRA, Henrique Alonso de Albuquerque Rodrigues. *Criar Ilhas de Sanidade: os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil (1961-1966)*. Tese de doutorado não-publicada, defendida na PUC-SP em maio de 2005. p. 282.

relação ao Brasil. Estas estratégias foram resumidas em mais um documento intitulado *U.S. Short Term Policy Toward Brazil*, de 05 de agosto de 1964. Nesse momento, os objetivos da administração estadunidense eram os seguintes:

- I. Máximo possível de estabilidade, efetividade e orientação democrática do governo brasileiro e do sistema político;
- II. Melhora do bem-estar econômico das massas urbanas e rurais para reduzir a sua suscetibilidade à demagogia extremista;
- III. Redução substancial da inflação e reequilíbrio de um adequado crescimento econômico;
- IV. Um clima mais favorável para a empresa privada, tanto doméstica quanto estrangeira;
- V. Um movimento sindical mais efetivo e responsável que seja crescentemente livre da dominação do governo, crescentemente democrático em sua orientação e mais representativo dos trabalhadores urbanos e rurais;
- VI. Uma melhor orientação à moderação democrática e longe do extremismo esquerdista por parte dos estudantes, grupos de estudantes e jovens em geral, e um redirecionamento das energias deste grupo para canais construtivos;
- VII. Manutenção e fortalecimento do pensamento democrático e da amizade para com os Estados Unidos entre os militares brasileiros;
- VIII. Crescente entendimento e amizade com (a) os Estados Unidos e seu sistema democrático e de livre empresa, e (b) a Aliança para o Progresso.
- IX. Continuação e fortalecimento da atual disposição anticomunista e pró-Occidente da política externa do Brasil, tanto em termos hemisféricos quanto mundiais.³²⁶

Nesse documento é notável a falta de menção às tão aclamadas “reformas” ligadas à proposta original da Aliança para o Progresso, que

³²⁶ “I. Maximum possible stability, effectiveness and democratic orientation of the Brazilian Government and political system; II. Betterment of the economic well-being of urban and rural masses to reduce their susceptibility to extremist demagoguery; III. A substantial reduction in the rate of inflation and the resumption of an adequate rate of economic growth; IV. A more favorable climate for private enterprise, both domestic and foreign; V. A more effective and responsible trade-union movement which is increasingly free of government domination, increasingly democratic in orientation and more broadly representative of urban and rural workers; VI. A greater orientation toward democratic moderation and away from leftist extremism on the part of students, student groups and youth in general, and a redirection of the energies of these groups into constructive channels; VII. The maintenance and strengthening of democratic thinking and friendship for the U.S. among the Brazilian Military; VIII. Increased understanding of and friendship toward (a) the U.S. and its democratic, free-enterprise system, and (b) the Alliance for Progress; IX. The continuance and strengthening of the present anti-communist, pro-Western disposition of Brazil’s foreign policy, both Hemispheric and world-wide”. **Proposed U.S. Short Term Policy toward Brazil**, documento produzido pelo ARA/BR, sem remetentes nem destinatários identificados, Washington DC, 05/08/1964. Localização: JFK Library, série National Security Files, caixa 391, pasta Brazil 12/63-09/64.

defendia a distribuição mais eqüitativa de renda e de terra para a população latino-americana. A preocupação com a melhora das condições de vida das massas urbanas e rurais da região passou a ser considerada apenas enquanto meio de mantê-las longe da “demagogia extremista”. Também é digna de nota a ausência de exigências quanto ao cumprimento de pré-condições consideradas necessárias para a liberação de recursos provenientes da Aliança para o Progresso. A única condição exigida ao novo regime era que este mantivesse a ordem que o governo dos Estados Unidos considerava “democrática”, ou, no mínimo, que não cometesse “excessos antidemocráticos”.

Os estrategistas norte-americanos consideravam que sua atuação no Brasil no período posterior ao golpe de estado deveria ser discreta. Por isso, aconselhavam:

2. *Discretamente* apoiar e assistir investigações, revelações, campanhas de informação e outras medidas que possam desacreditar o Goulartismo e suas personalidades principais, criando uma apreciação popular de sua incompatibilidade com e o perigo para as instituições e valores brasileiros. Evitar nesse sentido qualquer aparência de patrocínio ou maquinação dos Estados Unidos.

3. Continuar a pressionar *discretamente* pela mitigação de medidas repressivas nas quais algumas autoridades no período pós-revolucionário podem ter-se engajado, ou passam engajar-se, ressaltando quando apropriado que esses danos à imagem internacional do regime tornam assistência ou cooperação mais difíceis, ou carregam as sementes de uma reação política potencialmente perigosa.

5. *Discretamente* promover um ou mais grupos ‘apolíticos’ no Brasil para organizar e mobilizar apoio político para o regime de Castello Branco e para promover continuidade democrática na seleção de seu sucessor. O grupo poderia incluir líderes da indústria, de sindicatos, governos, políticos, etc., e trabalhar através (ou próximo quando apropriado) aos partidos políticos existentes, órgãos de informação, grupos de interesse e organizações. Consideração especial deve ser dada à alguma organização feminina nesse sentido.

6. Fortalecer, com os recursos de orçamento disponíveis, assistência dos Estados Unidos para o Brasil para estabelecer um efetivo aparato de segurança interna em nível federal e estadual, levando-se em consideração a determinação tanto do governo federal quanto dos estaduais em lidar com estes problemas. Estar preparado para ajustar o programa de treinamento de polícias para que nós possamos assistir o estabelecimento de uma agência federal similar ao FBI, se tal força vier a existir, e trabalhar com outros governos estaduais. Do lado militar, explorar qualquer interesse renovado em técnicas de contra-insurgência através de treinamento de equipes móveis e outros componentes do nosso MAP. (Manifestações de

atividades brasileiras renovadas, tais como a recentemente estabelecida escola de guerra na selva em Manaus, podem levar a uma melhora significativa das capacidades brasileiras nesta área crucial, se explorada com propriedade).³²⁷

Entre as dezenas de objetivos apresentados pelo documento – referentes a assuntos militares, ao “crescimento econômico”, à “estabilização inflacionária”, incentivo à empresa privada, etc. – alguns possuíam uma tímida relação com os objetivos da Aliança para o Progresso. Ao final do ano de 1964, o programa já estava sofrendo o início de sua crise terminal. E, após o golpe civil-militar no Brasil, o texto da Carta de Punta del Este, caracterizado por diversas referências positivas às instituições da democracia representativa, já não podia mais servir de referência às políticas implementadas no país.

³²⁷ “2. Discreetly support and assist investigations, disclosures, information campaigns, and other measures which will discredit Goulartism and the key personalities thereof and bring a popular appreciation of their incompatibility with and danger to Brazilian institutions and values. Avoid in this any appearance of U.S. sponsorship or machination. 3. Continue to press discreetly for mitigation of the repressive measures in which some authorities in the post-revolution period have been engage, pointing out as appropriate that these damage the regime’s international image, make assistance or cooperation more difficult, or carry the seeds of a potentially dangerous political reaction. 5. Discreetly promote one or more ‘apolitical’ groups in Brazil to organize and mobilize political support for the Castello Branco regime and to promote democratic continuity in the selection of its successor. The group would include leaders from industry, labor, government, politics, etc. and work through (or around as appropriate) existing political parties, information organs, and interest groups and organizations. Special consideration should be given to a women’s organization in this connection; 6. Strengthen, within available budgetary resources, U.S. assistance to Brazil in establishing an effective internal security apparatus at both the state and federal levels, taking into account the determination of both the federal and state governments to come to grips with this problem. Be prepared to adjust the police-training program so that we will be able to assist the establishment of a federal law-enforcement agency similar to the FBI, if such a force comes into being, and to work with additional state governments. On the military side, exploit any renewed interest in counter-insurgency techniques through mobile training teams or other existing features of our MAP program. (Manifestations of renewed Brazilian activity, such as the recently-established jungle warfare school in Manaus, can, if properly explored, lead to a significant increase in Brazilian capabilities in this key area”. Proposed U.S. Short Term Policy toward Brazil, *ibidem*.

6. Considerações Finais

A Aliança para o Progresso foi elaborada como parte dos esforços estadunidenses de contenção às forças sociais contrárias aos interesses do governo dos Estados Unidos, quer fossem movimentos comunistas, de esquerda ou nacionalistas na América Latina. É importante destacar que não se pode atribuir o intervencionismo norte-americano – seja este de caráter político, econômico ou militar – nesta e em outras regiões do mundo, no período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, a fatores exclusivamente ligados às “exigências” do combate ao comunismo. A competição com o bloco soviético, sem dúvida alguma, foi importante elemento da política estadunidense, mas certamente não foi o principal motivo a determinar as ações (tanto internas quanto externas) do país na segunda metade do século XX. Em outras palavras, no caso da América Latina, havia a necessidade de combater o “inimigo interno” dos interesses do governo estadunidense, qualquer que fosse a sua orientação política.

Muitas vezes, este “inimigo interno” era identificado simplesmente como comunista. Esta simplificação, nem sempre correta, revelava uma preocupação fundamental dos estrategistas norte-americanos: a de enfrentar *qualquer* desafio às relações socioeconômicas que sustentam a dominação estadunidense, assim como deslegitimar as idéias contestadoras das prerrogativas atribuídas a esta posição privilegiada de país líder da ordem capitalista. Dito de outra forma, a Aliança para o Progresso e a luta contra o “inimigo interno” em geral foram apenas mais um capítulo do projeto de dominação global dos Estados Unidos.

Desse modo, aquilo que se denominou “ameaça comunista” na América Latina deve ser compreendido como um conjunto de ações de contestação de grupos políticos latino-americanos às estruturas socioeconômicas que, além de beneficiar as elites regionais, também asseguravam a realização dos interesses estadunidenses. Como se sabe, tais ações fazem parte de uma tradição de lutas sociais que marcam a história da própria formação do

continente americano, caracterizadas como resistência a uma dominação estrangeira quase sempre apoiada por um grupo instalado no poder local.

Ou seja, muito antes das idéias comunistas passarem a ser vistas como ameaça pelos Estados capitalistas, já existia na América Latina um repertório de experiências antiimperialistas capaz de justificar a resistência das populações latino-americanas às atividades dos Estados Unidos no continente. Em outras palavras, mesmo antes da Revolução Cubana, importantes movimentos da América Latina já não aceitavam a condição de “quintal” norte-americano. Evidentemente, a disseminação dos ideais comunistas entre os latino-americanos alimentou a ação dos movimentos de esquerda na década de 1960. Todavia, é um erro pensar que foram estas idéias as únicas responsáveis pela grande mobilização política contestatória do período. Quando ainda não conhecia Marx e Lênin, a América Latina já tinha José Martí e Simon Bolívar, entre outros ícones. Assim, as revoltas que eclodiam pelo continente envolviam alguns elementos que não permitiam considerá-las simplesmente como resultado de uma “ofensiva comunista” capitaneada pelo bloco soviético.

Levar isso em consideração é importante para entender que, apesar de tentar atribuir à propaganda anticomunista na América Latina o caráter de contra-propaganda, como se estivesse se colocando em uma posição defensiva, os Estados Unidos tinham, na verdade, um papel bastante *ativo* no que se refere à irrupção de muitas dessas revoltas, especialmente na América Central. Não se pode esquecer que, antes mesmo de poder ser caracterizada como comunista, a Revolução Cubana foi impulsionada por idéias antiimperialistas, voltadas primeiramente contra a Espanha e posteriormente contra os próprios norte-americanos que tomaram posse da ilha. Dessa forma, a política estadunidense para a América Latina buscava, acima de tudo, assegurar sua posição hegemônica na região, não importando se a oposição a esse projeto fosse verdadeiramente comunista ou não.

Contudo, era interessante para os Estados Unidos associar indiscriminadamente os grupos políticos que não se aliavam às suas estratégias para a América Latina aos estereótipos produzidos pela propaganda anticomunista, atribuindo um caráter negativo às transformações sociais obtidas por meio de revoluções. Como vimos nos exemplos de material

de propaganda elaborados pela USIA, buscava-se convencer, ao mesmo tempo, sobre a possibilidade de transformações realizadas por vias “pacíficas” e “democráticas”, mediante cooperação dos indivíduos de “boa vontade”.

Ou seja, mais do que atacar a via de transformação revolucionária que seduzia a muitos latino-americanos, os estrategistas estadunidenses sentiram a necessidade de propor vias alternativas para superação dos principais problemas latino-americanos. Estes ideólogos tiveram sensibilidade suficiente para perceber que as demandas da população do continente eram reais e urgentes. Portanto, apenas um discurso verdadeiramente progressista poderia tentar convencê-las da possibilidade de obter benefícios dentro dos limites do sistema capitalista. Assim, para defender a superioridade da democracia liberal e da livre iniciativa surgiu a Aliança para o Progresso.

No segundo capítulo vimos que o governo dos Estados Unidos levou a cabo uma série de esforços para que os países latino-americanos encarassem a Aliança para o Progresso como uma empreitada conjunta rumo à superação do “subdesenvolvimento”. Evidentemente, esta era uma atitude no mínimo hipócrita do governo estadunidense. Primeiramente, porque dentro dos limites do sistema de capital essa meta é uma impossibilidade objetiva³²⁸. Em segundo lugar, a elite política norte-americana, ao propor a Aliança para o Progresso, não estava verdadeiramente preocupada com as péssimas condições de vida de boa parte da população latino-americana, apenas temiam que essa realidade viesse a provocar revoltas contra o sistema, colocando em risco os seus interesses na região.

A administração dos Estados Unidos tentou, assim, apresentar a Aliança para o Progresso como um projeto mais amplo do que um mero programa de assistência econômica, que era o modo pelo qual ela seria vista por diversos políticos latino-americanos. Embora esse não tenha sido o foco desta dissertação, ficou evidenciado que alguns políticos brasileiros (Adhemar de Barros, Carlos Lacerda e Seixas Dória) recorriam aos norte-americanos com a expectativa de receber auxílio financeiro.

³²⁸ Para Arrighi, “todo projeto de desenvolvimento, quando idealizado pelas potências hegemônicas capitalistas, fosse ele orientado pelo mecanismo de *foreign aid* ou não, não poderia passar de uma ilusão. O objetivo, na verdade, era manter o grau de subdesenvolvimento das áreas que se alegava estar querendo desenvolver”. ARRIGHI, Giovanni. *A Ilusão do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 34.

Ainda no segundo capítulo, foi discutida a relação entre grandes empresários estadunidenses e o projeto da Aliança para o Progresso. Ficou claro que estes homens de negócio tinham, em relação ao programa, expectativas bem determinadas: ampliar as oportunidades de investimentos na América Latina, aproveitando-se da estrutura governamental para apoiar suas ações. Essa aproximação entre setor público e privado não foi, de forma alguma, episódica nem casual. Como afirma István Mészáros,

Os países capitalistas dominantes sempre defenderam (e continuam a defender) seus interesses econômicos vitais como combativas entidades nacionais, apesar de toda a retórica e mistificação em contrário. Suas companhias mais poderosas estabeleceram-se e continuam a funcionar pelo mundo afora; são “multinacionais” apenas no nome. Na verdade, são corporações transnacionais que não se sustentariam por si mesmas.³²⁹

Por isso, é interessante observar que o afastamento dos empresários norte-americanos do programa da Aliança para o Progresso não ocorreu porque governo e setor privado operassem sob lógicas distintas. Como ficou evidenciado, um dos principais problemas da Aliança para o Progresso, na visão desse grupo, é que o discurso a ela associado seria excessivamente “revolucionário”³³⁰. Não deixa de ser irônico o fato de que, ao ser obrigado a elaborar um discurso “avançado” o suficiente para fazer frente aos ideais comunistas ou de outras posturas políticas, o governo norte-americano tenha

³²⁹ MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital – Rumo a uma Teoria da Transição*. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 229. Nesse mesmo sentido, Magdoff enfatiza que “é importante ter em mente que praticamente todas as multinacionais são de fato organizações nacionais que funcionam em escala global. Não estamos negando que o capitalismo seja, e sempre foi, desde o início, um sistema mundial, nem que tal sistema tenha se tornado mais integrado por ação das multinacionais. Contudo, assim como é essencial compreender e analisar o capitalismo como sistema mundial, é igualmente necessário admitir que cada empresa capitalista se relaciona ao sistema mundial por intermédio do Estado-nação e, em última análise, dele depende”. MAGDOFF, Harry. “Imperialism: from the Colonial Age to the Present”. New York: Monthly Review Press, 1978, p. 183 *apud* Mészáros, *idem*.

³³⁰ Esta linguagem excessivamente “revolucionária” da Aliança para o Progresso, de acordo com membros do COMAP, foi discutida em um memorando apresentado no segundo capítulo. Ver **W.R. & Grace Co., Executive Vice President**, de Felix Larkin, vice-presidente executivo da W. R. Grace para Jack Behrman, Secretário-Assistente de Assuntos Internacionais do Departamento de Comércio e membro da COMAP, 05/03/1963. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Jack N. Behrman, caixa 9, pasta Latin America Business Committee Correspondence 02-03/63.

utilizado uma linguagem “revolucionária” que não agradou as elites latino-americanas nem as estadunidenses. Ou seja, a Carta de Punta del Este e a propaganda da Aliança para o Progresso “venderam” idéias que iam além daquilo que a base de apoio dos Estados Unidos estava disposta a realizar.

Apesar de fazer a apologia do papel da empresa privada no desenvolvimento da América Latina, o programa da Aliança para o Progresso continha algumas disposições que desagradavam aos tenazes defensores do liberalismo, como David Rockefeller. Desse modo, não causa estranheza a sua oposição ao projeto. E, em vista da importância desses personagens no cenário político norte-americano, também não surpreende que John F. Kennedy tenha se empenhado pessoalmente em aproximar Rockefeller de sua administração. A partir deste momento, no final de 1963, o projeto da Aliança para o Progresso sofria então o primeiro sintoma de sua crise. Embora não tenha sido abandonado por seus elaboradores, o projeto não dispunha de resultados concretos que pudessem ser divulgados de maneira positiva aos interesses do governo norte-americano.

No que se refere à política externa estadunidense para a América Latina, o grande trunfo da administração Kennedy foram os programas de expansão e aparelhamento das forças policiais, analisado no terceiro capítulo. Embora não fossem necessariamente ligados à Aliança para o Progresso, pode-se entender que estes fossem complementares. O destaque recebido pela doutrina de contra-insurgência e da segurança interna dentro do governo estadunidense acabou por transformar a “estabilidade”, entendida como ausência de conflitos sociais, em pré-requisito para o sucesso das metas da Aliança para o Progresso. Nitidamente, as ações repressivas ganharam destaque em relação às reformas progressistas.

Se nos detivéssemos apenas no estudo da Aliança para o Progresso, poderíamos ter sido levados a considerar que a política externa norte-americana no início da década de 1960 havia reformulado suas estratégias de atuação na América Latina. Todavia, como nos preocupamos em tentar identificar os outros aspectos que constituíam essa política, pudemos perceber que elementos de violência nunca estiveram ausentes. Assim, pode-se afirmar que a Aliança para o Progresso só pôde assumir uma roupagem “progressista” e “democrática” porque outros programas do governo norte-americano

continuaram a assegurar que os objetivos de sua política externa seriam protegidos a qualquer custo.

Essa observação é pertinente para que se possa questionar o mito de que a morte de John F. Kennedy tenha sido responsável pelo desencadeamento de ações mais agressivas dos Estados Unidos na América Latina. A política externa do governo Kennedy não se resumia à Aliança para o Progresso. Como vimos, foi essa administração que inaugurou as escolas de formação de policiais que mais tarde se tornariam famosas por terem sido centros de treinamento de torturadores das ditaduras latino-americanas. Além disso, o próprio Kennedy deu início às mudanças que levaram ao enfraquecimento da Aliança para o Progresso no interior do governo norte-americano (como foi o caso da formação do Comitê de Negócios para a América Latina e também da centralização de atribuições no cargo de Secretário-Assistente de Estado para Assuntos Interamericanos, que veio a ser ocupado por Thomas Mann).

Outro fato que afeta a reputação de “democrata” do presidente norte-americano é o processo de desestabilização do governo brasileiro, iniciado em sua gestão, como analisado no último capítulo. Em vista disso, as críticas de Schlesinger dirigidas a Thomas Mann – que no exercício de suas funções como embaixador no México, teria demonstrado “pouca paciência com intelectuais mexicanos e com o esforço de estabelecer um honesto e livre intercâmbio de idéias” – não parecem fazer muito sentido. Afinal, o governo que Schlesinger sempre defendeu tampouco foi guiado pela “honestidade” e “intercâmbio livre de idéias”. A administração Kennedy também utilizou-se da “lógica de ação no subterrâneo”, como foi o caso da relação estabelecida entre o governo dos Estados Unidos e o complexo IPES/IBAD no Brasil, que só veio à tona décadas mais tarde.

Por discordar da orientação política do governo João Goulart, o governo Kennedy estabeleceu mais de uma estratégia de ação para tentar dissuadir o presidente brasileiro a “corrigir” o rumo de sua administração. Nesse contexto, a Aliança para o Progresso passou a cumprir um papel específico: o de fortalecer políticos e grupos brasileiros que faziam oposição ao governo do país. Aqui, claramente, o programa serviu como um instrumento de intervenção na política brasileira. Não temos condição de avaliar quais foram os resultados

efetivos dessa ação. No entanto, não se pode ignorar que a política das “ilhas de sanidade administrativa” buscava, em última instância, realizar essa intervenção. Ou seja, desconhecemos o resultado, mas podemos identificar a intenção. Desse modo, a Aliança para o Progresso acabou por cumprir no Brasil uma função não prevista expressamente por seus idealizadores. Ainda assim, isso não significa dizer que sua proposta tenha sido subvertida: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política, a Aliança para o Progresso sempre foi, em essência, um instrumento de intervenção nas lutas sociais da América Latina.

7 Referências Bibliográficas

AGEE, Philip. *Dentro da "Companhia": Diário da CIA*. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.

AYERBE, Luís Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a Construção da Hegemonia*. São Paulo: UNESP, 2002.

ARIET, Maria del Carmem, SALADO, Javier. *Ernesto Che Guevara – Punta del Este: Projeto Alternativo de Desenvolvimento para América Latina*. Melbourne: Ocean Press, 2003.

ARRIGHI, Giovanni. *A Ilusão do Desenvolvimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BANDEIRA, Luís Alberto Moniz. *O Governo João Goulart – As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BIRD, Kai. *The Color of Truth: McGeorge and William Bundy, Brothers in Arms: A Biography*. New York: Simon and Schuster, 1998.

BLACK, Jan Knippers. *United States Penetration of Brazil*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1974.

CHOMSKY, Noam. *Rethinking Camelot: JFK, the Vietnam War, and U.S. Political Culture*. Boston: South End Press, 1993.

COUTINHO, Carlos Nelson. *O Estruturalismo e a Miséria da Razão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

DANTAS, San Tiago. *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

DUTRA, Elói. *IBAD: Sigla da Corrupção*. Rio de Janeiro: editora Civilização Brasileira, 1963.

EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Boitempo e Unesp, 1997.

_____. *Depois da Teoria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FICO, Carlos. *O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos Anos de Chumbo – o Governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar Brasileira*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2008.

GOMES, Angela de Castro, FERREIRA, Jorge. *Jango: As Múltiplas Faces*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

GORDON, Lincoln. *A Segunda Chance do Brasil – a Caminho do Primeiro Mundo*. São Paulo: SENAC, 2002.

GRÉMION, Pierre. *Intelligence de l'anticommunisme: le Congrès pour la Liberté de la Culture a Paris (1950-1975)*. Paris: Fayard, 1995.

HALBERSTAM, David. *The Best and the Brightest*. New York: Ballantine Books, 1992.

HUGGINS, Martha. *Polícia e Política: Relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Editora Cortez, 1998.

KUNZ, Diane. *The Diplomacy of the Crucial Decade: American Foreign Relations during the 60's*. New York: Simon & Schuster, 1994.

LANGGUTH, A. J. *A Face Oculta do Terror*. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.

LATHAM, Michael. *Modernization as Ideology: American Social Science and "Nation Building" in the Kennedy Era*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2001.

LEACOCK, Ruth. *Requiem for Revolution – The United States and Brazil (1961-1969)*. Kent, OH: The Kent State University Press, 1990.

LESSA, Sérgio. *Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2007.

LESSA, Sérgio & PINASSI, Maria Orlanda (orgs.). *Lukács e a Atualidade do Marxismo*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MAGDOFF, Harry. *A Era do Imperialismo*. São Paulo: HUCITEC, 1978.

MANGOLD, Tom. *Cold Warrior: James Jesus Angleton: The CIA's Master Spy Hunter*. New York: Simon and Schuster, 1991.

MARX, Karl. *O Capital – Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, Volume I, Tomo I, 1984.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MÉSZÁROS, István. *O Poder da Ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *Para Além do Capital – Rumo a uma Teoria da Transição*. São Paulo: Boitempo e UNICAMP, 2002.

MILIKAN, Max F., ROSTOW, Walt Whitman. *A Proposal: Key to an Effective Foreign Policy*. New York: Harper & Bros., 1957.

NAFTALI, Timothy (ed.). *The Presidential Recordings: John F. Kennedy – The Great Crisis, Volume 1 (July 30-August 1962)*. New York: W. W. Norton & Company, 2001.

O'REILLY, Kenneth. *Racial Matters: The FBI's Secret File on Black America (1960-1972)*. New York: The Free Press, 1989.

PANIAGO, Cristina. *Mészáros e a Incontrolabilidade do Capital*. Maceió: EDUFAL, 2007.

PARKER, Phyllis R. *1964: o Papel dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 31 de Março*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

PERLOFF, Harvey. *Alliance for Progress: a Social Invention in the Making*. Baltimore: University of Baltimore Press, 1989.

RABE, Stephen. *The Most Dangerous Area in the World: John F. Kennedy Confronts Communist Revolution in Latin America*. Chapel Hill and London: University of North Carolina Press, 1999.

RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria – O Anticomunismo Brasileiro sob o Olhar Norte-Americano (1945-1964)*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2007.

ROSTOW, Walt Whitman. *As Etapas do Crescimento Econômico – Um Manifesto Não-Comunista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SANCHÉZ, José Acosta. *El Imperialismo Capitalista*. Barcelona: Blume, 1977.

SAUNDERS, Frances Stonor. *La CIA y la Guerra Fría Cultural*. Barcelona: Debate, 2002.

SCHLESINGER JR., Arthur. *Mil Dias: John F. Kennedy na Casa Branca*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SCHEMAN, Ronald. *The Alliance for Progress: a Retrospective*. New York: Harper, 1988.

SCOTT-SMITH, Giles, KRABBENDAM, Hans (ed.). *The Cultural Cold War in Western Europe (1945-1960)*. London: Frank Cass Publishers, 2003.

SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: Poder e Submissão; uma História da Política Norte-Americana em relação à América Latina*. São Paulo: EDUSC, 2000.

TAFFET, Jeffrey. *Foreign Aid as Foreign Policy: The Alliance for Progress in Latin America*. New York, Routledge, 2007.

TAVARES, Flávio. *O Che Guevara que Conheci e Retratei*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2007.

THOMAS, Evan. *The Very Best Men: Four Who Dared – The Early Years of the CIA*. New York: Simon and Schuster, 2006.

THOMPSON, Edward Palmer. *A Miséria da Teoria, ou um Planetário de Erros – uma Crítica ao Pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TRÍAS, Vivian. *Historia del Imperialismo Norteamericano*. Buenos Aires: Peña Lillo, 1975, terceiro volume.

WILLIAMS, Raymond. *Culture and Materialism*. London: Verso, 2007.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra Capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2003.

ŽIŽEK, Slavoj (org.). *Um Mapa da Ideologia*. São Paulo: Contraponto, 1996.

Artigos de periódicos

COSTA, Gilmaísa Macedo da. “Lukács e a Ideologia como Categoria Ontológica da Vida Social”. *Urutágua*, Maringá, n. 9, 2003.

LATHAM, Michael E. “Ideology, Social Science and Destiny: Modernization and the Kennedy-Era Alliance for Progress”. *Diplomatic History*, vol. 22, número 2 (Spring 1998).

PETRAS, James, VELTMAYER, Henry. “Age of Reverse Aid: Neo-Liberalism as Catalyst of Regression”. *Development and Change*, Oxford, 2002.

ROTHKOPF, David J. “Inside the Committee that Runs the World”. *Foreign Policy*, Boston, n. 147, março-abril de 2005.

TAFFET, Jeffrey. "Selling the Alliance: US Propaganda VS. Chilean Editorial Cartoons during the 1960's". *International Journal of Comic Art*, volume 6, número 1 (Spring 2004).

VAISMAN, Ester. "A Ideologia e sua Determinação Ontológica". *Revista Ensaio n. 17/18*. São Paulo: Ensaio, 1989.

Dissertações de mestrado

BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: Terrorismo de Estado e Ação de Polícia Política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. UFRGS, 2006.

LACERDA, Gustavo Biscaia de. *Panamericanismos entre a Segurança e o Desenvolvimento: a Operação Pan-Americana e a Aliança para o Progresso*. UFPR, 2004.

Teses de doutorado

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no Hay... Terror de Estado e Segurança Nacional – Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, 2005.

PEREIRA, Henrique Alonso de Albuquerque Rodrigues. *Criar Ilhas de Sanidade: os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil (1961-1966)*. Tese de doutorado não-publicada, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da PUC-SP, 2005.

RIBEIRO, Ricardo Alaggio. *A Aliança para o Progresso e as Relações Brasil-Estados Unidos*. Tese de doutorado não-publicada apresentada ao Departamento de Ciência Política da UNICAMP, 2006.

8 Lista de Documentos Utilizados em Ordem de Citação

Introdução

Memorandum, de Walter W. Rostow, Assistente-Especial do presidente Kennedy para Assuntos de Segurança Nacional, para o presidente Kennedy, Washington DC, 03/03/1961. Localização: JFK Library, fundo President's Office Files, caixa 64A, pasta Rostow 3/61-5/61.

Primeiro Capítulo

Report to the President of the Latin American Mission, de Arthur Schlesinger Jr., Assistente-Especial de Assuntos Latino-Americanos do presidente Kennedy para o presidente Kennedy, Washington DC, 10/03/1961. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Arthur Schlesinger Jr. (White House Files), caixa WH-2, pasta Alliance for Progress.

Hemispheric Policy, memorando de Adolf Berle, chefe da Força Tarefa sobre Problemas Imediatos Latino-Americanos para o presidente Kennedy, Washington DC, 25/04/1961. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Teodoro Moscoso, caixa 2, pasta Latin American Task Force Files.

Report to the President, de Adolf Berle, chefe da Força-Tarefa sobre Problemas Imediatos Latino-Americanos, para o presidente Kennedy, Washington DC, 07/07/1961. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Teodoro Moscoso, caixa 2, pasta Latin American Task Force Files.

An Expanded Propaganda Program in Latin America, de John McKnight, Diretor-Assistente da USIA para a América Latina, para Donald Wilson, Diretor-Assistente da USIA e Adolf Berle, chefe da Força-Tarefa sobre Problemas Imediatos Latino-Americanos, Washington DC, 05/07/1961.

Localização: NARA II, RG 59, fundo Office Files of the Deputy Assistant for Inter-American Affairs, caixa 1, pasta Propaganda Program in Latin America USIA

Latin American Policy Committee Draft Minutes Meeting #9, Washington, 25/05/1962. Documento liberado e enviado a mim através do *Freedom of Information Act* (FOIA).

Latin American Intellectual Community – Communist Target, memorando enviado por Richard Goodwin, Assistente-Especial do presidente, para o Secretário-Assistente de Estado para Assuntos Interamericanos, Edwin Martin, Washington DC, 09/02/1962. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Arthur Schlesinger Jr. (White House Files), caixa WH-35 (Classified Subject File), pasta Richard Goodwin 1961-1963.

Status Report on the Latin American Book Program, de Arturo Morales-Carrión, Secretário-Adjunto de Assuntos Interamericanos, para Dean Rusk, Secretário de Estado, e Edwin Martin, Secretário-Assistente de Estado de Assuntos Interamericanos, Washington DC, 27/07/1962. Localização: NARA II, RG 59, fundo Office Files of the Deputy Assistant Secretary 1959-1962, caixa15, pasta LAPC Cultural Committee.

The intellectual in Latin American Program, produzido pela USIA para o LAPC, Washington DC, 24/05/1962. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Jack Berhman, caixa 2, pasta Cultural Aspects Alliance for Progress.

Memorandum for the President, 05/09/1961, de Richard Goodwin para o Presidente Kennedy, p. 1. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Arthur Schlesinger Jr., caixa WH-18, pasta Political Warfare.

Relatório sobre materiais de propaganda que o IPES possuía para distribuição no final do ano de 1964 intitulado **Materiais Impressos para Distribuição**. Localização: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, fundo IPES (código do fundo: QL), caixa número 74, pacotilha 3.

A Punhalada, produzida pelo IPS/USIA e distribuído no Brasil por seu posto do Rio de Janeiro e pelo IPES, 06/04/1962, 200 mil cópias em português. Localização: NARA II, RG 306, fundo Pamphlets and Leaflets 1953-1983, caixa 8, pasta Stab in the Dark.

Los Expoliadores, série Historieta Dos Mundos, produzido pela IPS/USIA e distribuído por seus postos na América Latina, junho de 63, 877 mil

cópias em espanhol. Localização: NARA II, RG 306, fundo Pamphlets and Leaflets 1953-1983, caixa 8, pasta The Exploiters.

Segundo Capítulo

Commerce Committee of the Alliance for Progress (COMAP), memorando do Departamento de Estado, Comércio e AID para todos os postos do ARA, Washington DC, 26/06/1962. Localização: NARA II, RG 40, fundo COMAP, caixa 1, pasta Chrono COMAP 05-62.

Memorandum, do Secretário de Comércio dos Estados Unidos, Luther H. Hodges, para Peter Grace, presidente da W.R. Grace & Company, Washington DC, 25/02/1962. Localização: NARA II, RG 40, fundo COMAP, caixa 1, pasta AID Administrative Matters.

All COMAP Members, memorando de Peter W. Grace, presidente da COMAP e da W.R. Grace Company para Jack Behrman, Secretário-Assistente de Assuntos Internacionais do Departamento de Comércio e membro da COMAP, Chicago, 05/02/1963. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Jack N.Behrman, caixa 2, pasta COMAP Correspondence 1962.

How Much Progress – A Report for the Publisher of Time, do editor da revista Time para Teodoro Moscoso, Washington DC, 11/63. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Teodoro Moscoso, caixa 3, pasta How Much Progress – Report to the Publisher of Times 11/63.

Ofício COCAP número 100/62, de Paulo Nogueira Batista, coordenador da COCAP, para o sub-secretário do Ministério das Relações Exteriores, Carlos Alfredo Bernardes, Brasília, 16/10/1962. Localização: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC – FGV), fundo Paulo Nogueira Batista. Código do fundo: PNB ad 1962.03.14 e PNB ad 1963.00.00.

Criticism of the Alliance for Progress, do Subsecretário de Estado George Ball para todos os postos do ARA (American Republics Administration), Washington DC, 04/05/62. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of

Arthur Schlesinger Jr. (White House Files), caixa WH-2, pasta Alliance for Progress 04-05/62.

Vision Incorporated Memorandum, de Alexander Nimick Jr. vice-presidente da Vision Incorporated, para T. Graydon Upton. Diretor do BIRD, Washington DC, 09/02/1962. Localização: JFK Library, fundo President's Kennedy Office Files, caixa 95, pasta Alliance for Progress.

Líneas Generales de Acción para el Programa del Departamento de Información Pública en Relación a la Alianza para el Progreso, da OEA para destinatário não informado, Washington DC, 18/09/61. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of James Stanford Bradshaw, caixa 2, pasta Alliance for Progress Public Information.

Pan American Union Expanded Public Information Program for Alliance for Progress, de Norman Cates (RPA) para S. N. Wilson (RPA), 27/03/1963. Localização: NARA II, RG 59, fundo Office Files of the Deputy Assistant Secretary for Inter-American Affairs, caixa 1, pasta Public Information ARA Memos.

Pan-American Union Expanded Public Information Program for Alliance for Progress, de Cates (RPA) para S. N. Wilson (RPA) e Arturo Morales-Carrión, Washington DC, 27/03/1963. Localização: NARA II, RG 59, fundo Office Files of the Deputy Assistant Secretary for Inter-American Affairs, caixa 1, pasta Public Information ARA Memos.

United States Government Memorandum, de Arturo Morales-Carrión para Edwin Martin e Teodoro Moscoso, 14/01/1963. Localização: NARA II, RG 59, fundo Office Files of Deputy Assistant Secretary for Inter-American Affairs, caixa 1, pasta Public Information-ARA Memos.

U.S. Business Climate, de Peter Grace para Jack Behrman, Chicago, 03/06/1963. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Jack Behrman, caixa 3, pasta COMAP Correspondence 03-05/63.

Memorandum of Conversation, da embaixada do Rio de Janeiro para Washington, 11/12/1962. Localização: NARA II, RG 40, fundo COMAP, caixa 1, pasta Brazil Studies.

Brief Background Paper on COMAP, de H. Edgar Stock Jr., Assistente-Especial do Assistente-Adjunto de Administração e Operações da AID, para Peter Grace, presidente da COMAP, 07/09/1962. Localização: NARA

II, RG 40, fundo COMAP, caixa 1, pasta AID Guarantees, Operating Funds, Correspondence.

American Business Cooperation Abroad, de Sanford Marlowe para Peter Jones, Washington DC, 04/02/1963. Localização: NARA II, RG 40, fundo COMAP, caixa 1, pasta Alliance for Progress.

Image of U.S. Business Abroad, de Peter Jones, Secretário-Assistente de Política Financeira do Departamento de Comércio e vice-presidente da COMAP, para Jack Behrman, Secretário-Assistente de Assuntos Internacionais do Departamento de Comércio e membro da COMAP, Washington DC, 12/03/1963. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Jack N. Behrman, caixa 3, pasta COMAP Correspondence 03-05/63.

Alliance for Progress, do assistente-especial do presidente para assuntos de segurança nacional Arthur Schlesinger Jr. para o assistente-especial e conselheiro pessoal do presidente para assuntos interamericanos, Ralph Dungan, 15/10/1962. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Arthur Schlesinger Jr. caixa WH-2, pasta Alliance for Progress 05-06/62.

COMAP Guidelines, Washington, 20/07/1962. Localização: NARA II, RG 40, fundo COMAP, caixa 1, pasta AID Administrative Matters.

Future of COMAP, de Eugene M. Braderman, do Gabinete de Comércio Internacional do Departamento de Comércio, para Jack Behrman, Secretário-Assistente de Assuntos Internacionais do Departamento de Comércio e membro da COMAP, 18/04/1963. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Jack N. Behrman, caixa 3, pasta COMAP Correspondence 03-05/63; **Future of COMAP II**, de Peter Jones, Secretário-Assistente de Política Financeira do Departamento de Comércio, para Jack Behrman, de 15/04/1963, mesma localização.

COMAP, de Peter Grace, presidente da W. R. Grace Company e da COMAP para Luther Hodges, Secretário de Comércio dos Estados Unidos. Localização: NARA II, RG 40, fundo COMAP, caixa 1, pasta Alliance for Progress.

Informal Meeting of Businessmen of the Americas, New York, Chase Manhattan Bank, 27/02 a 01/03/1963. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Jack N. Behrman, caixa 9, pasta Latin America Business Committee 02-03/63.

W.R. & Grace Co., Executive Vice President, de Felix Larkin, vice-presidente executivo da W. R. Grace para Jack Behrman, Secretário-Assistente de Assuntos Internacionais do Departamento de Comércio e membro da COMAP, 05/03/1963. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Jack N. Behrman, caixa 9, pasta Latin America Business Committee Correspondence 02-03/63.

Alliance for Progress, do Diretor do Protocolo de Serviços Especiais da Casa Branca Pedro Sanjuan para o Procurador-Geral dos Estados Unidos, Robert Kennedy, 05/03/1963. Localização: JFK Library, fundo Papers of Robert Francis Kennedy – Attorney General Papers, caixa 15, pasta Alliance for Progress Matters.

AID Memorandum, de David Bell, Diretor da AID, para McGeorge Bundy, Conselheiro-Especial do presidente Kennedy sobre Assuntos de Segurança Nacional, Washington DC, 21/09/1963. Localização: JFK Library, série National Security Files, caixa 216, pasta Business Committee for Latin America.

David Rockefeller's Committee on Latin America, memorando de David Bell, Diretor da AID, para Ralph Dungan, Assistente-Especial do presidente, Washington, 16/11/1963. Localização: JFK Library, série National Security Files, caixa 216, pasta Business Committee for Latin America.

Draft Letter, do presidente John Fitzgerald Kennedy para David Rockefeller, presidente do Chase Manhattan Bank, s/d. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Jack Behrman, caixa 3, pasta COMAP Correspondence 11-12/63.

Department of State, AID Memorandum, de William Dentzer Jr., Assistente-Especial do Administrador da AID, para Jack Behrman, Secretário-Assistente de Assuntos Internacionais do Departamento de Comércio, 07/11/1963. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Jack N. Behrman, caixa 3, pasta COMAP Correspondence 11-12/63

AID Memorandum, de David Bell, Diretor da AID, para McGeorge Bundy, Conselheiro-Especial do presidente Kennedy sobre Assuntos de Segurança Nacional, Washington DC, 21/09/1963. Localização: JFK Library, série National Security Files, caixa 216, pasta Business Committee for Latin America.

Establishment of a Working Group of the Latin American Policy Committee on Ideological Aspects of the Alliance, do coordenador estadunidense da Aliança Teodoro Moscoso para o Secretário-Assistente de Estado para Assuntos Interamericanos, Edwin Martin, s/d. Localização: NARA II, RG 59, fundo Office Files of the Deputy Assistant Secretary for Inter-American Affairs, caixa 15, pasta Alianza para el Progreso (Political Ideological Force).

Analysis of a Multiple Dilemma, rascunho de apresentação de Arturo Morales-Carrión do Grupo de Trabalho sobre Aspectos Ideológicos da Aliança para o Progresso, Washington DC, 27/08/1963. Localização: NARA II, RG 59, fundo Office Files of the Deputy Assistant Secretary for Inter-American Affairs, caixa 15, pasta Working Group on Ideological Aspects of the Alliance for Progress.

Memorandum for the President – Alliance for Progress, de Richard Goodwin, Assistente- Especial do presidente para o presidente Johnson, Washington DC, 27/11/1963. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Arthur Schlesinger Jr. (White House Files), caixa WH-35 (Classified Subject File), pasta Richard Goodwin 1961-1963.

Memorandum for the President, de Arthur Schlesinger Jr. para o presidente Johnson, Washington DC, 14/12/1963. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Arthur Schlesinger Jr. (White House Files), caixa WH-2, pasta Alliance for Progress 10-12/63.

Arriba Muchachos!, série **Historietas Dos Mundos, Master File Copy**, produzida pela IPS/USIA, distribuída em maio de 1963 os seus postos na América Latina, 366 mil exemplares em espanhol, 92 mil exemplares em português.. Localização: NARA II, RG 306, fundo USIA Pamphlets and Leaflets, caixa 1, pasta Arriba Muchachos.

Revista **La Hora Decisiva**, série **Historietas Dos Mundos, Master File Copy**, produzido pela IPS/USIA para distribuição em setembro de 1963 a seus postos da América Latina, um milhão e trinta e sete mil cópias em espanhol, 310 mil cópias em português. Localização: NARA II, RG 306, fundo USIA Pamphlets and Leaflets, caixa 8, pasta The Decisive Hour.

Revista **Por Una Causa Común**, série **Historietas Dos Mundos, Master File Copy**, produzido pela IPS/USIA e distribuído em junho de 1964

para seus postos na América Latina, 1.442 milhões de cópias em espanhol e 392 mil cópias em português. Localização: NARA II, RG 306, fundo USIA Pamphlets and Leaflets, caixa 4, pasta In a Common Cause.

Carta da empresa que prestava serviços de tradução para a USIA chamada **IMP (Information Materials Press)**, de Thomas Fanning da IMP para Katherine D. Ray, da IPS/USIA, 14/02/1964. Localização: NARA II, RG 306, fundo USIA Publications, caixa 2, pasta ESSO Cartoon Book.

USIA Letter, de Katherine D. Ray, da IPS/USIA, para Thomas Fanning, da IMP, 02/03/1964. Localização: NARA II, RG 306, fundo USIA Publications, caixa 2, pasta ESSO Cartoon Book.

Terceiro Capítulo

National Security Action Memorandum No. 118 – Participation of U.S. and Latin American Armed Forces in the Attainment of Common Objectives in Latin America, do Secretário-Executivo do Departamento de Estado, Lucius D. Battle, para o Assistente-Especial sobre Assuntos de Segurança Nacional do presidente Kennedy, McGeorge Bundy, Washington DC, 05/02/1962. Localização: JFK Library, fundo National Security Files, série Meetings and Memos, caixa 338, pasta NSAM 118 and related.

National Security Action Memorandum Number 124 (NSAM 124), assunto **Establishment of the Special Group (CI)**, do presidente John Kennedy para as seguintes pessoas: o Secretário de Defesa, Robert McNamara, o Secretário de Estado, Dean Rusk, Procurador-Geral, Robert Kennedy, o Presidente da Junta do Estado-Maior do Exército, general Maxwell Taylor, o Administrador da AID, Fowler Hamilton e para o Diretor da Agência de Informação dos Estados Unidos, Edward Murrow, Washington DC, 18/01/1962. Localização: JFK Library, série National Security Files, subdivisão Meetings and Memos, caixa 335, pasta NSAM 124.

National Security Action Memorandum Number 131 (NSAM 131), assunto **Training Counter-Insurgency Objectives**, do Conselheiro-Especial sobre Assuntos de Segurança Nacional do presidente McGeorge Bundy para o

Secretário de Estado, de Defesa, Procurador-Geral, Chefe da Junta-Maior do Exército, Diretor da CIA e da USIA e Administrador da AID, Washington DC, 13/03/1962. Localização: JFK Library, série National Security Files, subdivisão Meetings and Memos, caixa 335, pasta NSAM 131 and Related Matters.

National Security Action Memorandum Number 163 (NSAM 163), assunto **Training Counter-Insurgency Objectives**, de McGeorge Bundy para o Secretário de Estado, de Defesa, Procurador-Geral, Presidente da Junta-Maior do Exército, Diretor da CIA e da USIA e Administrador da AID, Washington DC, 14/06/1962. Localização: JFK Library, série National Security Files, subdivisão Meetings and Memos, caixa 335, pasta NSAM 163 and Related Matters.

National Security Action Memorandum Number 88 (NSAM 88), assunto **Treinement for Latin American Armed Forces**, do presidente John F. Kennedy para o Secretário de Defesa, Robert McNamara, Washington DC, 03/02/1961. Localização: JFK Library, série National Security Files, subdivisão Meetings and Memos, caixa 328, pasta Memos for the President.

National Security Action Memorandum número 114 (NSAM 114), assunto **Treinement for Friendly Police and Armed Forces in Counter-Insurgency, Counter-Subversion, Riot Control and Related Matters**, do Conselheiro-Especial sobre Assuntos de Segurança Nacional, McGeorge Bundy, para o Secretário de Estado Dean Rusk, Washington, 22/11/1961. Localização: JFK Library, série National Security Files, subdivisão Meetings and Memos, caixa 328, pasta Memos for the President.

National Security Action Memorandum Number 56 (NSAM 56), assunto **Evaluation of Paramilitary Requirements**, do Conselheiro-Especial sobre Assuntos de Segurança Nacional McGeorge Bundy para o Secretário de Defesa Robert McNamara, Washington DC, 28/06/1961. Localização: JFK Library, série National Security Files, subdivisão Meetings and Memos, caixa 328, pasta Memos for the President.

National Security Action Memorandum Number 132 (NSAM 132), assunto **Support of Local Police Forces for Internal Security and Counter-Insurgency Purposes**, do presidente Kennedy para o Diretor da AID, Fowler Hamilton, Washington DC, 19/02/1962. Localização: JFK Library, série National Security Files, subdivisão Meetings and Memos, caixa 329, pasta AID Matters.

Military Assistance for Internal Security in Latin America, telegrama do Departamento de Estado enviado pelo Secretário de Estado Dean Rusk para todas as sedes da embaixada norte-americana na América Latina, Washington DC, 27/02/1963. Localização: JFK Library, série National Security Files, caixa 216, pasta MAP Internal Security Issues.

Briefing Paper, Public Safety Project, de Frank Jessup, chefe da Divisão de Segurança Pública no Brasil da AID para o Kyle Team, 27/12/1963. Localização: NARA II, RG 286, fundo Office of Public Safety, divisão Latin American Branch Country File Brazil, caixa 12, pasta IPS-1-Program Brazil.

Police Assistance Programs in Brazil, do escritório da AID do Brasil através do embaixador Lincoln Gordon para a sede da AID em Washington, Rio de Janeiro, 17/09/1962. Localização: NARA II, RG 286, fundo Office of Public Safety, divisão Latin America Branch – Country File Brazil, caixa 12, pasta IPS-1 Program Brazil.

Counter Intelligence Staff, Police Group Activities, memorando de James Jesus Angleton, chefe da Equipe de Contra-Inteligência da CIA, para o Vice-Diretor de Operações da CIA, Richard Helms, Washington, 07/03/1973. Localização: NARA II, RG 263, coleção Family Jewels.

Current Policy on Supplying Equipment to Police in Underdeveloped Countries, memorando de Herbert O. Hardin, conselheiro regional de segurança pública do Gabinete de Desenvolvimento Institucional da OPS, para o Diretor em exercício da Seção de Assuntos Brasileiros do ARA, Harris P. Dawson, Washington DC, 18/09/1962. Localização: NARA II, RG 286, divisão Latin American Branch – Country File Brazil, caixa 12, pasta IPS-1-General Brazil.

Transmittal of Memorandum of Conversation Governor-Elect Adhemar de Barros, do embaixador norte-americano no Brasil, Lincoln Gordon, para a sede da AID em Washington, Rio de Janeiro, 19/11/1962. Localização: JFK Library, série National Security Files Country File Brazil, caixa 13, pasta Brazil general 1-15/Nov/1962; **Governor of São Paulo Foresees Trouble, Requests Arms**, do cônsul norte-americano em São Paulo, Daniel M. Braddock, para o Departamento de Estado, São Paulo, 08/03/1963. Localização: NARA II, RG 286, fundo Office of Public Safety, divisão Latin America Branch – Country File Brazil, caixa 12, pasta IPS-1 General Brazil.

Incoming Cablegram TOAID A 1122, do escritório da AID Rio de Janeiro para a sua sede de Washington e para o Pentágono, Rio de Janeiro, 28/11/1962. Localização: NARA II, RG 286, fundo Office of Public Safety, divisão Latin America Branch – Country File Brazil, caixa 12, pasta IPS-1 Program Brazil.

Police Assistance Programs in Brazil, do escritório da AID do Brasil através do embaixador Lincoln Gordon para a sede da AID em Washington, Rio de Janeiro, 17/09/1962. Localização: NARA II, RG 286, fundo Office of Public Safety, divisão Latin America Branch – Country File Brazil, caixa 12, pasta IPS-1 Program Brazil.

Adhemar de Barros – Governor of São Paulo – an Evaluation with Policy Recommendations, aerograma enviado do consulado norte-americano de São Paulo para o Departamento de Estado, São Paulo, 04/04/1963. Localização: NARA II, RG 59, fundo Central Decimal Files Brazil 1950-1963, caixa 3837, pasta POL Affairs + Rel Braz POL 23 Internal Security 2-1-63.

Emblem Markings on Public Safety Commodities, Guanabara, Brazil, memorando de Byron Engle, Diretor da Seção de Segurança Pública da AID, para Teodoro Moscoso, Coordenador Estadunidense da Aliança para o Progresso da AID, Washington DC, 14/10/1963. Localização: NARA II, RG 286, fundo Office of Public Safety, divisão Latin America Branch – Country File Brazil, caixa 13, pasta IPS Programs Brazil 63-64.

Declaração de James W. Howe, Diretor da Divisão de Operações da AID no Rio de Janeiro, ao jornal *Chicago Tribune*, Chicago, edição de 12/10/1963. Localização: NARA II, RG 286, fundo Office of Public Safety, divisão Latin America Branch – Country File Brazil, caixa 13, pasta IPS Programs Brazil 63-64.

Quarto Capítulo

Expectations By Brazilian Communist Leaders that Coup Will Occur Shortly in Brazil, telegrama enviado da sede da CIA no Brasil para a sede central da agência em Langley, Virginia. Localização: JFK Library, série

National Security Files (Country File Brasil), caixa 13, pasta Brasil General 16-31/08/1962.

Position of the Army in the Event of a Coup, telegrama enviado da sede da CIA no Brasil para a sede central da agência em Langley, Virginia. Localização: JFK Library, série National Security Files (Country File Brasil), caixa 13, pasta Brasil General 07/1962.

Reaction of Certain Sub-Commanders of the Third Army to Rumors of Leftist Coup by President Goulart, telegrama enviado da sede da CIA no Brasil para a sede central da agência em Langley, Virginia. Localização: JFK Library, série National Security Files (Country File Brasil), caixa 13, pasta Brasil General 06/62.

Plans of Marshall Odylio Denys to Overthrow Goulart Government, telegrama enviado da sede da CIA no Brasil para a sede central da agência em Langley, Virginia. Localização: JFK Library, série National Security Files (Country File Brasil), caixa 13A, pasta Brazil General 1-11/03/1963.

Possible Intents of Conservatives to Promote Military Coup Against President Goulart, telegrama enviado da sede da CIA no Brasil para a sede central da agência em Langley, Virginia. Localização: JFK Library, série National Security Files (Country File Brasil), caixa 13A, pasta Brazil General 16-31/12/1962.

Plans of a Rightist Coup e Further Developments in General's Mourão Filho's Coup Planning, telegramas enviados da sede da CIA no Brasil para a sede central da agência em Langley, Virginia. Localização: JFK Library, série National Security Files (Country File Brasil), caixa 14, pasta Brazil General 1-20/08/1963.

Leadership of Proposed Revolt against the Goulart Administration, telegrama enviado da sede da CIA no Brasil para a sede central da agência em Langley, Virginia. Localização: JFK Library, série National Security Files (Country File Brasil), caixa 14, pasta Brazil General 11-31/05/1963.

Plans of Conservative Military and Civilian Elements to Overthrow the Goulart Administration if Congress is Forced to Close e Plans of São Paulo Civilian Sector of Movement to Overthrow Goulart Administration, telegramas enviados da sede da CIA no Brasil para a sede central da agência

em Langley, Virginia. Localização: JFK Library, série National Security Files (Country File Brasil), caixa 14, pasta Brazil General 11-31/05/1963.

Incoming Telegram n. 1696, do embaixador Lincoln Gordon para o Secretário de Estado, Dean Rusk, com cópias para várias outras agências, Rio de Janeiro, 23/01/1962. Localização: NARA II, RG 59, série Records of U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil (1960-1963), Setor de Arquivos Microfilmados (Publication Number C-80), rolo número 12.

Contributions of American Firms to Social Action Projects: Establishment of Fund Independent of IPES, Department of State Airgram, do cônsul norte-americano em São Paulo, Daniel Braddock para o Departamento de Estado, São Paulo, 28/09/1962. Localização: NARA II, RG 59, série Records of U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil (1960-1963), Setor de Arquivos Microfilmados (Publication Number C-80), rolo número 12.

American Chamber of Commerce Appeals to Members for Support of Projects Within IPES Program to Counter Communism, Foreign Service Despatch, do cônsul norte-americano em São Paulo Daniel Braddock para o Departamento de Estado, São Paulo, 15/03/1962. Localização: NARA II, RG 59, série Records of U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil (1960-1963), Setor de Arquivos Microfilmados (Publication Number C-80), rolo número 12.

Incoming Telegram n. 305, do embaixador Lincoln Gordon para o Secretário de Estado, Dean Rusk, Rio de Janeiro, 12/08/1963. Localização: JFK Library, série National Security Files, caixa 13, pasta Brazil General 1-15/12/1962.

Warning to Americans Against Involvement, Department of State Airgram n. 8, do cônsul norte-americano em São Paulo, Daniel Braddock, para o Departamento de Estado, São Paulo, 10/07/1963. Localização: NARA II, RG 59, divisão Central Decimal Files Brazil 1950-1963, caixa 3839, pasta POL BRAZ-US 2-1-63.

Incoming Telegram ns. 305, 291, 292, 298 e 302, todos do embaixador Lincoln Gordon para o Secretário de Estado Dean Rusk, Rio de Janeiro, 12/08/1963, 09/08/1963 (datas dos telegramas ns. 291, 292 e 298) e

10/08/1963. Localização: NARA II, RG 59, divisão Central Decimal Files Brazil 1950-1963, caixa 3836, pasta POL 15-1 BRAZ 8-1-63.

Memorandum, do embaixador interino dos Estados Unidos no Brasil, Niles W. Bond, para Jackson W. Wilson, Diretor da Divisão de Assuntos Brasileiros da Seção de Assuntos Interamericanos (Office of Brazilian Affairs/ARA), Rio de Janeiro, 15/06/1961. Localização: NARA II, RG 59, fundo Bureau of Inter-American Affairs, divisão Records Relating to Brazil (1954-1963), caixa 3, pasta U.S. Policy in Brazil 62.

Brazil and the Alliance for Progress, do Secretário-Assistente de Estado de Inteligência e Pesquisa, Roger Hilsman, para o Secretário-Assistente de Estado de Assuntos Interamericanos, Edwin Martin, Washington, DC, 11/12/1962. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Arthur Schlesinger Jr., caixa WH-26 (Classified Subject File), pasta Brazil 04-08/1962.

Memorandum of Conversation with Governor Seixas Dória, autor não informado, endereçado para vários funcionários da AID e para o coordenador estadunidense da Aliança para o Progresso, Teodoro Moscoso. Localização: NARA II, RG 59, Central Decimal Files Brazil 1950-1963, caixa 3835, pasta POL 1 BRAZ 2-1-63.

U.S. Short Term Policy Toward Brazil, memorando de autor não informado endereçado aos vários integrantes do National Security Council Executive Committee, Washington DC, 11/12/1962. Localização: JFK Library, série National Security Files (Country File Brazil), caixa 13, pasta Brazil General 1-15/12/1962.

Department of State Airgram n. 710, da embaixada estadunidense no Brasil, assinado por Lincoln Gordon, para o Departamento de Estado, Rio de Janeiro, 19/12/1962. Localização: JFK Library, série National Security Files (Country File Brazil), caixa 13A, pasta Brazil General 16-31/12/1962.

Incoming Telegram n. 1315, enviado da embaixada estadunidense no Rio de Janeiro, assinado por Lincoln Gordon, para o Secretário de Estado, Rio de Janeiro, 14/01/1963. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Arthur Schlesinger Jr., caixa WH-26 (Classified Subject File), pasta Brazil 09/1962-02/1963.

Brazilian Political Developments and U.S. Assistance, memorando do embaixador estadunidense no Brasil Lincoln Gordon para o presidente John

F. Kennedy, Rio de Janeiro, 04/03/1963. Localização: NARA II, RG 59, Central Decimal Files Brazil 1950-1963, caixa 3831, pasta POL 1 BRAZ-US.

Incoming Telegram n. DTG 050203Z April (Army Message), telegrama produzido pela OUSARMA (ou seja, os adidos militares dos Estados Unidos na Marinha, Aeronáutica e Exército no Brasil) para o Secretário de Estado Dean Rusk, Rio de Janeiro, 06/04/1963. Localização: NARA II, RG 59, fundo Central Decimal Files Brazil 1950-1963, caixa 3835, pasta POL I BRAZ 2-1-63.

Department of State Airgram A-217, aerograma enviado da embaixada norte-americana no Rio de Janeiro, assinada por John Keppel, Conselheiro de Assuntos Políticos da embaixada, para o Departamento de Estado, Rio de Janeiro, 12/08/1963. Localização: NARA II, RG 59, fundo Central Decimal Files Brazil 1950-1963, caixa 3832, pasta POL I BRAZ 02-1-63.

Department of State Airgram A-190, aerograma enviado da embaixada norte-americana no Rio de Janeiro, assinada por John Keppel, Conselheiro de Assuntos Políticos da embaixada, para o Departamento de Estado, Rio de Janeiro, Localização: NARA II, RG 59, fundo Central Decimal Files Brazil 1950-1963, caixa 3837, pasta POL Affairs + Rel Brazil POL 23 Internal Security 2-1-63.

Incoming Telegram n. 2, telegram do consulado norte-americano em Brasília, assinado por Lincoln Gordon, para o Secretário de Estado Dean Rusk, Brasília, 16/07/1963. Localização: JFK Library, série National Security Files (Country File Brazil), caixa 14, pasta Brazil General 16-31/07/1963.

U.S. Short Term Policy Toward Brazil, memorando produzido por Lincoln Gordon, funcionário do ARA/BR e AID/LA, enviado pelo Secretário Executivo do Departamento de Estado, Benjamin H. Read, para o Conselheiro Especial do presidente Kennedy sobre Assuntos de Segurança Nacional, McGeorge Bundy, Washington DC, 01/10/1963. Localização: JFK Library, série National Security Files (Country File Brazil), caixa 14A, pasta Brazil General 1-15/10/1963.

Memorandum for the President, de Ralph Dungan para o presidente Kennedy, Washington DC, 21/11/1962. Localização: JFK Library, série National Security Files (Country File Brazil), caixa 13, pasta Brazil General 16-30/11/1962.

Proposed U.S. Short Term Policy toward Brazil, documento produzido pelo ARA/BR, sem remetentes nem destinatários identificados, Washington DC, 05/08/1964. Localização: JFK Library, série National Security Files, caixa 391, pasta Brazil 12/63-09/64.